



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO

SGEP/MS

EXERCÍCIO 2011

Brasília, 31 de dezembro de 2011.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno, da Portaria CGU 2546/2010;

Relatório de Gestão Individual

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Brasília, 31 de dezembro de 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministro de Estado – Alexandre Rocha Santos Padilha

SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

Secretário - Luiz Odorico Monteiro de Andrade

GABINETE DA SGEP

Chefe – Fábio Landim Campos

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SGEP

Coordenador-Geral Substituto – Fábio Landim Campos

DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS

Diretor – Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior

DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA-GERAL DO SUS

Diretor – Luiz Carlos Bolzan

DEPARTAMENTO DE APOIO A GESTÃO PARTICIPATIVA

Diretora – Júlia Maria Santos Roland

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA

Diretor - André Bonifácio de Carvalho

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS

Diretor – Augusto Cesar Gadelha Vieira

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução.....	8
1. Identificação da UJ.....	12
2. Planejamento e gestão Orçamentária e financeira da UJ.....	13
2.1 Competência institucional	13
2.2 Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	14
2.2.1 Análise do Plano Estratégico da SGEP	14
2.2.2 Plano de Ação da SGEP	18
2.2.2.1 Plano de Ação GAB/SGEP	18
2.2.2.2 Plano de Ação CGPLAN/GAB/SGEP	23
2.2.2.3 Plano de Ação do DAGEP/SGEP	24
2.2.2.4 Plano de Ação do DOGES/SGEP	50
2.2.2.5 Plano de Ação do DENASUS/SGEP	76
2.2.2.6 Plano de Ação do DAI/SGEP	94
2.2.2.7 Plano de Ação do Conselho Nacional de Saúde	110
2.3 Programas e Ações sob Responsabilidade Institucional da SGEP.....	135
2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro	148
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos e Recursos	162
4. Movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	162
5. Recursos Humanos da Unidade	163
6. Instrumentos de Transferências vigentes no exercício.....	169
7. Declaração sobre as informações referentes a contratos e convênios	171
8. Informações das declarações de bens e rendas	173
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno	176
10 a 14. Não se aplicam a natureza da unidade	177
15. Informações sobre providências adotadas para atender os Acórdãos do TCU	178
16. Não se aplica a natureza da unidade.....	189
17. Parte B. Informações Contábeis da Gestão.....	190
18, 19 e 20. Parte B - Não se aplicam a natureza da unidade	191
21 a 25. Parte C - Não se aplicam a natureza da unidade.....	191
26. Parte C - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	192
27 a 30. Parte C - Não se aplicam a natureza da unidade.....	250

APRESENTAÇÃO

Este Relatório foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa - TCU nº 108/2010, Portaria CGU nº 2.546/2010, Portaria TCU nº 123/2011 e a Decisão Normativa - TCU nº 117/2011. Relata as atividades e realizações efetivadas no decorrer de 2011, registrando e sistematizando os processos de trabalho adotados no tocante às atribuições e responsabilidades da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

O Relatório de Gestão 2011 da SGEP é um documento que expressa às ações realizadas no exercício, cotejadas ao planejado, e aponta novos desafios por meio das análises processuais. Em última instância, qualifica a gestão das políticas públicas visando à eficiência, eficácia e efetividade das ações planejadas para configurar a Missão da Secretaria. Segue, de maneira sintética, a caracterização das atribuições, competências e os processos que envolvem as ações dos Departamentos compõem a SGEP.

O Decreto nº 7.530, de 21 de julho de 2011 aprovou a estrutura da SGEP definindo seus cinco departamentos, quais sejam: Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), Departamento Nacional de Ouvidoria (DOGES), Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), demonstrando uma correlação entre os seus cinco componentes na busca de não só uma integração, mas principalmente na sinergia da estruturação dos seus processos tendo em vista a missão a cumprir e os resultados a alcançar.

Importante ressaltar que o DATASUS de acordo com a DN-TCU 108/2011, apresentará o relatório de gestão individual referente ao exercício de 2011. Apesar de ser uma unidade da SGEP tendo em vista a alteração do escopo definida no Decreto nº 7.530, de 21/07/11, não fará parte das unidades consolidadas, embora seja citado neste relatório por fazer parte desta Secretaria.

Vale destacar também que a Ação 8619 - Aperfeiçoamento, Implementação e Acompanhamento dos Processos de Planejamento e de Avaliação do Ministério da Saúde - PlanejaSUS, que era de responsabilidade da Secretaria Executiva/MS, por força do referido decreto, suas ações foram transferidas para responsabilidade da SGEP. Com a reorganização das políticas públicas de saúde e do Sistema de Planejamento do SUS no âmbito do Ministério da Saúde, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto 7.508/11), a execução desta ação corroborou com o foco descrito no Art. 8º da Portaria GM/MS nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011, contribuindo para implementação dos processos de planejamento, de monitoramento e de avaliação do SUS.

Igualmente informamos que embora o Conselho Nacional de Saúde (CNS) não fazer parte do escopo da SGEP, terá as informações relativas à sua gestão de 2011 consolidadas no relatório dessa Secretaria. Suas atividades estão inseridas dentro da Ação 2016, do Programa “Gestão da Política de Saúde” (0016), o qual está sob a responsabilidade da UJ - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS).

As metas analisadas versam sobre os resultados provenientes da implementação dos Programas, Ações, Subações, Tarefas relativas ao PPA 2008/2011 e do Planejamento Estratégico 2011 do Ministério da Saúde que definiu Objetivos Estratégicos, Estratégias e os Produtos sob a responsabilidade da SGEP. Todas as ações executadas foram distribuídas à responsabilidade dos cinco Departamentos que a compõe e do Gabinete composto da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento, Divisão Técnica e Administrativa, Chefia de Gabinete, Assessoria do Secretário, Núcleo de Comunicação Social e incluem demonstrativos quantitativos e qualitativos, físicos e valores financeiros referentes

às ações desenvolvidas. Envolve, portanto, o realizado no âmbito da própria Secretaria, quanto às ações realizadas de forma descentralizada.

Secundariamente, o objetivo desse Relatório é também conferir maior transparência em relação aos processos e resultados da aplicação dos recursos públicos federais, além de facilitar e socializar a prestação de contas à sociedade, permitindo difundir o que foi realizado, analisando os processos e apresentando os recursos aplicados.

Este documento possui entre outros objetivos constituir subsídios para implementar as ações da SGEF, de forma a contribuir com o incremento das atividades desenvolvidas, apresentação dos resultados e maior resolutividade das ações visando subsidiar o processo de avaliação dos resultados alcançados, conforme as metas estabelecidas no PPA 2008-2011, e contribuir para o Planejamento Estratégico das atividades do ano de 2012.

Neste ano foi destaque a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS) por meio da publicação da Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011, tendo como foco a promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS. A ParticipaSUS vem promovendo a progressiva descentralização das responsabilidades pela execução das ações de saúde e pelo uso dos recursos financeiros consolidando a competência na execução dos processos de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema superando a fragmentação do financiamento do SUS, no Bloco de Gestão do Pacto pela Saúde.

A SGEF trabalha tendo como meta assegurar, no dia a dia da gestão do SUS, o princípio doutrinário da participação da comunidade, previsto na Constituição Federal de 1988, não é tarefa fácil e bem compreendida por muitos gestores. Muito já se avançou em vinte e três anos, mas precisamos continuar acreditando que é possível radicalizar na sua efetivação como prática que fortalece o SUS para consolidá-lo como a maior política de inclusão social do Brasil e patrimônio sócio cultural e imaterial dos brasileiros, das brasileiras e da humanidade.

Orientando as ações de governo na promoção e no aperfeiçoamento da gestão democrática no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Secretaria tem como um de seus focos de atuação a promoção de debates envolvendo a participação, o protagonismo popular e o controle social em saúde, o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, democracia, ética, transparência e intersetorialidade, entre outros assuntos relacionados à qualificação e ao fortalecimento da gestão participativa no SUS.

Grande destaque para a realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde o mais importante evento sobre saúde do país, que aconteceu entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2011. Sob o tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do Povo Brasileiro”, mais de quatro mil participantes, entre delegados e convidados, debateram o tema para contribuir na construção das políticas públicas na área da saúde.

Destaque também para a publicação do Decreto 7.508/2011, de 28 de junho de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), vem *aprimorar o Pacto Federativo* de gestão do SUS no contexto do Pacto pela Saúde, que já se apresentou como uma forma de compartilhar a gestão entre as três esferas de gestão, introduzindo a negociação consensual, como arranjo interfederativo de definição de responsabilidades, conformando o SUS como um modelo bem acabado de regionalização e a integração de serviços, todavia, carecendo de aprimoramento.

Com base nesses princípios verifica-se que o escopo de responsabilidades da Secretaria está voltado para as duas essências centrais da gestão do SUS, conforme determinação do art. 198 da CF: a gestão interfederativa e a gestão participativa.

A gestão interfederativa impõe uma permanente articulação entre os entes federativos para cumprir a determinação constitucional de integrar todas as ações e serviços públicos de saúde em rede regionalizada e hierarquizada constituindo um único sistema de saúde, ainda que sua gestão seja politicamente descentralizada.

No que se refere à gestão participativa, destacam-se as práticas de cooperação voltadas para a institucionalização dos processos participativos tendo como espaços de interlocução os Conselhos de Saúde e as Conferências, envolvendo o governo, os trabalhadores, da saúde e a sociedade civil organizada, nas três esferas de governo.

Nesse sentido, este relatório apresentará os resultados do processo de planejamento definido para 2011 os quais não poderiam deixar de se concretizar o fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), a maior e mais importante política pública conquistada pelo povo brasileiro na nossa história, apesar das enormes dificuldades, que naturalmente enfrenta na sua curta trajetória, tem se constituído em exemplo de inclusão e transformação política no Brasil. Uma das poucas experiências de política pública no mundo que assegura, como um elemento fundamental, o acesso universal e de forma integral, levando em consideração as diversas particularidades e especificidades de indivíduos e populações (cor, raça, credo religioso, gênero, orientação sexual, localização geográfica, etc.). O SUS é singular no mundo, também por propiciar e dispor de práticas e processos democráticos, decorrentes da ampla participação das pessoas e movimentos sociais, a partir dos mais variados espaços constituídos, de modo informal ou formal, como são os casos das instâncias de Controle Social (Conferências e Conselhos de Saúde).

Decorridas mais de duas décadas de sua criação, o SUS inicia o seu período de maioridade, com importantes conquistas sociais e significativos desafios no futuro. A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito humano à Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência), a ser garantido pelo Estado brasileiro, mediante políticas econômicas e sociais de acesso universal e igualitário. No caso da Saúde, trata-se de políticas públicas organizadas, reguladas e implementadas pelo SUS, com a integração de serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde.

Refletido sua importância no tema da 14ª Conferência Nacional de Saúde, “Todos usam o SUS” por meio de inúmeras redes de serviços e ações de promoção da saúde, de vigilância sanitária (controle e fiscalização da qualidade de produtos para o consumo humano, de portos e aeroportos etc.), da vigilância epidemiológica e controle de doenças (epidemias, endemias), de imunizações (produção, vacinações, etc.), de programas orientados para grupos populacionais e problemas específicos (Saúde Mental, Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Saúde dos Trabalhadores), de redução de danos, de assistência e reabilitação, de produção de insumos (vacinas, medicamentos, equipamentos e outros), de iniciativas e medidas para a educação em Saúde. Enfim, uma ampla gama de programas, serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde, efetivadas a partir de uma extensa e complexa rede de serviços e ações que conformam um sistema público, em instâncias (inter)governamentais e âmbitos organizacionais diversos. É importante, pois, reiterar que políticas, serviços e ações do SUS estão presentes e são efetivas na vida de todos os brasileiros e de muitos estrangeiros.

O processo de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS e a institucionalização de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental vêm, gradualmente, restabelecendo as competências e responsabilidades da gestão governamental em Saúde. Esta situação, muitas vezes, implica no desenvolvimento de processos de negociação e pactuação entre os gestores e entre estes e o controle social, tendo como espaços as comissões intergestores e os conselhos de saúde.

Pode-se afirmar que a gestão governamental em saúde possui uma natureza complexa e um caráter polivalente (ético, político, estratégico, técnico, administrativo), que se conforma a partir da intermediação de interesses distintos e principalmente das interações de poder. Cabe destacar que, o propósito primordial da gestão em saúde é a produção de decisões, que desencadeia todo o processo de intermediação e implementação de políticas. E no caso do SUS, além do desenvolvimento de toda uma logística e tecnologia de regulação baseada em necessidades prioritárias, vulnerabilidades e riscos, há a necessidade de mediação

política e definição de diretrizes e critérios a partir dos espaços de participação e controle social.

A criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa¹ (SGEP) representa uma inovação no desenvolvimento dos processos participativos e no aperfeiçoamento da democracia do Estado, como também na qualificação de práticas de gestão. A SGEP tem a responsabilidade de qualificar e aperfeiçoar a implementação das práticas de gestão estratégica e participativa nas três esferas de gestão do SUS.

No ano de 2007, por meio da Portaria GM 3.027, de 26 de novembro de 2007, foi aprovada a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS, que tem como base os seguintes princípios e diretrizes: i) Reafirmação dos pressupostos da Reforma Sanitária, quanto ao direito universal à saúde como a responsabilidade do Estado, universalidade, equidade, integralidade e participação social; ii) Valorização dos diferentes mecanismos de participação popular e de controle social, nos processos de gestão do SUS, especialmente os Conselhos e as Conferências de Saúde, garantindo sua consolidação como política de inclusão social e conquista popular; iii) Afirmação do protagonismo da população na luta por saúde, a partir da ampliação de espaços públicos de debates e construção de saberes; iv) Integração e interação das ações de auditoria, ouvidoria, monitoramento e avaliação com o controle social, entendidos como medidas para o aprimoramento da gestão do SUS nas três esferas de governo; v) Ampliação dos espaços de ouvidoria da sociedade em relação ao SUS, articulando-os com a gestão do sistema e a formulação de políticas públicas de saúde; vi) Articulação com as demais áreas do Ministério da Saúde na implantação de mecanismos de avaliação continuada da eficácia e efetividade da gestão do SUS; vii) Articulação das ações referentes à gestão estratégica e participativa, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, com os diversos setores, governamentais e não governamentais relacionados aos condicionantes e determinantes da saúde; e; viii) Fortalecimento das formas coletivas de participação e solução de demandas.

A nova gestão governamental, iniciada em janeiro de 2011, imprimiu ao Ministério da Saúde a preocupação de promover a integração e organicidade das ações decorrentes de suas competências.

O Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP tem ações voltadas para as práticas de cooperação vinculadas à institucionalização do controle social, representadas pelos Conselhos de Saúde e pelas Conferências de Saúde. Este processo busca integrar a dinâmica de diferentes instituições e órgãos do SUS, nas três esferas de governo, tais como conselhos gestores, direção colegiada, câmaras setoriais, comitês técnicos, grupos de trabalho, movimentos sociais, entre outros. Outros dispositivos utilizados neste âmbito são os mecanismos de mobilização social e a promoção dos processos de educação popular, que promovem a articulação de movimentos populares na luta pelo SUS e o direito à saúde.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao desenvolvimento das ações articuladas entre diferentes setores de governo e a sociedade civil (intersectorialidade), caracterizando o compartilhamento de decisões entre instituições governamentais e da sociedade civil, que atuam na produção social da saúde, são fundamentais para a qualificação das práticas da gestão participativa.

O Departamento Nacional de Ouvidoria - DOGES tem como objetivo propor, coordenar e implementar a Política Nacional de Ouvidoria em Saúde no âmbito do SUS, buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação das ações e serviços públicos de saúde. Atualmente, as ouvidorias do SUS

¹ A SGEP foi criada pelo Decreto nº 4.726, de 9 de junho de 2003. Após sua reestruturação, finalizada em julho de 2006 com a edição do Decreto nº 5.841, a SGEP passou a incorporar novas funções, como a educação popular em saúde, o monitoramento, a avaliação e a auditoria do SUS, somando-se às áreas de incentivo à participação social e de ouvidoria já existentes. O Decreto nº 5.974, editado em 29 de novembro de 2006, alterou o Decreto nº 5.841. Em 21/07/11 foi alterado o escopo da SGEP por meio da publicação do Decreto Nº 7.530.

surtem como um canal direto de comunicação entre os cidadãos e os gestores do sistema de saúde, fornecendo subsídios para a formulação da política de saúde do país e contribuindo, assim, com a qualificação da gestão e o fortalecimento do controle social.

A Ouvidoria deve atuar de forma auxiliar e complementar, considerando as estruturas já institucionalizadas tais como os Conselhos de Saúde, as Comissões Intergestores, as corregedorias e o Sistema Nacional de Auditoria.

As ações do **Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS** - estão voltadas para a avaliação da gestão pública, de forma preventiva e operacional, sob os aspectos da aplicação dos recursos, dos processos, das atividades, do desempenho e dos resultados mediante a confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério técnico, operacional ou legal. Cabe ao DENASUS, além da realização de auditorias, fortalecer os componentes estaduais e municipais do SNA do SUS.

Assim, as ações de auditoria estão voltadas para o diagnóstico e transparência da gestão, estimulando e apoiando o controle social, possibilitando o acesso da sociedade às informações e resultados de suas ações e consolidando a auditoria como mais um instrumento de gestão.

O **Departamento de Informática do SUS – DATASUS** está voltado para o manejo da informação e informática de âmbito nacional, representando papel importante como centro tecnológico de suporte técnico e normativo para a montagem dos sistemas de informática e informação da saúde. Suas extensões estaduais constituem a linha de frente na cooperação às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Com relação às suas linhas de atuação destacam-se: a manutenção das bases nacionais do sistema de informações de saúde; a disseminação de informações em saúde para a gestão e o Controle Social do SUS, bem como para apoio à pesquisa em saúde; desenvolvimento, seleção e disseminação de tecnologias de informática para a saúde; consultoria para a elaboração de sistemas do planejamento, suporte técnico para informatização dos sistemas de interesse do SUS, em todos os níveis; normatização de procedimentos, softwares e de ambientes de informática; apoio à capacitação das secretarias estaduais e municipais de saúde para a utilização dos sistemas de informações no seu nível de competência; incentivo e apoio na formação da Rede Nacional de Informações em Saúde (RNIS) na Internet, e outros serviços complementares de interesse do SUS como redes físicas (InfoSUS), BBS e videoconferência, dentre outros.

Nesse novo contexto da SGEP, o **Departamento de Articulação Interfederativa – DAI** tem a competência de articular os órgãos do Ministério da Saúde na construção de uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento da articulação interfederativa, no aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação da gestão estratégica e participativa, no subsídio aos processos de elaboração, implantação e implementação de instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS, nos três níveis de governo; como também, promover, articular e integrar instrumentos de gestão bem como atividades e ações ligadas à cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, visando fortalecer a gestão regionalizada e descentralizada dos SUS, tendo o Pacto pela Saúde como eixo condutor.

É o responsável pela implementação dos processos de pactuação entre os entes federados, passando a coordenar as ações da Comissão Intergestores Tripartite - CIT. Além dessas competências, o departamento ainda desenvolverá ações voltadas para a formulação e proposição de diretrizes necessárias ao fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de saúde; como também coordenará e articulará os processos de negociação e de **Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde - COAP** visando o fortalecimento das instâncias de pactuação nos três níveis de gestão do SUS, desempenhando papel ativo nos processos de

monitoramento e avaliação, negociação e definição de critérios para a alocação de recursos físicos e financeiros, nas três esferas de gestão do SUS.

Elaborado a partir da colaboração dos Departamentos, este relatório constitui um esforço para traduzir, sinteticamente, as ações desenvolvidas no decorrer de 2011. Possui, entre outros objetivos, constituir subsídios para implementar as ações dessa Secretaria, de forma contribuir com o incremento das atividades desenvolvidas, apresentação dos resultados e maior resolutividade das ações.

Nesse contexto, a gestão estratégica e participativa encontra-se presente nos processos cotidianos do SUS, sendo transversal ao conjunto dos seus princípios e diretrizes. Formular e deliberar juntos significa mais do que realizar o controle social. Foi nesse ambiente, marcado pela convivência permanente de ações de prospecção e ações de manutenção, revisão e aperfeiçoamento, que a SGEP atuou ao longo do 1º semestre de 2011, buscando, por meio de suas contribuições, constituir mais um instrumento que busca aperfeiçoar a implementação das práticas de gestão estratégica e participativa nas três esferas do SUS.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Poder e Órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Órgão específico singular do Ministério da Saúde	Código SIORG: 000304
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	
Denominação abreviada: SGEp	
Código SIORG: 000304	Código LOA: 36000
Código SIAFI: 250009	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	
Código CNAE: não se aplica	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3315-3616 e (061) 3315-2512 / (061) 3321-1935
Endereço eletrônico: gestãoparticipativa@saude.gov.br	
Página da Internet: http://www.saude.gov.br/sgep	
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – bloco G – Ed. Sede 2º andar – Gabinete	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Criação: Decreto n.º 5.841, de 13 de julho de 2006/ Alteração: Decreto nº5.974 de 29 de novembro de 2006, Decreto nº 6860, de 27 de maio de 2009, Decreto nº 7.336 de 19 de outubro de 2010, Decreto n.º 7.530, de 21 de julho de 2011.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Portaria 3027/2007 – Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa	
Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011	
Portaria nº 3.160, de 27 de dezembro de 2011	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
1. Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão: Diretrizes Operacionais – Série Pactos pela Saúde – Vol. 1	
2. Pactos pela Vida e de Gestão: Regulamento – Série Pactos pela Saúde – Vol. 2	
3. Regionalização Solidária e Cooperativa: orientações para sua implementação no SUS – Série Pactos pela Saúde – Vol. 3	
4. Colegiado de Gestão Regional na Região de Saúde Intraestadual: orientações para organização e funcionamento – Série Pactos pela Saúde – Vol. 10	
5. Pactuação Unificada de Indicadores: avaliação 2007 – Série Pactos pela Saúde – Volume 11	
6. Pactuação Unificada de Indicadores: avaliação 2008 – Série Pactos pela Saúde – Volume 14	
7. Decreto 7.508/2011 – Regulamentação da Lei 8.080/90.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI 257001	Nome Fundo Nacional de Saúde
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI não se aplica	Nome não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora não se aplica	Código SIAFI da Gestão não se aplica

2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira da UJ

2.1 Responsabilidades institucionais da SGEP

2.1.1. Competência Institucional

À Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa compete:

- I. Formular e implementar a política de gestão democrática e participativa do SUS e fortalecer a participação social;
- II. Articular as ações do Ministério da Saúde, referentes à gestão estratégica e participativa, com os diversos setores, governamentais e não-governamentais, relacionados com os condicionantes e determinantes da saúde;
- III. Apoiar o processo de controle social do SUS, para o fortalecimento da ação dos conselhos de saúde;
- IV. Promover, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, a realização das Conferências de Saúde e das Plenárias dos Conselhos de Saúde, com o apoio dos demais órgãos do Ministério da Saúde;
- V. Incentivar e apoiar, inclusive nos aspectos financeiros e técnicos, as instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal, para o processo de elaboração e execução da política de educação permanente para o controle social no SUS;
- VI. Apoiar estratégias para mobilização social, pelo direito à saúde e em defesa do SUS, promovendo a participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas de saúde;
- VII. Contribuir para a equidade, apoiando e articulando grupos sociais que demandam políticas específicas de saúde;
- VIII. Promover a participação efetiva dos gestores, trabalhadores e usuários na eleição de prioridades e no processo de tomada de decisões na gestão do SUS;
- IX. Formular e coordenar a Política de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, por meio da análise de seu desenvolvimento, da identificação e disseminação de experiências inovadoras, produzindo subsídios para a tomada de decisões e a organização dos serviços;
- X. Formular e coordenar a Política de Ouvidoria para o SUS, implementando sua descentralização e cooperação com entidades de defesa de direitos do cidadão;
- XI. Realizar auditorias e fiscalizações no âmbito do SUS e coordenar a implantação do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, nas três esferas de Governo;
- XII. Promover, em parceria com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Saúde;
- XIII. Apoiar administrativa e financeiramente a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde;
- XIV. Fomentar a realização de estudos e pesquisas, por meio de acordos de cooperação com entidades governamentais e não-governamentais, que contribuam para o desenvolvimento do SUS e da reforma sanitária brasileira; e
- XV. Estabelecer mecanismos para a gestão da ética, com enfoque na conformidade de conduta como instrumento de sustentabilidade e melhoria da gestão pública do SUS, bem como acompanhar sua implementação no âmbito do Ministério da Saúde.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

O Decreto n.º 6.860 de 27/05/2009, sem alterar as competências da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa e a Portaria nº. 3027 de 26 de novembro de 2006 veio fortalecer seu cenário político-institucional que são:

- ✓ Reafirmar os pressupostos da Reforma Sanitária quanto ao direito universal à saúde como responsabilidade do Estado, como Universalidade, Equidade, Integralidade e Participação Social;
- ✓ Valorizar os diferentes mecanismos de participação popular e de controle social nos processos de gestão do SUS, especialmente os Conselhos e as Conferências de Saúde, garantindo sua consolidação como política de inclusão social e conquista popular;
- ✓ Promover a inclusão social de populações específicas, visando a equidade no exercício do direito à saúde;
- ✓ Afirmar o protagonismo da população na luta por saúde, a partir da ampliação de espaços públicos de debates e construção de saberes;
- ✓ Integrar e promover a interação das ações de auditoria, ouvidoria, monitoramento e avaliação com o controle social, entendidos como medidas para o aprimoramento da gestão do SUS nas três esferas de governo;
- ✓ Ampliar os espaços de ausculta da sociedade em relação ao SUS, articulando-os com a gestão do sistema e a formulação de políticas públicas de saúde;
- ✓ Articular com as demais áreas do Ministério da Saúde na implantação de mecanismos de avaliação continuada da eficácia e efetividade da gestão do SUS;
- ✓ Articular as ações referentes à gestão estratégica e participativa desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, com os diversos setores, governamentais e não-governamentais, relacionados com os condicionantes e determinantes da saúde;
- ✓ Fortalecer as formas coletivas de participação e solução de demandas.

2.2. Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do Plano Estratégico da SGEP

O processo de planejamento anual iniciado pela SGEP, em 2011, por meio da *Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento* (CGPLAN), tem como foco principal permitir uma melhora na realização dos trabalhos, além de explicitar os objetivos e compromissos compartilhados entre os departamentos que compõem a Secretaria. A SGEP vem dando continuidade aos trabalhos realizados até o presente momento com a intenção de atribuir ainda mais eficiência às suas ações. Assim, a Programação Anual de Saúde torna-se um instrumento de gestão, de conhecimento e de estratégias de planejamento que possibilita a sistematização permanente de monitoramento e avaliação das ações governamentais.

Este processo de planejamento da Secretaria segue as grandes linhas de atuação da SGEP. Este planejamento busca pactuar diretrizes e estratégias gerais para o enfrentamento dos desafios apresentados, além disso, visa contribuir para uma gestão mais qualificada, resolutiva, integrada e participativa na busca de uma gestão estratégica.

Alvos Institucionais

- ✓ Conselhos de Saúde Estaduais, Distrito Federal e Municipais;
- ✓ Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Gestores e profissionais de saúde;
- ✓ Secretarias Estaduais, Distrito Federal e Municipais de Saúde;

- ✓ Entidades não governamentais e sociedade organizada;
- ✓ Movimentos Sociais e Sindicais

Segmentos

- ✓ Instâncias organizadas de representação social;
- ✓ Secretaria Executiva, CONASEMS, CONASS, Ministério Público, FNS, Secretarias do Ministério da Saúde, ANVISA, ANS, FNS, ANVISA, FUNASA, ANS, ONG,
- ✓ Universidades Federais e Estaduais, Institutos de Pesquisa, Fiocruz, Órgãos de Controle Interno e Externo CGU e TCU.

Modalidade de Ação

- ✓ Fortalecimento da representatividade do controle social do SUS;
- ✓ Capacitação de Conselheiros, capacitação em educação popular em saúde;
- ✓ Capacitação de lideranças dos movimentos sociais;
- ✓ Capacitação de gestores e profissionais de saúde;
- ✓ Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde;
- ✓ Produção de materiais sobre direito à saúde;
- ✓ Realização da Conferência Nacional de Saúde e acompanhamento de conferências estaduais e municipais de saúde;
- ✓ Apoio e desenvolvimento de estruturas de ouvidorias de saúde nas demais instâncias do SUS;
- ✓ Auditar e fiscalizar a gestão do Sistema Único de Saúde nos níveis estadual e municipal;
- ✓ Desenvolver instrumentos e iniciativas que qualifiquem o processo de monitoramento e avaliação da gestão no âmbito do SUS;
- ✓ Informação para Gestão de Saúde;
- ✓ Contribuir para a melhoria da comunicação e informação dos conselheiros entre si e com a sociedade;
- ✓ Realização de eventos macrorregionais.

Modalidade de Atuação

- ✓ Transferência fundo a fundo;
- ✓ Celebração de convênios, Termos de Cooperação Simplificado e Portarias;
- ✓ Parcerias Federativas;
- ✓ Parcerias Institucionais;
- ✓ Visitas “in loco”.

Dando continuidade às ações estruturantes da SGEP, pode-se afirmar que as realizações de 2011 foram conduzidas num ambiente que contou com os seguintes fatores:

Favoráveis: (1) Publicado o Decreto Nº 7.530, de 21/07/11, alterando o escopo da SGEP que agregou os Departamentos de Informática do SUS – DATASUS e o Departamento de Articulação Interfederativa-DAI; (2) Continuidade na implementação da ParticipaSUS por meio da publicação da Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011, tendo como foco a promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS; (3) Desenvolvimento de ações integradas com os componentes estaduais e municipais de auditoria, favorecendo o apoio e implementação de 119 áreas referentes à Auditoria Nacional, Estaduais, Distrito Federal e Municipais, sendo encerradas 1.360 auditorias; (4) Conclusão dos Relatórios de Auditoria das Forças Tarefas dos Mamógrafos, Laboratórios de Citologia e Hospitais Psiquiátricos, foram realizadas as seguintes atividades: visitados 1.959 estabelecimentos de saúde, com 1.762 Mamógrafos identificados; visitados 600 municípios em 1.316 Laboratórios de Exame de Citopatologia; 122 municípios em 134 Hospitais

Psiquiátricos, e em conjunto com o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), com base na Resolução 02/2011 da CIT o DENASUS está definindo alguns critérios para elaboração do protocolo para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento do COAP em 2012, conforme determina o Decreto 7508/2011; (5) Apoio à implantação e à implementação de 35 Ouvidorias descentralizadas do SUS nos níveis Federal, Estadual, Municipal e DF buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS; realização de 7,8 milhões de disseminação de informações à população brasileira, por meio da Ouvidoria, para a disseminar informações em saúde, e realização de 6.366.390 de atendimentos via disque saúde, considerando todos os canais de acesso (correspondência, correspondência eletrônica, 0800 e outros); (6) Tridígito (136) da Ouvidoria do SUS foi implantado integralmente em todo território nacional; (7) Realizadas e concluídas as seguintes Pesquisas com base nos programas estratégicos do Governo: Ouvidorias dos municípios prioritários no combate à dengue; Satisfação e acesso de usuários do SUS ao exame de Mamografia; Gestores municipais sobre a demanda de serviços de Mamografia e recursos utilizados; Inquérito telefônico com estabelecimentos de cuidados às pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas – Comunidades terapêuticas, Satisfação dos usuários do SUS e Pesquisa de Satisfação para avaliar a implementação da Rede Cegonha. (8) Lançada a CartaSUS, durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde; (9) Realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde que contou com a presença de 2.937 delegados e 493 convidados, totalizando 3.430 participantes; (10) Capacitação contínua 43.690 de conselheiros e lideranças sociais na temática da saúde em todo o Brasil; 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania, e capacitação de 51.844 usuários, trabalhadores e gestores, para o fortalecimento da ação dos Conselhos de Saúde e da participação social; (11) Ampliação e o fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS, por meio da realização de 26 eventos; (12), Capacitação de 2.057 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em saúde para populações em condições de vulnerabilidade e o apoio a 27 Unidades federadas e municípios estratégicos para a implantação das políticas de promoção da equidade; foram implantadas 24 instâncias de Promoção da Equidade estaduais (2008/2011) e realizaram-se ainda atividades de sensibilização das lideranças para melhorar o acesso dessas populações aos serviços do SUS; (13) Publicada a Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta; (14) Intensificação de ações de inclusão dos Quilombos no SUS favorecendo o atendimento de 50.366 pessoas da população quilombola; e (15) Continuidade do Programa de Inclusão Digital (PID) nas suas três dimensões capacitação de conselheiros, conectividade e infraestrutura dos Conselhos de Saúde, distribuição de 684 computadores adicionais aos conselhos de saúde e 380 para secretarias municipais de saúde, 853 TV LCD 32” e 853 antenas parabólicas aos conselhos de saúde, viabilizando a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social pelos conselheiros; (16) Encerrado o primeiro ciclo para implantação da metodologia RIPSAs nos Estados; (17) Publicadas as Portarias nº 2.073/GM, de 31/08/11, que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informações no âmbito do SUS e a Portaria GM nº 940, de 28/04/2011 regulamentando o Sistema Cartão no âmbito das ações e serviços no território nacional; a Portaria nº 763/SE, de 20/07/11, que dispõe sobre o uso do Cartão no registro dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares; (18) Foram entregues à população 8.091.000 cartões em PVC, com distribuição em 260 municípios e mais 4.484.500 de cartões já foram produzidos para distribuição em mais 60 municípios, totalizando 12.575.500 cartões confeccionados neste ano; (19) Publicação do Decreto Nº 7.508, de 28/06/11, que regulamentou a Lei 8080/90; em relação aos seus dispositivos, foram elaborados e pactuados

no plenário da CIT os seguintes documentos e resolução: Implantação do Decreto 7508 e aprimoramento do Pacto pela Saúde; Diretrizes para a organização das regiões de saúde; Normas gerais e fluxos do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Minuta do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde; Diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde – RENASES no âmbito do sistema único de saúde (SUS); Diretrizes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes para conformação do Mapa da Saúde e processo de Planejamento da Saúde; Resolução que institui a obrigatoriedade da alimentação do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGUS, o qual permite a qualquer cidadão, acessar os relatórios de gestão registrados no sistema, por meio da rede mundial de computadores; elaboração, pactuação e assinatura do termo aditivo do Contrato de Ação Pública do Estado de Sergipe, que já traz elementos do decreto 7508; agenda de 80 pactuações em 2011, através das ações da Comissão Intergestores Tripartite entre os entes federados; (20) Pactuadas um conjunto de Políticas Estruturantes para o SUS, Diretrizes e Planos Operativos, a saber: Programa Academia da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica e Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; Ampliação do Programa de Telesaúde Brasil para apoiar a consolidação das redes de atenção à saúde; Política de Gestão da Educação em Vigilância Sanitária; Política de Atenção Domiciliar no âmbito SUS; Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Política Nacional de Saúde do Trabalhador; Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Planos Operativos 2012-2015 da Política Nacional de Saúde das populações do Campo e da Floresta e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT; Programa de Qualificação dos Agentes de Combate às Endemias e a implantação das Redes Temáticas para organização das Redes de Atenção à Saúde, destacando: Cegonha, Urgência-Emergência, Saúde Mental, Oncológica, com foco na intensificação das ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos Cânceres do Colo de Útero e de Mama; (21) Pactuação das estratégias de consolidação do Sistema Cartão Nacional de Saúde e o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS); (22) Constituídas parcerias voltadas à qualificação dos processos de gestão do SUS, com destaque para: Hospital Alemão Oswaldo Cruz, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS); Consórcio Hospitalar da Catalunha (CHC) para os processos de contratualização interfederativa; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito do Protocolo de Cooperação firmado entre o MS e a UFRGS em julho de 2011, com o propósito de apoiar a estruturação do processo de cooperação interfederativa a estados e municípios.

Desfavoráveis: (1) limitações orçamentárias de diárias imposta pelo Decreto nº 7.446/2011, para execução das atividades da Secretaria; (2) escassez de recursos humanos e vínculos de trabalho precários; (3) descentralizar as Políticas de Promoção de Equidade para os Estados e Municípios; (4) tempos e processos distintos entre a implantação da Agenda Estratégica e o processo de implantação dos Dispositivos do Decreto, em particular o processo de contratualização; (5) tempo exíguo para adequação e aprimoramento dos processos vigentes com vistas à implementação dos novos instrumentos de gestão; (6) resistência na universalização do endereço eletrônico do sistema CADWEB 2; (7) dificuldade de absorção tecnológica do Sistema SIGA; (8) lentidão nas respostas dos municípios ao processo de adesão ao Sistema Cartão; (9) Dificuldade no cumprimento das regras estabelecidas na Portaria n.º 940/11, por parte do MS e na CIT; (10) Condições estruturais deficientes dos SEAUDs e DIAUDs em alguns estados (ex: PB, PE, PA, MG); (11) complexidade e a quantidade de atos normativos para execução das políticas do Ministério, que dificultam a fundamentação das constatações dos achados em auditoria; (12) desaceleração de 12,5% do processo de descentralização e implantação de Ouvidorias tendo em vista a limitação de diárias e passagens.

2.2.2. Plano de Ação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

O Plano de Ação da Secretaria é pautado de acordo com cinco grandes eixos que norteiam a implementação da ParticipaSUS: (1) educação permanente para qualificação da Gestão Estratégica e Participativa no SUS; mobilização social, promoção dos processos de educação popular que promovem a articulação de movimentos populares na luta pelo SUS e o direito à saúde; promoção da equidade em saúde; compartilhamento de decisões entre instituições governamentais e da sociedade civil, que atuam na produção social da saúde, são fundamentais para a qualificação das práticas da gestão participativa; (2) integração e estimulação de práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação das ações e serviços públicos de saúde por meio das ouvidorias do SUS que surgem como um canal direto de comunicação entre os cidadãos e os gestores do sistema de saúde, contribuindo, assim, com a qualificação da gestão e o fortalecimento do controle social; (3) avaliação da gestão pública, de forma preventiva e operacional, sob os aspectos da aplicação dos recursos, dos processos, das atividades, do desempenho e dos resultados mediante a confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério técnico, operacional ou legal; realização de auditorias e fortalecimento dos componentes estaduais e municipais do SNA do SUS; (4) disseminação de informações em saúde para a gestão e o Controle Social do SUS, bem como para apoio à pesquisa em saúde; e o desenvolvimento, seleção e disseminação de tecnologias de informática para a saúde; (5) articulação com os órgãos do Ministério da Saúde na construção de uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento da articulação interfederativa; promoção, articulação e integração de instrumentos de gestão; cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, visando fortalecer a gestão regionalizada e descentralizada dos SUS, implementação dos processos de pactuação entre os entes federados; coordenação das ações da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Foram apresentados os planos de ação implementados pela SGEP, por meio do Gabinete da SGEP e seus cinco Departamentos.

2.2.2.1. Plano de Ação do Gabinete da SGEP

O Governo Federal, nesta gestão, assume novas responsabilidades no contexto da saúde pública no Brasil, uma vez que esta área é apontada como prioridade de Governo, definindo o desenho estratégico e as correlações políticas que se estabelecem para os próximos anos. Assim é demandado aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde uma ação coordenada e afinada com o princípio constitucional de garantia de direitos da população a uma atenção integral e de qualidade.

É nesse contexto que, em janeiro de 2011, a atual gestão do Ministério da Saúde definiu dezesseis Objetivos Estratégicos, para o período 2011/2015 e cada objetivo é acompanhado de um conjunto de produtos com entrega em 2011, cabendo a cada uma das Secretarias que compõem o Ministério a responsabilidade por um ou mais desses Objetivos. À Secretária de Gestão Estratégica e Participativa coube a responsabilidade sobre os *Objetivos Estratégicos nº 9 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável e nº 10 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS*. Assim, cada uma das Secretarias construiu, coletivamente, o seu Planejamento Estratégico, detalhando-o em Estratégias (período 2011/2015) e produtos (2011).

O GAB/SGEP coordenou a elaboração do Planejamento Estratégico da SGEP, contando com o apoio da área técnica da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN). Após a realização da VIII Oficina de Planejamento realizada no período de 11 a 13 de março e, da Oficina da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP foi iniciado o cadastramento das ações definidas coletivamente no Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde – e-CAR.

O GAB/SGEP iniciou em abril monitoramento e avaliação mensais do Plano abaixo, elaborando para o Secretário da SGEP material para apresentação mensal ao Sr. Ministro da Saúde.

Planejamento Estratégico 2011

Objetivo 9 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Estratégias	Produtos
<p>01 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.</p> <p>Departamento de Articulação Interfederativa (DAI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Blocos de Financiamento unificados e alinhamento tripartite quanto ao repasse global; • Contrato organizativo de ação pública assinado com até 80% dos Colegiados de Gestão Regional – CGR; • Unidades da Federação com equipes matriciais de apoio definidas e em funcionamento, com definição do escopo, método e instrumentos; • Mapa da Saúde disponibilizado; • Decreto com a regulamentação da Lei 8080/90 publicado; • Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) definida e publicada; • Regiões de Saúde definidas, com espaço de governança regional instituído, conforme redes de atenção; • Arquitetura do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) definida e pactuada; • Proposta de planejamento e programação regional integrada, articulando os instrumentos existentes.
<p>02 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS.</p> <p>Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 14ª Conferência Nacional de Saúde realizada; • 26 Conselhos Estaduais e do DF fortalecidos; • Parceiras estabelecidas para formação de lideranças sociais; • Pactuada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde; • Material de Educação Popular em Saúde produzido; • Educação Popular em Saúde constituída como estratégia de formação.
<p>03 - Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.</p> <p>Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (PES) pactuadas na CIT; • Políticas de PES apoiadas nas Unidades Federadas.
<p>04 - Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa.</p> <p>Departamento de Informática do SUS (DATASUS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de situação em saúde produzida pela RIPSA; • Metodologia RIPSA implantada nos estados pactuados; • Indicador de Dados Básicos (IDB) 2010 produzido e publicado.
<p>05 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa.</p> <p>Departamento de Informática do SUS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria de Interoperabilidade para os Sistemas do SUS publicada; • Portaria que trata do Cartão Nacional de Saúde publicada; • Implantação da 1ª versão do RES a partir do SIGA (RES 1);

Estratégias	Produtos
(DATASUS)	<ul style="list-style-type: none"> • % de municípios na fase 1 com o cartão implantado.

Objetivo 10 – Implementação interfederativa de uma cultura voltada para a Ouvidoria Ativa como instrumento de gestão, com ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria e adequação dos sistemas de informação.

Estratégias	Produtos 2011
<p>08 - Implementação interfederativa de uma cultura voltada para a Ouvidoria Ativa como instrumento de gestão, com ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria e adequação dos sistemas de informação.</p> <p>Departamento Nacional de Ouvidoria (DOGES)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Ouvidoria Itinerante elaborado; • Tridígito (136) em funcionamento; • Indicador de resolutividade das demandas da Ouvidoria definido; • Informações disseminadas; • Projetos para implantação dos Totens aprovado; • Pesquisas realizadas com base nos programas estratégicos do Governo Federal; • Indicador de Qualidade do Sistema Nacional de Ouvidorias elaborado • Política Nacional de Ouvidoria elaborada; • Estados e municípios apoiados para a implantação de ouvidorias; • Sistema de informação do SNO (SIOUVISUS) implantado na WEB, no OuvidorSUS; • Sistema de <i>Business Intelligence</i> do OuvidorSUS implantado no DOGES • Versão 3 do OuvidorSUS concluída.
<p>10 - Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão no SUS, com foco em resultados, tendo como referência o COAP e a Garantia de Acesso.</p> <p>Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Auditoria consolidado, tendo como foco as prioridades de governo; • Relatório Gerencial de Resultados das Auditorias 2011 concluído; • Protocolo para avaliação do Contrato de ação pública finalizado; • Publicação de Cartilha, Manual e Compêndio relacionados com o tema de auditoria; • Componentes de auditoria implantados.

Portarias Publicadas

- ✓ **Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011**, que dispõe sobre a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para a qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS;
- ✓ **Portaria nº 3.160, de 27 de dezembro de 2011**, que acrescenta valores aos Anexos I e II da Portaria nº 2.979/GM/MS, de 15 de dezembro de 2011, a serem transferidos aos Estados e ao Distrito Federal para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implantação, implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS.

Eventos Apoiados pelo Gabinete

O Gabinete/SGEP apoiou nove (9) eventos sendo envolvidas 6.833 pessoas.

Março

- ✓ XI Congresso das Secretarias Municipais de Saúde dos Trabalhadores do SUS - Realizado no Ceará, com a participação de 1.000. Trouxe à tona mais um tema de suprema relevância para o SUS: os seus Trabalhadores. O DAGEP participou da mesa que tratou da nova estrutura da SGEP com seus 5 sistemas e a SGEP da mesa que tratou do eixo central da 14ª CNS : Acesso e acolhimento com qualidade no SUS.

Abril

- ✓ Seminário SUS e Controle Social- Minas Gerais- Realizado nos dias 13 e 14, na cidade de Montes Claros/ Norte de Minas, com a participação de 80 pessoas. A Central de Movimentos Populares do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CMP) realizou o Seminário de Saúde com o tema “SUS e Controle Social”;
- ✓ Formação de Atores Sociais para o SUS e o fortalecimento de Redes- com a participação de 80 pessoas, no Rio Grande do Sul em Porto Alegre;
- ✓ IV Fórum Mundial da Saúde e Seguridade Social- no período de 03 a 06 - Dakar-Senegal- Africa do Sul ocorreu por ocasião da XI Edição do Fórum Social Mundial. O tema do IV Fórum Pela “Universalização da Seguridade Social: um Direito sem Fronteiras, um Sistema sem Barreiras.” Contou com a participação de 400 pessoas;

Maiο

- ✓ Fortalecimento a Articulação Regional da Rede Unida, Ensino Trabalho Gestão e Participação na Saúde- Porto Alegre/RS - com a participação de 1.500 pessoas.

Junho

- ✓ 2º Encontro Nacional de Cultura Morhan- Humanidade e Cultura na Eliminação da Hanseníase- realizado no Rio de Janeiro, com a participação de 73 pessoas;
- ✓ Prevenção no XV do Orgulho LGBT- realizada em São Paulo, contou com a participação 3.500 pessoas. Também conhecida como Parada do Orgulho Gay, é um dos principais eventos do calendário paulistano e responsável pela manifestação de milhares de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) contra a homofobia.

Agosto

- ✓ VI Congresso Brasileiro da Doença de Alzheimer reuniu em Belém- PA acerca de 150 pessoas. Este Congresso era uma atividade científica da ABRAZ cujos principais temas são o cuidado, a educação e conscientização, a pesquisa científica e as abordagens de tratamento. Teve como objetivo promover a divulgação dos cuidados, na Doença de Alzheimer e de outras demências, por meio, do intercâmbio entre profissionais, familiares, cuidadores, instituições públicas e privadas que atuam nas áreas de cuidados às pessoas com a doença.

Novembro

- ✓ II Oficina Nacional do MOPS – Curitiba –PR - com a participação de 50 pessoas.

Núcleo de Comunicação Social

As atividades deste Núcleo têm por objetivo garantir ampla visibilidade aos projetos e ações executados pela SGEP. Além da assessoria direta ao secretário, aos diretores e coordenadores em eventos, viagens e no dia a dia da instituição, a equipe é responsável por estabelecer a comunicação entre as áreas técnicas da Secretaria e a Assessoria de Imprensa do Ministério. Também acompanha e monitora as demandas de comunicação interna e externa dos cinco departamentos, suas publicações e demais produções de divulgação institucional.

Ações de destaque:

- ✓ Reestruturação do espaço virtual da SGEP e de seus departamentos, adequando-os aos padrões de comunicação visual da Assessoria de Imprensa do Ministério;
- ✓ Inserção da Secretaria nas redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e *Flickr*) e, a partir disto, monitoramento permanente dos perfis;
- ✓ Realização de entrevistas com o secretário e diretores via *Twitter*. Fomos, inclusive, a primeira Pasta do MS a utilizar o recurso de *Twittcam* para falar de ações importantes para a Saúde, a exemplo do Decreto 7.508/11, Cartão Nacional de Saúde etc;
- ✓ Produção de 148 notícias, entre matérias e notas, divulgadas na página da SGEP, Portal da Saúde, Intranet e MS Informa;
- ✓ Suporte à Assessoria de Imprensa do MS no atendimento às demandas de veículos de comunicação diversos (TV, Rádio, Impresso, Internet e Redes Sociais);
- ✓ Mapeamento constante das páginas dos cinco departamentos da Secretaria, para verificar conteúdos desatualizados e com equívocos de informação;
- ✓ Participação nas reuniões do Fórum de Comunicação Social da Saúde, instituído por Portaria pelo ministro Alexandre Padilha;
- ✓ Representação em Comitês, Grupos de Trabalho e Conselhos cuja temática esteja ligada à Comunicação Social;
- ✓ Acompanhamento das publicações da SGEP, com suporte integral às equipes dos cinco departamentos, segundo as normas do Conselho Editorial do MS (Coned);
- ✓ Apoio à realização de eventos da SGEP e de seus departamentos;
- ✓ Cobertura *em tempo real* das reuniões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), ação que agregou um número maior de seguidores aos perfis da Secretaria nas redes sociais;
- ✓ Reestruturação do espaço virtual da Tripartite e criação do *Informe CIT*, boletim eletrônico divulgado sempre uma semana após a reunião ordinária da Comissão;
- ✓ Sugestão de pautas para o Blog da Saúde, Portal do MS, WebRádio Saúde, Canal Saúde e ComunicaSUS;
- ✓ Suporte à Divisão de Publicidade do Ministério na criação de conceitos para campanhas e temas relevantes como a mudança de número da Ouvidoria (136), Cartão Nacional de Saúde e Decreto 7.508/11, dentre outros;
- ✓ Produção de vídeo institucional sobre a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde, produzido em parceria com a Fiocruz (Canal Saúde);
- ✓ Criação de folheteria e material de divulgação de eventos e projetos da Secretaria;
- ✓ Atuação efetiva na 14ª Conferência Nacional de Saúde, integrando o Comitê de Comunicação nas três frentes de trabalho: produção de conteúdo para jornal impresso, site e redes sociais, atendimento à imprensa e apoio logístico aos demais Comitês;
- ✓ Realização da oficina jornalística '*Diálogos, Mídia e Saúde*', com a participação de 150 jornalistas de todo o País - assessores do SUS e profissionais que cobrem o setor Saúde para a grande imprensa. Ação realizada em parceria com o Conselho Nacional de Saúde e a Assessoria de Comunicação do MS.

2.2.2.2. Plano de Ação da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN)

No decorrer do processo de planejamento e monitoramento das ações, a Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento - CGPLAN construiu espaços/canais de discussão e diálogo, entre todos os gestores e técnicos da SGEP, com objetivo de convergir os esforços de produção de dados e informações de modo a permitir a visão integrada no que concerne aos aspectos da gestão a serem avaliadas.

A Coordenação direcionou todos os seus esforços e desenvolveu inúmeras ações para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (PARTICIPASUS), resultando na publicação da Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011, tendo como foco a promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS, tendo um papel de fundamental importância na ligação entre os estados e municípios, prestando orientações diversas visando à implantação ParticipaSUS.

A Agenda de trabalho da Secretaria esteve focada no sentido da obtenção de melhores resultados, voltada para o aperfeiçoamento da gestão da política de saúde, que envolve o trabalho e a educação na saúde, a participação e o controle social do SUS, a descentralização, o planejamento, monitoramento e avaliação.

Administração e Acompanhamento de Convênios

A Coordenação de Planejamento e Orçamento/SGEP disponibilizou todas as transferências de recursos da Secretaria aos estados e municípios no portal da saúde, na página da SGEP. Navegando pelo Mapa Interativo do Brasil na página da SGEP é possível acessar aos dados dos Convênios atualizados mensalmente.

Atividades Desenvolvidas pela CGPLAN

- ✓ Elaboração de instrumentos de planejamento visando à programação das ações da SGEP;
- ✓ Monitoramento e Avaliação das Metas Físicas e Financeiras dos Departamentos da SGEP;
- ✓ Acompanhamento do desempenho orçamentário/financeiro;
- ✓ Elaboração do Relatório Anual de Gestão/2010 da SGEP;
- ✓ Elaboração agenda trabalho da SGEP resultante dos encaminhamentos da VIII Oficina de Planejamento;
- ✓ Responsável pelo cadastramento, monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico da SGEP/2011 no e-CAR-Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do MS;
- ✓ Coordenação do processo de elaboração de elaboração do PPA 2012/2015: PLOA 2012-PPA – Fase Qualitativa e PLOA 2012 – PPA – Fase Quantitativa;
- ✓ Elaboração de justificativa para suplementação orçamentária 2011;
- ✓ Elaboração das informações sobre projetos, programas e ações voltadas para a região Centro-Oeste no ano de 2012;
- ✓ Revisão dos Indicadores de desempenho utilizados pela SGEP no período de 2008/2011, inseridos na Prestação de Contas da Presidenta da República – PCPR 2011;
- ✓ Elaboração da Mensagem Presidencial 2011;
- ✓ Elaboração do Balanço Público 2011;
- ✓ Elaboração da Minuta do Plano de Ação do Ministério da Saúde/SGEP para subsidiar o Plano de Ação do Governo Brasileiro – Parceria para Governo Aberto (OGP);
- ✓ Elaboração da agenda de eventos da SGEP para 2011 contendo as "Atividades de Saúde" para compor a "Agenda da Presidenta da República";

- ✓ Acompanhamento e monitoramento da programação de emissão de passagens e diárias da SGEP;
- ✓ Acompanhamento e monitoramento da situação de transferências de recursos das Portarias de incentivo da implantação e implementação da ParticipaSUS;
- ✓ Programação e monitoramento das Ações do PPA 2011, detalhamento das metas físicas e financeiras, vinculadas ao orçamentário, qualificação dos indicadores e acompanhamento das metas físicas do Mais Saúde;
- ✓ Elaboração da Programação Anual de Saúde - exercício 2011;
- ✓ Elaboração do 7º e 8º PTS ao 4º Termo de Ajuste no TC nº. 44 com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS);
- ✓ Elaboração do 5º Termo de Ajuste no TC nº. 44 com a OPAS;
- ✓ Elaboração de relatórios de desempenho, notas técnicas, em atendimento a solicitações externas e internas;
- ✓ Participação nas reuniões da COFIN;
- ✓ Participação na 14ª Conferência Nacional de Saúde nas seguintes áreas: Coordenação Geral do Comitê Executivo; Coordenação do Comitê de Passagem, Comitê de Relatoria, Comitê de Alimentação;
- ✓ Participação no Programa de Capacitação em Gestão da Logística Pública – Elaboração de editais para aquisições no setor público;
- ✓ Participação no II Seminário “Prestação de Contas do Governo Federal”;
- ✓ Participação no II Seminário Nacional da ANEPS “Projeto Popular para o Brasil e seus desafios: saúde como direito”.
- ✓ Elaboração do 7º Termo de Ajuste no TC nº. 39 com a OPAS.

2.2.2.3. Plano de Ação do Departamento de Apoio a Gestão Participativa (DAGEP)

O DAGEP busca se organizar de maneira moderna eficiente para atender com qualidade e acolhimento os atores sociais com quem tem interface. Este pensamento tem sido a luz norteadora dessa estrutura. Este é o último ano de implementação do Plano Plurianual – PPA 2008-2011, que responde ao desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais, sendo a expressão formal das prioridades estratégicas propostas pelo Governo Federal. Ele é à base do sistema de planejamento da gestão pública contendo os Programas que deverão orientar as ações de governo, com diretrizes, objetivos e metas físicas financeiras.

Nesta perspectiva, o DAGEP/SGEP/MS comprometido com sua missão institucional desenvolveu seu planejamento a partir de quatro ações, dispostas em sub ações que contêm as atividades e tarefas a serem executadas e inseridas no Programa de Governo destinado ao cumprimento das metas do Plano Plurianual, com atenção dirigida para as suas reais demandas e necessidades com a garantia de ofertar os serviços de inclusão social às populações em estado de iniquidade e de ampliar a participação social e qualificar o controle social na construção do SUS.

A missão institucional do DAGEP/SGEP/MS é de propor, apoiar e acompanhar as políticas de gestão participativa do SUS. O Departamento atua na implementação de políticas de promoção da equidade, práticas educativas nos serviços de saúde, educação popular, mobilização social e fortalecimento do controle social no SUS, além de estimular a criação de espaços de gestão participativa nos serviços de saúde.

O Departamento tem como princípio o uso de boas práticas de governança, e adota como linhas mestras a transparência na sua gestão institucional. Possui um conjunto de

mecanismos de gestão, a fim de assegurar que o seu comportamento esteja alinhado com os interesses de seu público estratégico.

As diretrizes da administração são de responsabilidades da Direção Geral e de suas Coordenações, a saber: Apoio à Educação Popular e Mobilização Social que desenvolve ações em educação em popular saúde, população negra, quilombola, em situação de rua e ciganos. E a outra de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social que trabalha com população LGBT, campo e floresta, e educação permanente para o controle social.

A transparência e ética da gestão deste Departamento se solidificam, por meio de seus relatórios semestrais e anuais, que são sistematicamente enviados à Coordenação Geral de Planejamento da Secretaria Gestão Estratégica e Participativa e as Instituições Fiscalizadoras, ainda é divulgado nos meios de comunicação do Ministério da Saúde.

O DAGEP tem duas coordenações gerais: Coordenação-Geral de Apoio à Educação popular e a Mobilização Social e a de Apoio a Gestão Participativa e ao Controle Social, as quais têm atribuições específicas, mas partilham objetivos comuns de aprimorar e ampliar a gestão participativa e desenvolver as políticas de promoção de equidade.

Nesse contexto, coube ao Apoio à Gestão Participativa a condução das Estratégias Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS e Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde definidas no Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde de 2011 responsabilizando-se pela entrega, dos seguintes produtos:

- ✓ 14ª Conferência Nacional de Saúde realizada;
- ✓ 26 conselhos de Saúde e do DF fortalecidos;
- ✓ Parceiras estabelecidas para formação de lideranças sociais;
- ✓ Pactuada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde;
- ✓ Material de Educação Popular em Saúde produzido;
- ✓ Educação Popular em Saúde constituída como estratégia de formação;
- ✓ Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (PES) pactuadas na CIT;
- ✓ Políticas de PES apoiadas nas Unidades da Federação.

Destaques do Ano de 2011

A 14ª Conferência Nacional de Saúde foi uma das prioridades da SGE/SGEP/DAGEP para este ano, e teve como tema “Todos Usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro – e como eixo principal: “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”. O objetivo dessa Conferência foi discutir a política nacional de saúde, segundo os princípios da integralidade, da universalidade e da equidade.

Esta Conferência possuiu três etapas distintas: a municipal, a estadual e a nacional. As etapas municipais foram realizadas, no período de 1º de abril a julho; a etapa estadual de 16 de julho a 31 de outubro, finalizando com a etapa nacional entre os dias 30 de novembro a 04 de dezembro. Nas etapas estaduais participaram 29 mil delegados (as) que discutiram 8.538 propostas e 878 foram encaminhadas para a etapa nacional. Na etapa nacional ainda foram apresentadas 108 moções, sendo aprovadas 83.

A 14ª Conferência Nacional de Saúde contou com a presença de 2.937 delegados e 493 convidados, totalizando 3.430 participantes. Foram realizadas 4.375 Conferências Municipais apresentando um percentual de realização de 78% dos 5.565 municípios brasileiros, e 27 Conferências Estaduais. Nas etapas municipais, estaduais e nacional, além de reiterar a postura e atitude em defesa dos princípios e diretrizes constitucionais do SUS, também reforçou o compromisso e a responsabilidade de promover

discussões e debates, em busca de melhores alternativas e rumos de superação, inovação e sustentabilidade para o crescimento, consolidação e legitimação das políticas públicas de Seguridade Social. A região nordeste realizou conferências em 1.648 municípios (92%), a região Norte em 387 municípios (86%) a região Centro-Oeste em 367 municípios (79%), a região Sul em 1.067 municípios (78%), e a região Sudeste em 878 municípios (53%) .

A SGEP, além da etapa nacional, acompanhou 147 Conferências Municipais e Estaduais nas categorias de participantes, palestrantes e mesa de abertura. Os delegados que participaram da Plenária final foram eleitos nas Conferências Estaduais e pelas entidades nacionais nos respectivos segmentos (usuários, trabalhadores e comunidade científica, gestores e prestadores de serviços de saúde). Os conselheiros nacionais e seus suplentes, os coordenadores da Plenária Nacional foram delegados natos. No segmento de usuários estavam incluídos os 68 representantes indígenas dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas que integram o Subsistema de Saúde Indígena do SUS.

Incentivos e premiações em gestão participativa e controle social e de educação em saúde com recursos do DAGEP/SGEP/MS

Lançamento da realização da IV Edição do prêmio Sergio Arouca criado em 2005, ele homenageia o sanitarista Sergio Arouca, um dos líderes da Reforma Sanitária no País, e faz parte da agenda da 14ª Conferência Nacional de Saúde, cujo eixo é “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”. O objetivo da iniciativa é promover o reconhecimento e a divulgação de experiências exitosas de gestão participativa em saúde nos serviços, organizações e movimentos sociais;

Lançamento do Premio Victor Valla é uma homenagem ao pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz pela consolidação da relação entre a Educação Popular e a Saúde que tem como finalidade valorizar as práticas em saúde que preservam os princípios da integralidade e humanização, as práticas que se utilizam da arte e da cultura como ferramentas de educação e promoção da saúde.

Gestão e Planejamento

PPA (2008-2011) Ação: 8705 – Ampliação das Práticas de Gestão Participativa de Controle Social e de Educação em Saúde.

Esta Ação contempla uma subação: qualificação da participação social e da gestão participativa refere-se ao apoio aos conselhos de saúde e outras instâncias organizadas de representação social, criando condições para a mobilização da sociedade e para o fortalecimento da participação e do controle social do SUS. Atuando no estabelecimento de parcerias para educação permanente, incluindo a gestão participativa e o fortalecimento de redes de comunicação direta entre os conselhos de saúde, gestores e sociedade na busca de disseminar informações, conhecimento e material educativo sobre o SUS.

Ela apoia a capacitação de lideranças e educadores para a prática da educação em saúde baseada nos princípios da educação popular e na promoção da saúde. A educação popular tem papel fundamental e para sua consolidação deve-se tomar como base o respeito a diversos ciclos de vida, identidade e a cultura de comunidades e populações.

As práticas educativas nos serviços de saúde podem ser entendidas como estratégias para fortalecer a autonomia dos sujeitos e coletividades a partir da maior compreensão do processo saúde-doença. Estas práticas devem se constituir em espaço privilegiado para ampliação da consciência política sanitária. Com o objetivo de resgatar o tema das práticas educativas, o DAGEP/SGEP, cumprindo uma de suas atribuições regimentais, assumiu a responsabilidade de coordenar o processo de discussão nacional no âmbito do SUS, apoiando estados e municípios.

Objetivos específicos:

Implementar práticas de gestão participativa no SUS;

Apoiar o controle social no SUS;

Implementar práticas participativas e de educação em saúde junto aos movimentos populares e na rede de serviços do SUS.

Público-alvo:

Gestores do SUS, trabalhadores e conselheiros de saúde, entidades e movimentos sociais.

Nesta ação foi prevista a celebração de Convênios para capacitação de conselheiros e lideranças de movimentos sociais, apoio a eventos, produção de materiais educativos e de informação, a realização do prêmio Sergio Arouca de incentivo a participação social.

Planejamento

A qualificação da gestão do SUS requer ações estruturais que enfoquem a participação popular o fortalecimento do controle social e a inclusão de práticas participativas e de educação popular na rede de serviços, bem como a promoção da equidade em saúde dos vários grupos populacionais existentes nos estados.

A implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS) nos estados da federação brasileira ainda é um desafio. O DAGEP/SGEP vem promovendo a progressiva descentralização das responsabilidades pela execução das suas ações de saúde e pelo uso dos recursos financeiros consolidando a competência na execução dos processos de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema. Prova disto foi à publicação das Portarias n.º 3060/2007, 2588/2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010 e a 2079/2011.

Foram evidenciadas inovações e propostas como a criação de núcleos de gestão estratégica e participativa nos estados que pudessem agregar várias áreas da gestão e oportunidades para aumentar o papel protagonista da gestão estadual à ParticipaSUS.

A riqueza dos relatos das vivências por parte dos estados, Distrito Federal e municípios reafirmou as diferenças da situação nos estados e regiões a necessidade dos componentes da ParticipaSUS articularem-se mais, contribuindo para a integração dessas áreas nos Estados e ampliando a discussão e interlocução para os sujeitos sociais (Conselhos de Saúde, Sociedade Organizada e Movimentos Sociais), envolvendo outras áreas das Secretarias Estaduais de Saúde como a Atenção Básica.

Foram planejadas e realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Promover e apoiar os processos de educação permanente para fortalecer a gestão estratégica e participativa no SUS;
- ✓ Desenvolver práticas educativas na rede do SUS;
- ✓ Apoiar e desenvolver ações estratégicas à gestão participativa;
- ✓ Realizar a IV Edição do Prêmio Sérgio Arouca;
- ✓ Produzir pesquisa, conhecimento e informação em Educação e Saúde;
- ✓ Produzir matérias educativas considerando a diversidade cultural e regional do Brasil;
- ✓ Elaborar ações e publicação para o planejamento no enfrentamento das iniquidades em saúde;
- ✓ Implementação do Sistema Nacional de Informação sobre Conselhos de Saúde;
- ✓ Apoiar e implementar a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS);
- ✓ Capacitação permanente de 43.690 conselheiros e de lideranças sociais;

- ✓ Capacitação de 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania;
- ✓ Capacitação de 51.844 usuários, trabalhadores e gestores, para o fortalecimento da ação dos Conselhos de Saúde e da participação social.

Sistema Nacional de Informação sobre Conselhos de Saúde - ParticipanetSUS

O DAGEP/SGEP/MS desenvolveu em parceria com o DATASUS, o Sistema de Informações sobre Conselhos de Saúde, denominado ParticipanetSUS, que permite o monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos de saúde.

É um sistema dinâmico que permite atualização permanente, construção de séries históricas e, conseqüentemente, o acompanhamento da evolução dos conselhos de saúde, especialmente, após os 20 anos da constituição do SUS. Essas informações indicarão, enquanto instrumento de gestão, os rumos para o planejamento das ações de gestão participativa e dos processos de aperfeiçoamento do controle social no Brasil. Para seu êxito, esse sistema requer o compromisso das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde quanto à implementação, alimentação, atualização dos dados e a utilização das informações no planejamento de ações.

Neste semestre foi iniciada uma discussão com Conselho Nacional de Saúde, para a construção de um cadastro único que terá gestão compartilhada entre DAGEP/SGEP e Conselho Nacional de Saúde.

Programa de Inclusão Digital para os Conselhos de Saúde – PID

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP, em cumprimento à meta institucional de fortalecimento e apoio aos Conselhos de Saúde, vem apoiando a implementação do Programa de Inclusão Digital- PID, que tem como objetivo contribuir para que os conselheiros de saúde apropriem-se de informações e adquiram habilidades para comunicação digital indispensável ao exercício do controle social. O Programa prevê três componentes: aquisição de equipamentos, conectividade e formação de conselheiros.

O Gabinete da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), com recursos dos seus Departamentos, entre eles o DAGEP, apoia a implementação do PID.

De iniciativa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o programa realizado em todo o País, resgata uma demanda histórica sobre a importância da comunicação e informação para o controle social.

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa disponibilizou em 2011, 684 computadores adicionais aos conselhos de saúde e 380 para secretarias municipais de saúde, 853 TV LCD 32”, 853 antenas parabólicas aos conselhos de saúde, viabilizando a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social pelos conselheiros. Esta sendo realizada uma parceria que permitirá não apenas o acesso ao canal saúde para todos os conselhos de saúde, mas também para toda a sociedade que utiliza televisão. Esta parceria estabelece como meta a instalação de antenas e decodificadores a 100% dos conselhos de saúde. A disponibilização desses equipamentos está vinculada a critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional do PID.

Quanto ao componente formação de conselheiros encontra-se em fase de organização o curso de Comunicação e Informação na modalidade à distância resultado de

parceria estabelecida com a FIOCRUZ tendo como meta a capacitação de 6.000 conselheiros de saúde em todo o Brasil.

Convênios estabelecidos

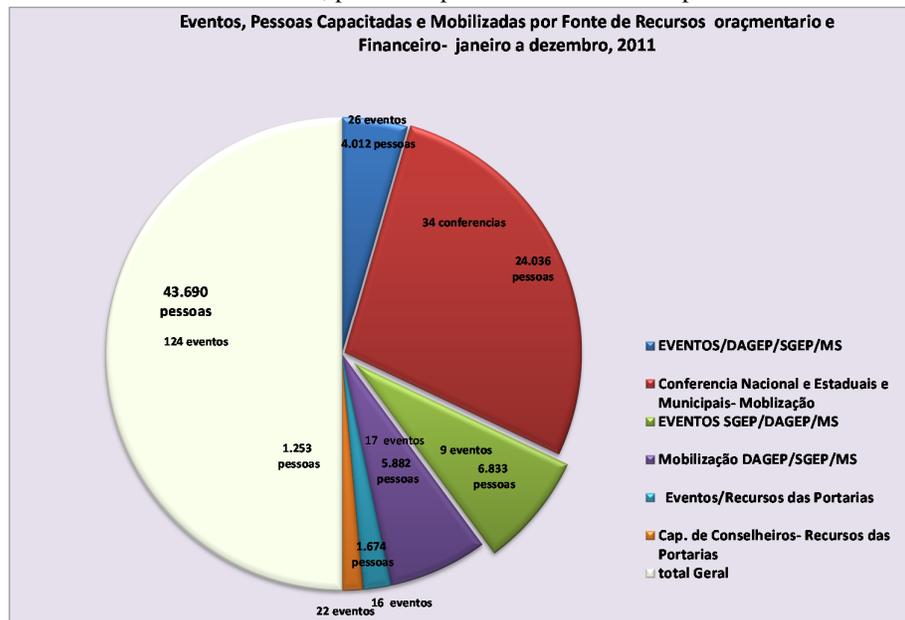
A análise dos resultados permite avaliar como satisfatório o desempenho das ações realizadas por meio de convênios com as Unidades Federativas. A avaliação das atividades e dos resultados apresentados por região demonstra a importância do desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento dos convênios.

No período de 2004 a 2011 o DAGEP celebrou 264 convênios assim distribuídos: com pendências na prestação de contas são 49 convênios, finalizados são 181 convênios, e em execução são 34 convênios.

Conforme o gráfico abaixo foi realizado o total de 124 eventos com 43.690 pessoas capacitadas e mobilizadas, a saber: a) 26 eventos com 4.012 pessoas com recursos do DAGEP/SGEP/MS; b) participação do DAGEP em 34 Conferências Municipais e Estaduais e a Nacional com a participação de 24.036 pessoas; c) 9 eventos com a participação de 6.833 pessoas que a SGEP apoiou com recursos orçamentários e financeiros do DAGEP; 16 eventos de mobilização social que o DAGEP participou com envolvimento de 5.882 pessoas.

Referente aos recursos das Portarias n.º 3060/2007, 2588/2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010, foram o total de 38 eventos com a participação de 2.927 pessoas, a saber: 22 capacitações de Conselheiros de Saúde com a participação de 1.253 e 16 eventos com a participação de 1.674 pessoas.

Gráfico: 1- números de eventos, pessoas capacitadas e mobilizadas por fonte de recursos.



Fonte: DAGEP/SGEP/MS, 2011

Eventos de Mobilização Social realizados

O DAGEP/SGEP participou em 17 eventos de mobilização social contando com a participação de 5.882 pessoas.

Abril

- ✓ VIII Seminário Nacional Religiões Afro-Brasileiras- Teresina/Piauí, contou com a participação de 580 pessoas e teve como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS;
- ✓ Fórum Nacional de Entidades negras para Participar do VIII Seminário Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde Piauí- com a participação de 400 pessoas;

Mai

- ✓ VIII Encontro Estadual do MOPS PR- realizado no Paraná - com a participação de 50 pessoas;
- ✓ 11º Congresso da CONAM- São Paulo - com a participação de 3.000 pessoas. Neste rico processo foram mobilizadas mais de 20 mil entidades e associações de moradores do País, que debateram a tese "*Consolidar as Conquistas para Aprofundar as Mudanças*" em mais de 500 plenárias municipais, regionais e estaduais. Mais de 2.800 delegados foram eleitos e mais de 2.000 delegados participaram da plenária final do 11º Congresso.

Junho

- ✓ II Encontro Nacional de Mulheres de Axé na Paraíba - nos dias 17 e 18 do mês de junho, com a participação de 70 pessoas, no auditório do Centro Turístico de Tambaú. Teve como objetivo atrair a atenção da população e ampliar a discussão acerca dos problemas enfrentados pelas mulheres de terreiro, que também afetam outras minorias em todo o país.

Julho

- ✓ I Seminário Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Tecnologias em Saúde – Realizado em Rondônia com a participação de 400 pessoas, tendo como objetivos: qualificar as informações sobre tecnologias em saúde para a população de terreiros, ampliar a participação das lideranças de terreiros nos espaços de controle social de políticas públicas de saúde e fortalecer as ações da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde em parceria com o Sistema Único de Saúde;
- ✓ Seminário Mulheres de Terreiros, a Ética Ancestral dos Terreiros, Saúde e Sustentabilidade Ambiental- realizado na Paraíba - com a participação de 260 pessoas.

Agosto

- ✓ Seminário preparatório antevê a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde como marco para o novo consenso internacional em saúde. Realizado no RJ, contou com a participação de 150 pessoas. O objetivo do seminário foi alcançado plenamente com o cumprimento da agenda de conferências e discussão em torno dos eixos temáticos da conferência, contextualizados nas experiências e condições do Brasil. A agenda foi organizada em cinco painéis: Ação intersetorial para o combate às iniquidades em saúde;
- ✓ VI Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas -CONAQ-15 anos de luta, Nenhum Direito a Menos- realizado no Rio de Janeiro - com a participação de 450 pessoas;
- ✓ Oficina Regional Nordeste Para o Controle Da Tuberculose na População em Situação de Rua- realizado em Pernambuco com a participação de 70 pessoas;
- ✓ Oficina Regional Sudeste Para o Controle Da Tuberculose na População em Situação de Rua- realizado no Rio de Janeiro com a participação de 50 pessoas;

- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT- realizada em Brasília- DF com a participação de 16 pessoas;
- ✓ Dialogo da Visibilidade Lésbicas- Brasília-DF- com a participação de 80 pessoas- Promotores do evento: a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (Dagep), o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para Mulheres, por meio de sua Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. A invisibilidade de lésbicas contribui para maior vulnerabilidade destas mulheres em relação à sua saúde, educação, trabalho etc. Diante da ausência de informações específicas, profissionais de saúde, justiça e segurança pública têm dificuldades de perceber as necessidades deste público e atendê-lo adequadamente”, pontuou Júlia Roland, diretora do Dagep.

Outubro

- ✓ Colóquio Nacional de Saúde da População Negra, Um Passo Importante da CONEN Rumo a XIV Conferência Nacional de Saúde- realizado mês de outubro em Brasília- DF com a participação de 120 pessoas;
- ✓ Seminário Internacional da Ouvidoria e Gestão Participativa Brasil- Itália- Brasília-DF- realizado no mês de outubro com a participação de 150 pessoas.

Novembro

- ✓ Encontro dos Conselhos Distritais de Saúde de Salvador-BA - com a participação de 36 pessoas;
- ✓ Congresso Nacional da UNEGRO – com a participação de 900 pessoas.

Eventos realizados com recursos das Portarias de n.º 3060/2007, 2588//2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010.

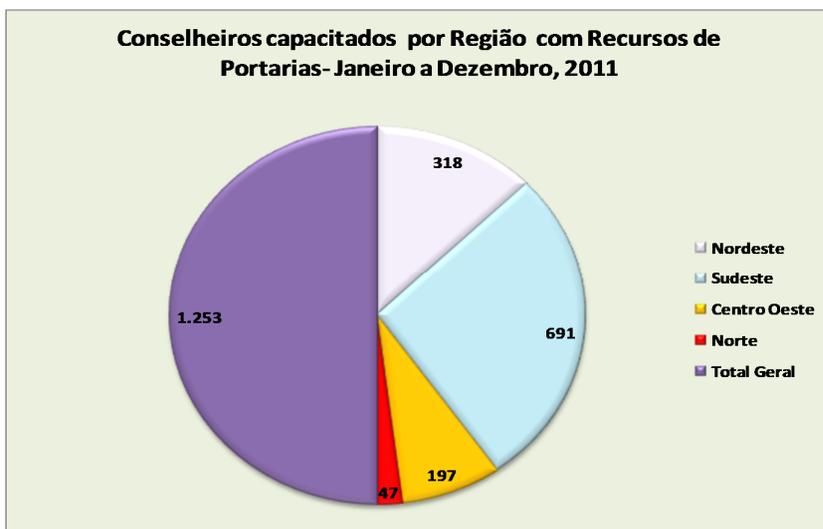
Tabela: 1 – Capacitações de Conselheiros de Saúde com Recursos das Portarias da ParticipaSUS

CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS PORTARIAS, nº 3060/2007, 2588//2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010.			
Tipo de Capacitação	Local	Conselheiros capacitados	Mês
Capacitação e Implementação dos colegiados microregionais de conselhos municipais de saúde	Minas Gerais	512	Fevereiro
Capacitação de Conselheiros	Sumaré- SP	50	janeiro
Capacitação de conselheiros	Goiás	116	janeiro
Capacitação de conselheiros- Noções Básicas de informática	Distrito federal	6	janeiro
Capacitação de Conselheiros	Distrito federal	75	janeiro
Capacitação de Conselheiros	Rio de Janeiro	32	janeiro
Capacitação de Conselheiros	São Paulo	97	janeiro
Capacitação de Conselheiros	Roraima	47	janeiro
Capacitação de Conselheiros	Alagoas	176	junho
Capacitação de Conselheiros	Batalha- AL	11	junho
Capacitação de Conselheiros	Pão de Açúcar-AL	16	junho
Capacitação de Conselheiros	Jacaré dos homens- AL	14	junho
Capacitação de Conselheiros	Carneiros- AL	7	junho
Capacitação de Conselheiros	Olho de água Flores- AL	10	junho
Capacitação de Conselheiros	Senador Rui Plameira- AL	10	junho
Capacitação de Conselheiros	Igreja Nova- AL	12	junho
Capacitação de Conselheiros	Teotônio Vilela- AL	14	junho
Capacitação de Conselheiros	Junqueiro- AL	9	junho
Capacitação de Conselheiros	Minador do Negão	10	junho
Capacitação de Conselheiros	Belém -AL	10	junho
Capacitação de Conselheiros	Estrela do Alagoas- AL	8	junho
Capacitação de Conselheiros	Caçimbinhas-AL	11	junho
Total Geral		1.253	

Fonte: DAGEP/SGEP/MS, 2011

Foram realizadas 22 capacitações de conselhos estaduais e municipais de saúde nas Regiões Centro Oeste, Sudeste e Norte sendo capacitados 1.253 conselheiros com recursos orçamentários e financeiros das Portarias acima citadas.

Gráfico: 2- Análise de capacitação de Conselheiros de Saúde dos Estados por meio de recursos das Portarias de n.º 3060/2007, 2588//2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010- janeiro a dezembro de 2011.



Fonte: DAGEP/SGEP/MS, 2011

O gráfico acima demonstra as capacitações de conselheiros com recursos orçamentários e financeiros das referidas Portarias, pelas Regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, a saber: 318, 691, 197 e 47, o total de 1.253 conselheiros de saúde capacitados, respectivamente, bem como, sendo realizados 22 eventos de janeiro a dezembro, 2011.

Eventos realizados com recursos das Portarias 3060/2007, 2588//2008, 2344/2009, 3251/2009 e 2239/2010.

Foram realizados 16 eventos 1.674 pessoas envolvidas.

Janeiro

- ✓ Encontro de Avaliação da Implantação da política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa- Brasília-DF - com a participação de 33 pessoas;
- ✓ Seminário de Mobilização Social em Defesa do SUS/Brasília-DF- com a participação de 47 pessoas.

Março

- ✓ Oficina de Monitoramento e Avaliação do Termo de Compromisso de Gestão Estadual 2010/2011 e a Pactuação para 2012/2015- Realizada em Macapá/Amapá, com a participação de 100 pessoas com o objetivo de integrá-lo ao Plano Estadual de Saúde;
- ✓ Oficina de Capacitação de profissionais (NASF)- Realizada no Maranhão, com a participação de 100 pessoas;

- ✓ Oficina de Apoio e Orientação Técnica através de Técnicos do Núcleo ParticipaSUS- realizada no Maranhão, contou com a participação de 46 pessoas;
- ✓ Oficina de mobilização, agendamento e descida para municípios das três esferas Macros Regionais, a fim da realização de mapeamento/diagnóstico situacional dos Conselhos Municipais de Saúde- Realizada no Maranhão, com a participação de 240 pessoas;
- ✓ Oficina de Fortalecimento/ Implantação da Política ParticipaSUS- Realizada nos municípios da regional de São Luiz- Maranhão, com a participação de 60 pessoas teve como objetivo fortalecer o controle social na perspectiva da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participava no SUS (PARTICIPASUS);
- ✓ Seminário do Programa de Inclusão Digital para Conselheiros e Gestores da Regional – Realizado em São Luís/ Maranhão, com a participação de 30 pessoas;
- ✓ Seminário Estadual de Formação de Educadores e Multiplicadores para o Controle Social- Realizado no Maranhão, com a participação de 40 pessoas;
- ✓ I Encontro de Conselheiros e Coordenadores Regionais de Plenárias de Conselhos de Saúde – Realizado no Maranhão, com a participação de 40 pessoas.

Abril

- ✓ Oficina de Fortalecimento/Implantação da Política ParticipaSUS – nos municípios da Regional de São Luís- Maranhão- com a participação de 210 pessoas, objetivando capacitar conselheiros de saúde sobre a ParticipaSUS e sua importância para o Estado;
- ✓ Seminário Estadual de Formação de Educadores e Multiplicadores para o Controle Social - Conselheiros Municipais de Saúde e Coordenadores Regionais de Plenárias de Conselhos de Saúde/ Maranhão- com a participação de 140 pessoas;
- ✓ I Encontro de Conselheiros e Coordenadores Regionais de Plenárias de Conselhos de Saúde das 15 Regionais de Saúde para capacitação e Controle Social- Maranhão - com a participação de 192 pessoas;
- ✓ Seminário para o Programa de Inclusão Digital para Conselheiros e Gestores da Regional de São Luís- Maranhão- com a participação de 78 pessoas.

Mai

- ✓ I Oficina de Ouvidoria do SUS Preparatória para 6º Conferência Nacional de Saúde – Realizada em Fortaleza/Ceará - com a participação de 98 pessoas;
- ✓ Seminário de Saúde no Ceará: Definindo Prioridades – com 220 participantes. O objetivo foi de discutir o quadro atual da política de saúde e da implementação do SUS no Ceará. Identificar os desafios da gestão, do financiamento e fortalecimento do processo de participação popular do SUS no contexto da realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Participação do DAGEP nas Conferências Estaduais e Municipais de Saúde

O DAGEP/SGEP participou em 33 Conferências estaduais e municipais e da 14ª Conferência Nacional de Saúde, com a participação de 24.036 pessoas envolvidas, conforme Tabela abaixo:

Junho

- ✓ 6ª Conferência Municipal de Gurupi –TO - com participação de 150 pessoas entre conselheiros de saúde, representantes de movimentos sociais e trabalhadores da saúde. A referida conferência debateu o tema da 14ª CNS aprofundando temas como acesso e

- qualidade dos serviços e fortalecimento da participação social. A participação do DAGEP/SGEP se deu no formato de fala de conclusão e de respostas aos questionamentos levantados pelo público;
- ✓ IX Conferência Municipal de Palmas- TO - com participação de 300 pessoas. O evento aconteceu no auditório de Cuíca da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e se estendeu até o dia 15, com exposições, mesas de conversas, debates e plenárias que reuniram usuários e gestores do sistema público municipal de saúde;
 - ✓ 16ª Conferência Municipal de São Paulo – SP - com participação de 1.000 pessoas na mesa de abertura com a presença do Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha. A Conferência Municipal de Saúde fez parte das reuniões preparatórias para a 14ª Conferência Nacional de Saúde que estão ocorrendo em todo o País;
 - ✓ 6ª Conferência de Varzelândia - MG - com participação de 220 pessoas;
 - ✓ V Conferência Municipal de Taboão da Serra- SP - com participação de 400 pessoas. A Prefeitura de Taboão da Serra, através da Secretaria de Saúde, realizou a 2ª Conferência Municipal de Saúde para analisar os avanços e retrocessos no SUS e propor a formulação das políticas de saúde. O ponto alto desse encontro foi à participação popular e a geração de diretrizes para saúde pública nos próximos quatro anos;
 - ✓ Conferência Municipal de Araras – SP- com a participação de 50 pessoas.

Julho

- ✓ 5ª Conferência Municipal de Saúde - Suzano- SP - com participação de 350 pessoas. O tema “O SUS é meu, é seu, é de todos nós! O que mudou e o que precisa melhorar?”, a conferência em Suzano é preparatória às etapas regional e nacional;
- ✓ V Conferência Municipal de Saúde de Paulista - PE – com participação de 250 pessoas. O Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde (MS), Mozart Sales, participou na terça-feira (12.07), às 19h, da abertura desta Conferência Ele abordou o tema: “Todos usam SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”;
- ✓ 10ª Conferência Municipal de Saúde de Rio Claro-SP - com participação de 200 pessoas. O evento foi organizado pela Fundação de Saúde em parceria com o Conselho Municipal de Saúde, no Sesi, aberto à comunidade. As propostas apresentadas nas pré-conferências realizadas durante o mês de junho foram analisadas e votadas na plenária, dia 2;
- ✓ Conferência Municipal de Embu das Artes - SP, com participação de 200 pessoas. Foi realizada, pela da Secretaria de Saúde, levou uma série de propostas extraídas da 8ª Conferência Municipal de Saúde. Realizada de 1º a 3/7, a Conferência Municipal teve como tema “Todos usam o Sistema Único de Saúde (SUS)! O SUS na seguridade social, política pública, patrimônio do povo brasileiro”. Ocorreu depois de três Pré-conferências Regionais, promovidas com participação de comunidades nos bairros Jardim Sílvia, Parque Pirajuçara e Jardim Santa Emília, e das quais foram elaboradas propostas para o encontro municipal;
- ✓ 8ª Conferência Municipal de Saúde São Luís -MA - com participação de 200 pessoas com o tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do Povo Brasileiro”, se iniciou no Rio Poty Hotel, a 8ª Conferência Municipal de Saúde, em mesa presidida pelo prefeito João Castelo. O evento, consolidado ao longo dos anos como fórum de debates e proposição da Política de Saúde no Luís, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (*Semus*) e do Conselho Municipal de Saúde;
- ✓ Conferência Distrital de Taguatinga- Brasília-DF - com a participação de 200 pessoas;
- ✓ 5ª Conferência Municipal de Saúde de Guarulhos-SP - com a participação de 500 pessoas, no Teatro Adamastor Centro;

- ✓ V Conferência Municipal de Taboão da Serra- SP - com participação de 400 pessoas. A Prefeitura de Taboão da Serra, através da Secretaria de Saúde, realizou a 2ª Conferência Municipal de Saúde para analisar os avanços e retrocessos no SUS e propor a formulação das políticas de saúde. O ponto alto desse encontro foi à participação popular e a geração de diretrizes para saúde pública nos próximos quatro anos;
- ✓ Conferência Municipal de Araras – SP- com a participação de 50 pessoas.

Agosto

- ✓ III Conferência Municipal de Saúde em Porto Calvo- Alagoas - com participação de 104 pessoas, tendo como tema "Todos usam o SUS" reuniu, de forma clara, usuários, trabalhadores, prestadores e gestores do SUS, para discutir e refletir sobre as condições de saúde da população e a gestão do SUS, expressando posições e votando questões orientadoras do sistema.

Setembro

- ✓ VII Conferência Estadual de Saúde (COESA) – Maceió/AL, com participação de 600 pessoas. O objetivo do evento foi discutir as propostas elaboradas durante as conferências municipais realizadas pelos 102 municípios alagoanos. A iniciativa objetivou melhorar as condições de acesso à saúde pública;
- ✓ 7ª Conferência de Saúde do Distrito Federal (7ª CSDF) - com participação de 400 pessoas. O Secretário de Saúde e presidente do Conselho de Saúde do DF, José Geraldo Maciel, disse durante a abertura que a criação do SUS “era uma das maiores conquistas sociais do Brasil”, fruto da luta pela reforma sanitária e das discussões da sociedade num processo pela efetivação e implementação de uma assistência de qualidade. A grande conquista estava na participação da sociedade através das conferências de saúde quando os cidadãos podiam dar uma grande contribuição a este processo;
- ✓ 6º Conferência Estadual do Rio Grande do Sul – com participação de 1.200 pessoas. Teve como objetivo de Impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do SUS garantidos na Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento do SUS/RS;
- ✓ 6ª Conferência Estadual de Saúde do Ceará-CE - com participação de 2.000 pessoas, e 184 municípios cearenses, na Fábrica de Negócios. Um dia antes da abertura, aconteceu, no dia 20, a caminhada “Consolidando o Controle Social em Defesa do SUS”;
- ✓ VII Conferência Estadual de Saúde de Goiás – GO - com participação 750 pessoas, no Centro Pastoral no Centro Pastoral Dom Fernando, em Goiânia, com a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha;
- ✓ 6ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo – SP - com participação de 1.500 pessoas e umas das recomendações foram fim da privatização do SUS/SP e a retomada da gestão pública dos equipamentos e serviços públicos de saúde, e a garantia por parte do governo do Estado de que os mesmos terão o financiamento necessário para cumprir sua função de prestar uma assistência de qualidade à população;
- ✓ VII Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais – MG, realizada na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte, reuniu mais de 2.000 mil pessoas na capital mineira promovida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) e o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES/MG);

Outubro

- ✓ VII Conferência Estadual da Saúde aconteceu em Campo Grande- Mato Grosso do Sul/MS, com participação de 465. O objetivo da conferência foi promover debates sobre políticas públicas de saúde em Mato Grosso do Sul e seu fortalecimento. E para abrir oficialmente o evento, estiveram presentes o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o governador André Puccinelli, a secretária de Estado de Saúde, Beatriz Dobashi, e o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Florêncio Escobar;
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde do MT realizada em Cuiabá - com participação de 600 pessoas. O tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro” a sétima edição da Conferência Estadual de Saúde debateu o eixo proposto pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) “Acesso e acolhimento com qualidade – um desafio para o SUS”, que se desdobra em três subeixos: Política de Saúde na Seguridade Social, segundo os princípios da INTEGRALIDADE, UNIVERSALIDADE E EQUIDADE; Participação da Comunidade e Controle Social; Gestão do SUS;
- ✓ 6ª Conferência Estadual de Saúde do Piauí - Teresina - com participação 426 pessoas. A solenidade contou com a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; do governador do Piauí Wilson Martins; da secretária de estado da Saúde, Lilian Martins, dentre outras autoridades do judiciário, legislativo e entidades de classes;
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde da Paraíba - João Pessoa - com participação de 1.200 pessoas. Teve como objetivo abordar os desafios enfrentados hoje pelo SUS para garantir boas condições de acesso, acolhimento humanizado e qualidade da atenção integral à saúde;
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – Natal - com participação de 1.000 pessoas que representavam os 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), além de palestrantes, convidados e autoridades;
- ✓ VII Conferência Estadual de Saúde de Rondônia- Porto Velho - com participação de 300 pessoas aconteceu no auditório da ULBRA – PVH/RO;
- ✓ 5º Conferência Estadual de Saúde de Sergipe/SE - com a participação de 400 pessoas;
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde do Pará - com a participação de 628 pessoas. Abordou os desafios enfrentados hoje pelo SUS para garantir boas condições de acesso, acolhimento humanizado e qualidade da atenção integral à saúde;
- ✓ VIII Conferência Estadual de Saúde de São Luís – Maranhão – com a participação de 659 pessoas. A secretária executiva do Conselho Estadual de Saúde (CES), Isabel Mirim Macedo, explicou que foram realizadas mobilizações em mais de 200 municípios.
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde do Tocantins - Palmas - com participação de 456 pessoas abordando o tema central da Conferência: "Todos usam o SUS! SUS na seguridade social, política pública, patrimônio do povo brasileiro";
- ✓ 7ª Conferência Estadual de Saúde de Pernambuco Zilda Arns e João Francisco Gonçalves - com participação de 2.000 pessoas, no Centro de Convenções de Pernambuco, e teve entre outros objetivos avaliar a situação da saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde.

Novembro

- ✓ **14ª Conferência Nacional de Saúde à Sociedade brasileira** - realizada no mês de novembro em Brasília - com participação de 3.428 delegados e convidados! Todos usam o SUS: SUS na Seguridade Social! Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro! Acesso e Acolhimento com Qualidade: um desafio para o SUS.

PPA (2008-2011) AÇÃO: 8707 – Ampliação e Fortalecimento da e Mobilização Social em Defesa do SUS.

O conteúdo desta ação refere-se à promoção e ao apoio a eventos de fomento à ação participativa, focada no direito à saúde, respeitando a identidade étnico-racial, cultural e religiosa dos diferentes segmentos populacionais que constituem o povo brasileiro. Apoiando à participação ativa nas instâncias de controle social

Essa ação visa ainda o fortalecimento de gestão do conhecimento, promovendo estudos, pesquisas e divulgação de experiências, e sua sistematização, elaboração de publicações sobre gestão estratégica e participativa, práticas e conteúdos da ParticipaSUS; a promoção de mecanismos para gestão da informação e do conhecimento produzido pela SGEF, apoiando a construção e implantando ferramentas para o gerenciamento e a integração dos componentes da ParticipaSUS, apoiando financeiramente e tecnicamente as esferas de governo, universidades, conselhos de saúde e entidades da sociedade civil e a promoção e apoio a comunicação e divulgação institucional, fortalecendo o apoio e a implementação do Pacto pela Saúde com destaque para o Pacto em Defesa do SUS, junto aos gestores e trabalhadores da saúde, sensibilizando a sociedade, o legislativo e os movimentos sociais, apoiando o desenvolvimento da estratégia de Apoio Integrado às unidades federadas, contribuindo para construção de diretrizes e estratégias para o fortalecimento da ParticipaSUS.

Objetivos Específicos:

- ✓ Apoiar o funcionamento do Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Promover a Conferência Nacional de Saúde;
- ✓ Mobilizar a sociedade civil para a ampliação da consciência sanitária e do direito à saúde;
- ✓ Fortalecer o controle social e a ação participativa;
- ✓ Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde.

Público-alvo:

- ✓ Gestores do SUS, secretários estaduais e municipais de saúde, delegados das conferências de saúde, conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde, gestores e trabalhadores da saúde, usuários do SUS, prestadores de serviços do SUS, movimentos sociais organizados, ONGs, e técnicos dos Ministérios para ações intra e intersetoriais.

A Ação contempla a subação: Qualificação da Participação Social e da Gestão Participativa, atividades de produção e divulgação de experiências em gestão participativa, vídeos, apoiar ações de cooperação técnica fortalecer fóruns em defesa do SUS e implementar iniciativas na redução das desigualdades em saúde.

Planejamento

Foram planejadas e realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Produção e divulgação de experiências em gestão participativa;
- ✓ Produção de vídeos sobre democracia participativa, participação e controle social para a mobilização social pelo direito à saúde;
- ✓ Promover, apoiar e participar de eventos de cooperação técnica nacional e internacional (ParticipaSUS e fortalecimento do controle social);
- ✓ Contribuir com ações para que os estados e municípios adotem iniciativas que reduzam as iniquidades;
- ✓ Promover o fortalecimento da gestão participativa em defesa da Reforma Sanitária;

- ✓ Desenvolver, promover e apoiar estratégias de Apoio Integrado às unidades federadas com ênfase na implantação da ParticipaSUS;
- ✓ Promover e apoiar a construção e implantação de ferramentas da ParticipaSUS;
- ✓ Promover e apoiar a realização de eventos sobre ParticipaSUS;
- ✓ Contribuir para que estados e municípios adotem iniciativas que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde.
- ✓ Realização de 26 eventos com vistas à ampliação e ao fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS;
- ✓ Realização de mobilização social, envolvendo 36.577 pessoas da sociedade civil e movimentos sociais, em defesa do SUS e do direito à saúde;

Eventos realizados

Março

- ✓ Oficina de Planejamento do MOPS - Brasília-DF, com a participação de 15 pessoas. Esta Oficina teve como propósito fortalecer as lutas do movimento por meio de estratégias e instrumentos norteadores que propiciem a articulação, reduzindo as distâncias geográficas e as dificuldades de encontros presenciais. O DAGEP ofereceu o apoio técnico e financeiro, com o objetivo de dotar os participantes de conhecimentos que lhes permitam gerar, planejar, executar e acompanhar as demandas de saúde no seu território, assim como dar visibilidade e fortalecer o movimento social nos estados;
- ✓ Videoconferência Mobilização dos Conselhos de Saúde para Integrar as Ações de Combate a Dengue - Brasília- DF, com a participação de 1.350 - A iniciativa de mobilizar conselheiros de saúde, lideranças comunitárias e sociedade civil organizada, para reforçar as ações de controle da dengue em todo o país, ganhou reforço, por meio de uma ação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde CNS.

Abril

- ✓ Oficina Preparatória da 14ª Conferência Nacional de Saúde com Liga Brasileira de Lésbicas – em Brasília - DF, com a participação de 26 pessoas em Abril com objetivo de discutir a da 3ª Jornada Lésbica Feminista;
- ✓ V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde- ABRASCO - em São Paulo - SP. Oficina Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS): Diálogos na Saúde Coletiva que foi realizada em parceria com os Coletivos de EP&S e articulados ao Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (CNEPS/SGEP/MS). Foi uma das atividades Pré - V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde realizada na cidade de São Paulo, Campus da Cidade Universitária – USP. Contou com a participação de 43 pessoas;

Maior

- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População Negra – Brasília - DF - com a participação de 26 pessoas, foi discutido o escopo e prioridades da SGEP para a 14ª Conferência Nacional de Saúde, seguida de discussão sobre estratégias de apoio à implementação da Política de Combate Racismo Institucional nos SUS, bem como seu financiamento. Na seqüência, palestraram: representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (CISPN/CNS) e da Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (COFIN/CNS).

Junho

- ✓ Oficina com a Confederação de Mulheres do Brasil: Rede Cegonha - São Paulo - SP, com a participação de 18 pessoas;
- ✓ I Encontro Nacional de Movimentos Sociais do Campo e da Cidade em Defesa do SUS - da 14ª Conferência Nacional de Saúde teve como proposta fazer uma análise da conjuntura da saúde, um debate sobre o papel dos movimentos e entidades em defesa do SUS - realizado Brasília-DF, contou com participação de 80 pessoas;
- ✓ Vídeo Conferência Construindo a Política de Educação Popular em Saúde no contexto da Mobilização para 14ª Conferência Nacional de Saúde - Brasília-DF, com a participação de 230 pessoas;
- ✓ Construindo a Política de Educação Popular em Saúde no contexto da Mobilização para 14ª Conferência Nacional de Saúde – Brasília – DF, com a participação de 59 pessoas;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Educação Popular- Brasília- DF, com a participação de 50 pessoas;
- ✓ Destaque para a Tenda Paulo Freire – Brasília – DF, com a participação de 150 pessoas.

Agosto

- ✓ Reunião de Planejamento do DAGEP/SGEP - Brasília – DF, reunindo 68 pessoas;
- ✓ Lançamento do Prêmio Sérgio Arouca- Brasília - DF, no Congresso do CONASSEMS, contou com a participação de 100 pessoas. O Prêmio, criado em 2005, homenageia o sanitarista Sérgio Arouca, um dos líderes da Reforma Sanitária no País, e fez parte da agenda da 14ª Conferência Nacional de Saúde, cujo eixo é “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”. O objetivo da iniciativa é promover o reconhecimento e a divulgação de experiências exitosas de gestão participativa em saúde nos serviços, organizações e movimentos sociais;
- ✓ Seminário: Ouvidoria do SUS: E Eu com isso? – Brasília - DF, contando com a participação de 400 pessoas. Esse espaço de discussão ocorreu durante o XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, do CONASEMS no dia 11/07, na Tenda Paulo Freire. Teve como objetivo refletir e criar estratégias para aproximar a ouvidoria da população, dos conselhos e dos movimentos sociais; além de aumentar a participação das pessoas para melhoria do SUS;
- ✓ Videoconferência de Promoção da Equidade em Saúde transmitida da sala do Datasus - Brasília - DF, com a participação de 260 pessoas, com o objetivo de fomentar o debate sobre equidade, com foco nas principais demandas de acesso e acolhimento dos serviços de saúde, com destaque para as populações do campo e da floresta, LGBT, população negra, população em situação de rua e ciganos;
- ✓ Reunião do Grupo da Terra- Brasília - DF- participação de 30 pessoas.

Setembro

- ✓ Seminário: Juventude, Políticas de Promoção da Equidade e Controle Social no SUS- Brasília- DF, contando com a participação de 30 pessoas;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População Negra- Brasília - DF com a participação de 30 pessoas;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua - Brasília–DF com a participação de 21 pessoas.

Outubro

- ✓ Oficina de Alinhamento Estratégico para Caravanas de Enfrentamento ao Crack - Brasília-DF, contando com a participação de 35 pessoas com a construção e consolidação

de um calendário nacional de Oficinas de Capacitação e Mobilização nos estados. Durante essas atividades, foram definidas metodologias, materiais educativos e estratégias de mobilização de movimentos populares e conselhos de saúde, voltadas para o enfrentamento ao Crack;

- ✓ Seminário Gestão Participativa e Controle Social no SUS: como garantir acesso e acolhimento com qualidade? - Brasília-DF contou com a participação de 220 pessoas. Essa foi a pergunta que norteou o Seminário “Gestão Participativa e Controle Social no SUS”, que aconteceu em Brasília nos dias 26 a 28 de outubro de 2011.

Novembro

- ✓ Tenda Paulo Freire: Espaço Saúde e Cultura Paulo Freire – Brasília – DF, com a participação de 450 pessoas, com objetivo de fomentar a Educação popular como metodologia do fazer saúde, estimulando a participação social durante a 14ª Conferência Nacional.

Dezembro

- ✓ Audiência Pública para Discutir Doença Falciforme – Macapá - AP, com a participação de 130 pessoas. Teve como objetivo discutir a anemia falciforme. Essa discussão tem um significado extremamente importante dentro das políticas públicas de saúde, porque enquanto prevalente no grupo da população negra tem a marca daquilo que nós chamamos de racismo institucional. Segundo o Ministério da Saúde (MS) a doença falciforme é uma enfermidade hereditária causada por uma hemoglobina mutante ligada à descendência de populações originárias principalmente da África subsaariana;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua- Brasília-DF com a participação de 21 pessoas;
- ✓ Reunião Comitê Técnico de Educação Popular - Brasília-DF, com a participação de 50 pessoas;
- ✓ Oficina Nacional de Saúde Quilombola- Brasília-DF, contou com a participação de 120 pessoas. A atividade que fortalece os esforços do movimento em defesa dos direitos quilombolas consolidou-se como um importante espaço de discussão e apropriação do direito à saúde e de mobilização em defesa do SUS, envolvendo gestores e lideranças. A ação foi coordenada pelo Dagep, que representa o MS junto ao programa Brasil Quilombola, da SEPPPIR. Palestras, debates e trabalhos em grupos constituíram a programação do evento, que resultou num plano de ação para a saúde quilombola a ser desenvolvido no quadriênio 2012-2015.

PPA (2008-2011) Ação: 8709 – Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade.

Esta Ação tem como foco o fomento à construção de políticas de promoção da equidade para grupos populacionais historicamente excluídos dos benefícios estatais, e em situação de desigualdades sociais e iniquidades em saúde, que deflagram nesses grupos uma maior probabilidade de adoecer e morrer.

A Ação responde às demandas reprimidas dos movimentos sociais pelo direito à saúde, bem como atua na direção dos Programas de inclusão social do Governo Federal, que busca desenvolver ações e atividades intersetoriais para resolução dos problemas macro-estruturados na sociedade brasileira. Faz-se necessário, portanto, a articulação e parceria com setores do Ministério da Saúde, e dos três níveis de gestão, para elaboração, pactuação, aprovação e implementação das políticas de promoção da equidade em saúde. As ações

intersectoriais buscam ampliar medidas de intervenção sobre determinantes e condicionantes da saúde visando à promoção da equidade em saúde, e melhoria do acesso e nível da saúde de populações em condições persistentes de vulnerabilidade e iniquidade.

A melhoria da atenção e cuidado à saúde da população quilombola integra o Programa Brasil Quilombola coordenado pela Presidência da República e compreende o conjunto de ações sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. Portanto, o papel do DAGEP é o de promover no nível federal atividades de mobilização da população quilombola em torno do direito à saúde e fortalecimento da participação e do controle social, em parceria com a gestão estadual e municipal, e tendo como perspectiva fortalecer os Territórios de Cidadania.

Objetivos Específicos

- a) capacitação de lideranças dos movimentos sociais para o exercício do controle social, para a consciência do direito à saúde e em defesa do SUS;
- b) capacitação de lideranças para ação sobre os determinantes sociais da saúde;
- c) capacitação de gestores e profissionais de saúde para a redução de iniquidades no SUS;
- d) realização de eventos de promoção da equidade para populações negra, do campo e da floresta, LGTB, em situação de rua, ciganos e outras;
- e) realização de campanha de combate à homofobia no SUS;
- f) realização de campanha sobre direito à saúde para população LGTB;
- g) realização de estudos para diagnóstico da situação de saúde dos povos ciganos no país e da população em situação de rua;
- h) desenvolvimento de estratégias para inclusão da população quilombola nos serviços e ações de saúde e de saneamento básico.

Público-alvo

a) segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e iniquidade em saúde (população negra e quilombola, do campo e floresta, cigana, LGBT, em situação de rua), gestores, trabalhadores e conselheiros de saúde. No caso da Ação 8215, gestores municipais com quilombos certificados e integrantes do Território de Cidadania.

Planejamento

Nesta Ação 8709 foram realizadas atividades voltadas à realização e/ou apoio à eventos por meio de Oficinas de sensibilização de gestores e trabalhadores da saúde no enfrentamento das iniquidades, bem como, a implantação de Instâncias de Promoção da Equidade. Os Comitês Estaduais são considerados instâncias de assessoria a gestão para o desenvolvimento das ações contidas nos Planos Operativos das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, visando à implementação das mesmas nos Estados e Municípios.

Resultados alcançados

Os Estados onde foram implantados Instâncias de Promoção da Equidade em Saúde são:

- ✓ Amazonas (AM); Alagoas (AL); Amapá (AP); Bahia (BA); Ceará (CE); Distrito Federal (DF); Espírito Santo (ES); Goiás (GO); Maranhão (MA); Minas Gerais (MG); Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS); Pará (PA); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Piauí (PI); Paraná (PR); Rio de Janeiro (RJ); Rondônia (RO); Roraima (RR); Rio Grande do Norte (RN); Sergipe (SE); São Paulo (SP); Tocantins (TO), totalizando 24 Comitês Implantados no período de 2008 a junho/2011.

Tendo em vista que a meta prevista foi de 27 Comitês Estaduais, atingiu assim, o percentual de 88,8% cumprimento da meta.

Vale ressaltar que no ano de 2011 foram implantados 6 comitês nos Estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Rondônia e Tocantins, entretanto, a manutenção dos que já foram implantados são indicadores das Instâncias de Gestão, e neste ano foram 3 extintos comitês dos estados do Acre, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Foi possível constatar avanços nos já existentes com participação ativa do DAGEP junto aos estados no desenvolvimento de estratégias para implementação das políticas existentes como a Política para População Negra, LGBT e Campo e Floresta.

No tocante a esta meta deve-se destacar que para implantação destes comitês e sua manutenção se faz necessário realizar várias atividades que são estratégias utilizadas para a implementação das políticas de equidade nos estados. Para tanto, o DAGEP realiza seminários, reunindo gestores, movimentos sociais e técnicos, sobre as políticas, fornecendo informações do conteúdo dessas políticas e criando estratégias de implementação nos Estados e Municípios para a manutenção dessas instâncias de gestão.

Atividades Realizadas

Enfrentamento de Iniquidades em Saúde

A redução das desigualdades sociais é uma das mais importantes diretrizes que orientam as políticas do atual governo brasileiro. As desigualdades em saúde persistentes e passíveis de ação de mudança são chamadas também de iniquidades. Essas desigualdades estão presentes em toda a sociedade, mas são facilmente percebidas em determinados segmentos, tais como as populações negras, do campo e da floresta, em situação de rua, LGBT, ciganos, quilombolas, entre outros. Para reduzir essas iniquidades o Ministério da Saúde e as demais esferas de gestão do SUS vêm atuando, por meio de seus respectivos pactos, na construção e implementação de políticas específicas que definem um conjunto de ações e metas sanitárias.

Para a efetivação do direito universal à saúde, a ParticipaSUS incorpora o enfrentamento das iniquidades em saúde como objetivo primordial. A equidade refere-se a uma atenção justa à saúde, sem privilégios ou preconceitos, respeitando as necessidades de cada cidadão. Implica ainda, em implementar mecanismos de indução de políticas, programas e ações em saúde para os grupos populacionais em condições de vulnerabilidade e iniquidade, reconhecendo suas demandas, determinantes e condicionantes sociais.

Para alcance desse objetivo a Política ParticipaSUS apóia a criação de instâncias técnicas de promoção da equidade em saúde nos estados; a implementação das políticas inclusivas para diferentes grupos populacionais; o desenvolvimento de ações que promovam a sensibilização de gestores, trabalhadores de saúde e movimentos sociais; bem como atividades voltadas para a disseminação dos direitos dos usuários do SUS. Para tanto o DAGEP vem apoiando eventos desta natureza para o enfrentamento das iniquidades.

Populações do Campo e da Floresta

O DAGEP/SGEP representa o Ministério da Saúde junto à Secretaria Geral da Presidência da República no processo de negociação de pautas articuladas com entidades e movimentos sociais relacionados a esse tema, a saber: Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

(MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O ano de 2011 foi marcado por várias conquistas para as populações do campo e da floresta, destaca-se a publicação da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. A Política será a base para ampliação do acesso aos serviços de saúde, a redução de riscos e agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida das populações do campo e da floresta.

Foi assinado o Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Saúde e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em maio de 2011, com o objetivo de estabelecer a articulação das ações interinstitucionais, incluindo um sistema de consulta e troca de informações, entre as duas instituições. O Acordo prevê ações para o aprimoramento da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (a) da Agricultura e Pecuária, com ênfase nas ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, utilizando as redes de atenção básica, média e alta complexidade do SUS.

Participação e promoção de eventos pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa:

- ✓ Oficina para elaboração do projeto de capacitação com a CONTAG;
- ✓ I Seminário Nacional da Organização Produtiva das Mulheres Extrativistas – Belém/ Pará
- ✓ Reunião do Grupo da Terra- Brasília-DF;
- ✓ Reunião de trabalho para elaboração de proposta de oficina para o enfrentamento ao uso de agrotóxicos;
- ✓ Reunião de trabalho para elaboração teórica e metodológica referente ao Ensino à Distância (EaD) em saúde do campo e da floresta;
- ✓ Reunião intersetorial sobre a saúde das populações do campo e da floresta.

População LGBT

O DAGEP/SGEP representa o Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e representa a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa na Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT do Conselho Nacional de Saúde.

Vale destacar que neste ano de 2011 foi marcado por várias conquistas para as População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), destaca-se a publicação da Portaria nº 2.866 de 2 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, o acesso a técnicas modernas para a mudança de sexo, redução de problemas causados pelo uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais, prevenção de câncer de mama e útero entre lésbicas e mulheres bissexuais e diminuição dos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e transexuais.

- ✓ Reunião de continuidade do Planejamento do DAGEP e Lançamento da Frente Parlamentar para a Política LGBT- Fortaleza –Ceará mês de março 2011;
- ✓ Oficina Preparatória da 14ª Conferência Nacional de Saúde (LBL – Liga Brasileira de Lésbicas) – mês de abril de 2011;
- ✓ 8º Seminário LGBT na Câmara dos Deputados e II Marcha Nacional contra a Homofobia – pela aprovação do PLC 122 – mês de maio de 2011;
- ✓ XV Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – mês de junho de 2011;
- ✓ Reunião do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e 3º Jornada Lésbica Feminista como o tema: Saúde - São Paulo - mês de junho de 2011;

- ✓ I Fórum de Saúde LGBT e Conferência Municipal de Saúde de Vitória/ES - mês de junho de 2011;
- ✓ Reunião Ministério da Saúde e Movimento Social LGBT –Brasília/DF- mês de agosto de 2011;
- ✓ Diálogo da Visibilidade Lésbica –Brasília/DF - mês de agosto de 2011;
- ✓ Encontro Nacional de ArtGay – mês de agosto de 2011;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT- realizada no mês de setembro em Brasília- DF;
- ✓ II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de São Paulo - mês de outubro de 2011;
- ✓ II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Piauí – mês de outubro de 2011;
- ✓ Seminário Escola Sem Homofobia – Mobilização Nacional por uma Educação Sem Homofobia – mês de novembro de 2011;
- ✓ Resolução da CIT Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Resolução nº 2, de 06 de dezembro de 2011);
- ✓ Café com Idéias: “Aids e Diversidades: Rompendo Preconceitos” - Espaço Saúde e Cultura Paulo Freire na 14ª Conferência Nacional de Saúde - 01 de dezembro de 2011;
- ✓ Publicação da Portaria nº 2.866 de 02 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, o acesso a técnicas modernas para a mudança de sexo, redução de problemas causados pelo uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais, prevenção de câncer de mama e útero entre lésbicas e mulheres bissexuais e diminuição dos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e transexuais.

População Negra

- ✓ Seminário no Rio de Janeiro com 300 Conselheiros municipais de saúde sobre Política integral de Saúde da População Negra, em março;
- ✓ III Seminário Municipal de Equidade em Saúde da População Negra do Rio de Janeiro Conselheiros Municipais de Saúde sobre a Política Integral da População Negra- Rio Janeiro- março;
- ✓ Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População Negra- Brasília mês de maio de 2011;
- ✓ VIII Seminário Nacional de Religiões Afro- Brasileiras e Saúde: Dialogando com as Políticas Públicas de Saúde- Teresina- PI- mês de Abril;
- ✓ Fórum Nacional de Entidades Negras para Participar do VIII Seminário Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde –Piauí- mês de junho;
- ✓ II Encontro das Mulheres de Axé para preparação da 14ª Conferência Nacional de Saúde- João Pessoa/ PB – mês de junho;
- ✓ Organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), o 4º Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas tem o objetivo de fortalecer a luta pelo direito a terra, ao desenvolvimento sustentável e à igualdade e dignidade. realizado de 04 a 07 de agosto o encontro aconteceu nas dependências da UERJ (Universidade do Rio de Janeiro). Com a participação de 500 delegados participantes;
- ✓ Reunião Comitê Técnico Saúde da População Negra – Brasília -DF realizado no mês de setembro;
- ✓ I Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos Povos Tradicionais- realizado no mês de setembro - Guarapari-ES;

- ✓ Encontro de Lideranças Negras rumo à 14ª Conferência Nacional de Saúde- SP- realizado em São Paulo no mês de setembro;
- ✓ Colóquio Nacional de Saúde da População Negra, um passo importante da CONEN Rumo a XIV Conferência Nacional de Saúde realizada mês de outubro;
- ✓ 3ª ENAFAL- Encontro Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciforme, do VI Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme- realizado em Fortaleza- Ceará no mês de outubro;
- ✓ Mês de Mobilização em Prol da Saúde da População Negra- realizado no mês de outubro em Porto Alegre-RGS;
- ✓ Audiência Pública – Saúde da População Negra- realizado em Salvador- mês de outubro;
- ✓ VI Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme- Realizado nos 18 a 20 de outubro em Fortaleza/CE;
- ✓ Seminário de Capacitação de Gestores em Saúde da População Negra- Realizado em Salto-SP no mês de outubro;
- ✓ Seminário de Saúde da População Negra- realizado em Campo Grande MT no mês de outubro;
- ✓ 4º Congresso Nacional da União de Negros Pela Igualdade – Por um Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional: Negras e Negros Compartilhando o Poder - O evento ocorreu de 10 a 13 de novembro no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, DF com a participação de 1.050 pessoas;
- ✓ Audiência Pública para Discutir Doença falciforme- Macapá – Dezembro;
- ✓ Saúde da População Negra do Amapá- A Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes (SEAFRO) e o *Gabinete da Deputada Estadual Cristina Almeida (PSB)*, Secretaria Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Igualdade Racial e a Escola de Administração Pública - EAP promovem nesta sexta-feira dia (09) de Dezembro, às 14h, no Centro de Convenções João Batista de Azevedo Picanço, uma Audiência Pública com o tema, “Política Saúde Integral da População Negra: Igualdade Racial é pra Valer”;
- ✓ IV Encontro Nacional de Comunidades Quilombola.

População em Situação de Rua

- ✓ II Seminário Estadual sobre População em Situação de Rua - Realizado mês de março, em Salvador-BA;
- ✓ Oficina Regional Norte e Centro-Oeste para o Controle da Tuberculose;
- ✓ Reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento em Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua- Brasília-DF de março a dezembro;
- ✓ Oficina sobre Tuberculose e Mobilização Social para Lideranças do Movimento Nacional da População de Rua em Brasília-DF;
- ✓ Oficina Regional Sul para o Controle da Tuberculose na População em Situação de Rua- Porto Alegre/RS, mês de março;
- ✓ Oficina Regional Sudeste para o Controle da Tuberculose na População em Situação de Rua, no mês de agosto, no Rio de Janeiro;
- ✓ Reuniões do Fórum do DF da População de Rua- Brasília-DF;
- ✓ Oficina Regional Nordeste para o Controle da Tuberculose - mês de agosto, em Recife;
- ✓ Oficina sobre o Caderno do MDS sobre População em Situação de Rua;
- ✓ Reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua;
- ✓ Oficina de capacitação para profissionais que atuam na Atenção à População em Situação de Rua- Recife- realizada no mês de outubro;

PPA (2008-2011) AÇÃO: 8215 – Atenção à Saúde das Populações Quilombolas

Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola é um programa do Governo Federal coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com execução por vários ministérios, visando informar, sensibilizar e mobilizar gestores, a fim de promover ações de saúde nos municípios com comunidades quilombolas.

Planejamento

Foi planejado diversas atividades nesta Ação que envolveu a produção de matérias para a saúde de comunidades quilombolas, apoio à eventos para o enfrentamento das iniquidades em saúde e apoio a Projetos de desenvolvimento sustentável local para populações quilombolas.

A meta física desta Ação para 2011 foi de prestar atendimento a 66.000 pessoas. O número de atendimentos realizados foram 50.366, representando assim percentual o 76% de cumprimento desta meta.

Eventos Realizados

- ✓ IV Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas: CONQ -15 anos Rio de Janeiro- realizada em agosto;
- ✓ Seminário de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola- mês de setembro - Amapá;
- ✓ Oficina Nacional Quilombola- realizada mês de novembro;
- ✓ II Seminário de Saúde da População Quilombola- Minas Gerais – Montes Claro, mês de outubro.

Participação do corpo técnico do DAGEP em Eventos

Março

- ✓ VII Oficina de Alinhamento Estratégico de Ações e Planejamento da SGEPI;
- ✓ III Seminário Municipal de Equidade em Saúde da População Negra do Rio de Janeiro - Conselheiros municipais de saúde sobre Política integral de Saúde da População Negra abordando o preenchimento e a utilização do quesito raça/cor na formação e apropriação de dados epidemiológicos;
- ✓ Seminário Nacional da Organização Produtiva das Mulheres Extrativista - na cidade de Belém/PA. Durante três dias, mulheres extrativistas dos nove estados da Amazônia trocaram experiências, participaram de debates sobre temas relacionados às atividades produtivas na região e conheceram em detalhes o projeto conjunto do MDA e CNS para o fortalecimento das organizações produtivas de mulheres;
- ✓ Oficina Regional Sul Para o Controle Da Tuberculose na População em Situação de Rua- realizado em Porto Alegre com a participação de 70 pessoas;
- ✓ II Seminário Estadual sobre a População em Situação de Rua em Salvador/ Bahia.

Maior

- ✓ Seminário sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde da União Brasileira de Mulheres de Sergipe- Aracaju/SE;

- ✓ 8º Seminário LGBT na Câmara dos Deputados e II Marcha Nacional contra a Homofobia – pela aprovação do PLC 122;
- ✓ XV Encontro de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Mato Grosso: Oficina de Controle Social e Gestão Participativa- Oficina: Controle Social e Gestão Participativa, em Mato Grosso- Regional de Saúde de Diamantino que é composta pelos municípios de Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, Nortelandia, Nova Maringá, Rosário Oeste e São José do Rio Claro.

Junho

- ✓ XI Seminário Internacional em Saúde: A inclusão Social e Saúde na Amazônia Ocidental e III Fórum de Saúde Coletiva do Estado do Acre – foi realizado no campus da UFAC, em Rio Branco/AC. As propostas do fórum: discutir as políticas em nível internacional e nacional frente à inclusão social e a saúde; ampliar os conhecimentos acerca da inclusão social e saúde no mundo, Brasil e Amazônia Ocidental; apresentar as experiências das sociedades, profissionais, organizações governamentais e não governamentais;
- ✓ Fórum de Saúde LGBT e Conferência Municipal de Saúde de Vitória-ES Pré-Conferência Municipal de Saúde da 1º Coordenadoria Regional de Saúde- Fortaleza-Ceará;
- ✓ 8º “Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM) Rumo à 14ª Conferência Nacional de Saúde”, realizado em Praia Grande na cidade São Paulo. “Foram abordados temas como: os direitos sexuais e reprodutivos e controle social pelo movimento feminista e de mulheres” bem como, doenças coronárias, diabetes, lesão por esforço repetido (LER) e outras enfermidades que atingem, sobretudo as mulheres;
- ✓ II Congresso Estadual da União Brasileira de Mulheres de Recife-PE – contou com a participação de 800 mulheres com o tema: “Participação política da mulher e o desenvolvimento do Brasil”;
- ✓ II Congresso Estadual da União Brasileira de Mulheres – realizado no Rio de Janeiro.

Julho

- ✓ IX Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista -VI Internacional (IX FREPOP - VI Internacional) – preparatório da fase de organização da 14ª Conferência Nacional de Saúde. O evento pretende reunir participantes do país em três dias onde terá a possibilidade de discutir a pactuação de uma agenda de atividades para os próximos anos, no resgate da cultura popular e valorização das práticas integrativas de Saúde para o país;
- ✓ I Seminário da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro sobre a População em Situação de Rua. O encontro ocorreu no Rio de Janeiro e teve a participação de cerca de 100 defensores públicos.

Agosto

- ✓ Encontro Nacional de ArtGay – Natal/RN realizado com as Lideranças gays (masculinos) de todo o Brasil 1º Encontro Nacional da Articulação Nacional de Gays, que tem como tema “País rico é país sem excluído”;
- ✓ Visita ao Center for Disease Control and Prevention (CDC) e aos Centros de Referência que desenvolvam ações afirmativas para a população negra no campo da saúde, no âmbito do Plano de Ação Conjunta Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade. Local: Atlanta, Charleston e Chicago, EUA.

Setembro

- ✓ Conferência Livre Juventude- realizada em Brasília-DF com a participação de 50 pessoas;

- ✓ Reunião para Planejamento do Projeto DOGES/DAGEP/Confederação de Mulheres do Brasil (CMB) e União Brasileira de Mulheres (UBM) - Ouvir Mulher e Gestão Participativa representar o DAGEP, coordenar a Videoconferência do referido projeto e apoiar ações do DAGEP - 14ª Conferência Nacional de Saúde realizada em Recife-PE;
- ✓ VI Congresso Brasileiro, III Encontro Internacional e II Encontro Brasileiro de Pesquisas de Terapia Comunitária. - Realizado em Fortaleza/CE;
- ✓ Participar de reunião preparatória para a Conferência Estadual de Saúde da Bahia em Salvador e participar do debate preparatório;
- ✓ Oficina de capacitação para profissionais que atuam na Atenção à População em Situação de Rua- São Paulo;
- ✓ Lançamento da Caravana Social: Crack Tire essa Pedra do Caminho e participação da Conferência Estadual de Saúde do Ceará , com o objetivo de lançar um novo plano de enfrentamento ao crack;
- ✓ I Encontro de Lideranças Negras rumo à 14ª Conferência Nacional de Saúde- SP-realizado em São Paulo;
- ✓ O Seminário de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola – Macapá/AP. O evento acontece no Ceta Ecotel, no Distrito de Fazendinha;
- ✓ Reunião Preparatória para a Conferência Estadual de Saúde do Espírito Santo- realizada em Vitoria –ES;
- ✓ Reunião Prévia sobre a Conferência Nacional de Saúde do Mato Grosso do Sul;
- ✓ I Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado em Guarapari –ES;
- ✓ Oficina do GT Educação Popular sobre Sistematização da Política Nacional de Educação Popular em Saúde - Brasília-DF.

Outubro

- ✓ Seminário Nacional da Direção da União Brasileira de Mulheres – UBM - São Paulo;
- ✓ 3º ENAFAL – Encontro Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes, do VI Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme. Realizado em Fortaleza – CE;
- ✓ VI Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme- Realizado em Fortaleza/CE;
- ✓ Mês de Mobilização em prol da Saúde da População Negra realizado em Porto Alegre/RS;
- ✓ XX Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, realizado em Caldas Novas – GO;
- ✓ Audiência Pública – Saúde da População Negra, realizada em Salvador;
- ✓ Seminário de apresentação da Política de Gestão Estratégica e Participativa, realizado em Maceió – AL;
- ✓ I Seminário Regional de Saúde Mental Comunitária. Realizado em João Pessoa – PB;
- ✓ I Encontro Paraibano de Terapeutas Comunitários. Realizado em João Pessoa – PB;
- ✓ II Seminário de Saúde da População Negra e Quilombola do Estado de Minas Gerais. Realizado em Montes Claros – MG;
- ✓ Seminário de Capacitação de Gestores em Saúde da População Negra. Realizado em Salto – SP;
- ✓ II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais(LGBT) foi convocada através do Decreto Estadual n. 57.090/2011 e será realizada na cidade de São Paulo e terá como tema “ Por um Estado sem discriminação: respeito à cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”;
- ✓ II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Piauí;

- ✓ Capacitação em Controle Social de Políticas Públicas de Saúde no Núcleo Maranhão da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, realizada em São Luís – MA;
- ✓ Oficina de Harmonização de Conceitos em Saúde e Visitas aos Terreiros, realizada em São Luís – MA;
- ✓ Oficina de Consenso para a Definição de Conceitos Fundamentais da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, realizada em Aracaju – SE;
- ✓ Seminário Saúde da População Negra, realizada em Campo Grande – MS;
- ✓ Oficina de capacitação para profissionais que atuam na Atenção à População em Situação de Rua- Recife.

Novembro

- ✓ II Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado em Recife – PE;
- ✓ Audiência Pública: “Políticas Públicas para a Cultura”, realizado em São Paulo – SP;
- ✓ I Encontro Nacional de Educação Permanente em Saúde e III Encontro Estadual de Educação Permanente em Saúde do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre – RS;
- ✓ Seminário Metropolitano de Saúde Integral da População Negra para promover a implementação da Política nos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG;
- ✓ Conferência Estadual da Mulher da Bahia. Realizado em Salvador – BA;
- ✓ Reunião da Câmara Técnica da CIT acompanhando a pactuação das políticas LGBT e Campo e Floresta, realizado em Maceió – AL;
- ✓ Reunião de Planejamento da Coordenação de Apoio à Gestão Participativa e Controle Social, realizado em Maceió;
- ✓ Seminário Escola Sem Homofobia – Mobilização Nacional por uma Educação Sem Homofobia;
- ✓ Reunião dos Avaliadores do Prêmio Sergio Arouca, realizado em Brasília – DF;
- ✓ “4º Congresso Nacional da União de Negros Pela Igualdade – Por um Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional: Negras e Negros Compartilhando o Poder” ocorreu no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, DF, tendo como objetivo geral “Analisar os impactos e manifestações contemporâneas do racismo; estabelecer uma plataforma política com vista ao combate ao racismo, considerando o impacto material, do mesmo, na qualidade de vida da população vítima do racismo; construir o Plano Nacional de Fortalecimento Institucional e Político da UNEGRO com participação de 1.050 pessoas.

Dezembro

- ✓ Reunião Anual do Grupo Diretor do Plano de Ação conjunto Brasil Estados Unidos para eliminação da Discriminação Etnicorracial e a promoção da igualdade racial- JAPER. O evento foi realizado em Washington D.C.- Estados Unidos. O organizador do evento foi o Departamento de Estado dos EUA, Ministério das Relações Exteriores e SEPIIR, a convite da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para reunião que definirá ações a serem desenvolvidas em 2012 na área da saúde no âmbito do JAPER;
- ✓ Saúde da População Negra do Amapá- A Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes (SEAFRO) e o Gabinete da Deputada Estadual Cristina Almeida (PSB), Secretaria Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Igualdade Racial e a Escola de Administração Pública - EAP promoveram no Centro de Convenções João Batista de Azevedo Picanço, uma Audiência Pública com o tema, “Política Saúde Integral da População Negra: Igualdade Racial é pra Valer”;

- ✓ Aprovação das Políticas de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e da População LGBT – 14ª Conferência Nacional de Saúde- Brasília- DF;
- ✓ Participação na solenidade da assinatura da Portaria do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT - Portaria nº 2.837, de 01 de dezembro de 2011 e Resolução da CIT Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Resolução nº 2, de 06 de dezembro de 2011);
- ✓ Café com Idéias: “Aids e Diversidades: Rompendo Preconceitos” - Espaço Saúde e Cultura Paulo Freire na 14ª Conferência Nacional de Saúde.

2.2.2.4. Plano de Ação do Departamento de OUVIDORIA GERAL DO SUS – DOGES

As principais ações desenvolvidas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS/ SGEP/MS, em 2011, são fruto do Alinhamento Estratégico da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa realizado em 11 de março de 2011 e subsidiaram o processo de avaliação e divulgação dos resultados alcançados neste ano. Assim como, divulga informações que possam contribuir para o aprimoramento da gestão do SUS e planejamento estratégico de novas atividades e metas para o próximo ano.

As Ouvidorias do SUS atuam como canal direto de comunicação dos usuários do sistema e da comunidade para subsidiar a política de saúde do país, contribuindo com o controle social. São canais democráticos de comunicação destinados a disseminar informações e receber manifestações dos cidadãos, como reclamações, denúncias, sugestões, elogios, e solicitações.

Pela mediação e busca de equilíbrio entre os entes envolvidos, as Ouvidorias do SUS efetuam o encaminhamento, a orientação, o acompanhamento da demanda, e o retorno ao usuário, com o objetivo de propiciar uma resolução adequada aos problemas apresentados, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

O Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS – DOGES foi criado em 2003 pelo Decreto Presidencial n.º 4.726 de 09 de junho daquele ano, vinculado à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP. O artigo 33 do Decreto N.º 7.530², de 21 de Julho de 2011, reafirmou as competências legais do DOGES que desdobram-se em:

I - Propor, coordenar e implementar a Política Nacional de Ouvidoria em Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - Estimular e apoiar a criação de estruturas descentralizadas de Ouvidoria em Saúde;

III - Implementar políticas de estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelo SUS;

IV - Promover ações para assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade em todas as etapas do processamento das informações decorrentes;

V - Assegurar aos cidadãos o acesso às informações sobre o direito à saúde e às relativas ao exercício desse direito,

VI - Acionar os órgãos competentes para a correção de problemas identificados, mediante reclamações enviadas diretamente ao Ministério da Saúde, contra atos ilegais ou indevidos e omissões no âmbito da saúde; e

VII - Viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento, no campo da Ouvidoria em saúde, para subsidiar a formulação de políticas de gestão do SUS.

² Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.

Para viabilizar as competências supracitadas, o DOGES é composto por uma Direção, duas Coordenações Gerais (Coordenação Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas – CGPEP e Coordenação Geral do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS – CGSNO) e uma equipe de profissionais capacitados para acolher as manifestações dos cidadãos, atuar no tratamento das demandas, no processo de gestão das informações e apoiar o processo de descentralização das Ouvidorias do SUS.

Com o objetivo de divulgar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados pelo DOGES em 2011, passa-se à apresentação dos dados:

Tabela 1. Ligações mensais.

MÊS	Ligações	
	n	%
JANEIRO	345.219	10,58%
FEVEREIRO	238.235	7,30%
MARÇO	299.629	9,19%
ABRIL	243.975	7,48%
MAIO	269.247	8,25%
JUNHO	234.514	7,19%
JULHO	291.562	8,94%
AGOSTO	359.182	11,01%
SETEMBRO	318.190	9,75%
OUTUBRO	331.024	10,15%
NOVEMBRO	331.242	10,15%
DEZEMBRO	318.827	9,77%
Total	3.262.019	100,00%

Fonte: sistema Web Report / Oi / BrT

Tabela 2. Manifestações Protocoladas (Canais de Entrada x Classificação)

CANAL DE ENTRADA	CLASSIFICAÇÃO						Total Geral	
	RECLAMACAO	SOLICITACAO	DENUNCIA	INFORMACAO	SUGESTAO	ELOGIO	n	%
TELEFONE	4.241	3.979	849	765	329	211	10.374	46,19
INTERNET	2.354	1.715	4.021	1.809	343	91	10.333	46,00
CORREIOS	271	947	204	38	119	8	1.587	7,07
PESSOALMENTE	23	118	21	4	1		167	0,74
Total Geral	6.889	6.759	5.095	2.616	792	310	22.461	100,00

Fonte: planilha DataSUS – 01/12/2011

Tabela 3. Assuntos das Manifestações Protocoladas

ASSUNTOS	Total Geral	
	n	%
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL - SISTEMA CO-PAGAMENTO	4.095	18,23
GESTÃO	3.977	17,71
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.761	16,74
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2.830	12,60
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.796	12,45
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	954	4,25
COMUNICAÇÃO	624	2,78
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	531	2,36
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL - UNIDADES PRÓPRIAS	513	2,28
FINANCEIRO	479	2,13
PRODUTOS PARA SAÚDE/CORRELATOS	381	1,70
TRANSPORTE	307	1,37
OUVIDORIA DO SUS	280	1,25
ORIENTAÇÕES EM SAÚDE	237	1,06
SAMU	177	0,79
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	164	0,73
CARTÃO SUS	125	0,56
ASSUNTOS NÃO PERTINENTES	61	0,27
ALIMENTO	56	0,25
PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS	53	0,24
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO - PNCT	42	0,19
CONSELHO DE SAÚDE	18	0,08
Total Geral	22.461	100,00

Fonte: planilha DataSUS – 01/12/2011

Tabela 4. Último destino (UF) das Manifestações Protocoladas x Status

UF Último Destino	PENDENTE	RESOLVIDO	Total Geral
DF	1.363	6.464	7.827
SP	3.258	2.617	5.875
MG	1.182	762	1.944
RJ	1068	737	1.805
RS	677	238	915
BA	516	197	713
PR	206	261	467
GO	217	86	303
PE	199	96	295
ES	206	68	274
CE	211	60	271
SC	115	107	222
MA	166	19	185

RN	168	8	176
PB	156	20	176
PA	148	21	169
MT	111	27	138
MS	55	82	137
PI	115	10	125
AL	85	31	116
SE	59	32	91
AM	79	0	79
TO	64	10	74
RO	42	1	43
AP	19	2	21
AC	8	5	13
RR	3	4	7
Total Geral	10.496	11.965	22.461

Fonte: planilha DataSUS – 01/12/2011

Após ser inserida no sistema e passar pelo processo de tipificação, a demanda é encaminhada ao órgão competente. Por se tratar de um sistema on-line, o OuvidorSUS permite o acompanhamento em tempo real de seus trâmites. A evolução no processo de tratamento é indicada no sistema através do status da demanda, que pode ser classificada de acordo com as seguintes categorias:

Novo → quando uma nova demanda é inserida no sistema;

Encaminhado → quando a demanda já foi devidamente analisada pelo técnico de ouvidoria e encaminhada ao órgão competente;

Em análise → quando o órgão competente visualiza a demanda. Fase de análise e tratamento;

Concluído → quando o órgão competente analisa e responde a demanda ao Doges;

Reencaminhado → quando o DOGES considera necessário reavaliar as providências adotadas pelo órgão competente e a reenvia para o destino;

Fechado → demanda cuja análise e respostas emitidas pelo órgão competente foram consideradas satisfatórias pelo DOGES ou cujas providências adotadas durante o tratamento da demanda são consideradas resolutivas no âmbito do SUS.

Arquivado → demanda que, por resolução ou insuficiência de dados, foi enviada ao arquivo.

Obs: O Doges utiliza os termos resolvido e pendente para explicitar a situação das demandas. RESOLVIDO = Arquivado/Fechado. PENDENTE = Novo/Encaminhado/Em análise/Concluído/Reencaminhado.

Ações Estratégicas

Tridígito 136

Em abril de 2011, o diretor do Doges, juntamente com o Secretário de Gestão Estratégica e Participativa, enviaram Ofício para ANATEL solicitando a criação de tridígito para o SUS que seria o 136. E no dia 7 de abril de 2011 foi publicado no Diário Oficial da

União o Ato nº 2.039 de 06 de Abril de 2011 que resolve designar o Código de Acesso a Serviço de Utilidade Pública no formato de 136 para atendimento aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território Nacional. Esse número é gratuito e aceita ligações de telefones fixos e móveis. Ele é de fácil memorização e possibilita a criação de uma identidade nacional para o serviço da Ouvidoria Geral do SUS. O serviço 136 encontra-se em pleno funcionamento.

CartaSUS

Para reforçar o controle e a participação social na gestão do SUS, assim como contribuir para a consolidação da Ouvidoria ativa, foi lançada a CartaSUS, no dia 1º de Dezembro, durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde.

A partir de Janeiro de 2012 serão enviadas, mensalmente, cartas aos cidadãos usuários do SUS que foram internados. Além disso, semestralmente, também receberão cartas os cidadãos que passaram por procedimento de alta complexidade. Será enviada uma média de 1.000.000 (um milhão) de cartas por mês, acrescidos de 2.000.000 (dois milhões) por semestre referente aos procedimentos de Alta Complexidade, totalizando 16 milhões de cartas por ano.

Nas cartas conterão dados da internação ou do procedimento do cidadão e uma pesquisa de avaliação do atendimento, que poderá ser respondido pelo cartão resposta serrilhado na carta, com porte pago pelo Ministério da Saúde, pelo Disque Saúde 136 ou pelo site do Ministério da Saúde.

Com essa ação pretende-se subsidiar a Gestão com avaliação sob a visão do cidadão usuário do SUS, gerando aperfeiçoamento não só do atendimento, mas também de todo o Sistema de Saúde.

Modernização da Central

A Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado de Manifestações está passando por um processo de reestruturação e modernização. Compreende duas ações, sendo elas: Nova U.R.A – Unidade de Resposta Audível e Sistema de Gerenciamento de Call Center.

URA – Unidade de Resposta Audível

A URA faz parte do contrato telefônico que hoje o Departamento possui. Para ser atualizada é necessário enviar solicitações via ofícios para a responsável que possui prazos, segundo o contrato, para serem efetuados. Esse prazo é de 48 horas. Como a saúde trabalha com assuntos que muitas vezes são urgentes uma URA mais flexível é necessária.

A nova URA (unidade de resposta Audível) é uma tecnologia já adquirida pelo Ministério da Saúde e que possibilita mudanças mais rápidas. Diretamente no telefone. Não é necessário solicitar isso para a empresa, o próprio departamento possuirá a condição de realizar isso a qualquer momento.

Sistema de gerenciamento de Call Center

Anteriormente o sistema de gerenciamento era realizado com uma tecnologia antiga. São sistemas criados internamente que não se falam trazendo dificuldades no momento de monitoramento e gerenciamento. Muitos processos eram realizados a mão, em planilhas de

papel e posteriormente em planilhas de Excel. Isso fazia com que os relatórios que a central gerava de monitoramento do atendimento fossem feitos com dificuldade e morosidade.

O novo sistema facilitará o monitoramento por parte do departamento. É um sistema único que integra o número de ligações recebidas com os operadores. Permite uma distribuição de ligações inteligente na qual é considerado o perfil de quem liga e de quem irá atender a ligação. Esses sistemas permitirão um maior monitoramento das ligações fazendo com que a Ouvidoria consiga qualificar ainda mais o seu atendimento. Contará também com um sistema que permitirá que o monitor além de escutar a ligação do atendente possa interferir na ligação e orientar corretamente o operador em alguma ligação que verifique necessário. Antigamente o operador teria que interromper a ligação e solicitar ao monitor sua ajuda. Agora a ajuda poderá ser na hora, sem a interrupção da ligação.

Esse sistema de gerenciamento trará relatórios mais precisos e rápidos para o gerenciamento do call Center. Esse processo, desde o dia 15/12/2011, encontra-se em licitação na modalidade de pregão eletrônico e as propostas poderão ser entregues até o dia 10/01/2012.

Com tais ações o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS procura exercer, com maior grau de efetividade e resolutividade, sua missão de mediação entre o cidadão, que poderá exercer seu papel no controle social, e a gestão pública de saúde podendo também ser considerada uma importante ferramenta de comunicação que permite o exercício da cidadania, facilita a comunicação e viabiliza o atendimento de reivindicações.

Novo contrato de Telefonia

Encontra-se em processo licitatório o contrato de empresa de telefonia para dar continuidade ao atendimento do tridígito -136, uma vez que o contrato atual será encerrado em 26 de janeiro de 2012 a tramitação já estar em fase de análise de proposta.

Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado de Manifestações

- ✓ Capacitações dos teleatendentes;
- ✓ Novas condutas no teleatendimento ativo – realização de pesquisas;
- ✓ Revisão das normas internas;
- ✓ Reformulação dos postos de trabalho com a inclusão do posto de Coordenador (a).

Quadro Comparativo de Resolutividade da Ouvidoria Geral do SUS – 2006 a 2011.

Resolutividade/Período	Em Janeiro 2011	Em Novembro 2011
Resolutividade Total (Rede Interna + Rede Externa)	64,9%	74,95%
Resolutividade Rede Interna	90 %	94,15 %
Resolutividade Rede Externa	57 %	69,75%

Este ano o Departamento e a Anvisa firmaram outra parceria. Anteriormente a ANVISA acolhia suas manifestações e enviava via integração dos sistemas ANVISATENDE e OUVIDORSUS suas manifestações para que o DOGES enviasse para sua rede de Ouvidorias e estas por sua vez enviassem as demandas de vigilância sanitária para as VISAS

municipais e estaduais averiguarem. Ou seja, o DOGES cedia a capilaridade de sua rede para que a ANVISA pudesse enviar suas manifestações até o seu destino final.

Essas demandas somam cerca de 10% das demandas tratadas e enviadas pelo DOGES. Com a diminuição do número de funcionários deste departamento que possuem em sua competência o tratamento de manifestações e resolução das mesmas e também com o intuito de fortalecer a relação da Ouvidoria da ANVISA com as VISAS e também o SNO – Sistema Nacional de Ouvidoria, foi proposto à ANVISA que passasse a ser uma Ouvidoria nível 1 do Sistema OuvidorSUS, ou seja, eles iram passar a inserir suas informações no sistema OuvidorSUS e encaminhá-las às Ouvidorias estaduais do SNO.

Com isso o DOGES, que acaba sendo um “atravessador” das demandas da ANVISA, não faria mais o tratamento das manifestações, bem como encaminhamento e retorno ao cidadão, cabendo à ANVISA essa ação. A integração e capacitação estão marcados para o dia 16, 17,18 e 19 de Janeiro de 2012.

Cooperação Internacional

- ✓ Seminário Internacional de Ouvidoria e Gestão Participativa-09/11. Realizado em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde-OPAS, teve como objetivo compartilhar experiências do Brasil e Itália, abordando questões ligadas a técnicas de temas emergentes, como satisfação do usuário, mediação de conflitos e inclusão da sociedade na construção das políticas e;
- ✓ Oficina de Cooperação Internacional DOGES, OPAS – Brasil / Itália – 10/11. Estas atividades dão início ao processo de cooperação internacional entre Brasil e Itália no âmbito da Ouvidoria e da Gestão Participativa.

SiouviSUS.

O Sistema de Informação das Ouvidorias do SUS - SiouviSUS visa reunir conjunto de dados e informações disponíveis sobre Ouvidorias do SUS e demais entidades que oferecem serviços de acolhimento das manifestações dos cidadãos, entre outros, além de fornecer suporte ao Departamento de Ouvidoria Geral do SUS na tomada de decisões estratégicas no que tange o apoio à implantação/implementação de estruturas descentralizadas de ouvidorias de saúde.

Descrição do Projeto SiouviSUS.

O SiouviSUS deverá sistematizar e disponibilizar os dados das entidades/órgãos de saúde e ouvidorias, atualizados por profissional indicado para o preenchimento das informações, bem como, manter o controle dos dados relativos ao apoio oferecido pelo DOGES. O sistema irá permitir a visualização das seguintes informações:

1. Dados cadastrais das entidades/órgãos de saúde;
2. Dados cadastrais das Ouvidorias do SUS;
3. Dados de apoio disponibilizado pelo DOGES;
4. Sistematização de dados relativos ao apoio disponibilizado pelo DOGES (Recursos Fundo a Fundo, Kit ParticipaSUS, Capacitação e Sistema Informatizado), por meio de relatórios.

A partir do preenchimento dessas informações será possível a realização de análise da conjuntura das localidades que possuem ou não ouvidorias do SUS, e posterior aperfeiçoamento e ampliação das estruturas e serviços de ouvidorias de saúde, por meio do

apoio ao processo de implantação e implementação disponibilizado pelo DOGES, visando o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias.

O módulo SiouviSUS ficará hospedado no sistema OuvidorSUS, e terá como público-alvo as secretarias de saúde dos estados e municípios brasileiros, bem como aqueles que possuem ouvidorias de saúde.

Pesquisa do Sistema Nacional de Ouvidoria

PESQUISA NACIONAL DE OUVIDORIAS: CONSOLIDADO EM JUNHO DE 2011			
REGIÃO NORTE			
ESTADO	NÚMERO TOTAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS	% REALIZADA
AC	22	21	95,4%
AM	62	31	50,0%
AP	16	2	12,5%
PA	143	36	25,1%
RO	52	26	50,0%
RR	15	5	33,3%
TO	139	98	70,5%
Total	449	219	48,7%
REGIÃO NORDESTE			
ESTADO	NÚMERO TOTAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS PESQUISADAS	% REALIZADA
AL	102	85	83,3%
BA	417	85	20,3%
CE	184	22	11,9%
MA	217	55	25,3%
PB	223	180	80,7%
PE	184	31	16,8%
PI	224	110	49,1%
RN	167	8	4,7%
SE	75	12	16,0%
Total	1793	588	32,8%
REGIÃO CENTRO-OESTE			
ESTADO	NÚMERO TOTAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS	% REALIZADA
GO	246	229	93,1%
MS	78	55	70,5%
MT	142	130	91,5%
Total	466	414	88,8%
REGIÃO SUDESTE			
ESTADO	NÚMERO TOTAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS PESQUISADAS	% REALIZADA

ES	77	67	87%
MG	853	589	69,0%
RJ	92	60	65,2%
SP	645	627	97,2%
Total	1667	1343	80,5%

REGIÃO SUL			
ESTADO	NÚMERO TOTAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS	% REALIZADA
PR	399	46	11,5%
RS	496	202	40,7%
SC	293	293	100%
Total	1188	541	45,5%
Total de Secretarias de Saúde		5.563 SMS + 27 SES	5.590
TOTAL FEITO		3.105 SMS + 27 SES	3.212
A FAZER		2.458	

A partir da necessidade do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS em coletar dados acerca das ouvidorias em saúde existentes no país e subsidiar ações para implantação/implementação de ouvidorias do SUS, optou-se por realizar nova coleta de dados junto a 317 municípios com população superior a 50 mil habitantes, usando para tal questionário já aplicado pelo Doges em 2009 para coleta de dados junto a Estados, capitais e Municípios cuja população é de 100 mil habitantes segundo dados disponibilizados pelo IBGE. No total foram enviados 378 questionários por meio eletrônico (FormSUS).

Além disso, foi desenvolvido um sistema de informações para o Sistema Nacional de Ouvidoria – SIOUVISUS com objetivo de organizar toda a base de dados sobre as ouvidorias que compõem o SNO.

Pesquisas Realizadas com Base nos Programas Estratégicos do Governo Federal

Uma das competências da Ouvidoria-Geral do SUS estabelecida no Decreto 7.336 de 19 de outubro de 2010 é viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento, para subsidiar a formulação de políticas de gestão do SUS.

Para o cumprimento desta competência a Ouvidoria instituiu o Núcleo de Pesquisa e Relatórios – NUPER, que tem como atribuição a realização de pesquisas em saúde, materializando a produção de conhecimento e possibilitando uma nova forma da Ouvidoria atuar Como instrumento de gestão.

O trabalho de pesquisa é realizado pelo NUPER conjuntamente com a Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado de Manifestações, que é a responsável direta pela execução da pesquisa, ou seja, a coleta de dados. Essas áreas fazem parte da Coordenação Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas – CGPEP/Doges.

A atuação da Ouvidoria no campo das pesquisas está pautada nas prioridades do Governo Federal. Desta forma, o Gabinete do Ministro solicita pesquisas onde a satisfação dos usuários do SUS é tema prioritário e perpassa os principais assuntos debatidos pelo Ministério da Saúde. Entre eles se destacam a Atenção Básica, Urgência e Emergência, Saúde Mental e Saúde da Mulher.

Assim, a Ouvidoria realizará periodicamente as pesquisas relacionadas aos assuntos supracitados, com o objetivo de avaliar continuamente o desempenho das políticas públicas de saúde, no que se refere ao acesso e qualidade.

Pesquisas realizadas e ou iniciadas em 2011.

Primeiro semestre

Dengue

- ✓ Objetivo: Contato com os municípios prioritários no combate a dengue para colher informações sobre ações que contribuam para a mobilização nacional de combate à doença.
- ✓ Realizada em: Fevereiro de 2011;
- ✓ Amostra: 70 municípios prioritários no combate à dengue.

Farmácia Popular do Brasil (Co-pagamento)

- ✓ Objetivo: Verificar se as farmácias que aderiram ao programa “Saúde não tem preço” realizaram com sucesso os testes no sistema.
- ✓ Realizada em: Fevereiro de 2011;
- ✓ Amostra: 8.116 mil farmácias.

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

- ✓ Objetivo: Verificar o andamento da implantação das Unidades de Pronto Atendimento.
- ✓ Realizada em: Março de 2011;
- ✓ Amostra: 445 Unidades.

UBS – Unidade Básica de Saúde

- ✓ Objetivo: Verificar o andamento da implantação das Unidades Básicas de Saúde – UBS.
- ✓ Período de Realização: Março de 2011;
- ✓ Amostra: 1.498 Unidades.

Assistência Farmacêutica

- ✓ Objetivo: Solicitar aos Hospitais o envio da Planilha, ao DAE, com as informações dos usuários que fazem uso do Medicamento “Glivec”.
- ✓ Período: Abril de 2011;
- ✓ Amostra: 186 Hospitais.

Mamografias – 1ª Etapa

- ✓ Objetivo: Identificar possíveis dificuldades de acesso ao exame de mamografia e avaliar a satisfação com o atendimento prestado.
- ✓ Período: de Maio a Junho de 2011;
- ✓ Amostra: 2.879 mulheres.

Mamografias – 2ª Etapa

- ✓ Objetivo: Verificar junto aos gestores o número de mamografias demandadas e realizadas; com que recurso as mamografias são pagas; verificar se as mulheres dos municípios que não possuem mamógrafos têm acesso ao exame.
- ✓ Período: Junho de 2011;
- ✓ Amostra: 832 municípios que possuem mamógrafos e 1.189 que não possuem.

Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde – UBS

- ✓ Objetivo: Estimular os municípios a preencherem o questionário para levantamento e consolidação da situação da estrutura física da Rede de Unidades Básicas de Saúde. Estas informações serão fundamentais para o Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde que pretende promover um amplo processo de reforma e ampliação dessas UBS em todo país.
- ✓ Período: junho e julho de 2011;
- ✓ Amostra: 4.676 Secretarias Municipais de Saúde.

CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento

- ✓ Objetivo: Realização de um inquérito telefônico para atualização cadastral e para a identificação das ações que os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) estão realizando no momento.
- ✓ Período: Junho de 2011;
- ✓ Amostra: 517 CTAs.

CT- Comunidades Terapêuticas

- ✓ Objetivo: Realização de um inquérito telefônico para conhecer o trabalho das comunidades terapêuticas, além de obter informações sobre essas entidades e incluí-las em um banco de informações do Ministério da Saúde.
- ✓ Período: julho de 2011;
- ✓ Amostra: 875 CT.

Cartão Nacional de Saúde

- ✓ Objetivo: Conhecer quais municípios tem conexão com a internet e em que velocidade.
- ✓ Período: julho de 2011;
- ✓ Amostra: Todas as Secretarias Municipais de Saúde.

Fundo Nacional de Saúde

- ✓ Objetivo: Realização de contato Telefônico para orientar os municípios que não inscreveram o CNPJ no Fundo de Saúde.
- ✓ Período: 13 a 27 de junho de 2011;
- ✓ Amostra: 685 Secretarias Municipais de Saúde.

Segundo semestre

2ª etapa CT- Comunidades Terapêuticas

- ✓ Objetivo: Complementar as informações das entidades que responderam a primeira com questões relacionadas à documentação, trabalho desenvolvido e composição das equipes e, assim, obter um cadastro atualizado.
- ✓ Período: 26 de julho a 01 de setembro de 2011;
- ✓ Amostra: 462 CT.

Projeto Piloto - Rede Cegonha

- ✓ Objetivo: Avaliar o Impacto da Implementação da Rede Cegonha em municípios brasileiros, considerando o olhar de uma amostra representativa de mães que tiveram parto pelo Sistema Único de Saúde.
- ✓ Período: 21 de setembro a 21 de outubro de 2011;
- ✓ Amostra: 200 mulheres.

Sistema Nacional de Ouvidoria

- ✓ Objetivo: Atualizar os dados cadastrais das Secretarias Municipais de Saúde e identificar o Universo de Ouvidorias do SUS no país.
- ✓ Amostra: 5.564 Secretarias Municipais de Saúde;
- ✓ Período: Início em Março de 2011 em dezembro de 2011 encontra-se suspensa.

Satisfação dos Usuários do Sistema Único de Saúde quanto aos aspectos de acesso e qualidade percebida na atenção a saúde, mediante inquérito amostral: Atenção básica, urgência/emergência e Atenção Odontológica.

- ✓ Objetivo: Avaliar a Satisfação dos usuários em relação aos Programas/Ações da Atenção Primária/ Básica.
- ✓ Amostra Prevista: 17.662 pessoas residentes nas Capitais e nos Municípios com mais de 500 mil habitantes;
- ✓ Período: Iniciada em junho de 2011 e encerrada em 22 de dezembro em 2011.

Informações Disseminadas

O termo disseminar está associado ao conceito de difundir e espalhar. Para as Ouvidorias do SUS deve ter o mesmo significado, o de “semear” informações não só para o cidadão, mas para todos os atores do SUS, agindo como ferramenta de gestão. Na Ouvidoria, as “Informações Disseminadas” representam todas as informações fornecidas ao cidadão com

o intuito de promover o esclarecimento sobre questões de saúde e do SUS. O Doges utiliza três modos de disseminação de informações: URA (Unidade de Resposta Audível), Banco de Informações e Perguntas Frequentes do portal saúde.

A URA, também chamada de atendimento eletrônico, é o acesso a informações previamente gravadas que permitem o esclarecimento de dúvidas sobre determinados assuntos sem necessidade de falar com o teleatendente. As informações que são inseridas na URA passam por uma análise estratégica dos temas de maior relevância num dado momento ou que representam assuntos de grande procura pela população em geral, facilitando a disseminação de informações. Entretanto, vale ressaltar que o número de ligações recebidas pela Central de Teleatendimento da Ouvidoria Geral do SUS (136) vem diminuindo consideravelmente, o que prejudica o número de informações disseminadas, tal diminuição decorre da descentralização pelo Doges nos últimos 2 anos, contando hoje com 314 ouvidorias do SUS no país. Além disso, outro fator que tem influenciado para diminuição das informações disseminadas é a realização de pesquisas, pois assim, um número menor de tele-atendentes fica disponível para recebimento de ligações e disseminação de informações. A Ouvidoria Geral do SUS acredita que uma maior divulgação do telefone da sua Central de Teleatendimento (136) por parte da mídia e da assessoria de comunicação social (ASCOM) do Ministério da Saúde ajudaria a reverter esse quadro.

Tabela 5. Total de informações disseminadas pela Ouvidoria Geral do SUS

INFORMAÇÕES DISSEMINADAS PELA OUVIDORIA (1º semestre de 2011)		
Atendimentos eletrônicos + Spot		4.426.677
Sistema OuvidorSUS	BITS	62.764
	Material de Apoio	26.964
	Não pertinente	3.031
FAQ (Perguntas Frequentes do Portal Saúde)		81.047
Total Geral		4.600.483

Fonte: *Sistema Web Report – Ministério da Saúde.*

INFORMAÇÕES DISSEMINADAS PELA OUVIDORIA (2º semestre de 2011)		
Atendimentos eletrônicos + Spot		2.644.579
Sistema OuvidorSUS	BITS	12.284
	Material de Apoio	10.899
	Não pertinente	2.232
FAQ (Perguntas Frequentes do Portal Saúde)		63.703
Total Geral		2.733.697

Ampliação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias

Consoante com as diretrizes da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS, o componente Ouvidoria tem, entre os seus propósitos, o de consolidar o Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS – SNO. Naturalmente, a consolidação de um sistema nacional depende da atuação das 03 (três) esferas de gestão. A esfera federal, indutora do processo de consolidação do SNO, participa dessa construção por meio do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS – Doges/SGEP-MS, cujas competências estão previstas no artigo 33 do atual Decreto nº 7.530/2011.

Para apoiar a implantação e implementação de Ouvidorias do SUS o Doges estabelece cooperação técnica, por meio da celebração do Termo de Cooperação Técnica – TCT e possui uma estratégia de apoio a estruturação da ouvidoria, qualificação e informatização dos processos de trabalho, conforme os quadros abaixo:

FINANCIAMENTO		CAPACITAÇÃO		DISPONIBILIZAÇÃO DOS OUVIDORSUS
<ul style="list-style-type: none"> • Convênio • Repasse Fundo a Fundo • Distribuição de Kit Ouvidoria 		<ul style="list-style-type: none"> • Ouvidoria do SUS • Sistema OuvidorSUS • Gestão da Informação • Monitoramento e Avaliação do Sistema OuvidorSUS • Aperfeiçoamento em Ouvidoria do SUS 		<ul style="list-style-type: none"> • Nível I de acesso • Nível II de acesso
Visitas Técnicas Recebidas no Doges				
Data da visita	UF	Localidade	Nome	Motivo da visita
24/3/2011	RS	Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul	Ciro Carlos Emerim Simoni Secretário de Saúde	Implantação de Ouvidoria do SUS
24/3/2011	RS	Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata	João Guerino Rui Secretário de saúde	Implantação de ouvidoria do SUS
26/5/2011	MG	Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais	Ana Piterman Ouvidora da Saúde	Nova ouvidora. Conhecer a estrutura física do Doges e obter informações sobre Cooperação Técnica.
2/5/2011	PI	Secretaria Municipal de Saúde do Simplício Mendes	Avelar Lopes Secretário de Saúde	Secretário de Saúde esteve no Doges Sr.. Recebeu informações sobre utilização dos recursos da ParticipaSUS e como implantar sua ouvidoria. Trouxe pessoalmente o plano de ações.
26/5/2011	RN	Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte	Jorge Alberto de S. Madruga Ouvidor	Agendar capacitação em Ouvidoria para sua equipe.
31/5/2011	MG	Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora	Samantha Maria Borchear Ouvidora	Informações sobre Cooperação Técnica com o Doges.
31/5/2011	SP	Secretaria Municipal de Saúde de Jandira	Vander Luiz de Souza Ouvidor	Informações sobre Cooperação Técnica com o Doges.

15/6/2011	SP	Taboão da Serra	João dos Santos Melo Ouvidor Geral	Saber sobre os apoios que o Doges pode oferecer a ouvidoria da Taboão da Serra.
Visitas Técnicas Recebidas no Doges				
Data da visita	UF	Localidade	Nome	Motivo da visita
MG	Itambacuri	11/7/2011	Daniela/ Secretária de Saúde	Orientações sobre como implantar ouvidoria do SUS
MG	Juiz de Fora	31/5/2011	Samantha/ Ouvidora	Falar com o Vander da SMS-Jandira sobre a Associação.
PE	Gravatá	15/7/2011	Tancredo de Oliveira Neto Coordenador de Saúde Bucal Rafael Queiroz Assessor do Senador Sérgio Guerra	Acompanhamento do Processo de implantação do Sistema OuvidorSUS
PI	Simplício Mendes	2/5/2011	Avelar Lopes Secretário de Saúde	Recebeu informações sobre utilização dos recursos da ParticipaSUS e como implantar sua ouvidoria. Trouxe pessoalmente o plano de ações.
RN	SES-RN	26/5/2011	Alberto Madruga Ouvidor	Conhecer o Doges e agendar as capacitações.
RS	SES-RS	24/3/2011	Marcos Antônio Diretor Carlos Simoni Secretário de Saúde	Conversa com o Diretor Luis Carlos Bolzan
SP	Jandira	31/5/2011	Vander Ouvidor	Quer saber se o Diretor apoiará a Associação dos Ouvidores. Quer incentivo do Doges para realizar eventos da Associação dos Ouvidores. Solicita, através de ofício mais 80 kits para estruturação da rede.
SP	São José do Rio Preto	05 e 06/7/11	Paula Sodre/ Ouvidora	Conhecer o Doges. A ouvidora está se apropriando dos processos de trabalho da ouvidoria.
SP	Taboão da Serra	15/6/2011	João dos Santos Melo/ Ouvidor Geral do SUS Dr. Alexandre Depieri/ Vereador	Saber sobre os apoios que o Doges pode oferecer a ouvidoria da Taboão da Serra.

SP	São José do Rio Preto	05 e 06/7/11	Paula Sodre/ Ouvidora	Conhecer o Doges. A ouvidora está se apropriando dos processos de trabalho da ouvidoria.
Visitas de representantes do Doges às localidades				
Data da visita	UF	Localidade	Nome	Motivo da visita
24/3/2011	RS	SES-RS	Renata Lustosa	Apoio a implantação da Ouvidoria SUS.
Fev/2011	RS	Gravataí	Dr. Luís Carlos Bolzan e Maria Moro	Apoio a implantação da Ouvidoria SUS.
Participação de representantes do Doges nas conferência Estaduais de Saúde				
Data da visita	UF	Localidade	Nome	Motivo da visita
01 a 04 de setembro	RS	Porto Alegre	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Estadual de Saúde
04 a 06 de outubro	AC	Rio Branco	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Estadual de Saúde
27 de setembro	AL	Maceió	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Estadual de Saúde
06 a 10 de outubro	SE	Aracaju	Maria Francisca Abritta Moro	Conferência Estadual de Saúde
19 a 22 de setembro	CE	Fortaleza	Kelly Gonçalves Meira Arruda	Conferência Estadual de Saúde
Participação de representantes do Doges nas conferência Municipais de Saúde				
Data da visita	UF	Localidade	Nome	Motivo da visita
01 de julho	RS	Porto Alegre	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
30 de junho	RS	Cruz Alta	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
08 de junho	RS	Dois Irmãos	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
21 de maio	RS	Ivoti	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
10 de junho	RS	Sapucaia do Sul	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
08 de julho	RS	Novo Hamburgo	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
01 de julho	RS	Canoas	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
02 de julho	RS	Gravataí	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
04 de julho	RS	São Francisco de Paula	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde

16 de junho	RS	Nova Prata	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
12 a 13 de julho	RS	Veranópolis	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
07 de julho	RS	São Vicente do Sul	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
15 de junho	RS	São Pedro do Sul	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
09 de junho	RS	Três Passos	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
06 de julho	RS	Entre - Ijuís	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
09 de julho	RS	Morro Reuter	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
18 de junho	SP	Osasco	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
21 de julho	RO	Porto Velho	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
07 de julho	RS	Alegrete	Dr. Luís Carlos Bolzan	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
28 a 29 de junho	TO	Paraíso do Tocantins	Maria Francisca Abritta Moro	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
05 a 07 de junho		Uruguaiana	Maria Francisca Abritta Moro	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
20 a 22 de junho	RO	Porto Velho	Maria Francisca Abritta Moro	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
14 a 16 de junho	CE	Tauá	Kelly Gonçalves Meira Arruda	Conferência Municipal de Saúde de Saúde
06 a 08 de julho	CE	Sobral	Kelly Gonçalves Meira Arruda	Conferência Municipal de Saúde de Saúde

Apoio Financeiro e Doação de Equipamentos de Janeiro em 2011

Convênios

- ✓ 54, sendo 53 para implantação de Ouvidoria e 01 para realização do Curso de Educação à Distância. 32 estão com prazo de vigência vencida e 22 encontram-se ainda em execução. Dos 32 convênios já com o prazo de vigência vencida: 4 com Prestação de Contas Aprovadas, 16 com Prestação de Contas Aprovada com Improriedades, 01 Prestação de Contas não Aprovada, 01 Extinto, 01 com Recurso devolvido, 01 Rescindido, 02 no prazo para apresentação da Prestação de Contas, 01 com o Prazo de apresentação da Prestação de Contas vencida e 05 com Prestação de Contas em Análise;
- ✓ Elaboração de Pareceres técnicos dos Convênios;
- ✓ Elaboração de Ofícios solicitando a correção de irregularidades na execução de convênios;
- ✓ Realização de visitas técnicas *in loco*, com intuito de acompanhar a execução técnica dos convênios abaixo relacionados.

Localidade	Convênio nº	Visita Técnica	Situação
SMS Campo Grande/MS	2.532/07	08/02/2011	Equipamentos em local diferente do previsto no Plano de Trabalho aprovado.
SES Mato Grosso do Sul	1.681/08	08/02/2011	Alguns Equipamentos não estão sendo utilizados (almoxarifado SES-MS) ou não estão nos ambientes previstos no Plano de Trabalho aprovado.
SES Piauí	2.954/07	14/02/2011	Alguns Equipamentos não estão sendo utilizados e foram contempladas com capacitações entidades não previstas no Plano de Trabalho.
SES Amazonas	1.500/08	18/02/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente.
SMS Manaus/AM	1.437/06	18/02/2011	Aquisição de equipamentos com especificações diferentes das constantes no Plano de Trabalho Aprovado.
SES Goiás	1.622/08	23/02/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou não estão sendo utilizados (almoxarifado SES-GO).
SMS Goiânia/GO	2.160/08	23/02/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente e eventos ainda não realizados.
Localidade	Convênio nº	Visita Técnica	Situação
SES Sergipe	2.908/04	16/03/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em divergência com o Plano de Trabalho Aprovado. FNS solicitou restituição de parte do recurso utilizado.
SES Santa Catarina	2.504/07	28/03/2011	Obra 100 executada conforme Plano de Trabalho Aprovado e Equipamentos adquiridos parcialmente
SMS Florianópolis/SC	2.972/07	28/03/2011	Solicitado alteração do Plano de Trabalho para adequação das especificações dos equipamentos e materiais e andamento do convênio.
SMS Belo Horizonte/MG	1.205/06	11/04/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente.
OGE Minas Gerais	2.943/07	11/04/2011	Conveniente atendeu integralmente o objeto conforme Plano de Trabalho aprovado.
SMS Contagem	1.002/06	12/04/2011	Conveniente atendeu integralmente o objeto conforme Plano de Trabalho aprovado.
SMS Betim/MG	101/06	12/04/2011	Conveniente adquiriu todos os equipamentos e realizou todos o eventos previstos no Plano de Trabalho. Porém, FNS está questionando comprovação dos eventos realizados.
SMS Recife/PE	1.631/08	17/03/2011	Alguns Equipamentos estão em ambientes não previstos no Plano de Trabalho aprovado (Há 21 sub-redes da ouvidoria, ao invés de 17. Aguardando reformulação do Plano de trabalho para aquisição de equipamentos de informática.
SES Alagoas	2.437/07	18/03/2011	Alguns Equipamentos não estão sendo utilizados ou não estão nos ambientes previstos no Plano de Trabalho aprovado.

SMS Maceió/AL	2.159/08	18/03/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em quantidade menor que a prevista no Plano de Trabalho.
SMS Santarém/PA	1.034/06	14/04/2011	Alguns Equipamentos não estão sendo utilizados ou foram adquiridos em quantidades menores ou não estão nos ambientes previstos no Plano de Trabalho aprovado.
SMS Boa Vista/RR	2.447/07	18/05/2011	Adquiriram equipamentos não previstos ou em divergência com o Plano de Trabalho Aprovado.
Localidade	Convênio nº	Visita Técnica	Situação
SES Bahia	2894/04	16/05/2011	Conveniente atendeu integralmente o objeto conforme Plano de Trabalho aprovado.
SMS Salvador	2888/07	16/05/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em divergência com o Plano de Trabalho Aprovado.
SMS Curitiba	1.223/06	30/05/2011	Conveniente atendeu integralmente o objeto conforme Plano de Trabalho aprovado.
SES Paraná	1.505/08	30/05/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em quantidade menor que a prevista no Plano de Trabalho.
SMS Fortaleza	4.625/05	11/07/2011	Prestação de Contas Aprovada com Impropriedades por inobservância de exigências formais, tendo cumprido o Plano de Trabalho Aprovado.
SES Ceará	3.441/07	11/07/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em quantidade menor que a prevista no Plano de Trabalho.
SMS Jandira	1.438/06	18/07/2011	Alguns Equipamentos não estão sendo utilizados ou foram adquiridos em quantidades menores ou não estão nos ambientes previstos no Plano de Trabalho aprovado.
SMS Guarulhos	1.261/06	19/07/2011	Equipamentos adquiridos parcialmente ou em quantidade menor que a prevista no Plano de Trabalho.

- ✓ Elaboração de Relatório para cada visita técnica *In loco* de Convênio realizada.

Financiamento Fundo a Fundo

- ✓ Acompanhamento técnico das portarias de financiamento fundo a fundo nº. 3.060/07, nº. 2.588/08, nº 2344/09, nº 3251/09, nº 3329/10 e nº 3997/10 (componente Ouvidoria).

Tabela 6: Acompanhamento técnico das portarias de financiamento fundo a fundo nº 2344/09, nº 3251/09, nº 3329/10 e nº 3997/10 (componente Ouvidoria)

Situação	Portarias			
	2344/2009	3251/2009	3329/2010	3997/2010
Não responderam	79	233	386	312
Responderam, mas ainda não planejaram as ações	51	79	33	13
Responderam e informaram como utilizarão os recursos	61	46	32	15
E-mail não foi enviado ou voltou	1	8	7	11
Total	192	366	458	351

- ✓ Elaboração de Relatório sobre o uso do recurso das portarias nº 3060, nº 2588, nº 2344, nº 3251, nº 3329 e nº 3997 para o componente de Ouvidoria.

Municípios contemplados pelas Portarias da ParticipaSUS, mas que não receberam recurso devido a pendências (não inclusão das ações da Política no Plano de Saúde ou não adesão ao Pacto de Gestão)			
UF	Município	Portaria 2344/09	Portaria 3251/09
RJ	Arraial do Cabo		SIM
RJ	Cabo Frio		SIM
RJ	Queimados		SIM
RJ	Rio das Ostras		SIM
RS	Alvorada		SIM
RS	Cachoeirinha		SIM
RS	Dom Pedrito		SIM
RS	São Jerônimo		SIM
RS	Turuçu		SIM
RS	Viamão		SIM
SP	Araras		SIM
SP	Cubatão		SIM
SP	Piracicaba		SIM
SP	São Carlos		SIM
TO	Combinado		SIM
TO	Guaraí		SIM
TO	Miranorte		SIM
TO	Paraíso do Tocantins		SIM
TO	Pedro Afonso		SIM
TO	Porto Nacional		SIM
TO	São Valério da Natividade		SIM
TO	Taguatingá		SIM

O DOGES mantém o apoio aos Estados e Municípios para implantação e implementação de ouvidoria, conforme estabelecido no PPA 2008-2011, até maio foram apoiados 09 entes federados para implantação de ouvidoria e 45 entes federados apoiados na qualificação do trabalho (implementação Pontos Críticos: Adesão do gestor a implantação de ouvidoria e equipe qualificada do trabalho).

Kit ParticipaSUS – Ouvidoria

- ✓ Acompanhamento técnico do processo de distribuição, entrega e monitoramento do kit ParticipaSUS – componente ouvidoria 2009: 356 kits doados para:
 - 25 Secretarias Estaduais e Secretaria de Saúde do Distrito Federal;
 - 140 municípios, sendo 22 capitais;
 - 12 Hospitais e Institutos de Saúde;
 - 02 Hemocentros; e
 - Departamento Hospitalar do Rio de Janeiro.
- ✓ Elaboração de Projeto para Kit ParticipaSUS – Componente Ouvidoria a ser concluído em 2012;
- ✓ Elaboração de Estudos da IN nº 04/2008/SLTI/MPOG para aquisição dos equipamentos de informática que compõem o Kit Ouvidoria 2011;
- ✓ Elaboração dos Termos de Referência para aquisição dos equipamentos e mobiliários do Kit ParticipaSUS – Ouvidoria 2011/2012;
- ✓ Elaboração, encaminhamento e análise dos resultados do Formulário sobre o Kit ParticipaSUS – Ouvidoria 2009, por intermédio do FormSUS.

Acesso ao sistema informatizado OuvidorSUS em seus dois níveis.

Localidades	Homologação *	Produção **
Estados	6	20
Capitais	3	18
Municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes	41	68
Hospitais	04	38
Regionais de Saúde	0	10

*Homologação - Demanda fictícia no sistema. **Produção - Demanda real no sistema.

Estados	Nível II	Estados	Nível II
AC	1	PB	14
AL	8	PE	15
AM	3	PI	2
AP	2	PR	25
BA	118	RJ	23
CE	56	RN	11
DF	1	RO	3
ES	17	RR	0
GO	18	*RS	18
MA	11	SC	16
MG	51	SE	2

MS	10	SP	122
MT	4	TO	4
PA	37		

Monitoramento do uso do Sistema OuvidorSUS

✓ **170 Localidades em produção (Nível I)**

↳ 42 Localidades entraram em produção em 2011

✓ **149 Localidades monitoradas**

↳ 128 monitoradas nos demais anos (2008/2009/2010)

↳ 21 monitoradas em 2011

✓ **21 Localidades não monitoradas**

↳ 12 não atingiram o *nº mínimo* de demandas.

↳ 03 monitoramentos pendentes aguardando correção das demandas*.

**Das três localidades, Araucária e Franca participaram do curso de Tipificação em dezembro de 2011, e Moji-Mirim ainda não foi capacitado em tipificação.*

↳ 04 monitoramentos pendentes (não realizados).

↳ 02 monitoramentos em andamento.

Total de localidades que entraram em produção até 13 de dezembro

2011												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
17	5	4	2	1	6	1	1	1	4	-	-	42

Fonte: Documento Agenda

Situação do monitoramento em dezembro de 2011

MONITORADOS				
UF	ESFERA	LOCALIDADE	DATA 1º DIA DE PRODUÇÃO*	OBSERVAÇÃO
BA	Municipal	SMS – Barreiras	3/1/2011	46,4% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS - Praia Grande	4/1/2011	80,4% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS – Catanduva	6/1/2011	58,3% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS - Presidente Prudente	6/1/2011	61% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS - Americana	7/1/2011	83,1% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS – Cabreúva	7/1/2011	75,8% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS - Mogi Guaçu	7/1/2011	77,5% de demandas corretas
MG	Municipal	SMS – Itabira	15/1/2011	77,4% de demandas corretas
MG	Municipal	SMS - Patos de Minas	15/1/2011	50% de demandas corretas

MS	Municipal	SMS - Aquidauana	24/1/2011	52,4% de demandas corretas
BA	Municipal	SMS – Camaçari	25/1/2011	92,1% de demandas corretas
SC	Municipal	SMS - São José	25/1/2011	67,7% de demandas corretas
MG	Municipal	SMS - Santa Luzia	1/2/2011	64,9% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS – Sorocaba	9/2/2011	46,7% de demandas corretas
PR	Municipal	SMS - Campo Mourão	18/2/2011	75% de demandas corretas
RJ	Hospital	Hospital Federal da Lagoa - HFL	28/2/2011	59,1% de demandas corretas
RJ	Municipal	SMS - São Gonçalo	1/3/2011	78% de demandas corretas
SP	Municipal	SMS - Guaratinguetá	28/3/2011	68,5% de demandas corretas
ES	Municipal	SMS – Vitória	30/3/2011	42,7% de demandas corretas e 40,8% de demandas incompletas
CE	Estadual	SES – Ceará	4/4/2011	66,7% de demandas corretas
MA	Estadual	SES – Maranhão	11/4/2011	94,4% de demandas corretas

Considerando a grande quantidade de inconsistências, o SAD entrou em contato com as localidades solicitando a revisão e correção da tipificação das demandas. Araucária e Franca participaram do Curso de Tipificação, realizado no período de 05 a 09/12/11. Moji-Mirim ainda não foi capacitado em tipificação.

MONITORADOS - PENDENTES (Não terminados)					
UF	ESFERA	LOCALIDADE	DATA 1º DIA DE PRODUÇÃO	Nº DE DEMANDAS*	OBSERVAÇÃO
PR	Municipal	SMS – Araucária	1/6/2011	27	25 demandas incorretas
SP	Municipal	SMS - Moji Mirim	1/6/2011	275	Monitoramento do 1º mês – 84 demandas e 43 demandas incorretas
SP	Municipal	SMS - Franca	7/6/2011	79	74 demandas incorretas

*Considerado o número de demandas de quando foi realizado o monitoramento.

NÃO MONITORADOS POR FALTA DE DEMANDAS				
UF	ESFERA	LOCALIDADE	DATA 1º DIA DE PRODUÇÃO	Nº DE DEMANDAS*
AL	Municipal	SMS – Taquarana	7/1/2011	0
MG	Municipal	SMS - São Sebastião do Paraíso	13/1/2011	0
BA	Municipal	SMS - Feira de Santana	15/1/2011	0
MG	Municipal	SMS - Montes Claros	15/1/2011	0
BA	Municipal	SMS - Cruz das Almas	25/1/2011	0
BA	Municipal	SMS - Porto Seguro	11/2/2011	0
SP	Municipal	SMS – Olímpia	1/3/2011	6
RS	Municipal	SMS – Cachoeirinha	20/5/2011	11
RR	Estadual	SES – Roraima	1/6/2011	0

SP	Municipal	SMS - São Caetano do Sul	2/6/2011	0
GO	Municipal	SMS – Anápolis	22/8/2011	8
BA	Hospital	Complexo HUPES/UFBA	Out/2011	0

* Número de demandas baseado no banco de dados de 01/12/2011

NÃO MONITORADOS – PENDENTES (EM ANDAMENTO)				
UF	ESFERA	LOCALIDADE	DATA 1º DIA DE PRODUÇÃO	Nº DE DEMANDAS*
RJ	Municipal	SMS – Itaboraí	01/06/2011	252
SP	Municipal	SMS – Santos	15/07/2011	1353

* Número de demandas baseado no banco de dados de 01/12/2011

NÃO MONITORADOS – PENDENTES (NÃO REALIZADOS)				
UF	ESFERA	LOCALIDADE	DATA 1º DIA DE PRODUÇÃO	Nº DE DEMANDAS*
PR	Municipal	SMS – Foz do Iguaçu	05/09/2011	157
RJ	Hospital	Hospital Federal do Andaraí - HFA	04/10/2011	150
RJ	Hospital	Hospital Federal de Bonsucesso - HFB	07/10/2011	83
RJ	Hospital	Hospital Federal Cardoso Fontes (Jacarepaguá) - HFCE	10/10/2011	216

* Número de demandas baseado no banco de dados de 01/12/2011

Educação Permanente

No 2º semestre de 2011 o departamento continuou desenvolvendo ações para fortalecer e qualificar as Ouvidorias do SUS, por meio de articulação inter, intra e extrasetorial e educação permanente para os profissionais que atuam nas Ouvidorias do SUS.

Essas ações de Educação Permanente estão em conformidade com a Portaria 1.996, de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente que tem a intenção de contribuir na transformação das práticas profissionais e formação dos trabalhadores do SNO-Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS, bem como está em consonância com as ações do Dagep/Sgep/MS e outras áreas para que as Ouvidorias possam atuar em parcerias com estes e se fortalecer enquanto instrumento de gestão e contribuir para o controle social.

Em relação à educação permanente foram realizadas videoconferências, capacitações e oficinas para os profissionais do Doges e do SNO.

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOGES

Tema	Ação
Financiamento do SUS	Oficina
Descentralização e Municipalização	Oficina
Auditoria	Oficina
Regulação	Oficina
Capacitação dos novos trabalhadores da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado de Manifestações	Capacitação

DOGES		
Tema	Ação	DATA
Histórico do SUS	Oficina	13/03/2011
Financiamento do SUS	Oficina	9/5/2011
Descentralização e Municipalização	Oficina	6/6/2011
Farmácia Popular	Capacitação para a Central de acolhimento humanizado e pesquisa	29 e 30/06/11

SNO				
Tema	Ação	Público Alvo	Nº de Participantes	DATA
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I	Ouvidores das regionais de saúde e colaboradores da Ouvidoria SES DF	30 participantes	22 a 25/08/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I Aracajú - SE	Ouvidores de Hospitais e municípios de SE	08 localidades	18 a 23/09/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I João Pessoa-PB	Ouvidores de Hospitais, Distritos e VISA	16 localidades	12 a 16/09/11
Ouvidoria do SUS	Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Porto Alegre-RS	Ouvidores de municípios da 2ª CRS do RS	07 localidades	22 e 23/09/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Revisão da Capacitação nível I	Ouvidores que realizaram o EAD	13 localidades	26 e 27/09/11
Ouvidoria do SUS	Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria	Rede da Ouvidoria da SMS de Barreiras-BA	130 participantes	05 e 06/10/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I	Ouvidores	10 localidades	17 a 21/10/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I	Ouvidores	11 localidades	24 a 28/10/11
Tecendo a Rede do Sistema	Curso de Aperfeiçoamento em	Gestores e/ou seus representantes	12 localidades	07 e 08/11/11

Nacional de Ouvidorias do SUS	Ouvidoria			
Ouvidoria do SUS	Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Canoas-RS	Ouvidores de municípios do RS	05 localidades	21 e 22/11/11
Sistema informatizado OuvidorSUS	Capacitação nível I	Ouvidores	11 localidades	21 a 25/11/11
Ouvidoria do SUS	Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Santa Maria-RS	Ouvidores de municípios do RS	06 localidades	23 e 24/11/11
Tipificação e Gestão da Informação	Curso de Tipificação e Gestão da Informação	Ouvidores que realizaram a revisão do EAD	27 localidades	05 a 09/12/11

Reunião com Ouvidores Estaduais

REUNIÃO COM OUVIDORES ESTADUAIS	
Assuntos discutidos	DATA
Fluxo Anvisa, Projeto apoiador e índice de qualidade do SNO	29 e 30/08/2011
Índice de qualidade do SNO e Política do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS	13 e 14/10/2011
Desafios e competências das Ouvidorias do SUS	12/12/2012

Projeto Parceria Doges

Em relação à articulação inter, intra e extra setorial, no 2º semestre de 2011, o Doges desenvolveu as seguintes ações:

Videoconferências

- ✓ Ouvidoria Fluvial e itinerante-11/11/2011.

Projeto Parceria DAGEP/UBM-União Brasileira de Mulheres/Confederação de Mulheres do Brasil/CMB.

- ✓ Qualificar a Ouvidoria, a Gestão Participativa e o Controle Social relacionado à Política de Saúde Integral da Mulher, envolvendo os conselhos de saúde, entidades de mulheres e ouvidorias locais para monitorar e avaliar o acesso aos serviços de saúde ofertados à mulher, em especial a Rede Cegonha e a atenção às mulheres vítimas de violência.

Atividades desenvolvidas:

- ✓ 11/08/2011-Videoconferência – Ouvir Mulher: um novo significado à participação;
- ✓ 03/11/2011-Oficina DOGES/DAGEP/ UBM para definição de cronograma de atividades, programação da oficina e do curso de formação de lideranças nos Estados;

- ✓ 21/11/2011-Oficina do Projeto envolvendo as Ouvidorias da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju-SE E A Estadual de Sergipe, área técnica de saúde da mulher municipal e estadual, conselhos estaduais e municipais (saúde e da mulher) e entidades/lideranças de movimentos parceiros além das lideranças femininas da UBM, do referido Estado;

Outras Ações Desenvolvidas

Além dessas atividades, as principais ações desenvolvidas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS, no decorrer de 2011, de acordo com a política da SGEP, objetivaram consolidar o trabalho de organização do SNO investindo na ampliação do acesso a capacitação, dos profissionais que atuam nas secretarias estaduais e municipais de saúde para implantação ou implementação de ouvidoria.

Destacam-se as seguintes atividades:

URA – Unidade de Resposta Audível

- ✓ Divulgação dos seguintes *spots*:
 - Dengue;
 - Campanha de carnaval;
 - Dia Internacional da Mulher.
- ✓ Dados de Telefonia:
 - Total de ligações em 2011 - **3.262.019**
 - Informações disseminadas em 2011 - **7.334.180**.

Área de Análise e Tratamento de Demandas;

- ✓ Análise situacional das manifestações reprimidas da Ouvidoria Geral do SUS;
- ✓ Contato com os demandantes das manifestações reprimidas por fechamento dessas manifestações;
- ✓ Estudo para a criação de um indicador de resolubilidade;

2.2.2.5. Plano de ação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS/DENASUS

O DENASUS, órgão central do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), se constitui em um dos Sistemas da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), cuja missão é fortalecer e qualificar a gestão e o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

As diretrizes do Plano Plurianual - PPA – 2008/2011 aprovadas pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, as quais estabelecem que o DENASUS é responsável pela Ação 10.124.0016.8708.0001 – Auditoria do Sistema Único de Saúde, com a meta de realizar 1.000 (mil) auditorias no presente exercício. Para o desenvolvimento dos trabalhos foi realizado uma oficina de alinhamento estratégico SGEP/MS em março de 2011, o qual definiu os resultados esperados para o exercício.

Este documento se constitui no relatório anual de atividades relativas ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, o qual atendeu às prioridades definidas pelo Governo Federal.

O DENASUS se responsabiliza pela estratégia de realizar acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde (COAP) e a Garantia de Acesso.

Com a publicação do Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, que Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências, cria o COAP e altera os serviços de auditoria, que terão de se especializar para o controle e a fiscalização deste novo instrumento.

O Sistema Nacional de Auditoria, que tem como missão realizar auditoria no SUS, contribuindo para a qualificação da gestão, visando melhoria da atenção e do acesso às ações e aos serviços de Saúde, assume a responsabilidade de atuar estrategicamente de forma integrada com os componentes estaduais e municipais na lógica da realização de auditorias, com foco em resultados que possam contribuir com o impacto da execução das ações na saúde da população.

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS), órgão central do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), se constitui em um dos 05 (cinco) sistemas da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS), vem refletindo e atuando no sentido de ampliar suas parcerias e promover mudanças de concepções e práticas na auditoria do SUS, de modo a fortalecer o setor com um desempenho moderno e qualificado, voltando-se ao papel de protagonista da consolidação do Sistema Único de Saúde nas linhas do querer social.

Em 2011 o DENASUS, após a oficina de planejamento estratégico realizada no Hotel Cabugi e na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), direciona seus 05 (cinco) produtos na estratégia de Acompanhamento, Avaliação e Controle Interno da Gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o COAP e a Garantia de Acesso, a saber:

- ✓ Protocolo para avaliação do contrato de ação pública finalizado;
- ✓ Relatório Gerencial de Resultados das Auditorias 2011 concluído;
- ✓ Publicação de Cartilha, Manual e Compêndio relacionados com o tema de auditoria;
- ✓ Componentes de auditoria implantados; e
- ✓ Relatório de Auditoria consolidado, tendo como foco as prioridades de governo.

Atividades desenvolvidas

No decorrer do ano 2011 foram registradas no SisaudSUS 5.456 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis) atividades realizadas, com destaque para as Forças Tarefas dos Mamógrafos, dos Laboratórios de Citopatologia e dos Hospitais Psiquiátricos, totalizando 1.959 (mil, novecentos e cinquenta e nove) estabelecimentos de saúde visitados, 1.472 (mil, quatrocentos e setenta e dois) laboratórios visitados (dos quais 1356 (mil, trezentos e cinquenta e seis) do SUS) e 189 (cento e oitenta e nove) hospitais psiquiátricos visitados. As Forças Tarefas envolveram o DENASUS/SGEP/MS, o Departamento de Atenção Especializada (DAE/SAS/MS), o Instituto Nacional de Câncer (INCA/SAS/MS), o Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (DOGES/SGEP/MS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA/MS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). O

departamento coordenou o grupo e tomou as providências cabíveis para a operacionalização dos trabalhos, conforme determinaram as Portarias GM nº 924 de 26 de abril de 2011, 1.682 de 21 de julho de 2011 e 1.704 de 27 de julho de 2011, que instituíram os grupos.

Durante o ano foram realizadas 1.001 (mil e uma) auditorias, destacando os 37,76% de demandas do próprio departamento, seguido por 17,78% da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCTIE/MS) e de 15,48% do Ministério Público Federal. Da meta do Plano Plurianual (PPA 2008/2011) de realização de 1.000 (mil) ações de auditorias, foram contabilizadas 1.360 (mil, trezentas e sessenta) auditorias, sendo 1.001 (mil e uma) auditorias demonstradas no quadro a seguir, e 359 (trezentas e cinquenta e nove) ações de auditorias realizadas, tomando como base a Portaria GM nº 1541, de 04 de junho de 2011, que para efeito de pontuação, as ações de visitas técnicas efetuadas por determinação do ministro da saúde, serão contabilizadas como cumprimento de metas, em substituição as auditorias e cooperações técnicas previstas para o período e não realizadas.

I - Auditorias encerradas, por demandante. Brasil – 2011

Demandante	Quantidade	%
Advocacia Geral da União	4	0,40%
Assembléia Legislativa	1	0,10%
Câmara Municipal	6	0,60%
Cidadão	22	2,20%
Componente Estadual do SNA	2	0,20%
Componente Federal do SNA	378	37,76%
Componente Municipal do SNA	1	0,10%
Conselho de Saúde Estadual	2	0,20%
Conselho de Saúde Federal	1	0,10%
Conselho de Saúde Municipal	15	1,50%
Controladoria Geral da União	44	4,40%
Entidades de Classe	14	1,40%
Governo do Estado	4	0,40%
Judiciário Estadual	4	0,40%
Judiciário Federal	8	0,80%
Ministério Público Estadual	48	4,80%
Ministério Público Federal	155	15,48%
MS/ANVISA	1	0,10%
MS/DICON	5	0,50%
MS/FNS	1	0,10%
MS/GM	1	0,10%
MS/Ouvidoria	2	0,20%
MS/SAS	7	0,70%
MS/SCTIE	178	17,78%
MS/SESAI	2	0,20%
MS/SGEP	43	4,30%
Poder Executivo Municipal	3	0,30%
Polícia Civil	1	0,10%
Polícia Federal	18	1,80%
Presidência da República	1	0,10%
Prestador de Serviços de Saúde	2	0,20%

Secretaria Municipal de Saúde	2	0,20%
Servidor Público	2	0,20%
Tribunal de Contas da União	23	2,30%
Total Geral	1001	100,00%

Fonte: COSIN/DENASUS/SGEP até 31/12/2011.

II - Auditorias encerradas, por Objeto. Brasil - 2011

Objeto	Quantidade	%
(x)Programas Estratégicos	45	4,50%
Assistência- geral	287	28,67%
Assistência-Aedes Aegypt	1	0,10%
Assistência-Oncologia	12	1,20%
Assistência-Psiquiatria	7	0,70%
Contrato	15	1,50%
Controle, Avaliação e Auditoria	7	0,70%
Convênio	31	3,10%
EC/29	25	2,50%
Farmácia popular	200	19,98%
Gestão	34	3,40%
Lei 8142 - art 4º	133	13,29%
Programa estratégico	80	7,99%
Recurso financeiro	94	9,39%
SAMU 192	19	1,90%
Saúde Bucal	11	1,10%
Total Geral	1001	100,00%

Fonte: COSIN/DENASUS/SGEP até 31/12/2011.

III – Atividades diversas. Brasil - 2011

Tipo de Atividade	Quantidade	%
Administrativa	251	4,60%
Audiência	26	0,48%
Auditoria	1001	18,35%
Cooperação Técnica	393	7,20%
Desenvolvimento de Pessoas	10	0,18%
Fiscalização	10	0,18%
Grupo de Trabalho	72	1,32%
Normatização	2	0,04%
Orientação Técnica	29	0,53%
Parecer Técnico	304	5,57%
Perícia	4	0,07%
Relatório	2	0,04%

Reunião	141	2,58%
Supervisão	13	0,24%
Tecnologia da Informação	3	0,05%
Verificação do TAS	2	0,04%
Visita Técnica	3193	58,52%
Total	5456	100,00%

TAS

Em Abril de 2011 foi publicada a Portaria nº 768/GM/MS, que alterou a Portaria nº 2.046/GM/MS, de 03 de setembro de 2009, que regulamenta o Termo de Ajuste Sanitário (TAS), cuja finalidade é a correção de impropriedades decorrentes do descumprimento de obrigações previstas em normativas do Ministério da Saúde, relativas à gestão do SUS, por meio de compromisso firmado entre os gestores.

Com o TAS, instrumento de gestão do SUS, os gestores dos recursos da saúde, poderão, alternativamente, recomporem os próprios fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal, quando identificados pelos órgãos de controle à ocorrência de impropriedade na aplicação dos recursos repassados na modalidade de fundo a fundo, ou seja, aplicação fora do objeto ou bloco de financiamento, porém no âmbito da saúde.

É de responsabilidade da Coordenação Geral de Infraestrutura e Logística (CGIL) a solicitação de publicação no Diário Oficial da União (DOU) do TAS, após assinado e atendidas as regras estabelecidas nas Portarias supra mencionadas e a análise na Coordenação Geral de Auditoria (CGAUD).

Em 2011 o departamento já solicitou a publicação de 55 (cinquenta e cinco) TAS facilitando e desburocratizando o processo, buscando a eficiência, eficácia e a efetividade de novos recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Desde 2010 foram aprovados 144 (cento e quarenta e quatro) Planos de Trabalho, redirecionando o montante de R\$ 145.933.484,76 (cento, quarenta e cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, setenta e seis centavos), mediante a celebração do TAS, desde 2010.

Cooperação Técnica

Avaliação da GDASUS e os critérios para relocação no DENASUS

Deste o início do ano foram tomadas algumas decisões para qualificar a gestão e definir critérios, para a relocação de GDASUS no departamento:

- ✓ Definição de conceitos como Auditoria, Cooperação Técnica, Visita Técnica e Demanda Externa publicada na Portaria 1541/GM/MS, de 04 de julho de 2011, que altera a Portaria nº 859/GM/MS, de 20 de abril de 2011, que fixa as metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio à Auditoria (GDASUS); e
- ✓ Definição de regras e critérios para lotação de servidores no Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), como também, adequa o quantitativo de servidores nas unidades desconcentradas e no nível central, que começou com uma minuta aprovada pelo colegiado gestor do DENASUS em fevereiro de 2011, publicitados nos encontros para adequação das atividades dos SEAUD e DIAUD ao alinhamento estratégico da

SGEP, debatido na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, aprovada na Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e publicada por meio da Portaria 1906/GM-MS, de 05 de agosto de 2011.

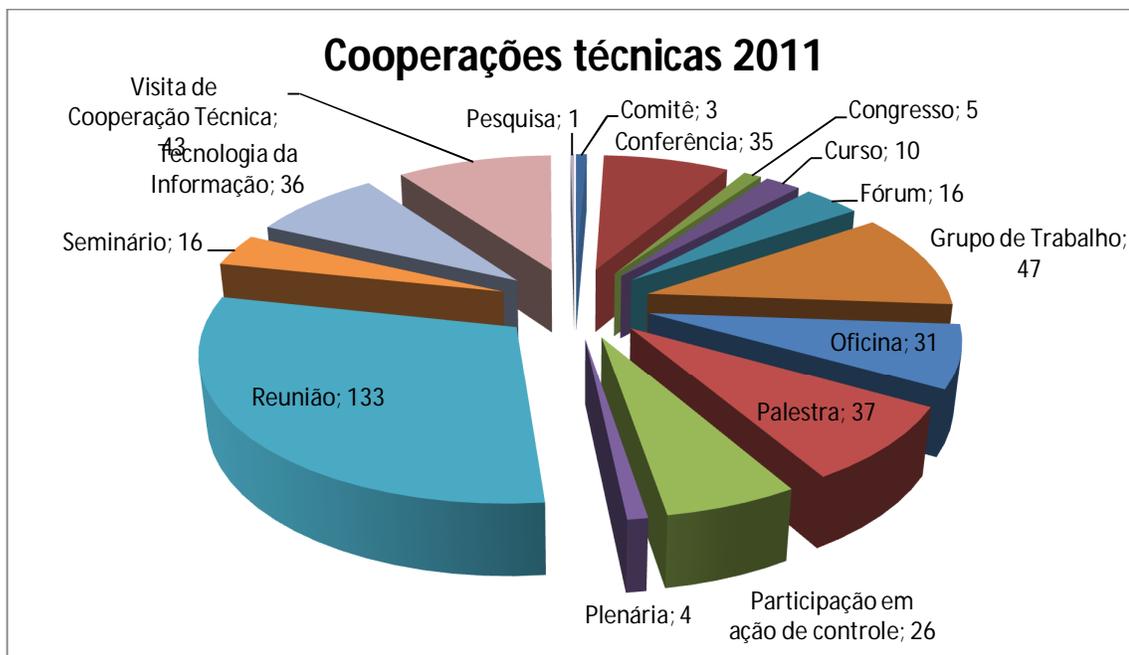
As atividades de Cooperação Técnica impulsionaram o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos, com os controles internos, externos e as esferas estadual e municipal, instrumentos e meios para o fortalecimento deste Sistema Nacional de Auditoria e a qualificação da gestão do SUS.

A Cooperação Técnica e as Vistas Técnicas, somada à auditoria, se constituem hoje em atividades previstas em metas a serem cumpridas em vista do recebimento da gratificação GDASUS.

Somente a partir do mês de abril de 2011 iniciamos o registro das atividades de Cooperação Técnica no SisaudSUS. No decorrer deste período, registramos 443 (quatrocentos e quarenta e três) atividades, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Rótulos de Linha	Contar de ATIVIDADE DETALHE
Comitê	3
Conferência	35
Congresso	5
Curso	10
Fórum	16
Grupo de Trabalho	47
Oficina	31
Palestra	37
Participação em ação de controle	26
Plenária	4
Reunião	133
Seminário	16
Tecnologia da Informação	36
Visita de Cooperação Técnica	43
Pesquisa	1
Total geral	443

Fonte: COSIN/DENASUS/SGEP até 31/12/2011.



Apoio Integrado ParticipaSUS

O departamento disponibiliza 05 (cinco) profissionais para a estratégia do Apoio Integrado, investindo na consolidação da ParticipaSUS, conforme abaixo, como também, coloca a disposição todas as divisões e serviços de auditoria dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (SEAUD/DIAUD).

REGIÃO	NOME
NORTE	Sandro Gerardi
NORDESTE	Jomilton Costa Souza
CENTRO OESTE	Jane A. Temóteo de Queiroz Elias
SUDESTE	Jovita José Rosa
SUL	João Batista Silva de Ávila

Objetivo Estratégico do Ministério da Saúde que contem as ações do DENASUS

Objetivo Estratégico 10 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS:

- ✓ **Estratégia:** acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o COAP e a Garantia de Acesso.

Produtos 2011

A - Protocolo para avaliação do contrato de ação pública finalizado.

Descrição:

- ✓ O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) em conjunto com o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), com base na Resolução 02/2011 da CIT está definindo alguns critérios para elaboração do protocolo para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento do COAP em 2012, conforme determina o Decreto 7508/2011.

B - Relatório Gerencial de Resultados das Auditorias 2011 concluído.

- ✓ O Relatório com as ações de auditoria referente 2011 foi concluído, com as seguintes ações:
 - Auditorias: 1.101
 - Visitas Técnicas: 3.620
 - Cooperações Técnicas: 443

C - Publicação de Cartilha, Manual e Compêndio relacionados com o tema de auditoria.

- ✓ O manual de auditoria do SUS - Orientações Básicas, a Cartilha, folder e banner de divulgação do SNA já foram distribuídas. Quanto ao compêndio foi concluído esta em fase de revisão pelo departamento.

D - Componentes de Auditoria Capacitados.

- ✓ Indicador: 102 Municípios e/ou Estados com capacitação do SisaudSUS realizados;
- ✓ Execução: 119 (cento e dezenove) municípios e/ou estados capacitados.

Oficinas realizadas

- ✓ Oficina de Alagoas – 08 e 09/06 - O estado e os municípios de Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antonio, Lagoa da Canoa, Maceio, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Setuba, União dos Palmares – 13;
- ✓ Oficina do DF e entorno – 29 e 30/06 - O Distrito Federal e o município de Santo Antonio do Descoberto – 02;
- ✓ Oficina de Tocantins – 18 e 19/08 - Araguaina, Combinado, Couto Magalhães, Marianopolis, Palmas, Paraíso Do Tocantins, Porto Nacional e São Miguel do Tocantins – 08;
- ✓ Oficina do Maranhão – 25 e 16/08 - O estado e os municípios de Barrerinha, Imperatriz, Pedreira, Pinheiro, Rosario, São Jose Dos Patos, São Luiz e Tasso Fragoso – 09;
- ✓ Oficina do Amapá – 15 e 16/09 - O estado e os municípios de Calçoene, Amapá, Cutias, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Santana, Serra do Navio e Tartarugalzinho – 12;
- ✓ Oficina do Rio Grande do Sul – 26 e 27/10 - O estado e os municípios de Canoas, Caxias do Sul, Farroupilhas, Gravataí, Nova Petropolis, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Rosa, São Borja, São Leopoldo, Vacarias e São Gabriel – 13;
- ✓ Oficina da Paraíba – 10 e 11/11 - O estado e os municípios de Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Juripiranga, Lagoa Seca,

- Monteiro, Olivados, Pedras de Fogo, Picuí, Pilar, Puxinanã, Pocinhos, Princesa Isabel, Queimadas, Riacho de Santo Antonio, Santa Rita, Seridó, Lagoa de Roça, Sumé, Taperoá, Uiraúna, Umbuzeiro – 26;
- ✓ Oficina de Roraima – 24 e 25/11 - O estado e os municípios de Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caracará, Iracema, Mucajai, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis – 10;
 - ✓ Oficina de Goiás – 08 e 09/12 - O estado e os municípios de Rio Verde, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Iporá, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhaumas e Luziânia – 11;
 - ✓ II Oficina do Rio Grande do Sul – 15 e 16/12/11 - Nova Prata, Nova Araça, Vista Alegre do Prata, Vila Flores, Nova Bassano, União da Serra, Paraí, Guabijú, Fagundes Varela, Protásio Alves, Veranópolis e São Jorge – 12.

Relatório de Auditoria consolidado, tendo como foco as prioridades de governo.

- ✓ 03 (três) relatórios gerenciais já foram concluídos: Dengue em março, Farmácia Popular do Brasil em maio e Mamógrafos em junho de 2011;
- ✓ Relatórios gerenciais das forças Tarefas dos Laboratórios e dos Hospitais Psiquiátricos estão em fase de conclusão.

Demonstrativo da evolução quantitativa da implantação do SisaudSUS. Brasil, 2008/2011.

Ano	Implantação
2008	32
2009	77
2010	91
2011	119
Total	319

Fonte: COSIN/DENASUS/SGEP até 31/12/2011.

Demonstrativo nacional de componentes do SNA integrados pela implantação e capacitação do SisaudSUS. Brasil – 2008/ 2011.

	UF	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Qtd
REGIÃO NORTE	AC	SES, Rio Branco		Cruzeiro do Sul		03
	AM		SES, Manaus	Parintins		03
	PA	SES, Belém	Marabá, Paraupebas	Ananindeua, Cametá, Santarém, Paragominas, Tucuruí		09
	RO	SES, Porto		Ji-Paraná		03

	UF	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Qtd
		Velho				
	RR		SES, Boa Vista		Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caracaraí, Iracema, Mucajai, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, SES	12
	AP	SES, Macapá			Calçoene, Amapá, Cutias, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, SES, Tartarugalzinho	14
	TO	SES, Palmas	Araguaína		Araguaína, Combinado, Couto Magalhães, Marianópolis, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, São Miguel do Tocantins, SES	12
	MA	SES, São Luís	Caxias		Barrerinha, Imperatriz, Pedreira, Pinheiro, Rosário, São Jose dos Patos, São Luiz, Tasso Fragoso, SES	12
	PI		SES, Teresina	Parnaíba, Piripiri		04
	CE		SES, Barbalha, Beberibe, Fortaleza, Guaiuba, Pedra Branca	Cascavel, Caucaia, Cruz, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Pindoretama, Tabuleiro do Norte		16
	RN	SES, Natal	Mossoró,			05

	UF	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Qtd
REGIÃO NORDESTE			Parnamirim, São José de Mipibu			
	PB	SES, João Pessoa		Campina Grande	Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Juripiranga, Lagoa Seca, Monteiro, Olivedos, Pedras de Fogo, Picuí, Pilar, Puxinanã, Pocinhos, Princesa Isabel, Queimadas, Riacho de Santo Antônio, Santa Rita, Seridó, São Lagoa de Roça, Sumé, SES, Taperoá, Uiraúna, Umbuzeiro	29
	PE		SES, Olinda, Petrolina, Recife	Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Paulista	Caruaru	09
	AL		SES, Maceió	Arapiraca	Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Lagoa da Canoa, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Setuba, União dos Palmares e SES.	16
	SE	Aracaju		Nossa Senhora do Socorro		02
	BA	SES, Salvador	Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Vitória da Conquista	Amargosa, Dias D'Ávila, Ilhéus, São Sebastião do Passé	Juazeiro	17

	UF	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Qtd
REGIAO SUDESTE	ES		Vila Velha	Vitória, Aracruz		03
	RJ		SES, Belford Roxo, Rio de Janeiro, Teresópolis	Campo dos Goytacazes, Duque de Caxias, Quissamã, Petrópolis	Nova Friburgo	09
	MG	Belo Horizonte	Barbacena, Betim, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Patos de Minas, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Uberaba, Uberlândia	SES, Capelinha, Governador Valadares, Juiz de Fora, Araguari	Campo Belo/MG	16
	SP	SES, São Paulo	Buritama, Diadema, Guarujá, Jundiá, Mauá, Praia Grande, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba	Campinas, Franca, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Porto Feliz, Santo André, São Caetano do Sul, São Vicente, Várzea Paulista		25
REGIÃO SUL	PR		SES, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá	Mandaguari, Marialva, Umuarama		09
	SC	SES, Florianópolis	Blumenau, Lages, Laguna	Brusque, Chapecó, Itajaí, Joinville		09
	RS	Porto Alegre, Pelotas	SES, Gravataí	Alegrete, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Bom Princípio, Cachoeirinha, Canela, Canoas, Carlos Barbosa,	Canoas, Caxias do Sul, Farroupilhas, Gravataí, Nova Petropolis, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Rosa, São Borja,	49

	UF	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Qtd
				Caxias do Sul, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Nova Prata, Santa Rosa, Tenente Portela, Uruguaiana, São Gabriel, Vacaria, Viamão	São Leopoldo, Vacarias, São Gabriel, Nova Prata, Nova Araça, Vista Alegre do Prata, Vila Flores, Nova Bassano, União da Serra, Paraí, Guabijú, Fagundes Varela, Protásio Alves, Veranópolis, São Jorge e SES	
REGIÃO CENTRO OESTE	MT	SES, Cuiabá		Diamantino, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Várzea Grande		07
	MS	SES, Campo Grande	Corumbá, Dourados, Maracaju, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste	Amambai, Nova Andradina, Naviraí, Jardim		11
	GO	SES, Goiânia		Anápolis	Rio Verde, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Iporá, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhaumas, Luziânia e SES	14
	DF e entor no			SES	Santo Antônio do Descoberto	02
TOTAL BRASIL						319

Fonte: COSIN/DENASUS/SGEP até 31/12/2011

Emissão do Certificado de Direito à Assistência Médica

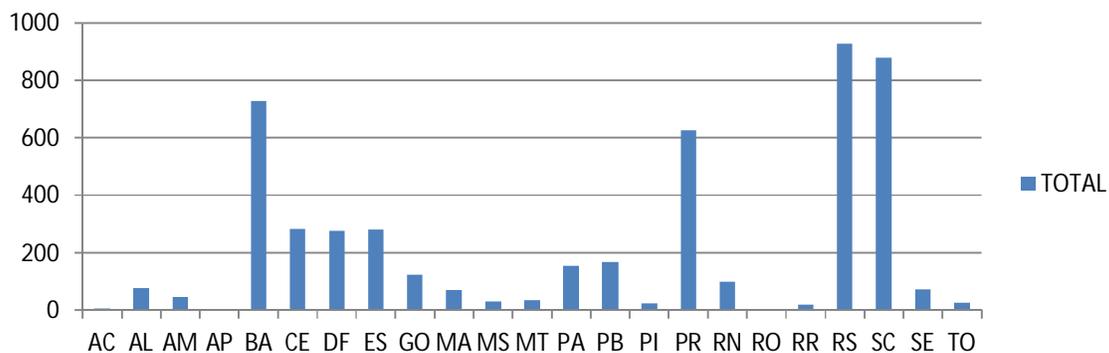
O DENASUS emitiu em 2011, 13.897 (treze mil, oitocentos e noventa e sete) Certificados de Direito à Assistência Médica (CDAM) ao cidadão, com exceção dos estados de PE, MG, RJ e SP que são emitidos pelas DICON/PE, DICON/MG e Serviços de Administração dos Núcleos Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme números abaixo:

Distribuição Nacional de Certificados de Direito à Assistência Médica CDAM – 2011

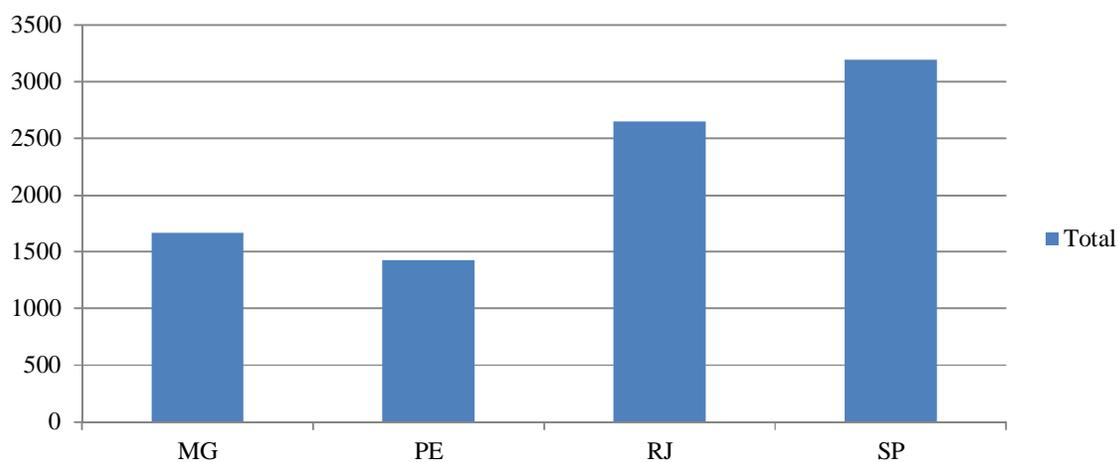
UF/PAÍS	Argentina	Cabo Verde	Chile	Espanha	Grécia	Itália	Luxemburgo	Portugal	Uruguai	Total
AC	-	-	-	-	-	4	-	2	-	6
AL	1	-	1	4	-	31	-	39	1	77
AM	-	-	-	2	-	9	-	35	-	46
AP	-	-	-	-	-	3	-	2	-	5
BA	7	2	4	116	32	256	-	310	1	728
CE	-	-	5	19	-	98	-	161	1	284
DF	5	1	3	16	-	91	-	159	-	275
ES	10	-	8	26	9	115	-	113	-	281
GO	2	-	1	6	-	37	-	75	2	123
MA	-	-	-	2	-	13	-	55	-	70
MS	1	-	-	4	-	9	-	15	1	30
*MG	28	-	24	132	-	-	732	740	10	1666
MT	-	-	-	-	-	5	-	29	-	34
PA	-	-	-	2	-	44	-	108	-	154
PB	-	1	1	24	4	50	-	87	-	167
*PE	23	77	42	163	221	-	426	458	18	1428
PI	-	-	1	1	1	7	-	13	-	23
PR	1	-	9	64	1	262	-	289	-	626
*RJ	42	1	48	318	88	-	552	1587	12	2648
RN	-	-	-	9	2	39	-	49	-	99
RO	-	-	-	-	-	1	-	4	-	5
RR	-	-	-	-	-	1	-	19	-	20
RS	10	-	12	73	-	391	-	436	7	929
SC	10	2	7	106	76	331	-	346	3	881
SE	5	3	5	8	9	15	-	27	1	73
*SP	18	1	8	583	2	-	1092	1466	23	3193
TO	-	-	-	3	-	5	-	18	-	26
TOTAL	163	88	179	1681	445	4619	-	6642	80	13897

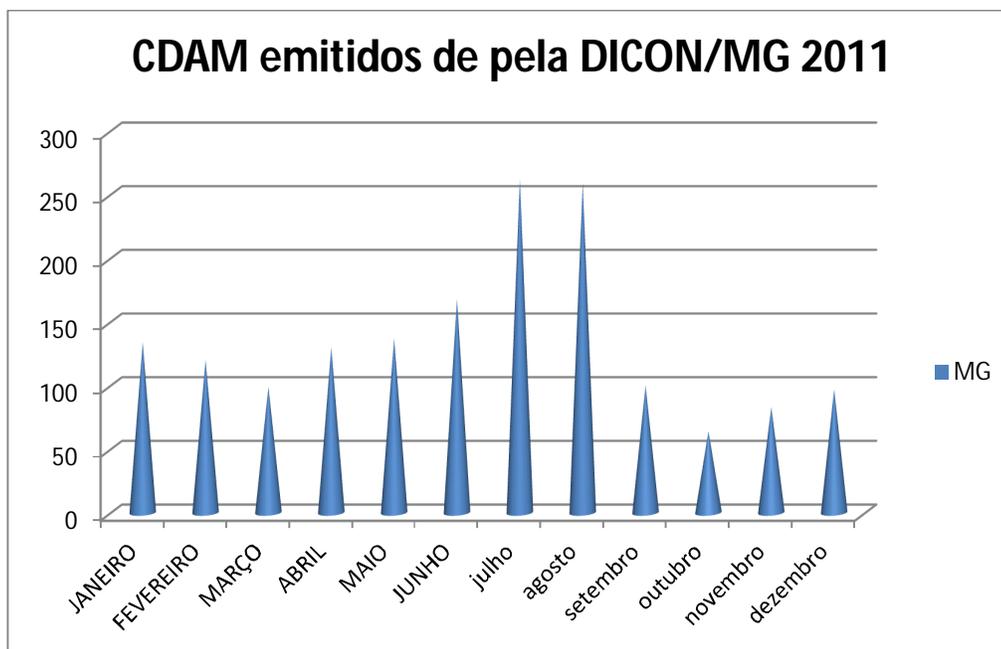
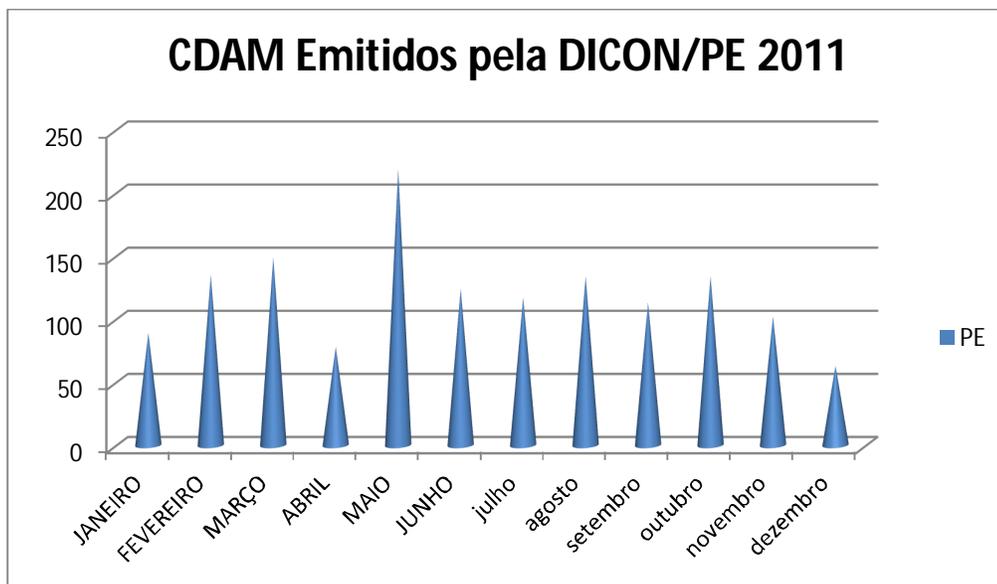
* Os CDAM nessas UF são emitidos pelas DICON/PE, DICON/MG e serviços de administração dos NE do RJ e SP.

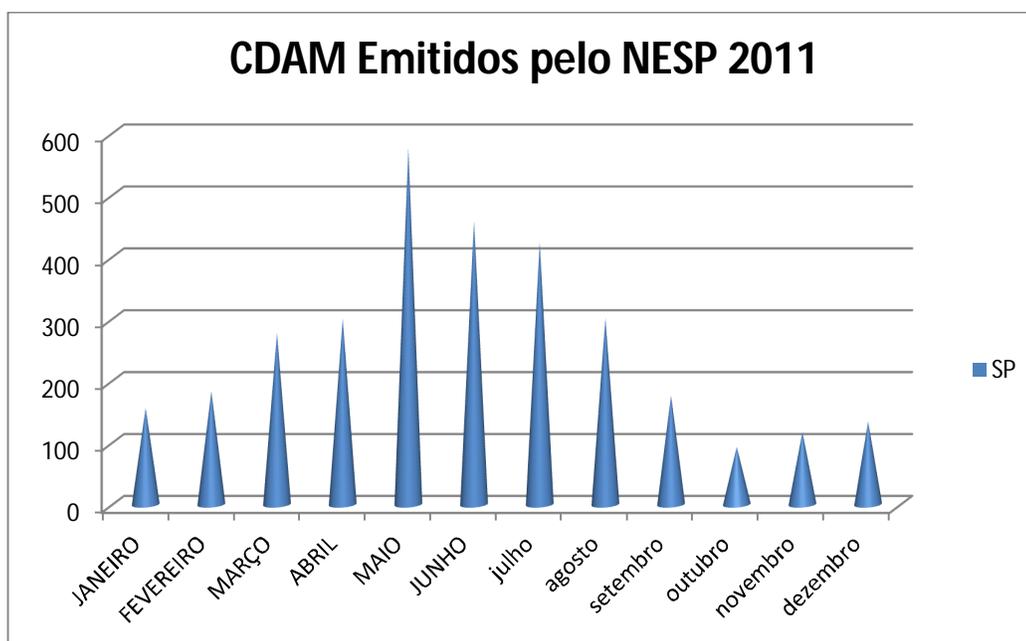
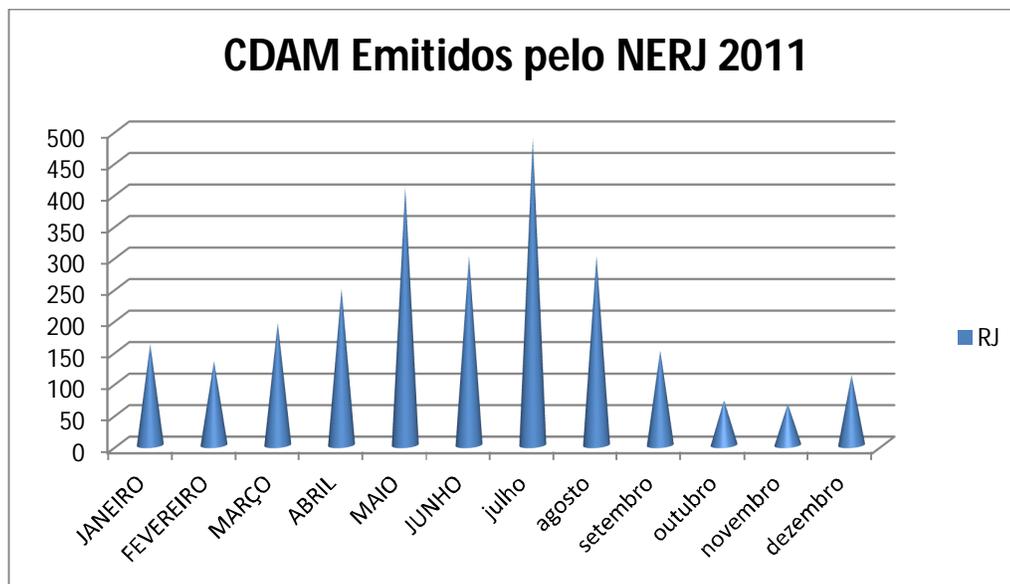
Produção de CDAM ano 2011 Emitidos pelos SEAUD



Total







Programa de Educação Permanente

Projetos em desenvolvimento em parceria com instituições oficiais de ensino para um programa de educação permanente para auditores do SUS e programa de capacitação conjunta de auditores, conselheiros e gestores do SUS. Dentre estas a FIOCRUZ, para um curso de especialização em saúde coletiva para o controle do SUS, metodologia problematizadora, plano de intervenção para a instância de origem do discente, cuja implantação a ser acompanhada pela FIOCRUZ.

Em 2011 foi concretizado o Termo de Cooperação Simplificado nº 94/2011 com a FIOCRUZ, com o objeto de Programa de Qualificação dos Sistemas Nacionais de Auditoria e Ouvidoria do SUS, que qualificará e será viabilizado por meio de uma dinâmica colaborativa que, integrando técnicos da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ/MS), dos Departamentos Nacional de Auditoria (DENASUS/SGEP), Nacional de Ouvidoria (DOGES/SGEP) e da Rede de Escolas de Governo, em oficinas de trabalho que resultarão na produção do material didático e no projeto do programa de qualificação dos dois sistemas. Também serão realizadas duas turmas, em Brasília para a testagem do material didático e da metodologia.

Durante o exercício foram realizados 03 (três) encontros com os Chefes dos SEAUD/DIAUD, para adequação das atividades de SEAUD e DIAUD ao alinhamento estratégico da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), com o objetivo de padronizar os processos de trabalho em busca de resultados satisfatórios, buscando a adequação ao alinhamento Estratégico da SGEP.

Em novembro foi realizado o II Fórum Nacional de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) promovido pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS).

Contou com a participação dos três componentes do SNA, envolvendo as 27 Unidades Federadas e o Distrito Federal, com a seguinte representação: 02 técnicos do componente federal, técnicos dos componentes estaduais e dos componentes municipais, totalizando 187 participantes. Além dessas representações ainda contou com a participação de um representante da cada departamento da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – DOGES, DAI, DAGEP e DATASUS, além dos técnicos do DENASUS.

As realizações dos 3 (três) encontros com os chefes e do II Fórum fez parte de uma das atividades necessárias para organizar os processos de trabalho do DENASUS para acompanhamento e avaliação do Contrato Organizativo de Ação Pública à luz da articulação interfederativa, contida no planejamento anual de 2011 do DENASUS.

Perpectivas 2012

Com o início do PPA 2012/2015 faz-se necessária adequação aos processos de trabalho do departamento, tendo como foco as prioridades de governo, como:

- ✓ Fiscalização do COAP
- ✓ Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (transplante, TRS, oncologia, glaucoma)
- ✓ Saúde Indígena
- ✓ Estratégia da Saúde da Família
- ✓ Componente especial da assistência farmacêutica
- ✓ Saúde Bucal
- ✓ SAMU
- ✓ Hospitais Federais
- ✓ Saúde da Mulher
- ✓ Saúde Mental
- ✓ Combate à dengue

É importante salientar que a Auditoria do SUS nesta Gestão contribui no avanço do diálogo com a sociedade em parceria com o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, visando a troca de conhecimentos da grande diversidade brasileira, sobre direitos e deveres do cidadão no setor saúde, história da criação do Sistema Único de Saúde com o protagonismo do movimento social, informações sobre como se dá o funcionamento do SUS e a relevância da participação da comunidade prevista na Constituição Cidadã de 1988, para a consolidação do SUS proativo. Esse é o grande desafio de sempre.

2.2.2.6. Plano de Ação do Departamento de Articulação Interfederativa – DAI

Incorporado à estrutura da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) por meio do Decreto nº 7530 de 21 de julho de 2011, o **Departamento de Articulação Interfederativa – DAI** tem a competência de articular os órgãos do Ministério da Saúde na construção de uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento da articulação interfederativa, no aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação da gestão estratégica e participativa, no subsídio aos processos de elaboração, implantação e implementação de instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS, nos três níveis de governo; como também, promover, articular e integrar instrumentos de gestão bem como atividades e ações ligadas à cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, visando fortalecer a gestão regionalizada e descentralizada dos SUS, tendo o Pacto pela Saúde como eixo condutor.

É o responsável pela implementação dos processos de pactuação entre os entes federados, passando a coordenar as ações da Comissão Intergestores Tripartite - CIT. Além dessas competências, o departamento ainda desenvolverá ações voltadas para a formulação e proposição de diretrizes necessárias ao fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de saúde; como também coordenará e articulará os processos de negociação e de **Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP** visando o fortalecimento das instâncias de pactuação nos três níveis de gestão do SUS, desempenhando papel ativo nos processos de monitoramento e avaliação, negociação e definição de critérios para a alocação de recursos físicos e financeiros, nas três esferas de gestão do SUS.

Tendo em vista que foi definida para a SGEP a responsabilidade sobre o *Objetivo Estratégico nº 9 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável*, coube à Articulação Interfederativa neste Objetivo a condução da *Estratégia Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS* e a responsabilização pela entrega, em 2011, dos seguintes produtos:

- ✓ Blocos de Financiamento unificados e alinhamento tripartite quanto ao repasse global;
- ✓ Unidades da Federação com equipes matriciais de apoio definidas e em funcionamento, com definição do escopo, método e instrumentos;
- ✓ Mapa da Saúde atual e metas, disponibilizados;
- ✓ Decreto com a regulamentação da Lei 8080/90 publicado;
- ✓ Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) definida e publicada;
- ✓ Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) revisada e publicada;
- ✓ Regiões de Saúde definidas, com espaço de governança regional instituído, conforme redes de atenção;
- ✓ Arquitetura do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) definida e pactuada;

- ✓ Proposta de planejamento e programação regional integrada, articulando os instrumentos existentes.

Ações do Plano Plurianual 2008/2011

No Plano Plurianual 2008/2011 não há Programas sob responsabilidade do Departamento. No entanto, está sob sua responsabilidade à execução da Ação 8287 – Aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde, a qual faz parte do Programa 0016 – Gestão da Política de Saúde, o qual é um programa finalístico, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de saúde e cujo gerenciamento/execução está sob responsabilidade da Secretaria Executiva.

Está também sob a responsabilidade do Departamento o gerenciamento de três dos cinco indicadores do Programa 0016, quais sejam: i) Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde; ii) Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde; e iii) Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional, que tiveram os seguintes desempenhos no último exercício:

Nome do Indicador	Definição/Conceituação	Interpretação	Método de Cálculo	Fonte:
Percentual de Regiões de Saúde com COAP assinado	Percentual de regiões de saúde (CGR - Colegiado de Gestão Regional) com assinatura do COAP - Contrato Organizativo de Ação Pública entre os entes federativos	Percentual de regiões de saúde (CGR) com assinatura do COAP	Nº de regiões de saúde (CGR) com COAP assinado sobre o nº de regiões de saúde (CGR) no Brasil X 100	E-CAR 2011
Nº. de Estados da Federação com equipe de apoio definidas	Definição da metodologia de apoio aos entes federados e das referências técnicas para cada Estado.	Organização das atividades de apoio com vistas à consecução dos produtos do DAI diretamente afetas à Articulação Interfederativa.	Nº. de Estados da Federação com equipe de apoio definidas sobre 27	E-CAR 2011
Regiões de Saúde e Colegiados de Gestão Regional (CGR) informados à CIT	Espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde na atenção básica, vigilância à saúde, atenção psicossocial, urgência e emergência, atenção ambulatorial especializada e hospitalar, e com espaço de governança regional, formalmente constituído, sob a forma de Colegiado de Gestão Regional, informado à CIT.	Regiões de saúde conformadas como espaço de governança regional informadas à CIT	Nº. de CGR informados à CIT sobre Total de Regiões de Saúde informadas à CIT, até Dez. de 2011 . * OBSERVAÇÃO: é necessária a regulamentação acerca do fluxo da constituição de Regiões de Saúde. A Portaria 2.751/2009 não estabelece fluxo desta informação para o MS.	E-CAR 2011

Taxa de implantação de Colegiados de Gestão Regional intra-estaduais.	Percentual de Colegiados de Gestão intra-estaduais implantados em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	Número de Colegiados de Gestão Regional intra-estaduais, reconhecidos na CIB e informados à CIT por (divido) Número total de Colegiados de Gestão intra-estaduais implantados no país, multiplicado por 100.	PPA 2008-2011
---	--	--	------------------

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de adesão dos estados ao Pacto pela Saúde	30/06/2007	44,00	100,00	93,00	100,00
Fórmula de Cálculo do Índice –						
Número de UF com Termo de Compromisso de Gestão Estadual homologado na Comissão Intergestores Tripartite, dividido pelo número total de UF, multiplicado por 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
Esta meta prevista para ser atingida na totalidade dos estados em 2010 foi alcançada no início do exercício com adesão do estado do Amazonas em abril de 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde	30/06/2007	5,99	100,00	70,00	73,40
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de municípios com Termo de Compromisso de Gestão Municipal homologado pela Comissão Intergestores Tripartite, dividido pelo número total de municípios, multiplicado por 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
Por se tratar de meta que expressa celebração de acordo entre entes federados, com parcial governabilidade do Ministério da Saúde sobre a mesma, a estratégia adotada para buscar o seu cumprimento em 2010 foi construir uma agenda de trabalho tripartite – MS, CONASS e CONASEMS, para os estados cujos municípios apresentavam dificuldades de adesão ao Pacto pela Saúde. Esta agenda teve como ponto relevante a realização de oficinas com esses estados e o trabalho de cooperação técnica.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de constituição dos Colegiados de Gestão Regional	30/06/2007	12,00	100,00	92,00	91,62
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de Colegiados de Gestão Regional reconhecidos pelas Comissões Intergestores Bipartites e Tripartite, dividido pelo número de colegiados do país, multiplicado por 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os 415 CGR constituídos até 2010 têm uma abrangência de 24 estados e 5.330 municípios, com recursos transferidos totalizando R\$ 7.920.000,00 (sete milhões centos e quarenta mil reais) de incentivo à constituição e organização dos CGR. Apenas dois estados – Roraima e Maranhão ainda não constituíram CGR, além do Distrito Federal, cuja modalidade de organização regional não se aplica.						

Fonte: Secretaria Técnica da Comissão Intergestores Tripartite – ST/CIT/SE

A Ação 8287 tem a finalidade de fortalecer a capacidade de governo sobre o sistema de saúde nas esferas federal, estadual e municipal, contribuindo para a qualificação da gestão e para a qualificação e humanização da assistência. O apoio à gestão interfederativa do SUS é desenvolvido com base na tríade: i) agenda de cooperação técnica pactuada com os gestores estaduais e municipais; ii) demandas prioritárias para o fortalecimento da gestão; e iii) processo permanente de formação e qualificação do grupo técnico que presta apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde no processo de descentralização, com ênfase na

regionalização. Assim, com a finalidade de aprimorar o pacto federativo a atuação do Departamento se focou na promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo do Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011 que tem o importante papel de regular a estrutura organizativa do SUS, o planejamento de Saúde, assistência à saúde e a articulação interfederativa, dentre outros aspectos, tão necessários a sua consolidação e melhoria permanente.

Para o alcance das metas físicas e financeiras previstas no Plano Plurianual – 2008/2011 – Exercício 2011, foi programado, por cada uma das coordenações que compõem o Departamento, um conjunto de atividades, agregando o que está previsto no Plano Plurianual - PPA à Agenda Estratégica do Ministério da Saúde/Governo Federal. A seguir serão apresentados os resultados alcançados para cada uma das atividades programadas referentes ao primeiro semestre de 2011.

Plano de Ação e resultados alcançados no Exercício de 2011.

SUBAÇÃO - 1	FORTALECER A COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS
DESCRIÇÃO DA SUBAÇÃO	Promoção da cooperação entre os entes federados, fortalecendo a gestão do SUS, o processo de regionalização da saúde, apoiando a implementação da Política ParticipaSUS e do Pacto pela Saúde, nos estados e municípios.
MONITORAMENTO	Pela própria natureza do Estado brasileiro, a atuação conjunta dos entes federados nas políticas públicas deve garantir a autonomia de cada um deles e, ao mesmo tempo, possibilitar a adoção de ações coordenadas e socialmente efetivas, por meio da realização de acordos intergovernamentais. Dessa forma, fortalecer o processo de cooperação entre os entes federados faz-se necessário. Foi definida, de modo participativo com as diversas áreas do MS, uma metodologia de apoio integrado que possibilitasse uma ação federal conjunta e efetiva, no apoio à implementação das políticas de saúde, de acordo com os objetivos estratégicos do MS, criando espaços de interlocução com estados e municípios, que favorecesse a articulação interfederativa; foram elaboradas as diretrizes para a organização das regiões de saúde, entendendo estas como os espaços de discussão prioritários para a implementação das políticas de saúde; foram consolidadas as Comissões Intergestores Regionais, como o foro de discussão, negociação e pactuação entre gestores, no âmbito de cada região de saúde e incentivada a articulação da Política ParticipaSUS ao Pacto pela Saúde, possibilitando operacionalizar, de forma mais consistente, os princípios e diretrizes do SUS estabelecidos na CF de 88, na lei 8.080/90 e, mais recentemente, no Decreto 7.508/11.
CONCLUSÃO	Processo de cooperação interfederativa fortalecido, tanto na articulação das diversas áreas do MS como na relação com os demais entes federados, sendo necessária a sua consolidação, para o efetivo fortalecimento dos processos de gestão do Sistema na ampliação do acesso do cidadão às ações e serviços de saúde, com qualidade e em tempo oportuno.
TAREFA 1	PROMOVER A COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Definir metodologia de cooperação interfederativa; definir os apoiadores do DAI, por Estado da Federação, apoiar o processo de educação permanente dos apoiadores; estabelecer parcerias para apoiar a qualificação dos processos de cooperação interfederativa; articular as áreas do MS que promovem ações de cooperação, para uma estratégia articulada e integrada; promover espaços interfederativos, para a troca de experiências e disseminar informações relevantes para o processo de cooperação.
RESULTADO ESPERADO	Processo de cooperação interfederativa estruturado; Parcerias estabelecidas para o processo de cooperação; Áreas do MS, que cooperam com estados e municípios, articuladas; Espaços interfederativos, de troca de experiências, promovidos.
MONITORAMENTO	Definida metodologia para a cooperação, com base nas diretrizes da articulação interfederativa do SUS, a partir do reconhecimento da autonomia federativa e da interdependência entre entes federados, pressupondo uma ação coordenada que permita a efetiva garantia do direito à saúde; estruturada a equipe de apoio integrado, com a definição

	<p>de um apoiador por estado da federação, alinhado de forma matricial a outros apoios dos demais departamentos da SGEP e demais secretarias do MS; solicitado o interlocutor a cada Estado da Federação e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), bem como informado o respectivo apoiador do DAI/ SGEP, para os processos de articulação interfederativa na implementação dos processos de fortalecimento da gestão, particularmente a implementação dos dispositivos colocados pelo Decreto 7.508/11, bem como de cada uma destas instâncias; discussão, em espaços institucionais coletivos, de temas relevantes ao processo de organização da gestão do SUS, a partir dos dispositivos do Decreto 7.508/11.</p> <p>Estabelecido e firmado convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito do Protocolo de Cooperação firmado entre o MS e a UFRGS em julho de 2011, com o propósito de apoiar a estruturação do processo de cooperação interfederativa a estados e municípios, com a formação de uma rede de facilitadores de apoio aos apoiadores institucionais, a produção e disseminação de informação científica e tecnológica, o desenvolvimento em espaço virtual de repositório de iniciativas em gestão estratégica e participativa, bem como analisar comparativamente experiências internacionais neste campo.</p> <p>Discussão, a partir da instituição do Grupo Executivo ligado ao Comitê Gestor para a implantação dos dispositivos do Decreto 7.508/11 (Portaria GM/MS nº2432, de 19/10/11), das diretrizes para o Apoio Integrado à Gestão Interfederativa do SUS, com a definição de 03 eixos de sustentação dessa estratégia: a formação dos apoiadores, a operacionalização e o seu monitoramento e avaliação; participação na Iª Oficina de Formação de Apoiadores coordenada pela SGTES; articulação e participação, juntamente com os estados e os municípios integrantes do Projeto QualiSUS-rede, em Oficinas Regionais para o desenvolvimento de sub-projetos visando a organização de redes de atenção à saúde em todas as 15 regiões previamente definidas; participação na IIª Oficina de Formação dos Apoiadores Institucionais do MS com a presença de todos os apoiadores vinculados às Oficinas Regionais do projeto QualiSUS-rede.</p> <p>Realização de 05 edições do Café com Idéias como espaço aberto de discussão de temas relevantes à gestão do SUS, sendo um no âmbito do MS, com o tema “o Decreto 7.508”, outro no Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, com o tema “Fixação de profissionais médicos no SUS” e 03 na 14ª Conferência Nacional de Saúde, com os temas “AIDS e diversidades: rompendo preconceitos”, “Semeando cidadania no campo e floresta” e “Experiências exitosas em gestão participativa: Prêmio Sérgio Arouca”.</p> <p>Amplamente publicizado o Decreto 7.508/11; Lançamento do livro “Regionalização e relações federativas na política de saúde do Brasil, que contém os resultados da Pesquisa Nacional de Avaliação das CIB como indutoras do processo de regionalização, disponibilizados no site da Biblioteca Virtual em Saúde (www.saude.gov.br/bvs); lançamento do livro “Avaliação: conceitos e métodos”, produto do convênio da SGEP com o IMIP, em 2009.</p> <p>Realização e participação em oficinas, congressos e reuniões técnicas nos estados.</p>
CONCLUSÃO	Os resultados esperados para esta tarefa foram alcançados na medida em que o processo de cooperação interfederativa foi definido e articulado, tanto nas demais secretarias do Ministério da Saúde como com Estados e Municípios, parcerias institucionais foram estabelecidas, considerando a necessidade de aprimoramento dessa estratégia, e foram criados espaços de interlocução com os demais entes federados, que possibilitem a troca de experiências e, assim, o fortalecimento dos processos de gestão do sistema.
TAREFA 2	FORTALECER O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Revisar as diretrizes estabelecidas para a regionalização; desenvolver estudos sobre o processo de regionalização nos Estados; apoiar e incentivar o funcionamento dos espaços colegiados regionais, para o fortalecimento da gestão interfederativa do SUS.
RESULTADO ESPERADO	Regiões de saúde definidas de acordo com as diretrizes da regionalização; Colegiados de Gestão Regional apoiados
MONITORAMENTO	Realização de 05 oficinas com todos os Estados e Cosems para compartilhamento do estado da arte do processo de regionalização e alinhamento aos atuais desafios da gestão do SUS, a partir do Pacto Federativo; participação e articulação entre as Secretarias Estaduais de Saúde do Rio de Janeiro e Bahia e a Secretaria Municipal de Saúde de Sobral/CE para a realização do Seminário no RJ sobre “Desafios da Regionalização na condição de mediadora da mesa: Experiências a partir da Implementação do Processo de Regionalização”.
	Realizadas reuniões no Grupo Executivo de Regionalização e Articulação Interfederativa do Comitê Gestor de implantação dos dispositivos do Decreto 7.508, para elaboração das diretrizes para a organização das regiões de saúde no SUS, tendo estas sido discutidas e

	<p>pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite.</p> <p>Discutidas, em reuniões do colegiado da SGEP, as formas de repasse de incentivo para o funcionamento das Comissões Intergestores Regionais, bem como o apoio aos Cosems, na sua organização e cooperação aos seus municípios, articuladas a outros incentivos, notadamente de apoio ao planejamento e à implementação da Política ParticipaSUS; publicada Portaria GM/MS nº 2.979/11, que dispõe sobre a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para a qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS.</p>
CONCLUSÃO	Os resultados esperados foram positivos, na medida em que todos os Estados da federação, juntamente com os seus municípios, organizaram o seu espaço territorial em regiões de saúde, configurando-se hoje em 447 regiões de saúde no país e, constituídas as respectivas instâncias de discussão e pactuação das políticas de saúde, instituídas no Pacto pela Saúde como Colegiados de Gestão Regional, tornando-se, depois do Decreto 7.508/11 e Lei 12.466/11, Comissões Intergestores Regional, apoiadas financeiramente com recursos federais de custeio.
TAREFA 3	APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PARTICIPASUS E DO PACTO PELA SAÚDE, NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Estruturar proposta metodológica para a avaliação da Política ParticipaSUS; promover a articulação da Política ParticipaSUS com o Pacto pela Saúde;
RESULTADO ESPERADO	Política ParticipaSUS articulada ao Pacto Federativo.
MONITORAMENTO	<p>Discutida proposta metodológica para avaliação da implementação da Política ParticipaSUS com o IMIP, que apontou a necessidade de revisão da própria Política, considerando os desafios da atual gestão do Sistema; colaboração na elaboração de proposta metodológica para avaliação da implementação da Política ParticipaSUS nos municípios de Santa Catarina, por mestranda da UFSC; participação em reuniões, oficinas, congressos e conferências, nos Estados e municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conferência Municipal de Saúde de Iguatú/CE – jul/2011; • Conferência Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte/CE – jul/2011; • Seminário Nacional do Pró-Saúde e PET-Saúde – Brasília, 19/10/2011; • Conferência Estadual de Saúde do Tocantins – 26 e 27/10/2011; • “Tecendo a Rede no Sistema Nacional de Auditoria” (DOGES/SGEP/MS) – Brasília, 07/11/2011; • Encontro Regional do Xingu/PA – Brasil Novo/PA, 07 a 09/12/2011.
CONCLUSÃO	O resultado esperado para esta tarefa foi parcialmente alcançado, considerando que, embora a Política ParticipaSUS esteja articulada aos processos envolvidos no Pacto Federativo, há a necessidade ainda de uma revisão na sua estrutura que melhor atenda aos desafios colocados para a gestão do sistema, quais sejam, a ampliação do acesso do cidadão às ações e serviços de saúde, em tempo oportuno e com qualidade, buscando-se efetivar a equidade social.

SUBAÇÃO 2	IMPLEMENTAR MECANISMOS DE APRIMORAMENTO DO PACTO INTERFEDERATIVO
DESCRIÇÃO DA SUBAÇÃO	Instituir processo de contratualização interfederativa à luz do Decreto Predidenciar nº 7508/2011, assim como de apoiar mecanismos legais para a instituição de parcerias entre entes públicos.
MONITORAMENTO	<p>Após a publicação do Decreto 7508/2011, foi pactuado a documento “Normas gerais e fluxos para elaboração e assinatura do Contrato Organizativo da Ação Pública (COAP) no âmbito do SUS”, elaborado e discutido no âmbito do GT de Gestão da CT-CIT, foi pactuado no plenário da CIT. Conforme encaminhamento tripartite proposto foi realizada Oficina Nacional de alinhamento estratégico referente à implantação do Decreto nº 7.508/2011, que objetivou o conhecimento dos processos e qualificação das diretrizes já pactuadas de forma tripartite. A oficina contou com a participação dos Secretários Estaduais, ou representante vinculado ao processo de implantação do Decreto, junto à gestão estadual e no caso dos municípios, o representante do COSEMS ou seu representante, apresentando os seguintes aspectos inerentes ao aprimoramento da gestão Interfederativa: da organização das instâncias de governança do SUS; do processo de planejamento – destacando a definição dos instrumentos; do</p>

	<p>COAP e os instrumentos do Pacto – destacando a transição dos instrumentos, da RENASES (Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde) e da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais). A minuta do COAP elaborada e discutida no Grupo Executivo do COAP/MS foi pactuada na CIT de 15 de dezembro de 2011. É do entendimento da Coordenação-Geral de Contratualização Interfederativa que para o cumprimento desta meta será necessário: articulação políticas e pactuação com Governadores; definição de como se dará o financiamento do contrato; caso não haja recurso novo para o COAP, haverá necessidade de integrá-lo às políticas prioritárias que estão sendo implementadas (Rede Cegonha, Urgência e Emergência, Saúde Mental, PMAQ...). Caso contrário, será difícil a assinatura do COAP por parte dos entes federados; e, o processo de elaboração do contrato requer uma etapa importante que é a construção regional dos seus conteúdos, por intermédio do planejamento regional integrado. Esta etapa realizada na CIR deve ser executada sob pena do COAP transformar-se em instrumento burocrático. Ficou acordada agenda tripartite para o início do ano de 2012, para discussão da minuta com as Procuradorias dos Estados e Municípios, assim como de encaminhamentos para o processo de implementação do Decreto 7508/2001, com o início das contratualizações nas Regiões de Saúde.</p>
CONCLUSÃO	<p>A implementação de mecanismos de aprimoramento do pacto interfederativo é uma tarefa complexa, na medida em que pressupõe a instituição de processo de contratualização interfederativa, envolvendo os três entes federados em constante diálogo e pactuações no SUS. Para o referido aprimoramento do sistema de saúde, foram desenvolvidas estratégias por parte do Ministério da Saúde e em conjunto com Estados e Municípios, com o objetivo de materializar aspectos do SUS regulamentados pelo Decreto 7.508/11.</p>
TAREFA 1	INSTITUIR PROCESSO DE CONTRATUALIZAÇÃO INTERFEDERATIVA
DESCRIÇÃO DA TAREFA	<p>Promover ampla discussão sobre a regulamentação da Lei 8.080; definir e pactuar componentes do processo de contratualização entre gestores, bem como suas estratégias de implantação; elaborar arquitetura do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde, como o instrumento de pactuação entre gestores da Saúde; disponibilizar material instrucional para as equipes do MS, Estados e Municípios; Coordenar o processo de definição de diretrizes para a conformação da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e Mapa da Saúde; discutir modelo de financiamento do COAP e formas de repasse de recursos federais.</p>
RESULTADO ESPERADO	<p>Lei 8080/90 regulamentada; Componentes do processo de contratualização interfederativa definidos e pactuados; Arquitetura do COAP elaborada; Diretrizes da RENASES e RENAME definidas e pactuadas; Diretrizes para a elaboração do Mapa da Saúde definidas e pactuadas; Financiamento e alocação de recursos federais revistos;</p>
MONITORAMENTO	<p>Discutida a proposta de regulamentação da Lei 8.080, por meio Decreto 7.508, em 29 de junho de 2011. A partir de então, foi criado o Comitê-Gestor no âmbito do MS, com representação de todas as Secretarias, para a sua implantação (Portaria GM/MS nº 2432, de 19/10/11).</p> <p>Realizada oficina interna no DAI para definição prévia sobre modelos de contratualização, assim como realizado seminário de apresentação da experiência de contratualização da Cataluña/Espanha e da experiência do estado de Sergipe, com a participação das demais áreas do MS.</p> <p>Contratadas consultorias para apoiar o processo de formulação dos conteúdos afetos ao processo de contratualização.</p> <p>Foram realizados estudos acerca de modalidades jurídicas de contratos, visando o alinhamento dos entendimentos referente ao Contrato Organizativo de Ação Pública. Foi discutido no Grupo Executivo do COAP/Comitê de Implantação do Decreto 7508/2011 proposta referente às normas e fluxos do processo de contratualização, bem como documento de pressupostos do Contrato Organizativo da Ação Pública, os quais foram validados no Colegiado do Ministro e posterior discussão no GT de gestão da CIT.</p> <p>Foram definidos critérios para a escolha das regiões prioritárias para iniciar o processo de contratualização à luz do Decreto 7508/2011. Realizada Oficina Nacional de alinhamento estratégico referente à implantação do Decreto nº 7.508/2011, que</p>

	<p>objetivou o conhecimento dos processos e qualificação das diretrizes já pactuadas de forma tripartite. A oficina contou com a participação das Secretarias Estaduais e COSEMS, bem como técnicos das demais secretarias do MS.</p> <p>Apresentação e discussão, na reunião do plenário da CIT, das diretrizes para a conformação do Contrato Organizativo de Ação Pública; Documento “Normas gerais e fluxos para elaboração e assinatura do COAP no âmbito do SUS” discutido no GT de Gestão da CT-CIT, levado ao plenário da CIT de setembro e pactuado pelos gestores do SUS, na CIT extraordinária, realizada no dia 11 de outubro de 2011.</p> <p>Elaborada a estrutura (minuta) do COAP, discutida no GE COAP, e no GT de Gestão da CT-CIT. Realizada oficina tripartite, para discussão da minuta do COAP, levada às Assembléias de Conass e Conasems e pactuada no plenário da CIT de 15 de dezembro de 2011.</p>
CONCLUSÃO	<p>Os resultados previstos para esta tarefa foram alcançados com êxito, considerando a pactuação tripartite do instrumento e etapas necessárias ao processo de contratualização instituída no Decreto 7.508/11, que formalizará, no campo da Saúde, os acordos entre gestores, para o fortalecimento do SUS.</p> <p>O processo de implementação do COAP requer uma etapa importante que é a pactuação regional dos seus conteúdos, na CIR, por intermédio do planejamento regional integrado, sendo que os objetivos, metas e indicadores que constarão do contrato, serão objeto de agenda interna no MS e posterior discussão/acordo tripartite.</p>
TAREFA 2	APOIAR MECANISMOS LEGAIS PARA A INSTITUIÇÃO DE PARCERIAS ENTRE ENTES PÚBLICOS
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Discutir possibilidades legais para a instituição de mecanismos de gestão interfederativa; compatibilizar o processo de contratualização com a política dos consórcios de saúde; avaliar proposta das Fundações Estatais.
RESULTADO ESPERADO	Mecanismos legais para instituição de parcerias entre entes públicos discutidos.
MONITORAMENTO	Apresentação deste tema no Congresso do CONASEMS e em evento específico no Estado do RS, assim como discussão de agenda com Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.
CONCLUSÃO	O resultado previsto para esta tarefa foi parcialmente alcançado, tendo em vista as orientações para o sistema de saúde decorrentes do Decreto 7.508/2011, de modo que esta tarefa deverá ser aprimorada em 2012.

SUBAÇÃO 3	INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO
DESCRIÇÃO DA SUBAÇÃO	<p>A formulação ascendente e integrada do planejamento da saúde, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do SUS. Para o cumprimento dessa orientação, verifica-se a dificuldade de se indicar um modelo único aplicável a todas as instâncias, especialmente considerando as peculiaridades de cada município, região e estado do País, sendo necessária a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde nos processos de elaboração, implantação e implementação de instrumentos e métodos voltados ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS, especialmente no que diz respeito ao processo de planejamento do sistema.</p>
MONITORAMENTO	<p>A realização da síntese das avaliações tripartite do Pacto pela Saúde, juntamente com a instituição do Grupo Executivo do Mapa da Saúde e Planejamento Integrado/CG do Decreto 7508/11 (Portaria GM/MS nº 2432, de 19/10/11) resultaram no documento “Diretrizes para a conformação do Mapa da Saúde e para o Processo de Planejamento da Saúde”, apresentado na reunião da CIT de 27 de outubro de 2011 e pactuado na CIT de 24 de novembro de 2011, que reúne informações sobre o planejamento da saúde, abordando: os pressupostos a serem considerados no planejamento da saúde; os instrumentos e suas interrelações – plano de saúde e suas programações e relatório de gestão; mapa da saúde e correlação com o planejamento e o COAP; e modelagem do planejamento integrado da saúde.</p> <p>Foi realizada a Oficina Nacional de implantação do Decreto nº 7.508/2011, nos dias 22 e 23 de novembro de 2011, com participação dos estados, municípios e do MS, cujo produto - “Implantação dos dispositivos do Decreto 7.508 e aprimoramento do Pacto pela Saúde” - foi discutido e pactuado na reunião da CIT de 24 de novembro de 2011, contemplando aspectos inerentes ao aprimoramento da gestão</p>

	<p>Interfederativa e do processo de planejamento do SUS, além da agenda a ser realizada a partir de 2012.</p> <p>A partir do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS) foi aprimorado o Projeto referente à utilização da ferramenta “Busca Saúde”, de modo a atender ao disposto no Decreto 7508/11, no que diz respeito à conformação do Mapa da Saúde, tendo sido disponibilizada no site do MS, em novembro de 2011, no sítio http://mapadasaude.saude.gov.br</p>
CONCLUSÃO	O resultado esperado para esta tarefa foi alcançado, na medida em que a proposta de reordenamento dos instrumentos e processo de planejamento e gestão foi pactuada entre os gestores do SUS, na CIT.
TAREFA 1	APRIMORAR O PACTO PELA SAÚDE TENDO COMO REFERENCIAL O PROCESSO DE CONTRATUALIZAÇÃO
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Elaborar síntese das avaliações tripartites do pacto, identificando elementos de convergência com o processo de contratualização; concluir o processo de ajuste de metas da pactuação unificada 2011 e a avaliação do pacto referente ao período 2009; acompanhar a revisão do TCG 2011; alinhar a discussão de aprimoramento do Pacto no MS e com CONASS e CONASEMS.
RESULTADO ESPERADO	Pacto pela Saúde avaliado com foco nas premissas, avanços obtidos e desafios que permanecem para gestão. Novas bases de aprimoramento do Pacto pela Saúde estabelecidas
MONITORAMENTO	<p>Foi realizada a apresentação síntese das avaliações tripartite do Pacto, a partir da identificação dos elementos de convergência do Pacto com o processo de contratualização, dos registros de construção do Pacto 2006-2007 e relatórios de avaliação tripartite do Pacto relativo aos anos de 2008, 2009 e 2010.</p> <p>No que se refere ao processo de ajuste de metas da Pactuação Unificada 2011, verifica-se que 100% dos estados e municípios concluíram o referido processo. Com relação à revisão dos Termos de Compromisso de Gestão, 100% dos estados e 86% dos municípios realizaram a revisão do termo no prazo estabelecido.</p> <p>O documento discutido e pactuado na reunião da CIT de 24 de novembro de 2011, “Implantação dos dispositivos do Decreto 7.508 e aprimoramento do Pacto pela Saúde”, produto da Oficina Nacional de implantação do Decreto nº 7.508/2011, realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2011, apresentou vários aspectos inerentes ao aprimoramento da gestão Interfederativa, tais como o indicativo de que os conteúdos do Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão serão incorporados prioritariamente nas partes I e II do contrato; que as prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida e de Gestão ainda fazem parte do processo de pactuação, sendo 11 indicadores vinculados ao processo de monitoramento dos seis eixos do Pacto de Gestão, com 11 objetivos, 11 metas e 11 indicadores e que para efeito de construção do COAP, as prioridades do Pacto pela Vida (e seus objetivos) serão incorporadas no contrato a partir das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Saúde. O referido documento apontou também as revisões das Portarias GM/MS nº 399/2006 (indicativo de pactuação na CIT de fevereiro de 2012) e 204/2007, à luz das diretrizes oriundas do processo de implantação do Decreto, ficando revogadas as prerrogativas e responsabilidades dos municípios habilitados na Norma Operacional Básica - NOB SUS 01/96 e na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS SUS.</p>
CONCLUSÃO	Avaliação do Pacto pela Saúde sob a perspectiva da contratualização no SUS foi realizada, indicando os aspectos inerentes ao aprimoramento da gestão interfederativa, tendo sido estabelecidas as novas bases para o aprimoramento do Pacto federativo com foco na contratualização.
TAREFA 2	INTEGRAR OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE.
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Mapear processos e instrumentos de planejamento e programações em curso no SUS, em articulação com as áreas que coordenam processos de planejamento e programação para definir a arquitetura de integração de processos e instrumentos, à luz da contratualização; assegurar a interface do PNS com o processo de contratualização; elaborar proposta de aprimoramento e qualificação do processo de planejamento regional, em articulação com as áreas técnicas, na definição de diretrizes de integração das políticas, que conformarão o contrato de ação pública; elaborar proposta de articulação dos instrumentos de apoio ao planejamento e

	gestão.
RESULTADO ESPERADO	Estratégias de fortalecimento do processo de planejamento no SUS definidas.
MONITORAMENTO	<p>No que se refere ao mapeamento de processos e instrumentos de planejamento e programações em curso no SUS, foi instituído Grupo Executivo do Mapa da Saúde e Planejamento Integrado/CG do Decreto 7508/11 (Portaria GM/MS nº 2432, de 19/10/11, com o objetivo de articular as áreas que coordenam processos de planejamento e programação para definir a arquitetura de integração de processos e instrumentos à luz da contratualização, que obteve como produto o documento “Diretrizes para a conformação do Mapa da Saúde e Processo de Planejamento da Saúde”, que foi pactuado na CIT de 24 de novembro de 2011, após discussão e apresentação na reunião da CIT de 27 de outubro de 2011. A Oficina Nacional de implantação do Decreto nº 7.508/2011, realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2011, apontou diversos aspectos inerentes ao aprimoramento do processo de planejamento no âmbito do SUS e à integração de instrumentos de planejamento, programação e políticas de saúde, tais como: 1) os produtos do processo permanente de planejamento são expressos no COAP; 2) O produto do planejamento regional integrará o Plano Estadual de Saúde e o COAP; 3) a PPI e as programações atuais (atenção básica e vigilância em saúde) serão utilizadas, em caráter transitório, como referência para a Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde – PGASS que consta no anexo II, parte II do COAP; 4) O Termo de Limite Financeiro Global será extinto, ficando as responsabilidades financeiras de cada ente definidas na Parte III do COAP; 5) A Declaração de Comando Único estará refletida nas Responsabilidades Executivas do COAP; 6) O Protocolo de Cooperação entre entes Públicos fica mantido e fará parte do Anexo III da parte II do COAP, sendo que o extrato do mesmo será extinto. Destaca-se ainda como produto da reunião o indicativo da criação da modelagem da nova lógica de programação com enfoque regional, no primeiro trimestre de 2012 e da identificação dos parâmetros e indicadores a serem usados na construção da programação geral e sua interface com o processo atual da pactuação (PPI) para discutir cobertura assistencial.</p> <p>Foi pactuada na CIT de 15 de dezembro de 2011 a resolução que institui a obrigatoriedade da alimentação do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS pelos gestores do SUS. Foram realizadas 05 oficinas de capacitação de estados, COSEMS e Conselhos Estaduais de Saúde quanto à operacionalização do Sistema; foi disponibilizado dispositivo no SARGSUS, como aspecto de seu aprimoramento, que permite, a qualquer cidadão, acessar os relatórios de gestão registrados no sistema, por meio da rede mundial de computadores.</p>
CONCLUSÃO	Os resultados previstos foram alcançados, dado que as estratégias de fortalecimento do processo de planejamento foram definidas com a pactuação, na CIT, das Diretrizes para a conformação do Mapa da Saúde e para o Processo de Planejamento da Saúde, além do documento de Implantação dos dispositivos do Decreto 7.508 e aprimoramento do Pacto pela Saúde e da instituição do SARGSUS como sistema de alimentação obrigatória pelos gestores do SUS para apoio à elaboração do Relatório Anual de Gestão.

SUBAÇÃO 4	FORTALECER O PROCESSO DE PACTUAÇÃO ENTRE OS GESTORES
DESCRIÇÃO DA SUBAÇÃO	Apoiar técnica e administrativamente o funcionamento do Plenário, CT-CIT e GT, para articulação, negociação e pactuação das políticas públicas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.
MONITORAMENTO	Foi providenciada a convocação, organização e secretariado das reuniões do Plenário, da CT- CIT e dos GT; sendo o registro das decisões elaborado e divulgado. As decisões do Plenário foram publicizadas mensalmente no site do Ministério da Saúde, no link da CIT e encaminhadas aos gestores e demais interessados. Foram sistematizadas e pautadas no Plenário as informações que chegam das CIB, conforme estabelecido pela CT-CIT.
CONCLUSÃO	O resultado esperado foi alcançado plenamente em virtude do cumprimento das tarefas estabelecidas.
TAREFA 1	APOIAR O FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO, CÂMARA TÉCNICA E SEUS GRUPOS DE TRABALHO (GT), DA COMISSÃO INTERGESTORES

TRIPARTITE (CIT)	
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Análise, proposição de medidas e acompanhamento dos assuntos, projetos, programas e ferramentas de operacionalização das políticas a serem discutidas no Plenário, na CT-CIT e nos GT. Convocação, organização e secretariado das reuniões do Plenário, CT- CIT e GT (Atenção à Saúde, Gestão, Vigilância em Saúde, Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e Ciência & Tecnologia) e elaboração e divulgação das decisões do Plenário.
RESULTADO ESPERADO	Apoio técnico e administrativo adequados ao pleno funcionamento do Plenário, CT e GT-CIT.
MONITORAMENTO	Foram convocadas, organizadas e secretariadas, de fevereiro a dezembro de 2011, 11 reuniões ordinárias e 02 extraordinárias, do Plenário, ocasião em que foram enviadas previamente, pauta e documentação por meio eletrônico aos gestores e demais interessados e quanto à CT-CIT, cumpriu-se o calendário de reuniões sendo realizadas pré e pós-reuniões da CIT. Realizadas duas oficinas com o objetivo de tratar do aprimoramento do Pacto pela Saúde e da implementação dos Dispositivos do Decreto 7508/2011, com a definição de agenda estratégica para 2012. As reuniões dos GT que subsidiam tecnicamente as matérias submetidas à deliberação e à pactuação no Plenário foram realizadas conforme necessidade de pauta e urgência do tema, acontecendo ao menos uma reunião mensal, com exceção dos Grupos: Gestão e Atenção, que se reuniram mais de duas vezes por mês. Mensalmente, foram divulgados os documentos, pautas e decisões do Plenário no sítio do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br/sgep), link do Departamento de Articulação Interfederativa/Secretaria Técnica da CIT, de forma a assegurar a observância do cumprimento dos encaminhamentos do Plenário.
CONCLUSÃO	O resultado esperado foi alcançado plenamente em virtude da pactuação de políticas estruturantes para o SUS, alinhadas às diretrizes do Plano Nacional de Saúde - PNS, a saber: incentivos para construção e custeio das atividades do Programa Academia da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica e Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; Ampliação do Programa de Telessaúde Brasil para apoiar a consolidação das redes de atenção à saúde; Política de Gestão da Educação em Vigilância Sanitária; Política de Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde; Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Política Nacional de Saúde do Trabalhador; Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Planos Operativos 2012-2015 da Política Nacional de Saúde das populações do Campo e da Floresta e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT; Diretrizes e orientações para o Programa de Qualificação dos Agentes de Combate às Endemias e demais agentes que atuam em Vigilância em Saúde e a implantação das Redes Temáticas para organização das Redes de Atenção à Saúde, destacando: Cegonha, Urgência-Emergência, Saúde Mental, Oncológica, com foco na intensificação das ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos Cânceres do Colo de Útero e de Mama. Ênfase para a pactuação das estratégias de consolidação do Sistema Cartão Nacional de Saúde e dos dispositivos para a implementação do Decreto 7.508/11, quais sejam: Diretrizes para a conformação das Regiões de Saúde, Diretrizes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), Diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), Normas Gerais e Fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública no âmbito do Sistema Único de Saúde, Diretrizes para conformação do Mapa da Saúde e para o processo de Planejamento da Saúde, Minuta do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP) e o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), dentre outras.
TAREFA 2	
APOIAR AS COMISSÕES INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)	
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Sistematizar as informações sobre Planos de Saúde, Relatórios de Gestão, Colegiados de Gestão Regional implantados nas regiões de saúde, adesão ao Pacto entre outras; realizar videoconferências e oficinas, elaborar e divulgar as decisões do Plenário da CIT.
RESULTADO ESPERADO	Informações das CIB/CIT sistematizadas e divulgadas.
MONITORAMENTO	Consolidadas as informações sobre Planos de Saúde e Relatórios de Gestão, conforme normativa vigente, Portaria GM/MS nº. 3176, de 24 de dezembro de 2008, republicada no DOU Nº 06, de 11 de janeiro de 2010, seção 1, pág. 35.

	Foram pautadas como informe nas reuniões da CIT as informações acerca das regiões de saúde, bem como de suas alterações, e homologados 394 Termos de Compromisso de Gestão Municipal, recebidos das CIB, estando essas informações disponíveis no sítio do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br/sgep) - link do Departamento de Articulação Interfederativa/Secretaria Técnica da CIT. Viabilizada duas videoconferências com vistas à apreciação e discussão das pautas da CIT dos meses de setembro e outubro. Elaborado e divulgado no mês de dezembro o 1º Informe Eletrônico acerca da reunião da CIT.
CONCLUSÃO	O resultado esperado foi alcançado, considerando a sistematização e disponibilização das informações da CIB/CIT, no sítio do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br/sgep), relevantes para o aprimoramento da articulação interfederativa.

SUBAÇÃO 5	FORTALECER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, NO ÂMBITO DA GESTÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE.
DESCRIÇÃO DA SUBAÇÃO	Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento é um dos objetivos do milênio e a cooperação internacional em saúde é a expressão da solidariedade entre as nações, como parte de uma agenda nas relações internacionais, uma vez que evidencia a preocupação de todos com a saúde e visa à melhoria dos índices sócio-econômicos mundiais. Os princípios que regem a cooperação brasileira em saúde são a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, respeito à soberania nacional, à independência econômica, aos direitos iguais e à não-intervenção nos assuntos domésticos das nações, horizontalidade nas ações de cooperação, respeito à diversidade cultural e sustentabilidade das ações.
MONITORAMENTO	Foram estabelecidas parcerias com instituições de cooperação internacional e com outras Secretarias do Ministério da Saúde do Brasil em torno de 03 projetos de cooperação entre nações, com destaque para o projeto de Cooperação Trilateral entre Brasil, Uruguai e Alemanha, devido à proximidade dos objetivos deste projeto com alguns dos objetos de trabalho da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS), como a descentralização, regionalização e a participação social na gestão da saúde. Participação em Seminário Internacional para a instituição do Observatório Íbero-Americano de Políticas de Saúde, na cidade de Merida/Espanha, em março de 2011, com desdobramento em oficinas realizadas em Brasília, no mês de junho e no Rio de Janeiro, em novembro de 2011, com a conclusão da proposta do seu funcionamento, tendo o Núcleo Brasil, sede na UnB.
CONCLUSÃO	Os resultados alcançados foram positivos diante do que estava previsto, sendo necessários desdobramentos para a sua consolidação.
TAREFA 1	APOIAR AS DEMANDAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DESCRIÇÃO DA TAREFA	Estruturar e apoiar as demandas que chegam da Assessoria Internacional de Assuntos de Saúde do Ministério da Saúde (AISA/MS), para o processo de cooperação com outros países.
RESULTADO ESPERADO	Projetos de cooperação internacional apoiados.
MONITORAMENTO	Realizadas reuniões com a AISA/MS, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), a GIZ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit / Sociedade Alemã para Cooperação Internacional) e com áreas do Ministério da Saúde para discussão de projetos de cooperação trilateral com os governos do Uruguai e Paraguai; participação no 1º Ciclo de Debates de Cooperação Trilateral entre Brasil, Uruguai e Alemanha, realizado em Montevidéu/Uruguai entre 27 e 30/09/11, abordando a temática da experiência brasileira nos processos de regionalização e de participação social no setor saúde; colaboração na elaboração de guia preparatório para a oficina “Sistemas de Saúde na América do Sul: desafios para a Universalidade, a Integralidade e a Equidade”, promovida pelo Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS); providenciadas respostas à AISA/MS em relação às seguintes demandas: 1) da União Européia e OMS, sobre a seleção de países para ações de “Apoio ao diálogo políticos sobre políticas nacionais de saúde, estratégias e planos em países selecionados”; 2)

	ONU – Fundação Rockefeller, sobre “Propostas de apoio do Brasil na introdução de temas relacionados à promoção de sistemas de saúde pública de cobertura universal nos trabalhos da AGNU”; participação em agenda “Programa Trilateral (Uruguai-Brasil-Alemanha), na área de HIV/AIDS, ocorrido em Brasília nos dias 19 e 20/12/2011.
CONCLUSÃO	O resultado esperado foi alcançado plenamente em virtude do cumprimento da tarefa estabelecida.

Desempenho Orçamentário

O maior volume de execução na Ação 8287 ocorre na modalidade convênio/cooperação/apoio aos organismos de representação dos gestores estaduais e municipais - Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems, visando o fortalecimento das gestões estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde e de sua capacidade de representação nas instâncias de pactuação do SUS; e na modalidade de transferência fundo a fundo (Portaria nº. 2.691/2007) para apoiar a organização e o funcionamento dos Colegiados de Gestão Regional – CGR, em conformidade com o estabelecido no Pacto pela Saúde, na diretriz de regionalização. Esses recursos fazem parte dos objetivos da ação do Componente de Qualificação da Gestão, dentro do Bloco de Financiamento de Gestão do SUS (Portaria nº 204/2007).

As transferências de recursos aos Colegiados de Gestão Regional - CGR, neste exercício, ocorreu no dia 29 de dezembro de 2011 conforme publicação no DO da mesma data, que acrescenta valores aos anexos I e II da Portaria nº 2.979/GM/MS a serem transferidos aos Estados e ao Distrito Federal para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS.

Composição da Força de Trabalho

A força de trabalho do Departamento de Articulação Interfederativa – DAI/SGEPM, atualmente é formada por servidores efetivos (pertencentes ao quadro do Ministério da Saúde), ocupantes de cargo comissionado sem vínculo (DAS sem vínculo), servidores com contrato temporário, servidores requisitados de outros órgãos públicos, estagiários e consultores de organismos internacionais.

O quantitativo de consultores de organismos internacionais em projetos de cooperação técnica tem diminuído significativamente nos últimos anos. Essa diminuição se deve à substituição dessa modalidade de mão de obra por servidores por contratos temporários. Houve, ainda, um aumento no quadro de servidores efetivos da unidade. Esse aumento se deu pelo ingresso de novos servidores públicos, contratados por meio de concurso público, o que refletiu também no quantitativo de consultores de organismos internacionais.

Atividades realizadas no âmbito do 39º termo de Cooperação Técnica – Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS – OPAS/OMS

RE 01 - Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidos em sua capacidade e competência para exercer as suas funções gestoras de acordo com as definições constitucionais e legais.

- ✓ Apoio ao processo de sistematização e qualificação das informações em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da iniciativa Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa;

RE 02 - Processos de apoio técnico entre os três níveis de gestores do SUS implantados.

- ✓ Estabelecida parceria com instituição de ensino superior com o objetivo de implantar ações de monitoramento e avaliação das atividades do PID nos Conselhos Municipais de Saúde do Estado do Ceará com o intuito de elaborar recomendações para o melhor funcionamento do Programa, na perspectiva de se estruturar uma metodologia capaz de acompanhar, em tempo real, o seu desenvolvimento;
- ✓ Estabelecida parceria com instituição de nível internacional para desenvolver as atividades de acompanhamento operativo na formulação das diretrizes para o desenvolvimento do decreto 7.508/11: Planejamento territorial, Regionalização, Financiamento territorial, COAP e desenvolvimento da RENASES e RENAME, com os seguintes objetivos de a) aportar conhecimento derivado de experiências internacionais; b) aportar o marco metodológico necessário para o desenvolvimento dos instrumentos; c) assessorar as diferentes áreas técnicas do MS na definição das diretrizes necessárias para a elaboração dos instrumentos. Mediante a entrega dos seguintes produtos:
 - RENASES e RENAME – Relatório técnico que contenha experiências internacionais e marco metodológico para o desenvolvimento de carteiras de serviços e medicamentos e as recomendações para o desenvolvimento das diretrizes para a elaboração dos instrumentos no marco do decreto 7508/11;
 - Planejamento territorial – Relatório técnico que contenha experiências internacionais e marco metodológico para o desenvolvimento de planos de saúde regionais e mapa de saúde e as recomendações para o desenvolvimento das diretrizes para a conformação do Mapa e do Planejamento da Saúde;
 - Regionalização - Relatório técnico que contenha experiências internacionais e marco metodológico para o desenvolvimento da regionalização e financiamento regional e as recomendações para o desenvolvimento das diretrizes no marco do decreto 7.508/11;
 - COAP – Relatório técnico que contenha as recomendações para o desenvolvimento operativo da gestão do COAP e a integração no processo dos instrumentos do planejamento, carteiras de serviços e regionalização, no marco do decreto 7.508/11;
 - Manual operativo nacional e regional para a conformação do mapa da saúde, planejamento, RENAME e RENASES.
- ✓ Oficina de qualificação e integração do processo de cooperação aos estados e aos municípios na implementação dos dispositivos do Decreto nº 7.508/2011, com o objetivo de capacitar técnicos das Secretarias Estaduais de Saúde e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, entendendo seus cinco grandes sistemas, a fim de integrar os apoiadores e qualificar as discussões sobre os dispositivos do Decreto nº 7.508/2011;
- ✓ *Café com Ideias*, espaço aberto que possibilita o intercâmbio institucional de saberes, tem por objetivo debater temas afetos à gestão do Sistema Único de Saúde, por meio da troca de experiências, na busca de soluções para problemas que são comuns aos gestores em qualquer uma das esferas de gestão do Sistema;

- ✓ Apoio ao fortalecimento do processo de articulação, por meio da viabilização de reuniões da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, nos meses de agosto, setembro e outubro, fórum colegiado de negociação e pactuação da operacionalização das políticas de saúde no âmbito do SUS, composto, paritariamente, por representantes das três esferas de governo: no âmbito federal pelo Ministério da Saúde, estadual pelo Conselho Nacional de Secretário de Saúde – CONASS, e municipal pelo Conselho Nacional de Secretarias de Saúde – CONASEMS;
- ✓ Para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação relativa à implementação dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão da informação no âmbito do planejamento, por meio da análise da utilização dos instrumentos de apoio à elaboração dos relatórios anuais de gestão por parte de municípios e estados, dos Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde da Amazônia Legal e das atas da Comissão Intergestores Tripartite dos anos 2009 e 2010, estão sendo elaborados os seguintes produtos:
 - Documento contendo proposta de aperfeiçoamento e adequação do instrumento de consolidação e monitoramento dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SISGEP;
 - Documento técnico contendo análise do processo de adesão ao Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão do SUS - SARGSUS e aprovação do Relatório Anual de Gestão;
 - Documento técnico contendo análise do processo de revisão dos Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde - SES da região da Amazônia Legal;
 - Documento técnico contendo análise dos temas e resultados das reuniões da Comissão Intergestores - CIT nos anos 2009 e 2010.
- ✓ Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento, aprimoramento e aplicação de novas formas de financiamento e alocação dos recursos financeiros do Ministério da Saúde para estados e municípios, baseadas no Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP, no âmbito da valorização da gestão e assim:
 - Contribuir para a discussão e definição de metodologias de alocação de recursos do Ministério da Saúde aos estados e municípios, considerando os aspectos legais e o esforço empreendido por esses entes na gestão;
 - Possibilitar que as metodologias de distribuição dos recursos federais para estados e municípios operacionalizem a aplicação de Blocos de Financiamento integrados da Gestão aos estados e municípios;
 - Discutir e definir novos critérios e indicadores que subsidiem a elaboração de metodologias de alocação de recursos federais a estados e municípios, que apoiem a concretização do Contrato de Ação Pública Local e Regional do SUS;
 - Apresentar as propostas de metodologias elaboradas para estados e municípios, com as respectivas simulações dos resultados encontrados no âmbito da valorização de resultados na gestão, de acordo com o Contrato de Ação Pública.
- ✓ Estão sendo elaborados os seguintes documentos/produtos:
 - Documento sobre os fundamentos para a construção da proposta de integração dos componentes dos Blocos de Gestão - Portaria GM/MS 204/2006 -, na perspectiva de qualificação da gestão do SUS;

- Documento técnico com proposta sobre os fundamentos para a construção da proposta de financiamento e alocação de recursos federais a estados e municípios, no sentido de subsidiar a implantação do Contrato Organizativo de Ação Pública;
- Documento Técnico com proposta de estudo acerca do financiamento global das ações e serviços no âmbito das regiões de saúde, em consonância com o Decreto 7.508/11, no âmbito do Contrato Organizativo de Ação Pública.

RE 03 - Propostas de regionalização formuladas e implantadas em todo o território nacional.

- ✓ Cooperado técnica e financeiramente com os organismos de representação dos gestores municipais – CONASEMS e suas representações nos estados - no sentido de apoiar o fortalecimento da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde - SUS mediante a representação gestores nos fóruns colegiados e decisórios do SUS.

Nesse sentido, foram desenvolvidas parcerias com esses organismos estaduais no intuito de aprimorar as ações voltadas para a qualificação da gestão participativa e, no intuito de proporcionar aos gestores municipais a oportunidade de discutir e trocar experiências para subsidiar a tomada de decisão da gestão do SUS para:

- Apoio à realização do *XII Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte: consolidando o SUS – rumo à plenitude da gestão nos municípios*, que objetivou promover um fórum de debates em âmbito estadual, envolvendo as secretarias municipais de saúde do Paraná, propiciando uma efervescência no balizamento da gestão das políticas de saúde para os municípios do estado, por meio de atualização de informações, aprimoramento técnico, conceitual e sobretudo político.
- ✓ Apoio á realização de Oficinas Macrorregionais de Sensibilização, orientação e discussão dos avanços, mudanças e desafios da Política de Gestão Estratégica e Participativa, com foco nas inovações instituídas pela regulamentação da Lei 8.080/90, cujo objetivo foi deflagrar o processo de rediscussão e qualificação da articulação interfederativa a partir das inovações, orientações e diretrizes propostas pelo Decreto 7.508/2011 que regulamenta a Lei 8.080/90, por meio da realização de oficinas macrorregionais visando subsidiar a ação institucional relativa à construção do processo de sensibilização dos gestores municipais de saúde para a organização do SUS, planejamento da saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa. Apoio à realização do 12º Congresso Paulista de Saúde Pública, que busca Reunir profissionais e gestores do campo da saúde pública, procedentes de instituições de ensino, pesquisa, laboratório e serviços de saúde para refletir, discutir e propor sobre temas relevantes da produção científica, das práticas, da gestão e da política para SUS e assim: a) fomentar e divulgar conhecimentos produzidos nas instituições acadêmicas e nos serviços de saúde; b) estimular o intercâmbio das experiências entre serviços; c) estimular o intercâmbio e a reflexão sistemática entre serviços e produção acadêmica; d) fomentar a construção de subsídios teóricos e de avaliação na consolidação do SUS nas diversas esferas de gestão; e) promover articulações entre a APSP e as instituições de saúde pública na região; f) estimular processos interativos entre saúde pública, grupos e entidades da sociedade civil, em especial as que se vinculam com as instâncias de controle social do SUS.

2.2.2.7. Plano de Ação do Conselho Nacional de Saúde

Os resultados apresentados são decorrentes das atividades realizadas pelo Conselho Nacional como um todo, e pelas suas subdivisões. Serão apresentadas as reuniões e deliberações do Plenário e da Mesa Diretora. No tocante a presidência, foram elencadas as reuniões em que o presidente esteve representando o Conselho. Quanto a Secretaria-Executiva, foram reunidas as suas principais atividades, juntamente com as da área de Comunicação. Na parte destinada as Comissões e aos Grupos de Trabalho, destacou-se as reuniões e eventos realizados.

É importante frisar que 2011 foi um ano diferenciado para o Controle Social e para o Conselho. Em virtude do Decreto Nº 7.446 de 1 de março que reduziu os limites para o empenho de diárias e passagens, alguns eventos e o número de reuniões foram reduzidas. Mesmo com essa redução a Secretaria-Executiva conseguiu se organizar para realizar as principais atividades programas. Foram realizados 6 eventos, 10 reuniões da Mesa Diretora, 12 Reuniões Ordinárias, 69 reuniões de Comissões, além das reuniões dos Grupos de Trabalho e outras atividades.

O Conselho Nacional de Saúde elaborou um planejamento que aborda as atividades que serão realizadas entre 2010 e 2012. O Planejamento conta com atividades para a Agenda Política criada em sua 205ª Reunião Ordinária, tendo como base as principais questões abordadas durante a primeira Caravana em Defesa do SUS, realizada em 2009. Ele conta também com Atividades Extra Agenda Política e com Propostas de Seminários e Oficinas.

No ano de 2011 o Plenário do CNS deliberou como prioridade a participação nas etapas Municipais e Estaduais da 14ª CNS bem como a organização da etapa nacional. Neste sentido algumas atividades planejadas para 2011 não foram realizadas, sendo adiadas para 2012.

Atividades para a Agenda Política

I – Criação da Carreira Única de Saúde

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Promover um debate ampliado no plenário do CNS, envolvendo a Mesa Nacional de Negociação, CGRH/MS, DEGERTS/MS e MPOG.	2010	Não realizado	Realizado
03.	Agendar audiência com o Presidente da República para apresentar a proposta da Carreira Única da Saúde.	2010	Não realizado	Não realizado

II – Estabelecimento do Serviço Civil em Saúde

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Acompanhar os projetos de leis em tramitação no Congresso Nacional.	2010-2012	Realizado	Realizado
02.	Buscar a interlocução com o MS, MEC, Conselho Nacional de Educação, CONASS e CONASEMS.		Parcial	Realizado
03.	Identificar e iniciar a discussão sobre o tema com os Conselhos Estaduais, Municipais de Saúde, com as entidades e movimentos sociais, plenárias e conferências de saúde e outras atividades da área.	2010-2012	Parcial	Realizado
04.	Definir uma proposta do Serviço Civil em Saúde garantindo a participação de estudantes universitários, instituições formadoras e	2010-2012	Parcial	Realizado

	usuários, vinculando a discussão da formação profissional.			
05.	Promover o debate, com todas as lideranças de bancada do Congresso Nacional para sensibilizar sobre o tema.	2011	Parcial	Parcial

III – Promover a autonomia administrativa e financeira dos serviços do SUS, a partir da regulamentação do § 8º, do Art. 37 da Constituição Federal

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Identificar as propostas que tramitam nas instâncias executivas e legislativas, e promover debate com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde para reformulação da proposta.	2010-2012	Parcial	Parcial
02.	Discutir a regulamentação da legislação permitindo que a Administração Pública crie mecanismos e dispositivos que permitam maior agilidade na gestão pública.	2010-2012	Parcial	Parcial

IV – Profissionalizar a administração e a gestão do SUS até o cargo de diretor, regulamentando o Inciso V do Art. 37 da Constituição Federal

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Mobilizar os trabalhadores, conselhos, movimentos sindicais e sociais e demais setores da sociedade para atuar junto ao Legislativo e Executivo para a construção de uma proposta de regulamentação do Inciso V do Art. 37 da CF.	Até dezembro de 2010	Parcial	Parcial

V – Flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Elaborar proposta alternativa para a LRF para a contratação de pessoal na área da saúde, a ser discutida e aprovada pelo pleno do CNS, tornando um instrumento de negociação junto aos poderes Legislativo e Executivo	Até dezembro de 2010	Não realizado	Não realizado
02.	Articular o debate com o CONASS, CONASEMS, Conselhos de Saúde e Movimentos Sociais.	Até dezembro de 2010	Parcial	Parcial

VI – Aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Incluir o debate sobre a Lei de Responsabilidade Sanitária e suas repercussões na saúde nas atividades e reuniões promovidas pelo CNS e manifestar a posição do CNS no Congresso Nacional.	Até aprovação da Lei	Parcial	Parcial
02.	Propor a criação de um Painel Nacional da Demanda reprimida na média e alta complexidade do País, com mecanismos de controle e avaliação de risco.	2010 - 2011	Não realizado	Não realizado
03.	Incluir no Projeto da Lei de Responsabilidade Sanitária a garantia de acesso universal à saúde considerando o enfrentamento das desigualdades e iniquidades em relação à raça/etnia, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, grupos geracionais, patologias, pessoas com deficiências, populações em situação de rua, em privação de liberdade e outras condicionantes sociais na determinação da saúde.	2010	Não realizado	Não realizado

Atividades extra Agenda Política

I. Ampliar a Transparência dos recursos destinados à saúde

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Fortalecer e ampliar o acesso a instrumentos de controle interno e externo e fiscalização como o DENASUS, SIOPS, Ouvidoria, entre outros.	2010	Não realizado	Não realizado
02.	Publicizar no site do CNS os relatórios do DENASUS concluídos, em todas as instâncias e após deliberação no pleno.	2010	Não realizado	Não realizado

II. Debater as Leis de interesse para o CNS que tramitam no Congresso Nacional

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Debater no pleno o PLC 69/01 que "Dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde - SUS".	207ª RO do CNS	Não realizado	Não realizado
02.	Lutar pela retirada do Projeto de Lei nº 92/07, que "Regulamenta o exercício da medicina".	Até a retirada	Não realizado	Não realizado

III. Promover o debate com a sociedade sobre a relação público x privado

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Divulgar para a sociedade os gastos públicos e privados com a saúde.	2010	Não realizado	Não realizado
02.	Estreitar a relação com a ANS e Estabelecer pautas periódicas e frequentes sobre a saúde suplementar e suas contradições com o SUS, com a presença da ANS.	2010	Realizado	Realizado
03.	Articular com os Conselhos de Políticas Públicas de Governo para elaboração de agendas de debates sobre o tema relação público x privado.	2010	Não realizado	Não Realizado

IV. Conferências de Saúde

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Avaliar e monitorar as deliberações da 13ª CNS e o Plano Nacional de Saúde, utilizando instrumentos e tecnologias aplicáveis e disponibilizá-las aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.	2010 a 2012	Parcial	Parcial

V. Educação Permanente para o Controle Social no SUS

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Formular de forma participativa, uma proposta para os processos de formação do Controle Social, com indicadores de monitoramento e avaliação.	2010	Realizado	Realizado
02.	Garantir material educativo para os movimentos sociais parceiros e comissões estaduais de educação permanente, disponibilizando por meio digital (CD, DVD, pen drive), impresso e outros.	2010 a 2012	Parcial	Parcial
03.	Dar continuidade aos temas mensais das "rodas de conversa", alimentando mensalmente o link e informando os conselhos de saúde, o tema disponibilizado a cada mês.	2010 a 2012	Parcial	Parcial
04.	Garantir um sistema de informação para acompanhar o processo de formação para o Controle Social.	2010	Não realizado	Não realizado

05.	Promover curso de formação de conselheiros para os novos conselheiros do CNS, orientando sobre o fluxo de funcionamento do CNS	2010	Não realizado	Parcial
-----	--	------	---------------	---------

VI. Organização e funcionamento do CNS

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Elaborar informativo com orientações sobre o funcionamento do CNS e disponibilizar funcionários para o acolhimento dos novos conselheiros.	2010	Não realizado	Parcial
02.	Rediscutir o papel das Comissões no CNS, para o real fortalecimento do Controle Social.	2010	Parcial	Realizado
03.	Adequar a Resolução 333 CNS a atual conjuntura do Controle Social, garantindo a participação da Coordenação da Plenária no debate.	2010	Parcial	Parcial
04.	Garantir a discussão sobre a autonomia do controle social, com base no acórdão do TCU nº 91.	2010	Parcial	Parcial
05.	Garantir que as contratações de pessoal da SE/CNS sejam realizadas por meio de Concurso Público.	2010 a 2012	Parcial	Parcial

VII. Fortalecer a Cooperação Internacional na Área de Saúde

Nº	ATIVIDADES	ANO	SITUAÇÃO	
			2010	2011
01.	Promover a integração com os órgãos, organismos, entidades, entre outros, que tratam da cooperação internacional na área da saúde, articulando as ações do governo com as do CNS.	2010 a 2012	Parcial	Parcial
02.	Garantir a articulação do CNS com o Itamaraty nas questões que envolvem o MERCOSUL, Unasul, África, entre outros.	2010 a 2012	Não realizado	Não realizado
03.	Solicitar dos Ministérios, Senado e Câmara suas agendas internacionais.	2010 a 2012	Não realizado	Não realizado
04.	Promover troca de experiência com o Controle Social em outros países.	2010 a 2012	Parcial	Realizado
05.	Estreitar a relação com entidades de espaço de articulação com a América Latina (Ex: OCLAE, FECOC, AIH, Federação Sindical Mundial, CSA, CSI) sem perder o papel político do CNS.	2010 a 2012	Parcial	Parcial
06.	Articular com os setores e movimentos mundiais que resistem ao monopólio das grandes corporações da Saúde.	2010 a 2012	Não realizado	Não realizado
07.	Acompanhar à agenda do MERCOSUL e dos países fronteiriços.	2010 a 2012	Não realizado	Não realizado
08.	Convocar a 14º CNS para 2011 e orientar os conselhos de saúde para que as conferências de saúde sejam realizadas, preferencialmente no primeiro ano dos mandatos de governo, para que suas deliberações se constituam diretrizes para as políticas de saúde, utilizando metodologias que possibilitem ampla participação, incluindo em sua programação a avaliação da implementação das propostas deliberadas em conferências anteriores e mobilizando todos os meios de comunicação para a divulgação de sua realização para toda a população.	2010	Parcial	Realizado

VIII – Sugestões dos Conselheiros

Nº	PROPOSTAS DE	SITUAÇÃO /SE	
		2010	2011
01.	Discussão da Fitoterapia e da Medicina Popular	Não realizado	Não realizada

Propostas de Seminários e Oficinas

Nº	PROPOSTAS DE SEMINÁRIOS E OFICINAS	SITUAÇÃO
		2011
01.	Realizar oficinas de capacitação sobre Orçamento e Financiamento para os Conselheiros Nacionais e Distritais de Saúde Indígena	Realizado
02.	Realizar Seminários Regionais com os movimentos estudantis, entidades de classes, instituições formadoras, Conselhos de Saúde para debater a proposta de Serviço Civil em Saúde.	Realizado
03.	Realizar o Seminário Nacional de Atenção Primária, com a garantia de que aborde o enfrentamento das desigualdades e iniquidades em relação à raça/etnia, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, grupos geracionais, patologias, pessoas com deficiências, populações em situação de rua, em privação de liberdade e outras condicionantes sociais na determinação da saúde.	Realizado
04.	Realizar um Seminário sobre o tema Público x Privado, incluindo o debate sobre plano de saúde privado para os servidores públicos, CPI da saúde suplementar, pontos do PAC, pontos do Mais Saúde e pesquisas clínicas envolvendo seres humanos.	Realizado
05.	Realizar seminário sobre pesquisas, desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias e acesso a serviços e Insumos x Judicialização.	Realizado
06.	Promover atividades, como oficinas, seminários, audiências públicas, ampliando a participação, para debater a precarização e privatização da gestão em Saúde (OS, OSCIPS e outros) e outros temas, afim de sensibilizar a sociedade a abolir tal prática, envolvendo o MPF, CGU, AGU, CNJ, PGR, STF, TCU, CONASS, CONASEMS, Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Conselhos Distritais de Saúde Indígena.	Realizado
07.	14ª Conferência Nacional de Saúde	Realizada

Eventos realizados

O Conselho Nacional de Saúde realizou diversas atividades em 2011, dentre elas cabe ressaltar as que contribuíram de forma mais expressiva para o desenvolvimento do SUS e aperfeiçoamento do próprio Conselho.

✓ Seminário nacional de orçamento e financiamento

No dia 07 de junho de 2011 foi realizado no Auditório do Tribunal de Contas da União o Seminário Nacional de Orçamento e Financiamento – COFIN/MS. Participaram cerca de 150 pessoas, dentre Conselheiros Nacionais e Estaduais de Saúde, membros da Comissão de Orçamento e Financiamento, técnicos do Ministério da Saúde, além de palestrantes.

O objetivo do evento foi promover a capacitação dos novos Conselheiros Nacionais e Estaduais de Saúde para poderem acompanhar com maior efetividade o repasse e a aplicação dos recursos federais e estaduais destinados a saúde.

Durante o evento foram realizadas mesas para discutir os principais temas que permeiam o financiamento do SUS. A primeira analisou a conjuntura do financiamento da saúde e a reforma tributária. Em seqüência foi discutido a regulamentação da Emenda Constitucional Nº 29/2000. Por fim foi apresentado o Manual de Orçamento e Financiamento, elaborado pela Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN.

✓ Encontro das Secretárias Executivas Estaduais – CES

No dia 01 de julho de 2011 foi realizado o Encontro das Secretárias Executivas Estaduais. O evento realizado no Hotel Gran Bittar contou com aproximadamente 100

pessoas, dentre secretários(as) executivos(as) dos conselhos estaduais de saúde e conselhos municipais de saúde das capitais, coordenadores(as) de plenária, técnicos(as) do CNS e convidados(as).

O Encontro foi de fundamental importância para informar e auxiliar as secretarias executivas na realização das atividades rotineiras. Os principais temas discutidos foram à realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, como os Conselhos podem ajudar na realização das Conferências Municipais e Estaduais de Saúde; O Programa de Inclusão Digital e a proposta de Manual das Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde.

✓ **Seminário nacional sobre serviço civil em saúde e demandas judiciais**

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou nos dias 07 e 08 de Julho de 2011 o Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e Demandas Judiciais no âmbito do SUS Confederação Nacional dos Trabalhadores, em Brasília-DF e contou com a presença de 400 participantes representantes dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde, Ministério da Saúde, Conass, Conasems, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Câmara dos Deputados, estudantes, usuários, trabalhadores, Coordenadores da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Ministério Público da União e dos Estados, Supremo Tribunal Federal, Conselhos de Políticas Públicas, Controladoria Geral da União, dentre outros.

O evento contou com estrutura que contemplou local de credenciamento, secretaria executiva, espaço para divulgação de publicações, sala de relatoria, plenário, sala de reunião, sala vip para recepção de autoridades e restaurante. Houve disponibilização de traslado para secretários do evento, distribuição de pasta no momento do credenciamento, contendo folder da 14ªCNS, bloco, caneta, programação do evento, folder de divulgação da videoconferência e agenda política do CNS. A alimentação (coffee break e almoço) foi servida no próprio local do evento, contando com estrutura de restaurante.

Com o objetivo de debater esses temas que fazem parte da agenda política do Conselho Nacional de Saúde nos anos de 2010-2012, o evento foi estruturado em programação de dois dias, cada dia contemplando um tema, e ao final de cada dia foram aprovadas as propostas que serão entregues a todos os envolvidos com o Sistema Único de Saúde na perspectiva de ajudar a consolidar o Sistema.

✓ **IV Seminário nacional sobre a residência multiprofissional e em área profissional da saúde**

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) realizaram nos dias 29 e 30 de setembro de 2011, em Brasília no Hotel Nacional, o **IV Seminário Nacional sobre Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde**.

O Seminário teve a duração de dois dias. Dentre os objetivos, a discussão da concepção político-pedagógica dos programas de residência multiprofissional e em área profissional da saúde; a discussão da gestão dos programas de residência multiprofissional e em área profissional da saúde incluindo a regulação, avaliação e supervisão dos processos, além da política de financiamento desses programas. O público estimado de 450 participantes, provenientes dos programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, representantes das Câmaras Técnicas, Avaliadores desses programas, Conselheiros Nacional, Estaduais e Municipais de todo o Brasil e convidados, dirigentes e técnicos, dos Ministérios da Educação e da Saúde, contemplou a expectativa programada.

No dia 29 de setembro foram realizadas mesas de discussão que abordaram os seguintes temas: a inserção da residência multiprofissional em saúde nas políticas nacionais de educação em saúde, a política de formação em saúde: a residência em área profissional da saúde e a política de residência multiprofissional em saúde, gestão, financiamento e participação social. Posteriormente foram realizadas rodas de troca de experiência entre os programas. Participaram dessa atividade os coordenadores, docentes, tutores e preceptores das faculdades, os gestores, conselheiros e os residentes.

No dia 30 de setembro foram realizados grupos de discussão que abordaram os seguintes temas: política de saúde, política de educação, formação em serviço; e gestão, financiamento, participação social. Para fomentar os trabalhos perguntas foram elaboradas para cada eixo temático, conforme tabela abaixo.

<p>POLÍTICA DE SAÚDE – POLÍTICA DE EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO EM SERVIÇO</p> <p>1- Qual o impacto dos programas na construção da cultura do efetivo exercício profissional da saúde de forma integrada? (potências e limites)</p> <p>2- Como os programas de residência estão impactando no processo de formação dos profissionais de saúde para a qualificação dos serviços e atenção-gestão-educação no SUS? (potências e limites)</p>
<p>GESTÃO – FINANCIAMENTO – PARTICIPAÇÃO SOCIAL</p> <p>1- Como está se dando o processo de pactuação/articulação entre as instâncias parceiras (gestão-instituição-trabalhadores) no sentido de serem co-responsáveis pela formação para o SUS? (POTÊNCIAS E LIMITES)</p> <p>2- Qual a infra-estrutura de recursos financeiros, pessoas e materiais para operacionalizar os programas de residência, bem como qual a forma viável de valorização de preceptoria e tutoria? (POTÊNCIAS E LIMITES)</p>

Para finalizar o Seminário foi realizada uma Plenária Final no intuito de consolidar tudo que foi discutido durante os dois dias de evento. Concluiu-se que todas as discussões e debates levaram ao resultado esperado, de uma proposta de diretrizes para a qualificação e consolidação dos Programas de Residência Multiprofissional e em área profissional da saúde, além da melhoria das condições educacionais dos residentes e o aprimoramento do sistema de regulação, avaliação e supervisão dos processos. O documento final ficou sob a coordenação do Ministério da Educação, visto que a coordenação da Equipe de Relatoria era do MEC.

✓ **Seminário Internacional: Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde**

Em uma parceria entre o Conselho Nacional de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde foi realizado no dia 07 e 08 de novembro de 2011, na Sede da Representação da OPAS/OMS-BRASIL o Seminário Internacional: Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde.

O Seminário é fruto do Laboratório de Inovação sobre a Inclusão dos cidadãos nas políticas públicas, que teve como principal objetivo conhecer experiências que implementaram técnicas de participação e planejamento em políticas públicas. As principais experiências foram selecionadas e apresentadas durante o evento.

Durante os dois dias de evento foram realizadas palestras, apresentação de experiências e debates ao final do dia para consolidar o que foi discutido. No último dia foi realizada a Plenária final que realizou os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Desenvolver processos de divulgação e acompanhamento de experiências relativas à inclusão de cidadãos na implementação de políticas sociais, nos diversos âmbitos federativos e nas diversas origens institucionais;

- ✓ Para o alcance do objetivo acima, criar instrumentos apropriados, do tipo: observatório, boletins, laboratório de experiências, convocatórias para captação e análise de experiências, fóruns para troca de experiências etc;
- ✓ Desenvolver também “canais de apoio” institucionais para quem faz ou quer iniciar um projeto de participação e inclusão, com formação de redes de apoiadores e articuladores, em diferentes contextos institucionais e geográficos;
- ✓ Desenvolver instrumentos de divulgação eletrônica e impressa das experiências e análises relativas ao tema;
- ✓ Promoção de ações de intercâmbio presencial entre experiências, de caráter empírico ou analítico, em âmbito nacional e internacional;
- ✓ Desenvolvimento de processo de autoavaliação na análise das experiências;
- ✓ Rever, de forma participativa, a categorização relativa às experiências;
- ✓ Realizar 2º Seminário Internacional – Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde;
- ✓ Manter o Grupo do Laboratório de Inovações;

É importante frisar o impacto que o Laboratório teve sobre todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto e participantes do Seminário. Percebeu-se que mais do que uma grande estrutura e preciso ter vontade para realizar mudanças. Assim, um novo Laboratório será realizado em 2012 no intuito de aprofundar ainda mais o debate sobre a participação social no país.

✓ **14ª Conferência Nacional de Saúde – 14ª CNS**

A 14ª Conferência Nacional de Saúde foi convocada pelo Decreto de 3 de março de 2011 e realizada de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília – DF. Sob o tema: “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social - Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro” e como eixo: “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”.

A Conferência teve como objetivos:

I - impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) garantidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento da Reforma Sanitária;

II - avaliar o SUS e propor condições de acesso à saúde, ao acolhimento e à qualidade da atenção integral;

III - definir diretrizes e prioridades para as políticas de saúde, com base nas garantias constitucionais da Seguridade Social, no marco do conceito ampliado e associado aos Direitos Humanos; e

IV - fortalecer o Controle Social no SUS e garantir formas de participação dos diversos setores da sociedade em todas as etapas da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Foram realizadas 4.374 conferências (municipais e estaduais) nos 27 estados brasileiros, o que significa a realização de 78% do total de conferências esperadas.

Na etapa nacional participaram 4.537 pessoas dentre delegados, convidados, painelistas, relatores, expositores, jornalistas e apoio.

Da 14ª CNS resultou o Relatório Final da Conferência, construído com base nas 343 propostas votadas e aprovadas nos Grupos de Trabalho (GTs) e na Plenária Final e a “Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde” (documentos disponibilizados em www.conselho.saude.gov.br).

As diretrizes e propostas debatidas durante os quatro dias de conferência resultaram em sugestões de importantes mudanças no padrão de funcionamento do Sistema Único de Saúde, o SUS real. O Relatório Final representa de forma fidedigna o que delegados de todo o país almejam para saúde dos brasileiros.

Reuniões da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Saúde

- ✓ 14 de setembro de 2010
- ✓ 05 de outubro de 2010
- ✓ 03 de novembro de 2010
- ✓ 07 de dezembro de 2010
- ✓ 25 de janeiro de 2011
- ✓ 10 e 11 de fevereiro de 2011
- ✓ 15 de fevereiro de 2011
- ✓ 15 de março de 2011
- ✓ 05 de abril de 2011
- ✓ 26 e 27 de abril de 2011
- ✓ 23 e 24 de maio de 2011
- ✓ 25 e 26 de julho de 2011
- ✓ 24 e 25 de agosto de 2011
- ✓ 26 e 27 de setembro de 2011
- ✓ 10 e 11 de outubro de 2011
- ✓ 1º de novembro de 2011
- ✓ 29 de novembro de 2011.

Análise do Plano de Ação do Plenário

O Plenário como fórum de deliberação se reúne de forma ordinária e extraordinária. Essas reuniões ocorrem no primeiro caso mensalmente e no segundo, conforme requisição do Presidente do CNS ou por deliberação do Plenário.

Reuniões Ordinárias

- ✓ 26 e 27 de Janeiro de 2011 (217ª RO)
- ✓ 16 e 17 de Fevereiro de 2011 (218ª RO)
- ✓ 16 e 17 de Março de 2011 (219ª RO)
- ✓ 06 e 07 de Abril de 2011 (220ª RO)
- ✓ 11 e 12 de Maio de 2011 (221ª RO)
- ✓ 08 e 09 de Junho de 2011 (222ª RO)
- ✓ 05 e 06 de Julho de 2011 (223ª RO)
- ✓ 10 e 11 de Agosto de 2011 (224ª RO)
- ✓ 14 e 15 de Setembro de 2011 (225ª RO)
- ✓ 05 e 06 de Outubro de 2011 (226ª RO)
- ✓ 09 e 10 de Novembro de 2011 (227ª RO)
- ✓ 14 e 15 de Dezembro de 2011 (228ª RO)

Análise do Plano de Ação da Mesa Diretora

A Mesa Diretora conduz os processos administrativos e políticos a serem deliberados pelo Pleno. Assim, ela se reúne mensalmente.

Reuniões

- ✓ 23 de Fevereiro de 2011 (49ª Mesa)
- ✓ 24 de Março de 2011 (50ª Mesa)
- ✓ 14 de Abril de 2011 (51ª Mesa)
- ✓ 14 de Maio de 2011 (52ª Mesa)
- ✓ 16 de Junho de 2011 (53ª Mesa)
- ✓ 16 de Agosto de 2011 (54ª Mesa)
- ✓ 16 de Setembro de 2011 (55ª Mesa)
- ✓ 13 de Outubro de 2011 (56ª Mesa)
- ✓ 17 de Novembro de 2011 (57ª Mesa)
- ✓ 16 de Dezembro de 2011 (58ª Mesa)

Análise do Plano de Ação da Presidência

Durante o ano de 2011, o Presidente participou de diversos eventos divulgando as ações e idéias defendidas pelo Conselho. Abaixo, segue a lista dos eventos que o Presidente participou.

Janeiro

- ✓ 26/01 - RO CNS

Fevereiro

- ✓ 08/02 - Reunião presidentes COSEMS e Secretarias Municipais.
- ✓ 16/02 - Reunião Ordinária do CNS
- ✓ 23/02 - Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde
- ✓ 25/02 - Lançamento Programa Saúde nas Escolas Tijuca - RJ
- ✓ 26/02 - Visita UPA – Praia do Futuro - CE
- ✓ 28/02 - Reunião sobre o Cartão Nacional de Saúde.

Março

- ✓ 03/03 - Video Conferência “o controle Social no Combate a Dengue”
- ✓ 24/03 - Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde
- ✓ 31/03 - Congresso de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo – Santos

Abril

- ✓ 02/04 - Cerimônia de assinatura do lançamento do edital para construção do Instituto da Mulher.
- ✓ 02/04 - Solenidade comemorativa dos 25 anos da Fundação Síndrome de Down de Campinas/SP.
- ✓ 07/04 - Ato Solenidade do dia Mundial da Saúde.
- ✓ 28/04 - Reunião sobre vagas nos cursos de medicina.

- ✓ 14/04 – Reunião Ordinária do CNS

Maio

- ✓ 11/05 - Marcha dos Prefeitos - DF

Junho

- ✓ 08/06 – Reunião Ordinária do CNS
- ✓ 16/06 - Mesa Diretora
- ✓ 17/06 - Conferência Municipal de Saúde de São Bernardo – SP
- ✓ 28/06 - Conferência Municipal de Saúde de São Paulo - SP

Julho

- ✓ 01/07 - Conferência Municipal de Saúde de Betim-MG
- ✓ 21/07 - Reunião sobre 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Agosto

- ✓ 08/08 - Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais
- ✓ 10/08 - RO CNS
- ✓ 10/08 - Reunião sobre Saúde da Pessoa com Deficiência.
- ✓ 31/08 - Conferência Estadual de Saúde do DF
- ✓ 31/08 - Conferência Estadual de Saúde de São Paulo.

Setembro

- ✓ 01/09 - 6ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.
- ✓ 12/09 - Conferência Estadual de Saúde da Bahia
- ✓ 13/09 - Anuncio do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde de Bahia.
- ✓ 14/09 - RO CNS
- ✓ 20/09 - Reunião Comissão Geral para debater a EC 29

Outubro

- ✓ 04/10 - VII Conferência Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul.
- ✓ 05/10 - Reunião Ordinária CNS
- ✓ 09/10 - 7ª Conferência Estadual de Pernambuco.
- ✓ 13/10 - Reunião Mesa Diretora
- ✓ 13/10 - Conferência Estadual de Saúde do Piauí
- ✓ 17/10 - Conferência Estadual de Saúde do Paraná
- ✓ 19/10 - Conferência Mundial dos Determinantes Sociais em Saúde - RJ

Novembro

- ✓ 10/11 - Reunião Ordinária do CNS
- ✓ 24/11 - Reunião sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde
- ✓ 30/11 a 04/12 - 14ª Conferência Nacional de Saúde

Dezembro

- ✓ 01/12 - Lançamento da Campanha do Dia Mundial de Luta contra a AIDS
- ✓ 02/12 - Reunião com a Comissão Nacional de Educação Popular
- ✓ 02/12 - Reunião com a Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS
- ✓ 22/12 - 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

Análise do Plano de Ação da Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva cabe fornecer as condições necessárias para o cumprimento das competências do CNS, dando suporte técnico-administrativo para as atribuições do Conselho Nacional de Saúde, às suas Comissões e Grupos de Trabalho. Também compete a ela o encaminhamento das demandas aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde após deliberação do Pleno, acompanhar, assessorar e participar da execução e do mapeamento do recolhimento de dados e análises estratégicas formuladas pelos órgãos conveniados, organizar o processo eleitoral do CNS e participar da organização da Conferência Nacional de Saúde e das Conferências Temáticas, entre outras.

Desta forma, a Secretaria realizou no 1º semestre de 2011:

- ✓ Convocação das reuniões ordinárias (12 reuniões) do Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Solicitação de passagens aéreas e diárias dos conselheiros nacionais, convidados e coordenadores da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde para participação nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Encaminhamento das deliberações das reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Convocação das reuniões da Mesa Diretora do CNS (10 reuniões);
- ✓ Encaminhamento das deliberações da Mesa Diretora do CNS;
- ✓ Realização e execução do Planejamento do CNS 2010-2012;
- ✓ Elaboração e encaminhamento das publicações do CNS;
- ✓ Acompanhamento das Comissões (26 Comissões) e Grupos de Trabalho do CNS (10 GTs);
- ✓ Gestão e acompanhamento do 23º Termo de Cooperação e Assistência Técnica com a OPAS;
- ✓ Eleição da CONEP – dezembro/2011;
- ✓ Elaboração da Programação do CNS para o Canal Saúde – outubro/2011;
- ✓ Lançamento da Plataforma Brasil – setembro/ 2011;
- ✓ 1ª Vídeo Conferência da 14ª Conferência Nacional de Saúde, sobre o tema: Balanço das Etapas Municipais da 14ª CNS – junho/ 2011;
- ✓ 2ª Vídeo Conferência da 14ª Conferência Nacional de Saúde, sobre o tema: Balanço das Etapas Municipais da 14ª CNS – agosto/ 2011;
- ✓ Oficina – Relatório Anual de Gestão – Instrumento do Controle Social – junho/ 2011;
- ✓ 2ª Visita *in loco* – CIRH – Faculdade de Ciências de Saúde de Barretos Dr. Paulo Prata – Barretos-SP e Faculdade de Odontologia São Leopoldo Mandic – Campinas/ SP – maio/2011;
- ✓ Participação nas 27 Conferências Estaduais preparatórias para a 14ª Conferência Nacional de Saúde – março a dezembro/ 2011;
- ✓ Realização do Seminário Nacional de Orçamento e Financiamento;
- ✓ Encontro das Secretárias Executivas Estaduais – CES;
- ✓ Realização do Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e Demandas Judiciais no âmbito do SUS;
- ✓ IV Seminário Nacional sobre a Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde;
- ✓ Seminário Internacional: Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde;
- ✓ 14ª Conferência Nacional de Saúde – 14ª CNS.

Cabe também a Secretaria-Executiva a coordenação da comunicação interna e externa do Conselho. Nesse sentido, as principais atividades realizadas pela Equipe de Comunicação foram:

Principais Atividades

- o Site

O conteúdo é atualizado de acordo com a demanda e sempre que necessários espaços especiais são desenvolvidos para destacar temas de interesse do CNS. Alguns exemplos são: 14ª Conferência Nacional de Saúde e Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e Demandas Judiciais no âmbito do SUS.

- 1) Produção/Publicação de Textos
Produzidos– 247 edições
- 2) Manutenção do site

- o CNS em Revista

Criação de projetos gráfico e editorial, reportagem, diagramação e edição – 3 edições (Setembro/2011, Edição Especial e Novembro/2011)

Detalhamento da Revista			
Formato	Público	Tiragem	Periodicidade
Formato fechado: 21 X 29,7 Formato aberto: 42 X 29,7	Conselhos Municipais de Saúde; Conselhos Estaduais de Saúde; Todos os membros do Conselho Nacional e entidades as quais pertencem; Plenária Nacional de Conselhos de Saúde; Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; Rede de Bibliotecas do SUS; Parlamentares.	18 mil exemplares	Bimestral
Especificações	Cores capa: 4/4 Cores miolo: 4/4 Papel capa: couché 150 Papel miolo: couché 90 Acabamento: Dois grampos Nº de páginas do miolo: 12 + capa		

o Informativos

Produzidos – 40 edições

Detalhamento do Informativo Eletrônico			
Formato	Público	Tiragem	Periodicidade
Eletrônico	Todo o pessoal do <i>mailing</i> , cadastro de Conselhos de Saúde e gestores	-----	Quinzenal ou de acordo com a necessidade do CNS.

o Carta eletrônica

Diariamente a equipe de Comunicação encaminha o clipping de notícias publicadas nos jornais, revistas e sites de todo o país.

Produzidas em 2011 – 227 edições

o Cobertura de eventos

Eventos
<ul style="list-style-type: none"> • 217ª Reunião Ordinária do CNS • Videoconferência pelo CNS e Ministério da Saúde em prol do combate à Dengue • 218ª Reunião Ordinária • 219ª Reunião Ordinária • 220ª Reunião Ordinária • 221ª Reunião Ordinária • 222ª Reunião Ordinária • 223ª Reunião Ordinária • 224ª Reunião Ordinária • 225ª Reunião Ordinária • 226ª Reunião Ordinária • 227ª Reunião Ordinária • 228ª Reunião Ordinária • Seminário Nacional de Orçamento e Financiamento da Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) • I Videoconferência sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde • Oficina de Capacitação dos Coordenadores de Relatoria da Etapa Estadual da 14ª Conferência Nacional de Saúde • Encontro das Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais de Saúde • Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e Demandas Judiciais no âmbito do SUS • 27º Congresso Nacional do Conasems • 28º Fórum do Planalto Agenda de Governo, Políticas Públicas e Gestão • VII Conferência Estadual de Minas Gerais • Ato público em favor da Emenda Constitucional 29

- II Videoconferência sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde
- 8ª Conferência de Saúde do Distrito Federal
- VI Conferência Estadual do Rio Grande do Sul
- VI Conferência Estadual de Saúde de São Paulo
- IV Seminário Nacional sobre Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde
- 6ª Conferência Estadual de Saúde do Ceará
- VII Conferência Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul
- 7ª Conferência de Saúde de Pernambuco
- Seminário Internacional – “Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde”
- 14ª Conferência Nacional de Saúde

o Publicações/ Material Gráfico

O trabalho da Equipe de Comunicação do CNS relacionado às publicações e materiais gráficos envolve diferentes etapas, independentes entre si. Fazem parte do processo:

- 1) Redação – produzir o conteúdo do material ou publicação
- 2) Produção – acompanhar o desenvolvimento seja por integrantes da equipe ou por terceiros;
- 3) Diagramação – criar o projeto e desenvolver o produto.

Foram realizadas as seguintes publicações e materiais gráficos em 2011:

- ✓ Folder institucional em inglês – 5.000 unidades
(Redação, produção e diagramação)
- ✓ Folder institucional em espanhol – 5.000 unidades
(Redação, produção e diagramação)
- ✓ Relatório Final da Caravana Nacional em Defesa do SUS – 10.000 unidades
(Redação e produção)
- ✓ Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde – 30.000 unidades
(Produção)
- ✓ Coletânea de Normas para o Controle Social no SUS – 15.000 unidades
(Produção e Diagramação)
- ✓ Manual de Orçamento e Finanças Públicas para Conselheiros de Saúde – 40.000 unidades
(Redação e produção)
- ✓ Manual do Participante da 14ª Conferência Nacional de Saúde – 4.500 unidades
(Redação, produção e diagramação)
- ✓ Relatório Consolidado das Propostas da 14ª Conferência Nacional de Saúde – 4.500 unidades
(Produção e diagramação)
- ✓ Peças gráficas do Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Demandas Judiciais no âmbito do SUS
(Redação, produção e diagramação)
- ✓ Peças gráficas da Oficina de Capacitação dos Coordenadores da Relatoria da etapa estadual da 14ª Conferência Nacional de Saúde e Encontro com as Secretarias-Executivas

- dos Conselhos Estaduais de Saúde
(Redação, produção e diagramação)
- ✓ Peças gráficas da 14ª Conferência Nacional de Saúde
(Redação e produção)

Análise do Plano de Ação das Comissões

Comissão de Atenção a Saúde Integral da Criança, Adolescente e Jovens - CAISAJ

- ✓ 19 de Setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição – CIAN

- ✓ 10 de junho de 2011
- ✓ 20 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Ciência e Tecnologia - CICT

- ✓ 18 de maio de 2011
- ✓ 07 de outubro de 2011

Comissão Intersectorial de Comunicação e Informação em Saúde – CICIS

- ✓ 22 de março de 2011

Comissão Intersectorial De Eliminação Da Hanseníase – CIEH

- ✓ 22 de junho de 2011

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

- ✓ 12 Reuniões Ordinárias;
- ✓ Foram apreciados 462 protocolos de Pesquisa;
- ✓ Participação em 23 eventos;
- ✓ 08 Audiências realizadas com Pesquisadores.
- ✓ 27 visitas de inspeção aos CEPs

Eventos

EVENTO	PROMOÇÃO	ATIVIDADE	DATA	LOCAL
II Curso Nacional de Capacitação em Pesquisa Clínica	Hospital Alemão Oswaldo Cruz / Ministério da Saúde/ DECIT	Aula	03 de fevereiro	São Paulo

II Fórum Paranaense de Comitês de Ética em Pesquisa	CEP UEM (Ex-membro Ieda Harumi) e CEP UEL (Ex-membro Nilza Diniz)	Palestra de abertura do evento	31 de março	Londrina
XII Encontro Nacional de Profissionais em Pesquisa Clínica	Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica - SBPPC	Participar de Mesa Redonda - tema: "A Importância da Pesquisa para o Sistema Único de Saúde no Novo Governo"	19 de março	São Paulo
V Encontro de Ética em Pesquisa	Comitê de Ética em Pesquisa da FACID - Faculdade Integral Diferencial	Palestra sobre Pesquisa Clínica - Resolução 196/96 - Plataforma Brasil	12 e 13 de abril	Teresina
III Encontro Bioética-Belém do Pará	CESUPA ALCINDO CACELA	Palestrante	15 de Abril	Pará
Workshop Sobre Biobancos	Faculdade de Medicina do Ribeirão Preto	Palestrante	40662	Ribeirão Preto - SP
III Encontro de Comitês de Ética em Pesquisa da Paraíba - A proteção ao sujeito no âmbito da pesquisa científica	Comitê de Ética em Pesquisa da SES-PB	Palestrando e debatedor	12 a 14 de maio	Paraíba
Comitê de Terapias Celulares da Anvisa	Anvisa	Representante do CONAS	19 de Maio	Sede da Anvisa - Brasília
Conferência de CEPs do Amapá	CEP/IPEA - Instituto de pesquisas Científicas e Tec. Do Estado do Amapá	Palestrante - O papel dos Cep's no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos no estado do AP	7 e 8 de Junho	Amapá
Solicitação de Palestra	Universidade Católica de Goiás	Palestrante - Capacitação do corpo docente	13 a 17 de Junho	Goiás
Congresso Anual de Parcerias em pesquisas Clínicas Edição América Latina	Institute for International Research e do Informa Group	Palestrante - Tenha sua pesquisa aprovada: Entenda os requerimentos e os prazos atuais para a pesquisa clínica na América Latina	01 a 03 de Agosto	São Paulo

VI Ciclo de Palestras sobre Ética em Pesquisas em Seres Humanos	CEP - IPEC	Palestrante	17 e 18 de Agosto	Manguinhos - RJ
IV Congresso do Hospital Universitário João de Barros Barreto	CEP/HUJBB/UFPA	Palestrante - O que há de novo sobre a regulamentação que norteia pesquisas com seres humanos; Esclarecendo os principais conflitos em pesquisa com seres humanos.	20 e 23 de Agosto	Belém - Pará
3º Simpósio do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Franca	CEP - Universidade de Franca	Palestrante - A importância da redação do TCLE para o sujeito de pesquisa.	25 e 26 de Agosto	São Paulo
IV WIKI MEETING EM PESQUISA CLÍNICA	e-Assertiva	Debatedora	17 de Setembro	São Paulo
I Simpósio de Bioética e Saúde Pública do IOC	IOC	Debatedora - A Percepção dos CEP Fiocruz sobre o sistema CEP-CONEP após 15 anos de implantação da Res. CNS 196/96: Sugestões para o manejo e gestão dos conflitos.	22 de Setembro	Rio de Janeiro
XVII Simpósio Multidisciplinar da Universidade de São Judas Tadeu	Universidade São Judas Tadeu	Tema: Desenvolvimento, saúde e qualidade de vida Palestrante: Ética em pesquisa	22 de Setembro	São Paulo
5º Encontro de Pesquisa Clínica do Centro Paulista de Investigação Clínica	Centro paulista de Investigação Clínica do Dr. Cristiano Zerbini (CEPIC)	Palestrante - Profissionalização da pesquisa clínica no Brasil.	24 de Setembro	São Paulo

II Encontro Estadual de Comitês de Ética em Pesquisa do Ceará	Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA)	Palestrante	29 e 30 de Setembro	Ceará
Videoconferência (à distância)	Polo do Datasus/Fiocruz	Curso EAD - Abertura	17 de Novembro	Rio de Janeiro / Campo Grande
I Encontro dos Comitês de ética em pesquisa da UNESP	UNESP	Palestrante - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP	17 e 18 de Novembro	São Paulo
Oficina de Trabalho sobre Biobancos e Biorrepositórios	INCA	Participante	25 de Novembro	Rio de Janeiro

Visitas de Inspeção

- ✓ Vitória Apart Hospital / ES – 17 de fevereiro
- ✓ ABO/ES – 18 de fevereiro
- ✓ Santa Casa de Misericórdia do RJ – 23 de fevereiro
- ✓ Rede D'or de Hospitais/MG – 24 de fevereiro
- ✓ UNIVAP – 02 de abril
- ✓ IPSEMG/MG – 18 de abril
- ✓ Estácio de Sá/MG – 18 de abril
- ✓ UFMA/MA – 07 de junho
- ✓ Santa Marcelina
- ✓ Anhanguera Educacional / SP
- ✓ Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – HEMOAM / AM
- ✓ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA / AM
- ✓ Faculdade de Medicina do ABC – FMABC / SP
- ✓ Hospital Heliópolis – HOSPHEL – SP
- ✓ Centro de Ciências da Saúde da UFPB - CCS – UFPB / PB
- ✓ Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/ PB
- ✓ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC / SC
- ✓ Maternidade Carmela Dutra – Hospital Amigo da Criança / SC
- ✓ Universidade Federal de Alagoas – UFAL / AL
- ✓ Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC / AL
- ✓ Inca / RJ
- ✓ Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas - IPEC – Fiocruz / RJ
- ✓ Hospital de Urgências de Goiânia – HUGO / GO
- ✓ Associação de Combate ao Câncer Em Goiás – ACCG / GO

- ✓ União Educacional do Planalto Central – UNIPLAC / DF
- ✓ Centro Universitário Unieuro – UNIEURO / DF
- ✓ Universidade Gama Filho / RJ

Data das Reuniões Ordinárias - 2011

- ✓ 19 a 21 de Janeiro
- ✓ 07 a 09 de Fevereiro
- ✓ 23 a 25 de Março
- ✓ 25 a 27 de Abril
- ✓ 25 a 27 de Maio
- ✓ 27 a 29 de Junho
- ✓ 27 a 29 de Julho
- ✓ 29 a 31 de Agosto
- ✓ 28 a 30 de Setembro
- ✓ 17 a 19 de Outubro
- ✓ 23 a 25 de Novembro
- ✓ 14 a 16 de Dezembro

Comissão Intersectorial de Educação Permanente do Controle Social no SUS – CIEPCSS

- ✓ 27 de maio de 2011

Comissão Intersectorial para Acompanhamento das Políticas em DST e AIDS - CIADAIDS

- ✓ 14 de Junho de 2011

Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN

- ✓ 02 e 03 de fevereiro de 2011
- ✓ 02 de março de 2011
- ✓ 30 e 31 de março de 2011
- ✓ 04 de maio de 2011
- ✓ 06 de junho de 2011
- ✓ 21 e 22 de junho de 2011
- ✓ 03 e 04 de agosto de 2011
- ✓ 24 e 25 de agosto de 2011
- ✓ 28 e 29 de setembro de 2011
- ✓ 26 e 27 de outubro de 2011
- ✓ 23 e 24 novembro de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST

- ✓ 13 de julho de 2011
- ✓ 03 de outubro de 2011

Comissão Intersectorial de Recursos Humanos – CIRH

- ✓ 02 e 03 de fevereiro 2011 (104^a)
- ✓ 01 e 02 de março de 2011 (105^a)
- ✓ 21 e 22 de março de 2011 (106^a)
- ✓ 18 e 19 de abril de 2011 (107^a)
- ✓ 17 e 18 de maio de 2011 (108^a)
- ✓ 21 e 22 de junho de 2011 (109^a)
- ✓ 20 e 21/07/2011 (110^a)
- ✓ 31/08 e 1/09/2011 (111^a)
- ✓ 20 e 21/09/2011 (112^a)
- ✓ 17 e 18/10/2011 (113^a)
- ✓ 17 e 18/11/2011 (114^a)
- ✓ 12 e 13/12/2011 (115^a)

Comissão Intersectorial de Saneamento e Meio Ambiente – CISAMA

- ✓ 17 de maio de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde Mental – CISM

- ✓ 06 de junho de 2011
- ✓ 13 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial De Saúde Indígena – CISI

- ✓ 18 de maio de 2011
- ✓ 17 e 18 de agosto de 2011
Comissão Intersectorial De Saúde Da Mulher – CISMU
- ✓ 02 de junho de 2011
- ✓ 22 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde do Idoso – CISID

- ✓ 21 de junho de 2011
- ✓ 31 de agosto de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde Suplementar – CISS

- ✓ 15 de Junho de 2011

Comissão Intersectorial de Trauma e Violência – CITV

- ✓ 13 de junho de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde da Pessoa com Deficiência – CISPDP

- ✓ 13 de maio de 2011

Comissão Intersectorial de Pessoas com Patologias – CIPP

- ✓ 13 de maio de 2011
- ✓ 07 de outubro de 2011

Comissão Intersectorial de Práticas Integrativas e Complementares No SUS – CIPICSUS

- ✓ 20 de Junho de 2011
- ✓ 30 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde Integral da População Negra – CISPEN

- ✓ 13 de maio de 2011
- ✓ 03 de outubro de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis - CISPLGBT

- ✓ 24 de maio de 2011
- ✓ 13 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia – CIVSF

- ✓ 25 de maio de 2011

Comissão Intersectorial de Assistência Farmacêutica - CIAF

- ✓ 27 de julho de 2011
- ✓ 12 de setembro de 2011

Comissão Intersectorial de Saúde Bucal – CISB

- ✓ 30 de maio de 2011
- ✓ 03 de outubro de 2011

Análise do Plano de Ação dos Grupos de Trabalho

Comitê PID – 2011

- ✓ 15 de Junho de 2011

GT - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF

- ✓ 09 de junho de 2011

GT – Saúde Da População Carcerária Brasileira

- ✓ 07 de junho de 2011

GT - Resolução CNS 333/03

- ✓ 25 de outubro de 2011

Reuniões Sobre o Seminário Internacional: Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde

- ✓ 09 de agosto de 2011
- ✓ 25 de outubro de 2011

GT Laboratório de Inovação: Inclusão dos Cidadãos na Implementação das Políticas Públicas

- ✓ 03 de maio de 2011
- ✓ 28 de junho de 2011
- ✓ 15 de agosto de 2011
- ✓ 03 de outubro de 2011

GT - Plenária Nacional de Políticas Públicas em Saúde – Judicialização e Serviço Civil

- ✓ 05 de Abril de 2011

GT - Sobre Órteses e Próteses - Relatório Final

- ✓ 07/05/2009;
- ✓ 01 e 02/09/2009;
- ✓ 06 e 07/10/2009;
- ✓ 29 e 30/07/2010;
- ✓ 20 e 21/09/2010; e
- ✓ 25 e 26/10/2010.

Condiderações Finais

Orientados pelas principais questões discutidas durante as reuniões, o GT propõe ao Pleno do Conselho Nacional de Saúde os seguintes encaminhamentos:

- 1- Recomendar ao Conselho Federal de Medicina – CFM que avalie os procedimentos médicos e éticos relacionados a prescrição de órteses e próteses;
- 2- Recomendar à ANVISA um estudo e adequação da classificação de risco das órteses e próteses e procedimentos de registro, testagem e controle relacionados;
- 3- Recomendar ao Ministério da Saúde e ANVISA providências para instituir a notificação compulsória a reações adversas para órteses e próteses com registro das causas quando identificado.

- 4- Recomendar ao Ministério da Saúde que inclua nas normatizações que os serviços devem disponibilizar ao usuário, após receber órteses ou próteses, um laudo do procedimento realizado com as especificações técnicas do produto e número de série/lote.
- 5- Recomendar ao Ministério da Saúde a constituição de um Grupo de Trabalho para estudo aprofundado e futura implantação da padronização de nomenclatura de órteses e próteses;
- 6- Recomendar à ANS que inclua nos procedimentos pagos pela saúde suplementar a dispensação de órteses e próteses ambulatoriais;
- 7- Recomendar ao Ministério da Saúde que identifique no Cartão SUS se o usuário é pessoa com deficiência e se tem necessidade de utilizar órteses e próteses;
- 8- Solicitar ao Ministério da Saúde, através da SAS, um parecer sobre a aplicação da Lei nº 8666 no que tange às dificuldades que a Lei de Licitação pode causar para a compra de órteses e próteses peculiares às necessidades individuais dos usuários em contraposição ao menor preço;
- 9- Solicitar ao Ministério da Saúde, através da SAS, um parecer sobre a aplicação da Lei Complementar 101/01 no que tange às dificuldades que a Lei de Responsabilidade Fiscal pode causar para a implantação de serviços e a contratação de profissionais especializados para a recuperação da saúde (processo de reabilitação) de usuários com a adequada adaptação de órteses e próteses;
- 10- Recomendar ao Ministério da Saúde que realize uma pesquisa nacional para identificar quais são as reais condições de saúde e necessidades das pessoas que necessitam de órteses e próteses para o adequado planejamento de recursos e serviços assistenciais;
- 11- Recomendar ao CONASS, CONASEMS e Ministério da Saúde que promovam pactuações relacionadas a dispensação das órteses e próteses;
- 12- Recomendar a realização de reunião com ANVISA, INMETRO e outros convidados para fazer a avaliação da qualidade das órteses e próteses e o mapeamento desses serviços;
- 13- Recomendar ao Ministério da Saúde a revisão/elaboração de Portarias e Protocolos que tratam das órteses e próteses, principalmente, as que dizem respeito à dispensação.

GT - Organização Da Sociedade Civil De Interesse Público - OSCIPS, Organização Social - OS e Fundação Estatal de Direito Privado – FEDP

✓ 12 de Abril de 2011

Grupo de Trabalho – Atenção Oncológica no Brasil

- ✓ 8 de Junho de 2011
- ✓ 8 de Agosto de 2011

GT - Análise do Relatório das Eleições do CNS do Triênio 2009/2012

- ✓ 7 de junho de 2011
- ✓ 12 de agosto de 2011

OBS: As pautas das reuniões ordinárias, mesa diretora, comissões e grupos de trabalho estão disponíveis na íntegra no site do CNS - www.conselho.saude.gov.br

2.3. Programas de Governo sob Responsabilidade Institucional da SGEP

2.3.1. A Secretaria não possui nenhum programa sob sua responsabilidade.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela SGEP

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2012
10	422	0016	6182	A	3	UNIDADE	10.000.000	6.366.390	125 Ouvidoria Apoiada
10	422	0016	8705	A	3	UNIDADE	46.750	43.690	50.000 Pessoa Capacitada
10	422	0016	8707	A	3	UNIDADE	20	26	8 Evento realizado
10	301	1336	8215	A	3	UNIDADE	60.000	50.366	2 Seminário realizado
10	422	1446	8709	A	3	UNIDADE	27	24	2 Seminário realizado
10	573	0016	5516	A	3	UNIDADE	1	1	-
10	124	0016	8708	A	3	UNIDADE	1.000	1.360	1.000 Ação de Auditoria realizada
10	122	0016	8287	A	3	UNIDADE	27	27	88 Contrato Firmado
10	122	0016	2016	A	3	-----	-----	-----	-----

Fonte: PPA 2008/2011 e LOA 2012

Análise Crítica:

A SGEP comprometida com a qualificação dos processos de negociação e institucionalização das políticas públicas de saúde, contribuindo com a necessária mobilização da sociedade para a Gestão Participativa no SUS, tem desenvolvido e provocado uma série de estratégias de ação, dentre as quais destacam-se:

A atuação do *Departamento Nacional de Auditoria do SUS* (DENASUS) possibilitou uma articulação voltada ao desenvolvimento de ações integradas aos

componentes estaduais e municipais de auditoria, favorecendo o apoio e a implementação de 119 áreas de auditoria no Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Foram encerradas 1.360 ações de auditorias. Atendendo as prioridades de Governo definidas no Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, ano 2011, o DENASUS concluiu os seguintes Relatórios de Auditoria das Forças Tarefas: Mamógrafos, Laboratórios de Citologia e Hospitais Psiquiátricos, para os quais foram realizadas as seguintes atividades: visitados 1.959 estabelecimentos de saúde, com 1.762 Mamógrafos identificados; visitados 600 municípios em 1.316 Laboratórios de Exame de Citopatologia; visitados 134 Hospitais Psiquiátricos em 122 municípios.

Em conjunto com o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), está definindo alguns critérios para construção do protocolo para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e avaliação do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde - COAP, conforme determina o Decreto nº 7.508 de 28/07/11.

Com o objetivo de apoiar a implementação de Ouvidorias descentralizadas do SUS (Federal, Estaduais/DF e Municipais) e, buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, o **Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES)** apoiou 34 entes federados.

Para viabilizar a disseminação de informações para a população brasileira foram realizadas 6.890.430 de informações à população, buscando assim, integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, incluindo a descentralização dos serviços de ouvidoria. O Tridígito (136) da Ouvidoria do SUS foi implantado integralmente em todo território nacional e está em funcionamento desde o dia 05.08.2011.

Foram realizadas e concluídas as seguintes Pesquisas com base nos programas estratégicos do Governo: Ouvidorias dos municípios prioritários no combate à dengue; Satisfação e acesso de usuários do SUS ao exame de Mamografia; Gestores municipais sobre a demanda de serviços de Mamografia e recursos utilizados; Inquérito telefônico com estabelecimentos de cuidados às pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas – Comunidades terapêuticas, Satisfação dos usuários do SUS e Pesquisa de Satisfação para avaliar a implementação da Rede Cegonha.

O **Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP)** tem como missão fortalecer a democracia participativa e deliberativa no Sistema Único de Saúde. Resultados positivos têm sido alcançados por meio da formação permanente de conselheiros e de lideranças sociais do setor saúde em todo o Brasil. Esta ação é desenvolvida de forma descentralizada por meio de repasse financeiro fundo-a-fundo e convênios com os estados, Distrito Federal e municípios. Em 2011 foram capacitadas 43.690 pessoas.

Com vistas à ampliação e ao fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS foram realizados 26 eventos. Para a promoção da equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades foram realizadas diversas atividades de sensibilização das lideranças para melhorar o acesso dessas populações aos serviços do SUS. De acordo com dados obtidos junto ao Departamento de Atenção Básica (DAB), em 2011 foram atendidas 50.366 pessoas da população quilombola.

Realizada em dezembro a 14ª Conferência Nacional de Saúde que contou com a presença de 2.937 delegados e 493 convidados, totalizando 3.430 participantes. As Conferências municipais, estaduais e nacional, além de reiterar a postura e atitude em defesa dos princípios e diretrizes constitucionais do SUS, também reforçaram o compromisso e a responsabilidade de promover discussões e debates em busca de melhores alternativas e rumos de superação, inovação e sustentabilidade para o crescimento, consolidação e legitimação das políticas públicas de Seguridade Social.

Foram realizadas 4.375 Conferências Municipais apresentando um percentual de realização de 78% dos 5.563 municípios brasileiros, e, 27 Conferências Estaduais. A região nordeste foi a que realizou o maior número de conferências: 1.648, seguida das regiões Sul com 1.067, Sudeste com 878, Norte com 387 e Centro-oeste com 367. A SGEP acompanhou 147 Conferências Municipais e Estaduais nas categorias de participantes, palestrantes e mesa de abertura.

No processo de continuidade do *Programa de Inclusão Digital* (PID) nas suas três dimensões (capacitação de conselheiros, conectividade e infraestrutura dos Conselhos de Saúde), a SGEP adquiriu e distribuiu equipamentos para todos os Conselhos Estaduais e Municipais, viabilizando a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social democrático pelos conselheiros. A parceria com uma empresa de telecomunicações permitirá o acesso às informações sobre saúde não apenas aos conselhos de saúde, mas também a toda a sociedade que utiliza televisão.

Ao *Departamento de Informática do SUS* (DATASUS), que passou a incorporar a SGEP, cabe a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde, mantendo e operando diversos sistemas de informação no âmbito do SUS.

Tendo como missão a implementação da Política de Informação e Informática em Saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS, o DATASUS, em consonância com as melhores práticas do setor e recomendações de Órgãos Normativos (Instrução Normativa IN 04/SLTI/MPOG), publicou em 31/01/2011 (BSE nº 05/ano 26) seu **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**, instrumento orientador das ações voltadas a promover o uso da informática na gestão dos processos no âmbito do SUS, considerando tendências tecnológicas e a necessidade de capacitação para a geração e uso de técnicas de processamento da informação.

Quanto ao Sistema Cartão Nacional de Saúde, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff tem como meta sua disponibilização para 100% das redes assistenciais. Esse Sistema Cartão fornece a base cadastral para a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde no território nacional, promovendo a interoperabilidade e a integração das informações dos sistemas de informação do SUS. Em 2011 foram publicadas pelo Ministério da Saúde a Portaria nº 940/GM, de 28/4/11, regulamentando o Sistema Cartão no âmbito das ações e serviços de saúde no território nacional; a Portaria nº 763/SE, de 20/7/11, que dispõe sobre o uso do Cartão no registro dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares; e a Portaria nº 2.073/GM, de 31/8/11, que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação no âmbito do SUS. No final de setembro os cartões em PVC começaram a ser distribuídos e já foram entregues 8.091.000 (oito milhões e noventa e um mil) cartões para 260 municípios. Mais 4.484.500 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos) de cartões já foram produzidos para distribuição em mais 60 municípios, totalizando 12.575.500 (doze milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e quinhentos) cartões confeccionados neste ano. A implantação do Sistema Cartão tem como premissa a necessidade de implementar mecanismos estritos de segurança, controle e auditoria para todos os sistemas informatizados de dados e informações de saúde, com o registro dos acessos realizados, de forma a garantir o uso adequado e autorizado da informação, preservando a privacidade do cidadão.

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), que tem por objetivo promover a sistematização de informações que subsidiem as políticas de saúde, por intermédio de um processo participativo que envolve cerca de 30 instituições nacionais responsáveis pela produção, análise e disseminação de informações em saúde. O processo de trabalho participativo da RIPSA se

consubstancia na oferta regular de um produto finalístico, Indicadores de Dados Básicos (IDB), de utilidade e qualidade reconhecidas, despertando, inclusive, interesse internacional.

O *Departamento de Articulação Interfederativa – DAI*, incorporado em 2011 ao novo escopo da SGEF, é o responsável pela articulação dos órgãos do Ministério da Saúde, na construção de uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento da articulação interfederativa, e pela implementação dos processos de pactuação entre os entes federados, passando a coordenar ações da Comissão Intergestores Tripartite, dentre outras competências.

Coordena, em articulação com as demais secretarias do Ministério da Saúde, o Comitê Gestor de implantação dos dispositivos do **Decreto nº 7.508**, publicado no DOU em 28/06/2011 que regulamenta a Lei 8080/90. A divulgação do Decreto também se deu mediante a distribuição de 4.500 DVD's na 14ª Conferência Nacional de Saúde e a confecção de 15.000 livretos.

No que se refere aos dispositivos do Decreto 7508/11 foram elaborados e pactuados no plenário da CIT os seguintes documentos e resoluções: Implantação do Decreto 7508 e aprimoramento do Pacto pela Saúde; Diretrizes para a organização das regiões de saúde; Normas gerais e fluxos do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Minuta do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde; Diretrizes Nacionais da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde – RENASES no âmbito do sistema único de saúde (SUS); Diretrizes nacionais da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes para conformação do Mapa da Saúde e processo de Planejamento da Saúde.

Também foi pactuada na CIT a Resolução que institui a obrigatoriedade da alimentação do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS, o qual permite a qualquer cidadão, acessar os relatórios de gestão registrados no sistema, por meio da rede mundial de computadores.

Alinhadas ao Plano Nacional de Saúde foram pactuadas ou revisadas um conjunto de Políticas Estruturantes para o SUS, Diretrizes e Planos Operativos, a saber: Programa Academia da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica e Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; Ampliação do Programa de Telesáude Brasil para apoiar a consolidação das redes de atenção à saúde; Política de Gestão da Educação em Vigilância Sanitária; Política de Atenção Domiciliar no âmbito SUS; Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Política Nacional de Saúde do Trabalhador; Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Planos Operativos 2012-2015 da Política Nacional de Saúde das populações do Campo e da Floresta e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT; Programa de Qualificação dos Agentes de Combate às Endemias e a implantação das Redes Temáticas para organização das Redes de Atenção à Saúde, destacando: Cegonha, Urgência-Emergência, Saúde Mental, Oncológica, com foco na intensificação das ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos Cânceres do Colo de Útero e de Mama. Ênfase para a pactuação das estratégias de consolidação do Sistema Cartão Nacional de Saúde e o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), dentre outras.

Foram constituídas parcerias voltadas à qualificação dos processos de gestão do SUS, com destaque para: Hospital Alemão Oswaldo Cruz, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS); Consórcio Hospitalar da Catalunha (CHC) para os processos de contratualização interfederativa; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito do Protocolo de Cooperação firmado entre o MS e a

UFRGS em julho de 2011, com o propósito de apoiar a estruturação do processo de cooperação interfederativa a estados e municípios.

Informações sobre os resultados alcançados

Ação 6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde - Planejamento das atividades da ouvidoria, constituição e capacitação da equipe técnica, desenvolvimento do programa, formulação de normas operacionais, estruturação técnica da área com aquisição de equipamentos, contratação dos canais de entrada de informação no sistema e a operacionalização da ouvidoria; realização de fóruns regionais para incentivo e orientação ao surgimento de ouvidorias em estados e municípios; criação de estrutura técnica de apoio a criação de estruturas de ouvidorias nestas instâncias; planejamento das pesquisas demandadas e de iniciativa própria, identificação dos canais mais eficazes e eficientes, contratação dos serviços, capacitação de RH e tratamento da informação e divulgação dos resultados.

Tabela 1 - Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Dotar o Ministério da Saúde de sistema de ouvidoria, apoiar a implantação de estruturas similares em estados e municípios; aferir a percepção do usuário de forma permanente, sobre a performance e a qualidade dos serviços de saúde, produzindo insumos para o aperfeiçoamento da gestão do SUS e das políticas de saúde.
Descrição	Implantação da estrutura de ouvidoria da saúde, no que tange aos processos de trabalhos pertinentes, na esfera do governo federal, e a realização de fóruns regionais para discussão, com vistas ao apoio e desenvolvimento de estruturas de ouvidorias de saúde nas demais instâncias do SUS; desenvolver e aplicar pesquisa avaliativa para aferição da qualidade do atendimento na perspectiva do usuário dos serviços de saúde, utilizando-se da estrutura já existente e criando novos canais de comunicação; estabelecer parcerias com outras secretarias, utilizando-se dessa ferramenta para a solução de problemas específicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Ouvidoria Geral do SUS – DOGES
Unidades executoras	Secretarias municipais, Distrito Federal e estaduais de saúde
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Ouvidoria Geral do SUS – DOGES
Coordenador nacional da ação	Luis Carlos Bolzan
Responsável pela execução da ação a nível local	Secretários municipais e estaduais de saúde

Objetivo Específico: Dotar o Ministério da Saúde de sistema de ouvidoria, apoiar a implantação de estruturas similares em estados e municípios; aferir a percepção do usuário de forma permanente, sobre a performance e a qualidade dos serviços de saúde, produzindo insumos para o aperfeiçoamento da gestão do SUS e das políticas de saúde.

Público Alvo: Sociedade em geral.

Meta Física: 10.000.000 de atendimentos realizados

Realizados: 6.366.390

Grau de Cumprimento: 64%

Ação 8705 - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde - Apoiar os conselhos de saúde e outras instâncias organizadas de representação social, na sua estrutura sistêmica para o exercício de suas funções, criando condições para a participação e mobilização social e para o fortalecimento da representatividade do controle social do SUS. Estabelecer parcerias para informações permanentes, incluindo na temática abordada, a participação social e gestão participativa; estabelecer redes de comunicação direta entre os conselhos de saúde, gestores e sociedade. Promover o conhecimento sobre o SUS, sua organização, acesso, responsabilidades de gestão e direitos dos usuários. Capacitar educadores e professores nos princípios da educação popular para a promoção da saúde junto às crianças e adolescentes e às suas famílias, respeitando-se seus diversos ciclos de vida e a identidade e a cultura das populações.

Tabela 2 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os conselhos de saúde e outras instâncias organizadas de representação social, na sua estrutura sistêmica para o exercício de suas funções, criando condições para a participação e mobilização social e para o fortalecimento da representatividade do controle social do SUS. Estabelecer parcerias para informações permanentes, incluindo na temática abordada, a participação social e gestão participativa; estabelecer redes de comunicação direta entre os conselhos de saúde, gestores e sociedade. Promover o conhecimento sobre o SUS, sua organização, acesso, responsabilidades de gestão e direitos dos usuários. Capacitar educadores e professores nos princípios da educação popular para a promoção da saúde junto às crianças e adolescentes e às suas famílias, respeitando-se seus diversos ciclos de vida e a identidade e a cultura das populações. Promover o conhecimento sobre o SUS, sua organização, acesso, responsabilidades de gestão e direitos dos usuários.
Descrição	Definição de estratégias para criação, apoio e acompanhamento de Conselhos de Gestão Participativa nos estabelecimentos da saúde do SUS; Capacitação de equipes gestoras em práticas de gestão participativa no SUS; Capacitação de conselheiros e agentes sociais para o controle social da saúde; Desenvolvimento de práticas participativas para disseminar direitos dos usuários do SUS; Apoio à humanização dos serviços de saúde na perspectiva da qualidade, do acolhimento e do cuidado na atenção à saúde; Criação do sistema de informação do controle social a partir do participanetSUS; Pactuação e responsabilização das unidades federadas para alimentação sistemática do participanetSUS, através do Termo de Compromisso de Gestão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Apoio a Gestão participativa – DAGEP
Unidades executoras	CNS, CES, CMS, SES, SMS, ONG, Movimentos Sociais e Sindicais, FIOCRUZ, CONASEMS e CONASS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Apoio a Gestão Participativa – DAGEP
Coordenadora nacional da ação	Júlia Maria Santos Roland

Responsável pela execução da ação a nível local	Responsáveis pelas unidades executoras
--	--

Objetivo Específico: Implementar práticas de gestão participativa no SUS; Apoiar o controle social no SUS; Implementar práticas participativas e de educação em saúde nas escolas, junto aos movimentos populares e na rede de serviços do SUS.

Público Alvo: Gestores do SUS, trabalhadores da Saúde, Conselheiros de Saúde, Movimentos Sociais, Entidades Cívis organizados, Sociedade em geral.

Meta Física: 46.750 pessoas capacitadas

Realizados: 43.690

Grau de Cumprimento: 94%

Ação 8707 - Ampliação e Fortalecimento da Participação e Mobilização Social em Defesa do SUS - Promover a Conferência Nacional de Saúde, apoiar as conferências estaduais e municipais de saúde; Mobilizar a sociedade civil para a ampliação da consciência sanitária e do direito à saúde; Apoiar a criação de espaços de gestão participativa no âmbito dos serviços do SUS; Fortalecer o controle social e a ação participativa; Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde.

Tabela 3 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a Conferência Nacional de Saúde, apoiar as conferências estaduais e municipais de saúde; Mobilizar a sociedade civil para a ampliação da consciência sanitária e do direito à saúde; Apoiar a criação de espaços de gestão participativa no âmbito dos serviços do SUS; Fortalecer o controle social e a ação participativa; Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde.
Descrição	Realização da Conferência Nacional de Saúde; Acompanhamento de conferências estaduais e municipais de saúde; Capacitação de pessoas na promoção da educação popular em saúde; Realização de eventos macrorregionais com os movimentos sociais sobre direito à saúde e em defesa do SUS; Difusão da Carta de Direitos dos Usuários da Saúde em eventos e atividades de mobilização; Produção de materiais sobre direito à saúde para segmentos populacionais expostos a iniquidades em saúde como ciganos, mulheres, indígenas, GLTB, população negra, população do campo e da floresta.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Apoio a Gestão Participativa – DAGEP
Unidades executoras	CES, CMS, FIOCRUZ, UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS, SES, SMS, MOVIMENTOS SOCIAIS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Apoio a Gestão Participativa – DAGEP
Coordenadora nacional da ação	Júlia Maria Santos Roland

Responsável pela execução da ação a nível local	Responsáveis pelas unidades executoras
--	--

Objetivo Específico: Apoiar o funcionamento do Conselho Nacional de Saúde; Promover a Conferência Nacional de Saúde; Mobilizar a sociedade civil para a ampliação da consciência sanitária e do direito à saúde; Fortalecer o controle social e a ação participativa; Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde.

Público Alvo: Gestores do SUS, Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, Delegados Estaduais e Municipais de Saúde, Conselheiros Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde, Trabalhadores de Saúde, Usuários do SUS, Prestadores de Serviços do SUS, Movimentos Sociais Organizados, ONG's, Ministérios afins.

Meta Física: 20 eventos realizados

Realizados: 26

Grau de Cumprimento: 130%

Ação 8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde - Auditar a Gestão do SUS nos níveis estadual e municipal no que diz respeito à conformidade dos serviços e ações da Atenção Básica e Especializada, sob a responsabilidade de cada nível de Governo, verificando, inclusive, o uso dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde para custeio e financiamento desses serviços e ações.

Tabela 4 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Auditar a Gestão do SUS nos níveis estadual e municipal no que diz respeito à conformidade dos serviços e ações da Atenção Básica e Especializada, sob a responsabilidade de cada nível de Governo, verificando, inclusive, o uso dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde para custeio e financiamento desses serviços e ações.
Descrição	Definição de metas e prioridades; elaboração e acompanhamento de Programação Anual; monitoramento das ações descentralizadas aos demais componentes do SNA; programação e desenvolvimento atividades integradas no âmbito do SNA; acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas; agilização dos resultados das auditorias; otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais; combate as irregularidades na utilização dos recursos do SUS; disponibilizar aos componentes estaduais e municipais os sistema de informações; Implementar o programa de educação permanente no DENASUS; Apoiar e colaborar com os estados e município na implementação de programas de educação permanente; disponibilizar aos estados e municípios os manuais técnicos de orientação às ações de auditoria.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS
Unidades executoras	Ministério Público, TCU, CGU, SES, SMS, SAS, FNS, DAD, OUVIDORIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS
Coordenadora nacional da ação	Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior

Responsável pela execução da ação a nível local	Responsáveis pelas unidades executoras
--	--

Objetivo Específico: Contribuir com a gestão do SUS através de ações de auditoria, objetivando a melhoria da atenção à saúde e da qualidade de vida dos brasileiros.

Público Alvo: Sociedade em geral.

Meta Física: 1.000 Auditorias realizadas

Realizados: 1.360

Grau de Cumprimento: 136 %

Ação 8709 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade - Pactuação, aprovação e apoio à implementação de políticas de promoção da equidade em saúde; capacitação de lideranças dos movimentos sociais para o exercício do controle social, para a consciência do direito à saúde e em defesa do SUS, e ação sobre os determinantes sociais da saúde; capacitação de gestores e profissionais de saúde para a redução de iniquidades no SUS; realização de eventos de promoção da equidade para populações negra, do campo e da floresta, GLTB, em situação de rua, ciganos e outras; realização de campanha de combate à homofobia no SUS; realização de campanha sobre direito à saúde para população GLTB; realização de estudos para diagnóstico da situação de saúde dos povos ciganos no país e da população em situação de rua.

Tabela 5 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar o acesso da população negra, populações do campo e da floresta e outros grupos populacionais em situação de exclusão aos serviços e ações de saúde em articulação com os gestores estaduais e municipais.
Descrição	Pactuação, aprovação e apoio à implementação de políticas de promoção da equidade em saúde; capacitação de lideranças dos movimentos sociais para o exercício do controle social, para a consciência do direito à saúde e em defesa do SUS, e ação sobre os determinantes sociais da saúde; capacitação de gestores e profissionais de saúde para a redução de iniquidades no SUS; realização de eventos de promoção da equidade para populações negra, do campo e da floresta, GLTB, em situação de rua, ciganos e outras; realização de campanha de combate à homofobia no SUS; realização de campanha sobre direito à saúde para população GLTB; realização de estudos para diagnóstico da situação de saúde dos povos ciganos no país e da população em situação de rua.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP
Unidades executoras	SES, SMS, CES, CMS, ONGs, MOVIMENTOS SOCIAIS, UNIVERSIDADES, CNS, S. EXECUTIVA, FNS, SECRETARIAS DO MS, ANVISA, FUNASA, ANS, FIOCRUZ.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP

Coordenadora nacional da ação	Júlia Maria Santos Roland
Responsável pela execução da ação a nível local	Responsáveis pelas unidades executoras

Objetivo Específico: Ampliar medidas de intervenção sobre determinantes e condicionantes da saúde visando à promoção da equidade em saúde; Melhorar o acesso e o nível da saúde de populações em condições persistentes de vulnerabilidade e iniquidade.

Público Alvo: Sociedade em geral.

Meta Física: 27 Instâncias Implantadas até 2011

Realizados: 24 comitês mantidos (Amazonas (AM); Alagoas (AL); Amapá (AP); Bahia (BA); Ceará (CE); Distrito Federal (DF); Espírito Santo (ES); Goiás (GO); Maranhão (MA); Minas Gerais (MG); Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS); Pará (PA); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Piauí (PI); Paraná (PR); Rio de Janeiro (RJ); Rondônia (RO); Roraima (RR); Rio Grande do Norte (RN); Sergipe (SE); São Paulo (SP); Tocantins (TO).

Grau de Cumprimento: 89%

Ação 8215 - Atenção à Saúde das Populações Quilombolas - Articulação setorial e intersetorial com a gestão estadual e municipal, e com o as representações da sociedade civil, a partir da definição dos territórios de cidadania.

Tabela 6 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar a Política de Saúde Integral da população negra nas comunidades quilombolas, priorizando os territórios da cidadania
Descrição	Articulação setorial e intersetorial com a gestão estadual e municipal, e com o as representações da sociedade civil, a partir da definição dos territórios de cidadania.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP
Unidades executoras	SES, SMS, CES, CMS, Movimentos Sociais, ONGs, Todas as Secretarias do Ministério da Saúde, FUNASA, ANVISA.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP
Coordenadora nacional da ação	Júlia Maria Santos Roland
Responsável pela execução da ação a nível local	Responsáveis pelas unidades executoras

Objetivo Específico: Desenvolver estratégias para inclusão da população quilombola nos serviços e ações de saúde e de saneamento básico, a partir da mobilização dessa população em torno do direito à saúde e fortalecimento do controle social.

Público Alvo: População quilombola

Meta Física: 66.000 Pessoas atendidas

Realizados pela SGEF: 50.366.

Grau de cumprimento: 76%

Ação 8287 - Aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde - Apoio integrado à gestão descentralizada do SUS, desenvolvido com base em uma agenda de cooperação técnica, com as demandas prioritárias para o fortalecimento da gestão do SUS pactuada com os gestores estaduais e municipais de cada estado.

Tabela 7- Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer a capacidade de governo sobre o sistema de saúde nas esferas federal, estadual e municipal, contribuindo assim para a qualificação da gestão do SUS e para a qualificação e humanização da assistência nos diversos níveis.
Descrição	Apoio integrado à gestão descentralizada do SUS, desenvolvido com base em uma agenda de cooperação técnica, com as demandas prioritárias para o fortalecimento da gestão do SUS pactuada com os gestores estaduais e municipais de cada estado. Há um processo permanente de formação e qualificação do grupo técnico que presta apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde no processo de descentralização, com ênfase na regionalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Articulação Interfederativa – DAI
Unidades executoras	Secretarias municipais, Distrito Federal e Estaduais de Saúde
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Articulação Interfederativa – DAI
Coordenador nacional da ação	André Bonifácio de Carvalho
Responsável pela execução da ação a nível local	Secretários municipais e estaduais de saúde

Objetivo Específico: Formação e qualificação do grupo técnico que presta apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde no processo de descentralização, com ênfase na regionalização.

Público Alvo: Gestores estaduais, municipais e suas equipes de governo.

Meta Física: 27 entes federados apoiados

Realizados: 27

Grau de Cumprimento: 100%

5561 - Conferência Nacional de Saúde - Convocada pelo Poder Executivo, objetiva discutir a Política Nacional de Saúde, segundo os princípios da integralidade, da universalidade e da equidade. Considerada o maior evento do SUS, possibilitando a ampliação junto à sociedade de informações sobre o Sistema para fortalecê-lo. As Conferências de Saúde são realizadas em 3 (três) etapas - municipal, estadual e nacional.

Tabela 8 - Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Discutir a Política Nacional de Saúde, segundo os princípios da integralidade, da universalidade e da equidade.
Descrição	Realização das etapas Estaduais e Municipais, finalizando com a realização da etapa Nacional. Os Relatórios encaminhados pelas etapas municipais e estaduais subsidiam a elaboração do relatório consolidado da etapa nacional, e, posteriormente o Relatório final aprovado em plenária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva, Conselho Nacional de Saúde e SGEP
Unidades executoras	Secretarias municipais, Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gabinete da SGEP
Coordenador nacional da ação	Luiz Odorico Monteiro de Andrade
Responsável pela execução da ação a nível local	Ministério da Saúde

Objetivo Específico: Instrumento de participação popular na qual a sociedade se articula para garantir os interesses e as necessidades da população na área da saúde.

Público Alvo: Conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde, delegados eleitos nas etapas estaduais/municipais pelos segmentos que representam (usuários, trabalhadores e comunidade científica, gestores e prestadores de serviços de saúde).

Meta Física: 01 Conferência realizada

Realizados: 01

Grau de Cumprimento: 100%

2016 – Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde - O CNS é um órgão vinculado ao Ministério da Saúde composto por representantes de entidades e movimentos representativos de usuários, entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, sendo o seu Presidente eleito entre os membros do Conselho.

Tabela 9 - Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	O Conselho Nacional de Saúde (CNS) instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS) - de caráter permanente e deliberativo, tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde.
Descrição	O Conselho Nacional de Saúde é formado por 48 conselheiros titulares e seus respectivos primeiro e segundos suplentes, representantes de entidades e movimentos sociais de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica, entidades de prestadores de serviço, entidades empresariais da área da saúde e governo federal. De acordo com o Regimento Interno do CNS, a composição do Conselho é definida da seguinte forma: I - cinquenta por cento dos membros representantes de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS, escolhidos em processo eleitoral direto; e II - cinquenta por cento dos membros representantes de entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, entidades de prestadores de serviços de saúde, entidades empresariais com atividade na área de saúde, todas eleitas em processo eleitoral direto; os representantes do governo, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são indicados pelos seus respectivos dirigentes. A fim de manter equilíbrio dos interesses envolvidos, a distribuição das vagas é paritária, ou seja, 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores.
Unidade Administrativa:	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
Unidades executoras	Secretarias municipais, Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde
Coordenador nacional da ação	Rozângela Fernandes Camapum
Responsável pela execução da ação a nível local	Gabinete do Ministro

Objetivo Específico: Aprovar o orçamento da saúde assim como, acompanhar a sua execução orçamentária. Também cabe ao pleno do CNS a responsabilidade de aprovar a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde, dentre outros.

Público Alvo: Conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde, nos segmentos que representam (usuários, trabalhadores e comunidade científica, gestores e prestadores de serviços de saúde).

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Nacional de Saúde	36901	257001

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

(A) - AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	5.765.000	7.671.567
	PLOA		-	-	-	-	9.222.000	7.671.567
	LOA		-	-	-	-	9.222.000	7.671.567
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	862.910
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	1.800.000	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	7.422.000	8.534.477	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) - AÇÃO 5516 - 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	8.000.000	-
	PLOA		-	-	-	-	7.000.000	-
	LOA		-	-	-	-	7.000.000	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	800.000	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	7.800.000	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) – AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	33.495.000	30.954.433
	PLOA		-	-	-	-	33.629.000	30.954.433
	LOA		-	-	-	-	33.629.000	30.954.433
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	1.750.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	5.126.000	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	28.503.000	32.704.433	

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) – AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	1.099.371	1.099.371
	PLOA		-	-	-	-	1.200.000	1.099.371
	LOA		-	-	-	-	1.200.000	1.099.371
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	1.200.000	1.099.371	

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) – AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	29.911.872	27.043.526
	PLOA		-	-	-	-	29.911.872	27.043.526
	LOA		-	-	-	-	29.911.872	27.043.526
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	4.000.000	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	33.911.872	27.043.526	

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) – AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	14.722.500	13.340.000
	PLOA		-	-	-	-	18.252.500	13.340.000
	LOA		-	-	-	-	18.252.500	13.340.000
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	1.899.500
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	1.000.000	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	17.252.500	15.239.500	

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) - AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	8.047.500	6.905.912
	PLOA		-	-	-	-	7.630.000	6.905.912
	LOA		-	-	-	-	7.630.000	6.905.912
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	1.126.000	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	8.756.000	6.905.912?	

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) – AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	8.555.000	6.905.773
	PLOA		-	-	-	-	7.537.500	6.905.773
	LOA		-	-	-	-	7.537.500	6.905.773
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	779.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	7.537.500	7.684.773	

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) - AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	5.130.000	4.727.295	
	PLOA	-	-	-	-	5.093.283	4.727.295	
	LOA	-	-	-	-	5.093.283	4.727.295	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	5.093.283	4.727.295	

Fonte: SIOP e SIAFI

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

(A) – AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.600.000	1.200.000	-	-	-	-	
	PLOA	100.000	1.200.000	-	-	-	-	
	LOA	64.000	960.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		64.000	960.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) - AÇÃO 5516 – 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Não ocorreu no período.

(C) – AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.000.000	4.860.000	-	-	-	-	
	PLOA	4.000.000	4.860.000	-	-	-	-	
	LOA	2.560.000	3.888.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	1.150.000	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	1.230.000	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.330.000	5.038.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) - AÇÃO - 8215 – ATENÇÃO Á SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Não ocorreu no período

(E) - AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.212.000	3.376.000	-	-	-	-	
	PLOA	2.212.000	3.376.000	-	-	-	-	
	LOA	1.415.680	2.700.800	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.415.680	2.700.800	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) – AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	28.000.000	8.322.000	-	-	-	-	
	PLOA	8.347.500	8.322.000	-	-	-	-	
	LOA	5.342.400	6.658.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		5.342.400	6.658.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) - AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	200.000	-	-	-	-	
	PLOA	-	200.000	-	-	-	-	
	LOA	-	160.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	160.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) - AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	885.500	1.116.600	-	-	-	-
	PLOA	885.500	1.116.600	-	-	-	-
	LOA	566.720	893.280	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-

		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
	Total		566.720	893.280	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(I) - AÇÃO (8709 – PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Não ocorreu no período

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

(A) - AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	5.765.000	7.671.567	3.600.000	1.200.000	-	-	
	PLOA	9.222.000	7.671.567	100.000	1.200.000	-	-	
	LOA	9.222.000	7.671.567	64.000	960.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	862.910	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	1.800.000	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		7.422.000	8.534.477	64.000	960.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) - AÇÃO 5516 – 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	8.000.000	-	-	-	-	-	
	PLOA	7.000.000	-	-	-	-	-	
	LOA	7.000.000	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	800.000	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		7.800.000	-	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) - AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	33.495.000	30.954.433	4.000.000	4.860.000	-	-	
	PLOA	33.629.000	30.954.433	4.000.000	4.860.000	-	-	
	LOA	33.629.000	30.954.433	2.560.000	3.888.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	1.750.000	-	1.150.000	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	5.126.000	-	1.230.000	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		28.503.000	32.704.433	1.330.000	5.038.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) - AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.099.371	1.099.371	-	-	-	-	
	PLOA	1.200.000	1.099.371	-	-	-	-	
	LOA	1.200.000	1.099.371	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.200.000	1.099.371	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) - AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	29.911.872	27.043.526	2.212.000	3.376.000	-	-	
	PLOA	29.911.872	27.043.526	2.212.000	3.376.000	-	-	
	LOA	29.911.872	27.043.526	1.415.680	2.700.800	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	4.000.000	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		33.911.872	27.043.526	1.415.680	2.700.800	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) - AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	14.722.500	13.340.000	28.000.000	8.322.900	-	-
	PLOA	18.252.500	13.340.000	8.347.500	8.322.900	-	-
	LOA	18.252.500	13.340.000	5.342.400	6.658.320	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	1.899.500	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		1.000.000	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		17.252.500	15.239.500	5.342.400	6.658.320	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) - AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	8.047.500	6.905.912	-	200.000	-	-
	PLOA	7.630.000	6.905.912	-	200.000	-	-
	LOA	7.630.000	6.905.912	-	160.000	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		1.126.000	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		8.756.000	6.905.912	-	160.000	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) - AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	8.555.500	6.905.773	885.500	1.116.600	-	-
	PLOA	7.537.500	6.905.773	885.500	1.116.600	-	-
	LOA	7.537.500	6.905.773	566.720	893.280	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	779.000	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-

Total	7.537.500	6.905.773	1.345.720	893.280	-	-
--------------	------------------	------------------	------------------	----------------	---	---

Fonte: SIOP e SIAFI

(I) - AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	5.130.000	4.727.295	-	-	-	-	
	PLOA	5.093.283	4.727.295	-	-	-	-	
	LOA	5.093.283	4.727.295	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		5.093.283	4.727.295	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se aplica, pois só houve movimentações internas.

2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica à natureza da UJ.

1.1.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

(A) - Ação 2016 – funcionamento do conselho nacional de saúde Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Não se aplica (NP)								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica (NP)								
3- Outras Despesas Correntes	6.986.910,86	7.757.896,42	6.986.910,86	7.575.896,42	-	-	6.464.899,97	4.386.854,30
338041	2.574.100,00	2.625.000,00	2.574.100,00	2.625.000,00			2.574.000,00	
339014	138.433,57	118.912,06	138.433,57	118.912,05	-	-	138.433,57	118.912,05
339033	1.042.397,84	1.437.282,28	1.042.397,84	1.437.282,28	-	-	1.026.968,02	1.222.432,16
339036	1.023.599,98	1.487.779,31	1.023.599,98	1.487.779,31	-	-	1.023.599,98	1.487.779,31
339039	2.202.979,60	1.854.301,78	2.202.979,60	1.854.301,78	-	-	1.696.398,53	1.505.109,78
339092	5.399,87	52.621,00	5.399,87	52.621,00	-	-	5.399,87	52.621,00

Fonte: Siafi 2010/11

(B) - Ação 5516 - 14ª Conferência Nacional de Saúde

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Não se aplica (NP)								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica (NP)								
3- Outras Despesas Correntes	7.750.180,63	-	7.750.180,63	-	-	-	7.204.149,31	-
339014	74.693,09	-	74.693,09	-	-	-	74.693,09	-
339033	350.000,00	-	350.000,00	-	-	-	243.794,28	-
339036	175.487,54	-	175.487,54	-	-	-	175.487,54	-
339039	7.150.000,00	-	7.150.000,00	-	-	-	6.710.174,40	-

Fonte: Siafi 2010/11

(C) – AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Não se aplica (NP)								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica (NP)								
3- Outras Despesas Correntes	28.244.738,51	32.350.666,42	28.244.738,51	32.618.883,95	-	-	10.430.446,70	24.976.835,99
333041	332.000,00	3.799.244,88	332.000,00	3.799.244,88	-	-	-	3.799.244,88
333092	-	1.178.377,15	-	1.178.377,15	-	-	-	1.178.377,15
333141	5.903.520,00	-	5.903.520,00	-	-	-	-	-
334041	-	17.880.965,71	-	17.880.965,71	-	-	-	10.623.754,12
334192	33.666,74	-	33.666,74	-	-	-	33.666,74	-
338041	7.500.000,00	3.150.000,00	7.500.000,00	3.150.000,00	-	-	3.750.000,00	3.150.000,00
339014	55.711,87	119.748,21	55.711,87	119.748,21	-	-	55.711,87	119.748,21
339030	-	1.459,80	-	1.459,80	-	-	-	1.459,80
339033	699.997,00	466.282,91	699.997,00	466.282,91	-	-	502.855,58	440.764,56
339036	81.594,70	470.464,43	81.594,70	738.681,96	-	-	81.594,70	388.913,94
339039	13.638.248,20	5.209.550,00	13.638.248,20	5.209.550,00	-	-	6.006.617,81	5.200.000,00
339092	-	74.573,33	-	74.573,33	-	-	-	74.573,33

Fonte: Siafi 2010/11

(D) – AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Não se aplica (NP)								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica (NP)								
3- Outras Despesas Correntes	1.199.990,70	1.499.371,00	1.199.990,70	1.499.371,00	-	-	0,00	1.099.371,00
333141	1.090.490,00	1.499.371,00	1.090.490,00	1.499.371,00	-	-	-	1.099.371,00
339039	109.500,70	-	109.500,70	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi 2010/11

(E) – AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
	Não se aplica (NP)							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	Não se aplica (NP)							
3- Outras Despesas Correntes	34.172.265,37	18.486.968,03	34.172.265,37	18.486.968,03	-	-	16.340.668,37	28.273.723,06
333041	-	8.300.000,00	-	8.300.000,00	-	-	-	18.096.861,53
333141	12.840.075,00	-	12.840.075,00	-	-	-	-	-
338041	13.000.000,00	10.000.000,00	13.000.000,00	10.000.000,00	-	-	13.000.000,00	10.000.000,00
339014	30.706,28	-	30.706,28	-	-	-	30.706,28	-
339036	107.296,30	-	107.296,30	-	-	-	107.296,30	-
339039	8.194.187,79	186.968,03	8.194.187,79	186.968,03	-	-	3.202.665,79	176.861,53

Fonte: Siafi 2010/11

(F) – AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
	Não se aplica (NP)							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	Não se aplica (NP)							
3- Outras Despesas Correntes	16.689.972,62	15.154.747,50	16.689.972,62	15.154.746,50	-	-	4.280.161,19	12.444.198,42
333041	133.000,00	903.516,87	133.000,00	903.515,87	-	-	-	903.515,87
333092	-	845.332,58	-	845.332,58	-	-	-	845.332,58
333141	3.238.990,00	-	3.238.990,00	-	-	-	-	-
334041	-	5.028.756,58	-	5.028.756,58	-	-	-	2.526.484,13
334192	1.833.152,09	-	1.833.152,09	-	-	-	1.833.152,09	-
335041	-	130.000,00	-	130.000,00	-	-	-	-
335043	2.650.000,00	-	2.650.000,00	-	-	-	-	-
338041	3.880.000,00	4.095.000,00	3.880.000,00	4.095.000,00	-	-	1.940.000,00	4.095.000,00
339014	584,55	62.310,02	584,55	62.310,02	-	-	584,55	62.310,02
339033	5.039,91	150.000,00	5.039,91	150.000,00	-	-	5.039,91	150.000,00
339036	13.600,00	230.138,08	13.600,00	230.138,08	-	-	-	162.662,80
339039	4.932.886,07	3.697.831,35	4.932.886,07	3.697.831,35	-	-	501.384,64	3.687.031,00
339092	-	11.862,02	-	11.862,02	-	-	-	11.862,02
339147	2.720,00	-	2.720,00	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi 2010/11

(G) - AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
	Não se aplica (NP)							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	Não se aplica (NP)							
3- Outras	8.548.983,35	6.891.668,64	8.548.983,35	6.891.668,64	-	-	6.396.771,53	5.587.418,54

Despesas Correntes								
333041	-	526.831,42	-	526.831,42	-	-	-	526.831,42
334041	-	2.449.770,21	-	2.449.770,21	-	-	-	1.473.168,58
334192	2.868.843,20	-	2.868.843,20	-	-	-	1.020.059,29	-
338041	-	2.100.000,00	-	2.100.000,00	-	-	-	2.100.000,00
339014	133.229,05	117.727,95	133.229,05	117.727,95	-	-	133.229,05	117.727,95
339033	990.000,00	900.000,00	990.000,00	900.000,00	-	-	726.572,09	642.351,53
339036	199.835,30	145.845,70	199.835,30	145.845,70	-	-	199.835,30	145.845,70
339039	4.357.075,80	651.493,36	4.357.075,80	651.493,36	-	-	4.317.075,80	581.493,36

Fonte: Siafi 2010/11

(H) – AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
	Não se aplica (NP)							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	Não se aplica (NP)							
3- Outras Despesas Correntes	7.137.576,86	7.218.966,78	7.137.576,86	7.218.966,78	-	-	3.776.177,50	7.213.238,40
333041	-	403.947,97	-	403.947,97	-	-	-	403.947,97
334041	-	1.496.672,42	-	1.496.672,42	-	-	-	1.496.672,42
333141	1.800.000,00	-	1.800.000,00	-	-	-	-	-
334192	946.020,89	-	946.020,89	-	-	-	946.020,89	-
338041	1.500.000,00	1.680.000,00	1.500.000,00	1.680.000,00	-	-	750.000,00	1.680.000,00
339014	1.954.781,16	2.954.636,54	1.954.781,16	2.954.636,54	-	-	1.954.781,16	2.954.636,54
339033	242.697,59	584.223,55	242.697,59	584.223,55	-	-	81.298,23	578.495,17
339036	29.638,10	55.802,90	29.638,10	55.802,90	-	-	29.638,10	55.802,90
339039	656.763,15	18.832,18	656.763,15	18.832,18	-	-	6.763,15	18.832,18
339030	1.450,15	24.819,72	1.450,15	24.819,72	-	-	1.450,15	24.819,72
339092	5.140,27	31,5	5.140,27	31,5	-	-	5.140,27	31,50
339093	1.085,55	-	1.085,55	-	-	-	1.085,55	-

Fonte: Siafi 2010/11

(I) - AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
	Não se aplica (NP)							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	Não se aplica (NP)							
3- Outras Despesas Correntes	5.093.249,81	4.727.295,00	5.093.249,81	4.727.295,00	-	-	123.711,00	4.727.295,00
333041	-	1.245.243,74	-	1.245.243,74	-	-	-	1.245.243,74
334041	-	3.482.051,26	-	3.482.051,26	-	-	-	3.482.051,26
333141	3.998.372,95	-	3.998.372,85	-	-	-	-	-
339039	1.094.876,86	-	1.094.876,86	-	-	-	123.711,00	-

Fonte: Siafi 2010/11

1.1.1.3.Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

(A) - AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
Não ocorreu no período.

(B) - AÇÃO 5516 – 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
Não ocorreu no período.

(C) – AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
449052	3.391,82	-	3.391,82	-	-	-	2.099,90	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011/2010

(D) - AÇÃO - 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS
Não ocorreu no período

(E) - AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Não ocorreu no período

(F) – AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
449052	-	700.000,00	-	700.000,00	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011/2010

(G) - AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS
Não ocorreu no período

(H) - AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
449052	465.319,46	100.572,42	465.319,46	100.572,42	-	-	134.342,18	70.867,84
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: 2011/2010

(I) - AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Não ocorreu no período

No ano de 2011, o maior volume de execução nas ações sob responsabilidade desta Secretaria: 2016, 5516, 6182, 8215, 8287, 8705, 8707, 8705 e 8709 (excetuando-se de serem mencionadas neste documento, conforme já explicitado em partes anteriores, as ações 4380, 4388 e 6152 de responsabilidade direta do DATASUS que, de acordo com a DN-TCU 108/2011, apresentará o relatório de gestão individual) ocorreu na natureza Aplicações Diretas (43%) tendo em vista a realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, nas suas três etapas – municipal, estadual e nacional -, o cumprimento da sua competência constitucional de cooperação técnica com os demais entes da federação em suas diversas áreas de atuação, o apoio à mobilização e à participação social (apoio aos movimentos sociais), entre outros e nas naturezas Transferência a Estados e ao Distrito Federal (25%) e Transferência a Municípios (5%) – na modalidade de transferência fundo a fundo – em cumprimento à Portaria 2.979/2011, que dispõe sobre a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para a qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS.

2.4.4.2 – Execução orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Informações já contidas no conjunto de demonstrativos dos quadros do item anterior (2.4.4.1).

2.4.4.3 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos por Movimentação

Não se aplica à natureza da UJ.

2.4.5 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos Por Movimentação.

Informações já contempladas no conjunto de demonstrativos de intes anteriores.

2.4.6 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos Por Movimentação

Informações já contempladas no conjunto de demonstrativos de intes anteriores.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à Natureza da UJ

4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Por sua complexidade, o detalhamento destas informações serão contempladas no relatório do Fundo Nacional de Saúde.

5. Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		107	7	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas			4	2
2. Servidores com Contratos Temporários		7	1	2
3. Total de Servidores (1+2)				

Fonte:

DW/SIAPENET

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Não se aplica à Natureza da UJ

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		17	2	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		8	4	2
1.2.4. Sem vínculo		30	9	3
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		21		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte: DW/SIAPENET

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>					
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	14	12	29	43	9
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	3	4			
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>					
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	14	11	17	11	2
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	5	1	2	12	2
3. Totais (1+2)					

Fonte: DW/SIAPENET

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>									
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>				4	27	76			
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>						7			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>									
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>					22	33			
2.3. <i>Funções gratificadas</i>				3	15	4			
3. Totais (1+2)									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW/SIAPENET

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

As informações solicitadas constarão no relatório da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

As informações solicitadas constarão no relatório da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

As informações solicitadas constarão no relatório da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	8.957.617,81	16.193,60	790.933,86	270.555,21	100.263,54	510.257,44	403.273,51		5.140,96	11.054.235,93
	2010	7.850.620,44	24.455,60	672.515,16	256.156,14	130.310,04	315.173,20	469.563,76			9.718.794,34
	2009	4.853.802,27	6.772,34	450.184,24	92.372,06	121.138,91	129.968,26	225.392,81			5.879.630,89
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	652.710,99		43.818,33	17.704,97	369,60		45.424,93			760.028,82
	2010	581.600,00		52.553,33	10.706,64	369,64		34.248,35			679.477,96
	2009	426.765,28		31.119,15	2.816,10	535,2		22.104,74			483.340,47
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.109.131,11	2.282.631,14	269.843,48	94.280,61	30.248,93	82.347,15	208.670,21		45,27	4.077.197,90
	2010	967.415,00	2.351.082,55	273.088,34	93.292,46	28.242,81	52.253,19	218.852,45			3.984.226,80
	2009	1.051.834,06	2.760.282,77	239.893,98	77.272,20	36.951,37	34.056,05	144.317,34			4.344.607,77
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	1.021.101,60	103.148,91	94.816,92	30.446,13	29.100,18	96.037,76	80.341,53		205,09	1.455.198,12
	2010	937.390,15	101.921,68	87.681,88	30.607,38	29.248,26	65.697,89	80.745,35			1.333.292,59

	2009	789.921,53	109.585,26	66.880,81	26.971,91	32.125,00	37.759,46	47.899,64			1.111.143,61
--	-------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	--	--	--------------

Fonte:DW/SIAPENET

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA - SGEF

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Apoio Técnico Administrativo - Assistir e apoiar a execução especializada de atividades de: Desenvolvimento e manutenção de sistemas Administrativos; Controle, acompanhamento e processos de trabalho; Análise organizacional e normatização de procedimentos; execução de outras tarefas complexas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	14	16	0	0
Apoio Administrativo - Desenvolver e dar suporte às atividades operacionais nas áreas de: Operação dos sistemas administrativos; extração de indicadores e organização de informações; recebimento, classificação, catalogação, distribuição e arquivamento de documentos e processos; execução de outras tarefas de natureza técnico-administrativas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	7	7	0	0
Auxiliar Administrativo - Executar e Auxiliar nas atividades operacionais de suporte nas áreas de: Expedição, reprografia, recepção e distribuição de documentos, processos e malotes; Execução de outras tarefas de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	0	0	0
Operador de Teletendimento - Desenvolver atividades específicas na área de saúde para as quais seja exigida jornada de trabalho especial, tais como executar, dar suporte e auxiliar nas atividades operacionais de comunicação administrativa e atendimento ao público, e operacionalizar e executar atendimento em unidades de call-center e/ou similares na área de saúde.	0	111	131	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
No exercício de 2011, não ocorreram contratações cujas atividades sejam inerentes aos cargos do Plano de Carreira.					

Fonte: DW/SIAPENET

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.

Não ocorreu substituição de terceirização no período.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Será preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.

Não se aplica

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Não se aplica

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica

6. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Saúde									
CNPJ: 00.530.493/0001-71					UG/GESTÃO: 257001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	761784/2011	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde CONASEMS	2.650.000,00	0,00	0,00	0,00	28/12/11	27/12/12	1
1	763287/2011	Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia / Secretaria da Saúde do Estado da Bahia	222.223,00	22.223,00	0,00	0,00	20/12/11	20/12/12	1
1	757750/2011	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESBA	200.000,00	20.000,00	0,00	0,00	12/12/11	05/12/12	1
1	757748/2011	Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais – OGE/MG	190.000,00	38.000,00	0,00	0,00	19/12/11	19/12/12	1
3	57/2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	09/11/11	06/07/12	1
3	59/2011	Universidade Federal de Minas Gerais	425.100,00	0,00	425.100,00	425.100,00	04/11/11	29/10/12	1
3	67/2011	Fundacao Oswaldo Cruz	10.150.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	11/11/11	24/01/15	1
3	84/2011	Fundacao Oswaldo Cruz	5.020.000	0,00	5.020.000,00	5.020.000,00	11/11/11	05/11/12	1
3	85/2011	Fundacao Oswaldo Cruz	750.000	0,00	750.000,00	750.000,00	11/11/11	31/10/13	1
3	87/2011	Fundacao Oswaldo Cruz	832.305	0,00	832.305,00	832.305,00	11/11/11	05/11/12	1
3	94/2011	Fundacao Oswaldo Cruz	750.000	0,00	750.000,00	750.000,00	29/11/11	22/05/13	1
3	96/2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	103.751	0,00	103.751,00	103.751,00	29/11/11	23/11/12	1
3	98/2011	Fundacao Universidade de Brasilia	400.000	0,00	400.000,00	400.000,00	11/11/11	05/11/12	1
3	159/2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.499.510,00	0,00	1.499.510,00	1.499.510,00	19/12/11	13/12/12	1
3	39º	Organização Panamericana da Saúde – 7º TA	26.200.000,00	0,00	6.440.000,00	6.440.000,00	31/01/06	30/01/16	1
3	44º	Organização Panamericana da Saúde – 5º TA	23.800.000,00	0,00	3.050.000,00	3.050.000,00	22/12/04	21/12/14	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Siconv / Gescon

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	4	2	7	242.850,00	0,00	1.022.850,00
Contrato de Repasse	-					
Termo de Cooperação	12	3	9	20.796.156,00	13.396.000,00	4.008.108,00
Termo de Compromisso	-					
Totais	16	5	16	21.039.006,00	13.396.000,00	5.030.958,00

Fonte: Siconv / Gescon / Siafi

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

6.2 Análise

Conforme os Quadros 6.1.1 e 6.1.2 acima, no exercício de 2011 foram firmados 4 (quatro) convênios, que totalizaram R\$ 2.362.223,00, 10 (dez) Termos de Cooperação Técnica no valor total de R\$ 19.955.666,00, os quais têm os seguintes objetos:

Nº INSTRUMENTO	OBJETO
761784/2011	Realizar a quarta edição do Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa no Sistema Único de Saúde. Apoio a implantação do Núcleo Brasileiro do Observatório Iberoamericano de Políticas e Sistemas de Saúde. Apoio as instituições de representação municipal para aprimoramento, desenvolvimento e fortalecimento da gestão municipal para apoiar a implementação da regulamentação que institucionaliza o processo de organização do SUS.
763287/2011	Desenvolvimento de ações para o fortalecimento da participação popular no SUS e conformação da rede de educação popular em saúde na Bahia através do MobilizaSUS.
757750/2011	Promover e apoiar processos de educação permanente para fortalecer a Gestão Participativa e o Sistema Nacional de Ouvidoria
757748/2011	Promover e apoiar processos de educação permanente para fortalecer a Gestão

	Participativa e o Sistema Nacional de Ouvidoria
57/2011	Apoiar a publicação e distribuição de um livro sobre práticas participativas em saúde
59/2011	Estudo e pesquisa - projeto diálogos on-line
67/2011	Implementação de ações para realização de qualificação dos conselhos municipais
84/2011	Evento sobre a 14ª conferência nacional de saúde e fortalecimento do canal saúde
85/2011	Curso de mestrado profissional no campo da gestão e políticas públicas
87/2011	Curso sobre bioética aplicada às pesquisas científicas envolvendo seres humanos - curso a distância
94/2011	Programa de qualificação dos sistemas nacionais de auditoria e ouvidoria do sus
96/2011	Realização do 5º congresso brasileiro de extensão universitário
98/2011	Ações para o desenvolver um observatório em saúde, ambiente e trabalho e reforma agrária
159/2011	Realização de atividades e iniciativas de fortalecimento da gestão estratégica e participativa na saúde, da educação em saúde e do apoio ao desenvolvimento institucional do sus

Foram firmados, também, 2 (dois) Termos de Ajustes aos Termos de Cooperação Técnica com a Organização Pan Americana da Saúde existentes na Secretaria. Estes ajustes totalizaram o valor de R\$ 50.000.000,00 e serão utilizados ao longo dos quatro anos de vigência do 39º TC – Projeto Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS – com a finalidade de implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação interfederativa com foco na contratualização e na gestão da informação; e ao longo dos seis anos de vigência do 44º TC – Projeto Apoio à implementação da política de gestão estratégica e participativa do SUS - com o fim de qualificar as práticas de gestão participativa com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados e financiamento estável.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

O Fundo Nacional de Saúde, UG 257001, responsável pelas transferências de todos os convênios do Ministério da Saúde, anexará no seu Relatório de Gestão 2010 esta declaração.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, CPF nº 192.493.303/91, Secretário, exercido na da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão

disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de março de 2012.

Luiz Odorico Monteiro de Andrade

CPF nº 192.493.303/91

Secretário/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
SEM, Bloco G, Ed. Anexo, Ala "B", 3º Andar, Sala 367 – CEP: 70058-900 Brasília/DF
Telefones: (61) 3315-2494 – Fax: 3315-2072 E-mail: cocac.cgrh@saude.gov.br

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO - em atendimento à solicitação do Secretário da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/SGEP, para fins de cumprimento do que estabelece o Art. 13 da Lei 8.429, de 02/06/1992 e o disposto no Art. 1º da Lei 8.730, de 10/11/1993 e considerando as instruções emanadas pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06/09/2007 - que os servidores relacionados abaixo, autorizaram o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; por meio do preenchimento do Formulário de Autorização constante do Anexo I, arquivados nas pastas de assentamentos funcionais.

- ⇒ LUIZ ODORICO M. DE ANDRADE;
- ⇒ PAULA DARLENE BALIZA BARROS;
- ⇒ ANDRÉ LUIS B. DE CARVALHO;
- ⇒ LORENA SOARES ULHOA;
- ⇒ MARIA APARECIDA DA SILVA;
- ⇒ MARIA JAQUELINE SANTOS.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2012.


JOSÉ FERREIRA LOPES
Coordenador de Administração de Pessoal



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

SEM, Bloco G, Ed. Anexo, Ala "B", 3º Andar, Sala 367 – CEP: 70058-900 Brasília/DF
Telefones: (61) 3315-2494 – Fax: 3315-2072 E-m@il: cocac.cgrh@saude.gov.br

DECLARAÇÃO

DECLARO - em atendimento à solicitação do Coordenador de Contabilidade/CGEOF/FNS/SE, para fins de cumprimento do que estabelece o Art. 13 da Lei 8.429, de 02/06/1992 e o disposto no Art. 1º da Lei 8.730, de 10/11/1993 e considerando as instruções emanadas pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06/09/2007 - que os servidores relacionados abaixo, autorizaram o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; por meio do preenchimento do Formulário de Autorização constante do Anexo I, arquivados nas pastas de assentamentos funcionais.

- ⇒ JOÃO TEÓFILO DA SILVA
- ⇒ RAIMUNDA CÉLIA MIRANDA

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2012.


JOSÉ FERREIRA LOPES
Coordenador de Administração de Pessoal

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	104	64	172
	Entregaram a DBR	104	64	172
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/SAA/SE-MS

Obs.: Os quantitativos incluem DAS/FCT/FG

8.2. Análise Crítica

Informamos que os servidores são obrigados a entregar o Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, conforme determina a Lei 8730/93, considerando as instruções constantes na PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU nº. 298, de 06/09/2007, publicada no DOU de 11/09/2007, no ato de posse, uma vez que a entrega é requisito essencial para sua efetivação.

As informações das entregas são armazenadas em banco de dados do programa EXCEL. Os Formulários de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física são recebidos em papel e arquivados na pasta de assentamentos funcionais dos servidores.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, Informação e Comunicação e monitoramento.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Não se aplica.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Não se aplica.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

Não se aplica.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Não se aplica.

14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não se aplica

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

DENASUS/SGEP/MS					
Coordenação-Geral de Auditoria					
Acórdão do TCU recebidos em 2011					
Situação em março/2012					
N.º	Expediente TCU		Assunto	SIPAR	Providências adotadas
	Ofício	Acórdão			
01	1567/2010-TCU/SECEX/CE	1755/2008	Cumprir os itens 9.2.1. e 9.2.2. do Acórdão nº 1755/2006/TCU/SECEX/CE : <i>9.2.1. apure a regularidade da execução do Programa Saúde da Família no Município de Lavras da Mangabeira/CE, no exercício de 2004;</i> <i>9.2.2. apure as medidas adotadas no âmbito do Ministério da Saúde, à vista da suspensão da prestação dos serviços, em face dos arts. 6º, caput, 23, II e 30, VII da Constituição Federal.</i>	25016.012245/2010-11	Foram realizadas as Auditorias n.ºs 11141 e 11177 na Secretaria Municipal de Lavras da Mangabeira e cópias dos Relatórios foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União SECEX/CE, por meio dos OFÍCO/SEAUD/CE N.ºS 271/2011 E 319/2011.
02	737/2011-TCU/SECEX/CE	1806/2011	Cumprir o item 9.6 do Acórdão Nº 1806/2011, que tratam de previsão de pagamento de taxas administrativas pela intermediação de mão de obra, conforme disposto no Plano de Trabalho Anexo ao Contrato nº 085/2009 e descumprimento ao disposto no art. 33 da Lei 8.080/1990 c/c art. 5º da Portaria/GM/MS nº 204/2007	25011.001291/2011-16	Visita Técnica n.º 3489
03	677/2011-TCU/SECEX/AC	1685/2011	O TCU encaminha o acórdão conhecimento e providências quanto ao item 9.3	25011.000192/2011	Incluído no SISAUD/SUS n.º 12274 a fins de programação de auditoria no Município de rio Branco pelo Serviço de Auditoria – SEAUD/BA unidade desconcentrada deste

					Departamento
04	1836/2010 TCU/SECE X/BA	5874/2 010	Acórdão n.º 5874/2010 determinar ao Ministério da Saúde: 9.5.1. Informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, se instaurou algum procedimento com o intuito de evitar que se perpetuasse a situação verificada no âmbito do Relatório do Denasus n. 2.080, relativo à Auditoria realizada no Hospital São Vicente de Paulo, em Ubaitaba/BA e, caso positiva a resposta, quais os resultados obtidos; 9.5.2. adote, caso negativa resposta ao subitem anterior ou infrutíferas as providências realizadas, as medidas que se fizerem necessárias para atingir o referido objetivo, no prazo de 90 (noventa) dias e comunique o Tribunal no prazo de 120 (cento e vinte) dias; 9.6. determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.5, representando se necessário	25000.188673/2 010-93	Incluído no SISAUD/SUS n.º 12734 a fins de programação de auditoria no Município de Ubaitaba/BA pelo Serviço de Auditoria – SEAUD/BA, unidade desconcentrada deste Departamento
05	1339/2011 TCU/SECE X/TO	2751/2 011	O Plano Operacional foi enviado pelo Município de Palmas em obediência ao item 9.5 do Acórdão n. 2751/2011, adotado pelo Tribunal em Sessão do Plenário de 19/10/2011, ao apreciar o Processo de Relatório de Auditoria da Prefeitura Municipal de Palmas/TO (TC 016.978/2010-2)	25000.008847/2 012-13	Encaminha ao Serviço de Auditoria - SEAUD/TO para conhecimento e arquivamento.
06	1314/2009 TCU/SECE X/RJ	2589/2 009	O Tribunal de Contas da União / Secretaria de Controle Externo / TCU/SECEX-RJ-4DT visando ao atendimento do item 1.5 e observação do item 1.6, do Acórdão n.º 2589/2009 / TCU, referente ao processo n.º TC 021.350/2008-6 determinar ao Ministério da Saúde que, como concedente dos	25000.542793/2 009-15	Realizada Auditoria 11390 na SES/RJ a fim de atender determinação do Acórdão. Cópia do Relatório foi enviada ao TCU por meio do Ofício DIAUD/RJ N.º 744/2011

			<p>recursos em análise, apure as irregularidades verificadas no Parecer PHMP/ASJUR-SESDEC N° 0870/2007, da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, e, se necessário, instaure tomada de contas especial, em atendimento ao disposto no art. 8° da Lei n° 8443/92 e também observe: o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da ciência desta deliberação, para que o Ministério da Saúde informe a este Tribunal as providências adotadas, remetendo a respectiva documentação comprobatória.</p> <p>Referências também, ao Procedimento Administrativo n° 130.012.000603/2007-62-MPF/PR/RJ / SES / Projeto de Aperfeiçoamento do Modelo Operacional do Programa SAMU-Rio/Emergência em Casa / Contratação da Fundação José Pelúcio Ferreira para prestar serviços de atividades administrativas e técnico-operacionais - possíveis irregularidades na execução e pagamento do contrato / Processo n° E-08/91248/2007</p>		
07	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	<p>De acordo com o Acórdão TCU n° 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU.</p> <p>As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal.</p>	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria n.º 11026 na Secretaria Municipal de Saúde/SP, cópia do Relatório foi envio ao TCU pelo Ofício DIAUD/SP N.º 532/2011
08	2159/2010/TCU – SECEX/PA	2686/2010	<p>SIAPR. 25000.202754/2010-11. Trata-se do Ofício n° 2159/2010/TCU/SECEX-PA</p>	25000.202754/2010-11	Realizada Auditoria n.º 11244 na Secretaria Municipal de Saúde de

			referente o Acórdão nº 2686/2010/TCU e Proc. TC. 008.917/2007-0, relatando possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Paraupebas/PA.		Paraupebas/PA e enviada cópia do Relatório ao TCU pelo Ofício SEAUD/PA 467/2011
09	379/2010/SE CEX/RJ	3856/2 010	<p>O Tribunal de Contas da União / Secretaria de Controle Externo - RJ visando à instrução da TC nº 028.945/2009-9, encaminhou ao Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS, por meio do Ofício nº 379/2010-TCU/SECEX-RJ-D2, de 17/3/2010, solicitação na qual pede informação no sentido do cumprimento das determinações contidas nas alíneas -a- e -d-, do item 1.5.1 referente ao Acórdão nº 3856/2008-TCU-1ª Câmara, devendo o Departamento Nacional de Auditoria do SUS e DENASUS/SGEP/MS, em relação à última alínea, informar quanto ao cumprimento por parte da Prefeitura Municipal de Teresópolis e RJ e pela Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis e RJ das determinações feitas nos itens 1.5.2 e 1.5.3, respectivamente, do referido Acórdão.</p> <p>As determinações citadas no presente Acórdão são as seguintes:</p> <p>1.5.1 ao Ministério da Saúde que:</p> <p>d) acompanhe, via DENASUS, o cumprimento das determinações efetuadas por esse Tribunal à Prefeitura de Teresópolis e à Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis, informando, no prazo de 90 (noventa dias), as medidas adotadas ao TCU;</p> <p>1.5.2. à Prefeitura de Teresópolis que:</p> <p>a) implemente ouvidoria municipal para recebimento de denúncias, reclamações concernentes aos serviços</p>	25000.046299/2 010-50	Realizada Auditoria n.º 11214 na Secretaria Municipal de Teresópolis e enviado cópia do Relatório ao TCU por meio do Ofício DIAUD/RJ n.º 1204/2011

			<p>prestados no âmbito do SUS, nos termos da Portaria MS n.º 399/2006;</p> <p>b) crie setor específico para realizar o monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos financeiros oriundos do SUS, nos termos do art. 6º da Lei n.º 8.689/93 c/c art. 4º do Decreto n.º 1.651/95 e Portaria MS n.º 399/2006;</p> <p>1.5.3. à Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis, gestora local do SUS:</p> <p>a) elabore Plano de Assistência Farmacêutica com vistas a promover a regular distribuição de medicamentos, levando-se em conta no planejamento a demanda da população local, evitando-se aquisições de medicamentos para cumprimento de ordens judiciais sem o devido processo licitatório, em observância ao art. 2º c/c art. 15, § 7º, inc. II, da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>b) efetue o devido processo licitatório para aquisição dos medicamentos com recursos oriundos do SUS, em observância ao art. 2º da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>c) efetue o devido processo licitatório para contratação de serviços de manutenção de veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde pagos com recursos oriundos do SUS, em observância ao art. 2º da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>d) aplique os recursos referentes aos Programa: Farmácia Básica, Epidemiologia e Controle de Doenças e Carências Nutricionais, em ações específicas permitidas pela legislação pertinente a cada programa;</p> <p>e) elabore o relatório trimestral de movimentação de recursos financeiros de Assistência Farmacêutica Básica para a Secretaria Estadual de Saúde, nos</p>		
--	--	--	--	--	--

			<p>termos da Portaria do Ministério da Saúde n.º 3237/2007;</p> <p>f) proceda ao controle de movimentação dos materiais adquiridos com recursos do SUS, registrando a entrada do material comprado e o destino de sua aplicação;</p> <p>g) elabore o relatório de gestão de que trata o art. 4º, inc. IV, da Lei n.º 8.142/90, apresentando-o ao Conselho Municipal de Saúde de Teresópolis, sob pena de os recursos devidos ao município de Teresópolis concernentes ao SUS passarem a ser administrados pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelece o parágrafo único, art. 4º, da Lei n.º 8.142/90.</p>		
10	1010/2009 TCU SECEX/PA	2359/09	<p>SIPAR: 25000.532644/2009-30 - Acórdão 2359/2009, proferido nos autos do TC 000.068/2009-0, examinado pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, na Sessão extraordinária de 12/05/2009. Cópia do documento foi encaminhado ao DENASUS para conhecimento, análise e adoção de providências determinadas no item 1.5.2 do referido Acórdão, por tratar-se de recursos transferidos modalidade fundo a fundo, tendo em vista denúncias de supostas irregularidades ocorrida no 4º Centro Regional de Saúde - CRS/SESPA, na construção do Laboratório de Entomologia do 4º CRS - Capanema/PA</p>	25000.532644/2009-30	Realizada Auditoria n.º 10608 na SESPA e cópia do Relatório enviado ao TCU por meio do Ofício SEAUD/PA N.º 05/2012.
11	4034/2009 TCU- SECEX/SP	5457/2009	<p>Acórdão n.º 5457/2009-TCU -2ª Câmara, Proc. TC 021.395/2009-6 (Representação).</p> <p>O Tribunal de Contas da União determina ao DENASUS/MS: 1.4.1.1 - apure a regularidade da aplicação dos recursos federais</p>	25000.634453/2009	Realizada Auditoria n.º 10977 na Secretaria Municipal de Tremembé/SP e cópia do Relatório enviado ao TCU pelo Ofício DIAUD/SP N.º 598/2011

			transferidos ao Município de Tremembé para o então programa da Saúde da Família, atual estratégia Saúde da Família. nos exercícios de 2005 a 2008, especificamente em relação ao contrato de parceria firmado entre aquela municipalidade e os instituto ITAFACE E SOLLUS		
12	600/2009 TCU/SECE X/MG	429/20 09	Encaminha cópia do Processo de Representação nº 003.727/2009-0, referente a denúncia sobre supostas irregularidades na aplicação de recursos da campanha contra a rubéola, no município de Januária/MG (Acórdão TCU nº 429/2009)	25006.494074/2 009-72	Realizada Auditoria n.º 11363 na Secretaria Municipal de Januária.
13	72/2010- TCU/SECE X-4	247/20 10	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.034216/2 010-80	Realizada Auditoria n.º 11577 na Clínica de Doenças da MAMA LTDA – CLIMAM em Salvador/BA e cópia do Relatório foi enviada ao TCU pelo Ofício SEAUD/BA N.º 1203/2011
14	72/2010- TCU/SECE X-4	247/20 10	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.034216/2 010-80	Realizada Auditoria n.º 10848 no Centro Ref. Saúde da Mulher em São Paulo e cópia do Relatório foi enviado ao TCU pelo Ofício DIAUD/SP N.º 891/2011.
15	72/2010- TCU/SECE X-4	247/20 10	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria	25000.034216/2 010-80	Realizada Auditoria n.º 11598 na Santa Casa de Maceió/AL e cópia do Relatório

			nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal		foi enviado ao TCU pelo Ofício SEAUD/AL N.º 628/2011.
16	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	De acordo com o Acórdão TCU n.º 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.152020/2010	Realizada Auditoria n.º 11231 na Clínica Beira Rio Ltda em Porto Alegre e cópia do Relatório foi enviado ao TCU por meio do Ofício SEAUD/RS N.º 56/2012
17	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	De acordo com o Acórdão TCU n.º 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria n.º 11569na Clínica de Radiológica Vitória Hélio Ribeiro Santos Ltda em Vitória/ES e cópia do Relatório foi enviado ao TCU por meio do Ofício SEUAUD/ES N.º 29/2012.
18	TCU/SECE X/RO	2656/2008	O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n.º 2656/2008 - TCU - 2ª Câmara (Item 5.1) determina ao Ministério da Saúde: "... que o Ministério da Saúde proceda à instauração de tomadas de contas especial, visando averiguar o prejuízo aos cofres públicos pelo	25000.091267/2011-90	Realizada Auditoria n.º 11862 na Secretaria Municipal de Saúde de Pimenta Bueno e cópia do Relatório foi enviado ao TCU pelo Ofício SEAUD/RO N.º 13/2012

			pagamento integral da jornada de trabalho de 40 horas semanais à Equipes de Saúde da Família do Município de Pimenta Bueno/RO, tendo como marco inicial a publicação da Portaria MS nº 648/2006, haja vista que a jornada efetivamente cumprida por tais servidores denota cumprimento de apenas 30 horas semanais, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que informe, a este Tribunal, as providências tomadas``		
19	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria nº 11780 na Sociedade Campineira de Educação e Instrução de Campinas e cópia do Relatório foi enviado ao TCU pelo Ofício DIAUD/SP N.º 79/2012
20	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU. As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria n.º 11274 na Clínica Radiológica São Marcos S/A em Belo Horizonte/MG. Auditoria em andamento.
21	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria no Centro de Imagem Martins e Godoy Ltda em Belo Horizonte. Auditoria n.º 11365 em andamento.

			<p>muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU.</p> <p>As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal</p>		
22	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	<p>De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU.</p> <p>As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal</p>	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria no TOMOCENTER DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA em João Pessoa/PB. Auditoria 10842 em andamento.
23	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	<p>De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU.</p> <p>As Unidades selecionadas, cujas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal</p>	25000.034216/2010-80	Realizada Auditoria na Fundação PIO XII localizado em Barretos/SP. Auditoria n.º 11782 em andamento.
24	72/2010-TCU/SECE X-4	247/2010	<p>De acordo com o Acórdão TCU nº 247/2010, o DENASUS tem prazo de 60 dias para realizar auditoria nas Unidades credenciadas pelo SUS que apresentaram produção de mamografias muito acima da média (superior a 15000 exames) no período analisado (maio/2008 a abril/2009) pelo TCU.</p> <p>As Unidades selecionadas,</p>	25000.034216/2010-80	Realizada auditoria no Hospital Universitário de São Bernardo do Campo/SP Auditoria 11120 em andamento.

			cuas auditorias analíticas já foram realizadas por equipe do nível central, serão discriminadas na tarefa principal		
25	936/2009 TCU SECEX/CE	1218/2 009	O TCU encaminha Of. nº 936/2009-TCU-SECEX(cópia) à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que envia documento DENASUS, solicitando que seja apurada possíveis irregularidades conforme o item 1.11 do Acórdão nº 1218/2009-TCU.	25000.545456/2 009-71	Realizada Auditoria na Prefeitura Municipal de Canindé/CE. Auditoria 11345 em andamento.
26	729/2011 TCU SECEX/PE	2847/2 011	O Tribunal de Contas da União/Secretaria de Controle Externo/PE, em cumprimento ao Acórdão 2847/2011, encaminha cópia do TC 015.809/2009-0, para que avalie a necessidade de promover fiscalização nas estratégias de Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitários de Saúde do município de São Bento do Una/PE, referentes aos recursos federais empregados no exercício de 2009, devendo, confirmada a existência de dano ao erário, ser apurado o seu valor, adotado as providências pertinentes para a instrução de processo de tomada de contas especial, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 8.443/92, e comunicando, ao final do prazo, as medidas adotadas a este Tribunal.	25000.100703/2 011-29	Realizada auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Una em São Bento de Una/PE. Auditoria 11967 em andamento.
27	TCU SECEX/SE	8343/2 010	O Tribunal de Contas da União encaminha os autos referente ao Acórdão nº. 8343/2010 (TC nº. 025.257/2006-3), para adoção de providências relativas às irregularidades encontradas no Município de Pirambu/SE, constantes nos subitens 16.15, 16.16, 16.28, 16.19, 16.22, 16.25 e 26.26	25000.011496/2 011-39	Realizada auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Pirambu/RN. Auditoria 11690 em andamento.
28	TCU SECEX/SP	65/201 0	O Tribunal de Contas da União/SECEX/SP, por meio do item 9.3.1 do Acórdão n.º 65/2010, determina ao Ministério da Saúde que proceda à análise da aplicação dos recursos federais do SUS, na compra	25000.030018/2 010-10	Auditoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Auditoria 10468 em andamento.

			<p>de medicamentos e insumos hospitalares, no âmbito das Secretarias de Saúde do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, nos exercícios 2004 a 2008, que tiveram a participação das empresas Home Care Medical Ltda., Healthserv Serviços de Análises Clínicas Ltda., Velox Produtos de Saúde e Gestão Hospitalar Ltda., Halex Istar Ind. Farmacêutica Ltda.; Biodinâmica Comercial Ltda., Vidas Med Representações Ltda e Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), a partir da ciência desta deliberação, devendo instaurar Tomada de Contas Especial, no caso de ser detectado dano ao erário e não seja obtido o devido ressarcimento nos termos do art. 33, parágrafo 4º. da Lei 8.080/1990 e art. 1º da IN/TCU 56/2007.</p>	
--	--	--	--	--

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não se aplica.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não se aplica.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não se aplica.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não se aplica à natureza da UJ.

17. PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

SIPAR – Ministério da Saúde

Registro Número:

25000.027994 2012 84

Memo n.º. 00062/MS/SE/FNS/CGEOF/CCONT

Brasília, 17 de fevereiro de 2012.

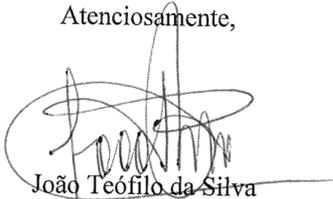
Da: Coordenação de Contabilidade

Para: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - MS

Conforme determina a Portaria TCU n.º 123/2011, estamos encaminhando em anexo, a Declaração do Contador Responsável e Declaração da Unidade de Pessoal, em 02 vias originais, correspondentes aos servidores:

- JOÃO TEÓFILO DA SILVA
- RAIMUNDA CÉLIA MIRANDA

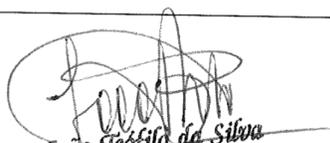
Atenciosamente,



João Teófilo da Silva
Coordenador de Contabilidade

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA			250009
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília – DF,	Data	16 de Fevereiro de 2012
Contador Responsável	João Teófilo da Silva	CRC nº	DF-007448/O-7


 João Teófilo da Silva
 Coordenador de Contabilidade
 CCONT/FNS/MS
 CRC 7448-DF

18, 19 e 20. Parte B

Não se aplicam a natureza da unidade.

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

21 a 25

Não se aplicam a natureza da unidade.

26. Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

26.1. Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

QUADRO C.16.1 (A) - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DO 39º TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUS – OPAS/OMS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Pan-Americana da Saúde	OPAS
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Qualificação da Gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde	TC 39
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato: BR/CNT/1001281.001					
Objetivo da consultoria: Subsidiar o processo de tomada de decisão da Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão Descentralizada – CGAMGD desenvolvendo atividades de organização do planejamento 2010 por meio de aplicativo de criação, personalização, edição, controle e representação do planejamento e sistematização de relatórios desses dados e do fluxo das ações implantadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/09/2010	2/5/2011	41.800,00	26.334,00	26.334,00	41.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico contendo relatório das atividades da Subação Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS desenvolvidas no primeiro semestre de 2010.			25/01/2011	7.942,00	
Documento técnico analítico contendo relatório das atividades da Subação Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS desenvolvidas no segundo semestre de 2010.			17/03/2011	5.852,00	
Documento técnico analítico contendo relatório consolidado das da Subação Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS desenvolvidas no ano de 2010.			02/05/2011	12.540,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alexandre Santiago Garcia				CPF: 000.184.341-93	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000475.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos a organização regionalizada da saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/04/2010	25/2/2011	53.900,00	21.560,00	21.560,00	53.900,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo levantamento e análise do processo de atualização do Plano Diretor de Regionalização dos estados, de acordo com o disposto na Portaria GM/MS nº 2.751/2009.	25/02/2011	21.560,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ana Cristina Carvalho Curvina		CPF: 386.473.541-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100527.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos ao fortalecimento das relações interfederativas e da gestão estratégica e participativa nos três níveis de governo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/5/2011	29/03/2012	56.210,00	25.290,00	25.290,00	25.290,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo orientações para a utilização dos recursos financeiros federais referentes ao apoio na organização e funcionamento dos Colegiados de Gestão Regional (CGR).		06/06/2011	12.360,00		
Documento analítico das informações sistematizadas sobre Colegiado de Gestão Regional - CGR e Plano Diretor de Regionalização - PDR, com vistas a contribuir no processo de trabalho sobre os temas da regionalização.		08/08/2011	7.310,00		
Documento contendo proposta de estratégias para superação das fragilidades apontadas na Pesquisa CIB, de modo a instrumentalizar a cooperação técnica aos estados.		20/10/2011	5.620,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Cristina Carvalho Curvina					CPF: 386.473.541-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101606.001					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos, relatórios descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados pelo Departamento de Articulação Interfederativa com vistas à subsidiar o processo de qualificação da gestão compartilhada do SUS. .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/11/2011	28/09/2012	55.000,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise do planejamento de 2011 das ações de apoio à articulação interfederativa, com propostas de readequação.			12/12/2011	13.750,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Dora Tomé de Oliveira				CPF: 033.116.191-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100889.001					
Objetivo da consultoria: Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, nos assuntos relativos à organização e estruturação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. Realizar estudos, visando à obtenção de subsídios para a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS. .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/08/2011	09/05/2012	28.600,00	16.016,00	16.016,00	16.016,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento das oficinas setoriais do Planejamento Estratégico para subsidiar o Alinhamento Estratégico.			22/08/2011	6.292,00	
Documento técnico contendo a proposta de sistemática a ser utilizada no Alinhamento Estratégico do Ministério da Saúde.			13/10/2011	4.290,00	
Documento técnico com a consolidação dos planos de ação das Unidades do Ministério da Saúde.			07/12/2011	5.434,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Evelyne Porfíria Dourado Santos				CPF: 005.073.281-16	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000479.003					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos a organização regionalizada da saúde, nos termos do Pacto pela Saúde e legislação brasileira vigente. .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	25/2/2011	82.480,00	45.280,00	45.280,00	82.480,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo propostas de diretrizes e orientações para a organização e o funcionamento dos Colegiados de Gestão Regional	26/01/2011	25.280,00
Documento técnico contendo análise estratégica sobre os desafios da construção de redes integradas de atenção à saúde no sistema público de saúde brasileiro (SUS), com ênfase na mudança do modelo de atenção e suas implicações na gestão. A nova regionalização definida pelo Pacto de Gestão. Governança regional e CGR: funções, instrumentos, abrangência.	25/03/2011	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Flávio Alberto de Andrade Goulart		CPF: 098.657.566-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001244.001					
Objetivo da consultoria: Analisar, desenvolver e implementar sistemas corporativos para o apoio à cooperação técnica aos estados e aos municípios.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/09/2010	28/02/2011	48.400,00	19.360,00	19.360,00	48.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Relatório do desenvolvimento e da organização eletrônica do Roteiro de Acompanhamento da Gestão Estadual (1º semestre de 2010).		28/02/2011	19.360,00		
Documento técnico de aperfeiçoamento do Portal Eletrônico da Temática Descentralização (1º semestre de 2010).					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ires Lane da Silva Alves				CPF: 875.849.301-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100533.001					
Objetivo da consultoria: Analisar e identificar necessidades de informatização, desenvolver e implementar sistemas corporativos de apoio ao processo de fortalecimento da articulação interfederativa. Assim, irá:					
<ol style="list-style-type: none"> Desenvolver sistemas corporativos e fazer a manutenção do Portal da Articulação Interfederativa. Organizar eletronicamente o Roteiro de Acompanhamento da Gestão Estadual. Desenvolver as fases e interações do Portal Série Pactos pela Saúde. Desenvolver as fases e interações Portal da Articulação Interfederativa em Foco. Aprimorar a gestão do acervo de publicações referentes à Articulação Interfederativa. . 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/05/2011	27/02/2012	49.841,00	29.911,00	29.911,00	29.911,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo análise do Portal da Articulação Interfederativa do 1º semestre de 2011.		06/06/2011	10.971,00		
Relatório do desenvolvimento e da organização eletrônica do Roteiro de Acompanhamento da Gestão Estadual relativo ao 1º semestre de 2011.		11/08/2011	6.490,00		
Documento contendo levantamento e análise sobre o Portal do Pacto pela Saúde do 2º semestre de 2011.		14/10/2011	4.980,00		

Documento descritivo analítico da gestão do acervo de publicações referentes à articulação interfederativa.	05/12/2011	7.470,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ires Lane da Silva Alves	CPF: 875.849.301-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100425.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos jurídicos, com apresentação de produtos, sobre atos administrativos capazes de manter o SUS o mais conforme possível ao seu modelo organizativo-constitucional, trazendo para dentro da sua organização modelos mais condizentes à essa organização de sistema em rede, como é o contrato de ação pública que terá a finalidade de organizar conjuntamente as ações e serviços de saúde que devem ser compartilhados na rede SUS, o padrão de integralidade da assistência à saúde, o acesso ordenado dos serviços e outros elementos essenciais à sua organização constitucional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2011	15/03/2012	110.000,00	64.900,00	64.900,00	64.900,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Proposta de minutas de contrato que organize conjuntamente a ação pública da saúde, denominado de Contrato de Ação Pública.			19/05/2011	22.000,00	
Proposta metodológica para a organização de oficinas de trabalho cujo objeto seja a orientação a técnicos dos três entes federativos no tocante ao conhecimento e implementação do contrato de ação pública nas regiões de saúde.			27/07/2011	14.300,00	
Realização de oficina de capacitação de profissionais de saúde quanto à concepção da definição do padrão de integralidade pelo MS e sua aplicação pelos entes federativos, organização do acesso ordenado às ações e serviços de saúde e demais instrumentos que integrem o contrato de ação pública.			16/09/2011	17.600,00	
Nota Técnica Jurídica sobre a consolidação normativa do Sistema Único de Saúde.			22/09/2011	11.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lenir dos Santos				CPF: 404.097.248-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101312.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação relativa à implementação dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar proposta para aperfeiçoar a gestão da informação no âmbito do planejamento. • Analisar o uso dos instrumentos de apoio à elaboração dos relatórios anuais de gestão por parte de municípios e estados. • Analisar os Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde da Amazônia Legal. • Analisar atas da Comissão Intergestores Tripartite dos anos 2009 e 2010. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/11/2011	06/08/2012	72.800,00	18.200,00	18.200,00	18.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta de aperfeiçoamento e adequação do instrumento de consolidação e monitoramento dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SISGEP para o			29/11/2011	18.200,00	

exercício de 2011.			
Consultor contratado			
Nome do consultor: Lívio Oliveira Adelino de Lima		CPF: 450.646.444-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:			

Código do Contrato: BR/CNT/1101139.001					
Objetivo da consultoria: Prestar serviços que contribuam para o desenvolvimento, aprimoramento e aplicação de novas formas de financiamento e alocação dos recursos financeiros do Ministério da Saúde para estados e municípios, baseadas no Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP, no âmbito da valorização da gestão.					
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a discussão e definição de metodologias de alocação de recursos do Ministério da Saúde aos estados e municípios, considerando os aspectos legais e o esforço empreendido por esses entes na gestão. • Possibilitar que as metodologias de distribuição dos recursos federais para estados e municípios operacionalizem a aplicação de Blocos de Financiamento integrados da Gestão aos estados e municípios. • Discutir e definir novos critérios e indicadores que subsidiem a elaboração de metodologias de alocação de recursos federais a estados e municípios, que apoiem a concretização do Contrato de Ação Pública Local e Regional do SUS; • Apresentar as propostas de metodologias elaboradas para estados e municípios, com as respectivas simulações dos resultados encontrados no âmbito da valorização de resultados na gestão, de acordo com o Contrato de Ação Pública; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/10/2011	27/04/2012	65.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento sobre os fundamentos para a construção da proposta de integração dos componentes dos Blocos de Gestão - Portaria GM/MS 204/2006 -, na perspectiva de qualificação da gestão do SUS.			25/10/2011	22.750,00	
Documento técnico com proposta sobre os fundamentos para a construção da proposta de financiamento e alocação de recursos federais a estados e municípios, no sentido de subsidiar a implantação do Contrato Organizativo de Ação Pública.			14/12/2011	16.250,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcel Guedes Leite				CPF: 875.849.301-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101605.001					
Objetivo da consultoria: Prestar serviços técnicos para subsidiar a gestão de conhecimentos na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, com vistas, especialmente, ao fortalecimento da regionalização/gestão compartilhada da saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/11/2011	14/09/2012	62.480,00	13.745,00	13.745,00	13.745,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a sistematização no idioma português do instrumento "A Conceptual Framework for Action on the Social Determinants of Health – Social Determinants of Health Discussion – Dabates, Policy & Practice, case studies" – Paper 2 – publicação da Organização Mundial de Saúde – OMS.			15/12/2011	13.745,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria do Carmo Gomes Kell				CPF: 229.049.216-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100082.002					
Objetivo da consultoria: Subsidiar o processo de tomada de decisão do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada por meio da elaboração de documentos descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados pelo Departamento no processo de apoio à gestão descentralizada/regionalizada do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/02/2011	05/01/2012	67.430,00	47.850,00	47.850,00	47.850,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento dos resultados dos Objetivos de Contribuição e Ações, sob responsabilidade do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada, no Eixo Qualificação da Gestão do Programa Mais Saúde, no ano de 2010.			14/03/2011	13.480,00	
Documento contendo a organização do Relatório de Avaliação do Pacto pela Saúde de 2009			10/05/2011	8.760,00	
Documento descritivo analítico das ações para execução no exercício de 2011 propostas na perspectiva do fortalecimento da gestão descentralizada/regionalizada do SUS.			22/07/2011	10.780,00	
Documento descritivo do acompanhamento da ação Aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde no sistema de planejamento, orçamento e monitoramento das ações do Sistema Único de Saúde, exercício de 2010.			19/09/2011	6.750,00	
Documento contendo a organização do Relatório de Avaliação do Pacto pela Saúde de 2010.			16/11/2011	8.080,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria Edmilza da Silva				CPF: 450.756.704-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100885.001					
Objetivo da consultoria: 1. Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, no que se refere à organização e estruturação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. 2. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. 3. Realizar estudos para subsidiar a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS. .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/07/2011	07/05/2012	44.000,00	24.640,00	24.640,00	24.640,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico com a consolidação das contribuições da Consulta Pública nº 02/GM/MS, de 7 de abril de 2011, referente ao Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).			22/08/2011	9.680,00	
Documento contendo análise das contribuições da Consulta Pública nº 02/GM/MS, de 7 de abril de 2011, referente ao Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).			19/10/2011	6.600,00	
Documento contendo proposta de sistematização e qualificação dos indicadores de Acesso da Atenção Básica para o Programa de Avaliação			09/12/2011	8.360,00	

para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Nadia Maria da Silva Machado	CPF: 379.106.552-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100882.001					
Objetivo da consultoria: 1. Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, nos assuntos relativos à organização e estruturação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. 2. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. 3. Realizar estudos, visando à obtenção de subsídios para a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/07/2011	07/05/2012	28.600,00	25.290,00	25.290,00	25.290,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo os produtos deliberados pelo Comitê Técnico Assessor para o Acompanhamento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS, bem como o resultado das decisões aprovadas.			22/08/2011	6.292,00	
Documento técnico contendo o planejamento das ações estratégicas para sistematização dos indicadores de Acesso da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade Ambulatorial para o Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).			14/10/2011	4.290,00	
Documento técnico contendo o planejamento das ações estratégicas para sistematização dos indicadores de Qualidade da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade Ambulatorial para o Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).			09/12/2011	5.434,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Priscilla Cristina Ramos Lima				CPF: 010.768.041-60	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101899.001					
Objetivo da consultoria: Atender às demandas mais frequentes de funcionalidades, melhoria da segurança e da performance do FORMSUS, na perspectiva do fortalecimento dos processos de disponibilização de informações e de indicadores e da análise de situações de saúde, potencializando e orientando a tomada de decisão dos gestores do SUS. Assim, irá:					
<ul style="list-style-type: none"> • Revisar o código das funcionalidades mais demandadas, na perspectiva do aumento de eficiência do código. • Revisar as query mais frequentes para o aumento de eficiência nas consultas ao banco de dados. • Revisar menus e atendimento a solicitações de usuários contidas no Formulário de Suporte Técnico do FORMSUS para a melhoria da ergonomia do sistema. • Analisar o relatório de auditoria do sistema, eliminando os alertas High para o aumento da segurança do sistema. • Elaborar um primeiro esboço de especificação de uma nova versão que aprimore a ferramenta usando tecnologias atuais de programação e desenho de bancos. • Atualizar os manuais e documentação do sistema registrando as alterações efetuadas. • Preparar para disponibilização o software no Portal de Software Público. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/12/2011	03/08/2012	45.000,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Códigos fonte e aplicativo FormSUS publicado na WEB, em função de análise e melhorias no processo de gravação de formulários com o objetivo de reduzir o índice de não gravação por tempo e o índice de perdas de protocolo e atualização/correção de funcionalidades do sistema FormSUS no que tange a Relatórios/Análise e à revisão e atualização dos perfis de respondente e monitor.	21/12/2011	9.900,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Renato Vieira Fernandes		CPF: 078.077.675-71
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1000641.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos à consolidação das instâncias de pactuação intergestores do SUS e de seus instrumentos de pactuação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2010	05/04/2011	49.830,00	20.520,00	20.520,00	49.830,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Relatório analítico sobre o funcionamento do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Tripartite – Atenção à Saúde, no 1º semestre de 2010.	09/02/2011	5.880,00			
Documento técnico analítico acerca dos desdobramentos das políticas pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite.	05/04/2011	14.640,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rochelle Patrícia Ferraz de Souza				CPF: 039.330.854-54	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100638.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos à consolidação das instâncias de pactuação intergestores do SUS e de seus instrumentos de pactuação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/06/2011	28/02/2012	49.830,00	34.881,00	34.881,00	34.881,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento descritivo analítico acerca das mudanças e inovações estruturais proposta pela gestão federal a cargo do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada – DAGD, na perspectiva do processo de pactuação interfederativa.	28/06/2011	10.963,00			
Documento descritivo analítico acerca das competências, atribuições e processos da Secretaria Técnica da Comissão Intergestores Tripartite – ST/CIT.	11/08/2011	7.474,00			
Relatório analítico sobre o papel da articulação interfederativa na gestão do SUS dentro da gestão estratégica e participativa.	21/10/2011	9.468,00			
Relatório analítico sobre fluxos e competências da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do Conselho Nacional de Saúde – CNS,	15/12/2011	6.976,00			

na gestão de 2011.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rochelle Patrícia Ferraz de Souza	CPF: 039.330.854-54	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1000496.001					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos, relatórios descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados pelo Departamento de Apoio à Gestão Descentralização para apoio ao fortalecimento da gestão descentralizada do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/04/2010	28/02/2011	36.300,00	11.100,00	11.100,00	36.300,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise sobre as atividades programadas para 2010 da ação programática - aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão descentralizada do SUS.			28/02/2011	11.100,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Sandra de Jesus Dutra				CPF: 490.570.061-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100634.001					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos descritivos e analíticos sobre temas afetos à consolidação das instâncias de pactuação intergestores do SUS e de seus instrumentos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/06/2011	23/03/2012	36.300,00	21.780,00	21.780,00	21.780,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo relato descritivo e analítico da agenda estratégica de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite - CIT para fortalecimento da gestão estratégica do SUS, no 1º quadrimestre de 2011.			28/06/2011	9.075,00	
Documento técnico contendo relato descritivo e analítico da agenda estratégica de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite - CIT para fortalecimento da gestão estratégica do SUS, no 2º quadrimestre de 2011.			15/09/2011	5.445,00	
Documento técnico contendo relato descritivo e analítico da agenda estratégica de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite - CIT para fortalecimento da gestão estratégica do SUS, no 3º quadrimestre de 2011.			12/12/2011	7.260,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Sandra de Jesus Dutra				CPF: 490.570.061-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

QUADRO C.16.1 (B) - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DO 44º TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – OPAS/OMS

VALORES EM R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Pan-Americana da Saúde	OPAS
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	TC 44
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato: BR/CNT/1001933.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa no SUS, bem como qualificar as ações da SGEP na mobilização social e no acompanhamento de ações de monitoramento e avaliação da gestão do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21.12.2010	20.06.2011	26.455,00	26.455,00	26.455,00	26.455,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com relatos sobre o processo de implantação do SARGSUS no Estado de Pernambuco.			24/01/2011	7.407,00	
Relatório contendo informações estratégicas para o monitoramento e avaliação da gestão, dos municípios contemplados com recurso da Portaria 2344 e 3251/2009, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS.			01/04/2011	5.820,00	
Documento técnico contendo relatos sobre a implantação da estratégia da Rede de atenção à saúde interestadual na macrorregião do médio São Francisco nos municípios de Petrolina e Juazeiro.			20/06/2011	13.228,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Abigail Batista de Lucena Reis				CPF: 052.178.224-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001418.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde, mediante a realização das seguintes atividades: i) levantar e sistematizar metodologias para a capacitação de lideranças populares e conselheiros de saúde no tema “Políticas de Gênero e Saúde”, ii) avaliar o processo de capacitação de lideranças populares e conselheiros de saúde no tema “ Políticas de Gênero e Saúde” a ser desenvolvido e apoiado pelo Departamento de Gestão Estratégica e Participativa/SGEP/MS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12.10.2010	09.09.2011	54.360,00	44.476,00	44.476,00	54.360,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo avaliação do processo de capacitação de lideranças			11/03/2011	14.825,46	

populares e conselheiros de saúde no tema “Políticas de Gênero e Saúde” a ser desenvolvido e apoiado pelo Departamento de Gestão Estratégica e Participativa/SGEP/MS.		
Documento contendo a sistematização do balanço dos avanços e desafios apresentados pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde no II Seminário Nacional: Controle Social no SUS e a Saúde da Mulher;	06/06/2011	11.860,36
Documento contendo a proposta técnica para inclusão da temática de gênero no planejamento das ações da gestão participativa e de controle social para o ano de 2011.	09/09/2011	17.790,55
Consultor contratado		
Nome do consultor: Adelaide Suely Oliveira		CPF: 278.610.154-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101801.001					
Objetivo da consultoria: Analisar os textos da publicação: “Saúde da Mulher: Um Diálogo Aberto e Participativo”					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06.12.2011	23.01.2012	17.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não há previsão de entrega de produtos no exercício de 2011.					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Adelaide Suely Oliveira				CPF: 278.610.154-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101568.001					
Objetivo da consultoria: Realizar levantamento da situação arquivística no Conselho Nacional de Saúde. Elaborar relatórios e instrumentos para análise e aplicação da gestão documental no Conselho Nacional de Saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.11.2011	20.03.2012	16.360,00	6.544,00	6.544,00	6.544,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo “Manual de Procedimentos Arquivísticos para aplicação no Conselho Nacional de saúde- CNS”.			07/12/2011	6.544,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Agda Cristina Santos Bernardes				CPF: 839.698.371-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101518.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para auxiliar o Controle Social no acompanhamento e monitoramento das proposições legislativas da área da saúde em tramitação no Congresso Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.11.2011	24.02.2012	20.440,00	8.176,00	8.176,00	8.176,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o levantamento e avaliação de proposições legislativas na área da saúde, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam sobre o tema saúde dos povos indígenas;	13/12/2011	8.176,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Alessandra Giseli Matias		CPF: 635.392.501-82
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001303.001T					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria para levantamento e sistematização, para o idioma francês, dos documentos técnicos da I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.09.2010	08.02.2011	30.666,00	18.399,60	18.399,60	30.666,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo uma sistematização comparativa dos dados quanto à situação de implementação da seguridade social nos seguintes países referência: Brasil, França, Estados Unidos, China, Indonésia e Turquia.	08/02/2011	18.399,60			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Beatriz Gaertner Marabuto Domingues				CPF: 834.052.751-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000682.001					
Objetivo da consultoria: Elaboração e desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde, mediante as seguintes atividades:					
<ul style="list-style-type: none"> • Mapear a produção acadêmica e bibliográfica que apresentam evidências da determinação social da saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais para subsidiar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais na gestão do SUS; • Consolidar as responsabilidades e atribuições da gestão federal relativas à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, desenvolvidas pelas áreas afins no período de 2007 a 2010; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	61.321,00	20.068,70	20.068,70	61.321,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento contendo a consolidação das responsabilidades e atribuições da gestão federal relativas à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais desenvolvidas pelas áreas afins no período de 2007 a 2010.	28/06/2011	20.068,70			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Gabriela Nascimento Sena				CPF: 835.597.441-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100584.003					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde:					
<ul style="list-style-type: none"> Analisar as deliberações referentes ao tema da saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contidas nos Relatórios Finais da 12ª Conferência Nacional de Saúde, da 13ª Conferência Nacional de Saúde e da 1ª Conferência Nacional GLBT e sua comparação com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT; Analisar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, destacando as responsabilidades e atribuições definidas para o Ministério da Saúde, considerando a legislação do SUS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30.05.2011	29.02.2012	45.990,75	27.594,75	27.594,75	27.594,75
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo análise das deliberações referentes ao tema da saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contidas nos Relatórios Finais da 12ª Conferência Nacional de Saúde, da 13ª Conferência Nacional de Saúde e da 1ª Conferência Nacional GLBT e sua comparação com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT;		30/06/2011	12.264,20		
Documento contendo análise do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, destacando as responsabilidades e atribuições definidas para o Ministério da Saúde, considerando a legislação do SUS.		25/11/2011	15.330,25		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Gabriela Nascimento Sena				CPF: 835.597.441-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100555.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para estimular o fortalecimento, a articulação e a integração das práticas de monitoramento e avaliação, bem como subsidiar o processo de gestão de informações estratégicas para a qualificação do SUS. Trata-se de umas das diretrizes cuja observância consiste em reforçar resultados estratégicos, que possibilitem a tomada de decisão dos gestores no desenvolvimento de políticas e programas necessários à efetivação dos princípios e diretrizes do SUS, com maior eficiência e efetividade dos serviços de saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08.06.2011	07.03.2012	60.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo proposta da sistemática de consolidação da informação da Política de para a Qualificação do Sistema Único de Saúde;		01/07/2011	14.400,00		
Documento contendo proposta da implantação do instrumento de consolidação da informação, monitoramento e avaliação das ações prioritárias, e-CAR, como ferramenta de Controle e Acompanhamento de Resultados, a ser adotada pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS;		05/09/2011	7.200,00		
Documento contendo proposta de priorização das ações estratégicas do Sistema Único de Saúde, definidas pelo planejamento do Ministério da Saúde, a fim de serem acompanhadas na ferramenta e-CAR, pelo		14/11/2011	8.400,00		

Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS;		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ana Virgínia Cardoso		CPF: 798.124.491-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100884.001					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos ao fortalecimento das relações interfederativas e da gestão estratégica e participativa nos três níveis de governo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29.07.2011	29/02/2012	49.841,00	10.466,00	10.466,00	10.466,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico contendo informações referentes à temática da Assistência Farmacêutica na 12ª e na 13ª Conferências Nacionais de Saúde.			25/08/2011	10.466,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Augusto Gonçalves de Abrantes Sobrinho				CPF: 789.722.994-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Observação: Cancelado em 01.09.2011 - entregue apenas o 1º produto

Código do Contrato: BR/CNT/1001283.001T					
Objetivo da consultoria: Elaboração de textos para serem divulgados nas publicações do Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	18.05.2011	49.080,00	29.448,00	29.448,00	49.080,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo material redigido, adequado e revisado sobre o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, para conteúdo online, no que se refere ao eixo 'Apoio Técnico e Político para Implementação da Gestão Estratégica e Participativa';			17/03/2011	9.816,00	
Documento técnico contendo material redigido, adequado e revisado sobre o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, para conteúdo online, no que se refere ao eixo 'Fortalecimento de Mecanismos de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS'.			18/05/2011	19.632,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Bruno Luis Freitas				CPF: 991.332.105-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100086.001T					
Objetivo da consultoria: Analisar as propostas dos cursos de informática básica elaboradas pelos estados à luz da "Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social e da proposta preliminar das diretrizes metodológicas e conteúdo programático para o curso de informática básica para Conselheiros de Saúde e organizar proposta de curso de informática básica para Conselheiros de Saúde para apresentar ao Comitê Nacional do Programa de Inclusão Digital e DATASUS.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17.02.2011	10.11.2011	30.120,00	30.120,00	30.120,00	30.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da proposta de Curso de Informática Básica para Conselheiros de Saúde do estado do Pará;			11/03/2011	6.626,00	
Documento contendo a análise da proposta de Curso de Informática Básica para Conselheiros de Saúde do estado de Pernambuco;			23/05/2011	4.518,00	
Documento contendo a análise da proposta de Curso de Informática Básica para Conselheiros de Saúde do estado do Espírito Santo;			19/07/2011	5.723,00	
Documento contendo a análise da proposta de Curso de Informática Básica para Conselheiros de Saúde do estado do Rio Grande do Sul;			29/09/2011	4.217,00	
Documento contendo o consolidado das análises das propostas de Cursos de Informática Básica para Conselheiros de Saúde e proposta de curso de informática básica para Conselheiros de Saúde para apresentar ao Comitê Nacional do Programa de Inclusão Digital e DATASUS			10/11/2011	9.036,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Candisse Porto Bandeira Costa				CPF: 860.792.631-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001285.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para a realização de atividades de implantação/implementação do sistema informatizado OuvidorSUS nas Ouvidorias descentralizadas nas três esferas de gestão do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar relatórios avaliativos dos processos de trabalho das Ouvidorias baseados na utilização do Sistema OuvidorSUS. • Propor metodologia para acompanhamento das manifestações tipificadas no Sistema OuvidorSUS, pelas Ouvidorias do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	09.08.2011	49.080,00	30.920,40	30.920,40	49.080,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo mapeamento de inconsistências na utilização das funcionalidades do sistema OuvidorSUS pelas Ouvidorias descentralizadas;			11/03/2011	9.325,20	
Documento contendo acompanhamento da implantação/implementação de Ouvidorias do SUS na região centro-oeste com ênfase no sistema OuvidorSUS;			08/06/2011	6.871,20	
Documento contendo acompanhamento da implantação/implementação de Ouvidorias do SUS na região norte com ênfase no sistema OuvidorSUS.			09/08/2011	14.724,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carlos Eduardo Cordeiro da Cunha				CPF: 836.233.021-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101136.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para a realização de atividades de implantação/implementação do sistema informatizado OuvidorSUS nas Ouvidorias descentralizadas nas três esferas de gestão do SUS.					

- Elaboração de propostas para inserção do nível III de acesso e novas funcionalidades a serem agregadas ao sistema Ouvidor SUS.
- Elaboração de relatório gerencial junto às Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde.
- Elaboração de relatório com análise quantitativa e qualitativa das Ouvidorias do SUS implantadas, conforme os critérios estabelecidos no SISPACTO.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30.09.2011	29.08.2012	49.080,00	12.760,00	12.760,00	12.760,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta de inserção do nível III de acesso no sistema OuvidorSUS;			28/10/2011	12.760,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carlos Eduardo Cordeiro da Cunha				CPF: 836.233.021-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001953.001T

Objetivo da consultoria:

- Identificação dos itens que trazem dúvidas aos usuários quanto a sua complexidade, falta de informação ou nomenclaturas. Aplicando técnicas de técnicas de teste de software para identificar possíveis erros na concatenação de informações que possam estar em desacordo com o pretendido.
- Avaliação das informações que levam ao sistema a identificar qual será a instituição pela qual o pesquisador deverá apresentar o seu projeto. Identificando falhas nos erros de regra de sistema que tragam prejuízo ao pesquisador na definição dessas.
- Identificação de pesquisadores potenciais às áreas de interesses com as quais eles tem maior afinidade vista à relação sócio ambiental que estes possuem com o local
- Levantamento dos benefícios prestados pelas empresas patrocinadoras dos projetos, sejam elas particulares, públicas ou indústria farmacêutica.
- Relatar a importância da participação dos centros participantes nos projetos, como fornecedores de dados coletados dos sujeitos de pesquisa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.12.2010	06.10.2011	53.350,00	53.350,00	53.350,00	53.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o diagnóstico sobre as principais dúvidas suscitadas e esclarecimento dos itens de preenchimento da folha de rosto em pesquisas envolvendo seres humanos através do sistema SISNEP/ CONEP do Conselho Nacional de Saúde;			10/01/2011	11.800,00	
Documento técnico intitulado Instituição Sediadora e instituição vinculada: Decomposição dos atributos de responsabilidades na destinação dos projetos encaminhados às instituições. Critérios e requisitos de avaliação na regra do sistema SISNEP/ CONEP do Conselho Nacional de Saúde;			11/03/2011	9.550,00	
Documento técnico intitulado Perfil dos usuários do sistema SISNEP: Análise sócio-cultural sobre os fatores de influência na proposição e elaboração de pesquisas a partir do ambiente acadêmico. Influências, necessidades, soluções e descobertas;			17/05/2011	9.650,00	
Documento técnico intitulado Patrocinadores dos estudos: Avaliação das instituições custeadoras dos projetos e a sua função e contribuição ao			28/07/2011	10.200,00	

realizar pesquisas com incentivos da indústria farmacêutica, instituição pública ou privada;		
Documento técnico intitulado Centros participantes: A colaboração de instituições na identificação e no apoio às pesquisas com a coleta de dados da população e a integração com os Comitês de Ética em Pesquisa.	06/10/2011	12.150,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carlos Junio Meira Carvalho	CPF: 770.438.041-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001549.001					
Objetivo da consultoria: Sistematizar as informações sobre os sistemas de informações de saúde que contenham o quesito raça/cor, considerando a possibilidade de adequação em consonância com a Política de Saúde Integral da População Negra. Sistematizar os sistemas de informações de saúde sobre quesito raça/cor, possibilitando assim a concepção de um seminário que terá por objetivo a padronização do quesito raça/cor nos sistemas de informações de saúde do Ministério da Saúde. Pesquisar, organizar e sistematizar documentos técnicos relacionados à capacitação de profissionais de saúde, com foco na educação em saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12.11.2010	11.04.2011	39.025,00	26.146,75	26.146,75	39.025,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico com a proposta de um seminário que terá por objetivo a padronização do quesito raça/cor nos sistemas de informações do Ministério da Saúde;			21/02/2011	10.536,75	
Documento técnico contendo proposta teórica de capacitação de profissionais de saúde em educação em saúde para o atendimento à População em Situação de Rua, no SUS.			11/04/2011	15.610,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Claudia Spínola Leal Costa				CPF: 286.118.611-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100602.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde. <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar e sistematizar informações sobre a infra-estrutura necessária à realização de uma conferência de saúde. • Pesquisar, organizar e sistematizar documentos técnicos relacionados à capacitação de profissionais de saúde, com foco na temática da 14ª Conferência Nacional de Saúde. • Pesquisar, organizar e sistematizar documentos técnicos relacionados à produção de relatório de Conferência de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31.05.2011	01.02.2012	46.000,00	27.598,00	27.598,00	27.598,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo a necessidade de infra-estrutura para a realização de uma Conferência de Saúde, direcionado para orientar conselheiros de saúde sobre as necessidades logísticas de uma			27/06/2011	8.584,80	

conferência de saúde;		
Documento técnico, contendo proposta para a realização de seminários, sobre o temário da 14ª Conferência Nacional de Saúde, para movimentos sociais e conselheiros de saúde;	03/09/2011	6.745,20
Documento técnico contendo orientações e normatizações para conselhos de saúde de como organizar a relatoria de Conferência de Saúde.	30/11/2011	12.268,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Claudia Spínola Leal Costa		CPF: 286.118.611-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001946.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar a avaliação de dados gerais e dados de demandas recebidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de análise e tratamento de demandas e à resolubilidade das manifestações pelos órgãos competentes.					
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento de demandas pendentes por região; • Realizar análise comparativa da resolubilidade das manifestações registradas no Doges, desde a implantação do sistema OuvidorSUS; • Analisar dados de demandas sobre Assistência à Saúde e Assistência Farmacêutica, que são as maiores recebidas pelo Doges; • Analisar dados gerais do Doges 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.12.2010	14.11.2011	42.961,00	42.961,00	42.961,00	42.961,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo levantamento geral das demandas pendentes por destino, para proposição de novas estratégias para aumento do índice de resolubilidade das demandas oriundas das regiões Norte e Nordeste;			17/01/2011	10.310,00	
Documento contendo análise comparativa da resolubilidade das manifestações registradas pelo Doges no período de 2006 a 2010;			01/04/2011	5.155,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cristina de Almeida Souza				CPF: 120.018.561-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Observação: CANCELADO EM 20.04.11					

Código do Contrato: BR/CNT/1100745.002					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria para elaboração de relatórios sobre a representação de públicos específicos nas instâncias de controle social e gestão participativa do Sistema Único de Saúde e plano de mobilização social, informação e comunicação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29.06.2011	06.02.2012	29.101,00	29.101,00	29.101,00	29.101,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produção de material informativo sobre as ações da Diretoria de Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP -2011;			28/07/2011	10.200,00	
Documento técnico contendo revisão de literatura sobre a saúde da			20/09/2011	7.301,00	

população negra de 2007 a 2011;		
Elaboração de plano de mobilização social, considerando as tecnologias de informação e comunicação, com sugestões para ações de fomento à participação popular no controle social da saúde.	05/12/2011	11.600,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Cynthia Sims Belleza Vieira		CPF: 029.667.727-27
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001513.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar e sistematizar a bibliografia nacional e internacional referente à saúde ambiental. • Acompanhar e analisar as ações do Comitê Técnico de Saúde da População Negra. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04.11.2010	03.10.2011	36.840,00	28.366,80	28.366,80	36.840,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo revisão bibliográfica da produção sobre o tema da educação para a diversidade para comporem o kit do Programa Saúde na Escola (PSE) a ser disponibilizado às escolas públicas aderidas ao PSE em 1.500 municípios;			31/03/2011	6.262,80	
Documento contendo levantamento e análise das características da representação da sociedade civil nos conselhos municipais de saúde dos municípios que aderiram ao Sistema de Informação sobre Conselhos – PARTICIPANETSUS, nas categorias: entidades e/ou movimentos representados, gênero, raça, escolaridade e faixa etária dos conselheiros, bem como tempo de atuação no conselho;			30/06/2011	7.368,00	
Documento contendo sistematização das ações e atividades desenvolvidas pelas instâncias de promoção da equidade no âmbito das gestões estaduais, durante o ano de 2010.			03/10/2011	14.736,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniela Marques				CPF: 841.939.211-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101867.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07.12.2011	03.02.2012	9.210,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não foram previstos entrega de produtos em 2011.			-		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniela Marques				CPF: 841.939.211-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Código do Contrato: BR/CNT/1000685.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de fortalecimento da gestão participativa e do					

controle social em saúde.

- Sistematizar as informações das ações de saúde, voltadas para população do campo e da floresta, desenvolvidas no âmbito dos Territórios da Cidadania com foco para a região norte.
- Sistematizar as informações das ações de saúde, voltadas para população do campo e da floresta, desenvolvidas no âmbito dos Territórios da Cidadania, com foco para a região nordeste.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	58.201,00	31.746,00	31.746,00	58.201,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo a sistematização das informações sobre as ações de saúde voltadas para as populações do campo e da floresta, desenvolvidas no âmbito dos Territórios da Cidadania, dos estados da região norte.		10/01/2011	12.698,40		
Documento contendo a sistematização das informações sobre as ações de saúde voltadas para as populações do campo e da floresta, desenvolvidas no âmbito dos Territórios da Cidadania, dos estados da região nordeste.		25/04/2011	19.047,60		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniella Vanessa Abrantes Martins				CPF: 288.158.311-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101602.001

Objetivo da consultoria: Elaborar e revisar os relatórios técnicos dos debates do Conselho Nacional de Saúde sobre temas que servirão de base para as discussões da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.11.2011	24.02.2012	6.544,00	6.544,00	6.544,00	6.544,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento Técnico contendo o registro e a análise do debate sobre "Acesso e acolhimento no SUS: financiamento necessário", tema apresentado na 223ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, em julho de 2011, que servirá de base para os debates da 14ª Conferência Nacional de Saúde.		26/12/2011	6.544,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Denise de Paula Cardoso				CPF: 828.651.241-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101520.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de proposta de manuais de planejamento e comunicação para Conselheiros Nacionais de Saúde e Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde.

- Elaborar a proposta de um *Manual para os Conselheiros Nacionais de Saúde*
- Elaborar a proposta de um *Manual das Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde*

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24.11.2011	24.02.2012	20.440,00	8.176,00	8.176,00	8.176,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo O Manual de Normas, Procedimentos Administrativos, Funções Políticas, Objetivos e Instruções para as atividades que devem ser desenvolvidas pelos novos Conselheiros Nacionais de Saúde ;	16/12/2011	8.176,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Denise Regina de Oliveira Miranda		CPF: 490.574.641-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1000665.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos especializados para subsidiar a implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamento das atividades executadas pelo DAGEP/SGEP/MS para o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA-2008-2011); Analisar os convênios em execução firmados pelo DAGEP/SGEP/MS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	54.360,99	29.651,45	29.651,45	54.360,99
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo as atividades executadas pelo DAGEP/SGEP/MS para o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA-2008-2011);	03/01/2011	11.860,58			
Documento técnico contendo informações sobre a execução dos convênios firmados pelo DAGEP/SGEP/MS.	25/04/2011	17.790,87			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Denize Alencar Cândido Lentini				CPF: 161.886.402-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100603.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Organizar e sistematizar as informações contidas nos relatórios da 12ª e 13ª Conferência Nacional de Saúde relativa à participação social. Sistematizar informações de documentos e relatórios técnicos da 12ª Conferência Nacional de Saúde relativo à ação de promoção da equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13.06.2011	10.02.2012	43.498,80	25.223,20	25.223,20	25.223,20
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo análise sobre a participação social nas Conferências Municipais e Estaduais de Saúde referentes ao calendário da 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde;	08/07/2011	10.872,20			
Documento técnico contendo análise das moções aprovadas na 12ª	12/12/2011	14.351,00			

Conferência Nacional de Saúde, relacionadas à ação de promoção da equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades;		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Denize Alencar Cândido Lentini	CPF: 161.886.402-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001675.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Levantar e sistematizar os documentos relativos à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). • Organizar e sistematizar as informações e decisões das reuniões do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra (CTSIPN). • Levantar e sistematizar as pautas das reuniões do Conselho Nacional de Saúde do ano de 2010, referente à promoção da equidade em saúde para populações em iniquidades, com foco na população negra. • Organizar, planejar e registrar as discussões sobre as propostas de Educação Permanente em Saúde com foco na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) para profissionais de saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.11.2010	25.10.2011	61.320,00	47.216,00	47.216,00	61.320,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico sobre as atividades realizadas pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra em 2010;			31/03/2011	12.264,00	
Documento Técnico contendo a análise das pautas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), referente à promoção da equidade em saúde para populações em iniquidades, com foco na população negra;			01/07/2011	14.424,00	
Documento técnico contendo o registro das propostas de Educação Permanente em Saúde voltadas para a Saúde Integral da População Negra, com foco nos profissionais de saúde.			25/10/2011	24.528,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eliane Almeida da Silva				CPF: 164.139.894-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101866.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07.12.2011	03.02.2012	12.862,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não foi prevista entrega de produtos em 2011.			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eliane Almeida da Silva				CPF: 164.139.894-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001940.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para a elaboração de documentos para subsidiar as Comissões Intersetoriais de alimentação e Nutrição, Saúde do Idoso e Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde, visando o fortalecimento do controle social.					
- realizar levantamento das discussões e encaminhamentos da CIAN (Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição), planos de trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde relacionados à Comissão no triênio 2007-2009.					
- realizar levantamento sobre os programas e ações de alimentação e nutrição no âmbito intersetorial (Educação, Trabalho, Agricultura, Meio ambiente, Saúde Indígena – FUNASA, Ciência e Tecnologia), destacando a interface com a saúde.					
- realizar levantamento nas atas das reuniões das Comissões de Alimentação e Nutrição, Saúde Mental e Saúde do Idoso.					
- realizar levantamento nacional, de políticas públicas, planos, programas e ações desenvolvidas no tema “Saúde da Pessoa Idosa” no ano de 2010.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.12.2010	14.11.2011	39.841,00	21.841,00	21.841,00	21.841,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o Relatório final do Seminário Nacional de Atenção Primária em Saúde e as Relações Público – Privado no Sistema Único de Saúde, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde.			17/01/2011	9.000,00	
Documento técnico contendo o levantamento das discussões e encaminhamentos da CIAN (Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição), planos de trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde relacionados à Comissão no triênio 2007-2009.			31/03/2011	7.000,00	
Documento técnico contendo os relatórios de atividades 2010 e planos de trabalhos propostos para o biênio 2011-2012, das Comissões Intersetoriais de Saúde Mental, e Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde.			27/05/2011	5.841,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: ERLLEN SILVA MATTA				CPF: 536.911.641-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Observação: CANCELADO EM 01.09.11

Código do Contrato: BR/CNT/1001928.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar as ações implementadas do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25.06.2010	18.01.2011	49.581,00	21.599,00	21.599,00	49.581,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico sobre o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos estados, ano de 2010.			18/01/2011	21.599,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: ESPEDITO MANGUEIRA DE LIMA				CPF: 005.073.281-16	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001928.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços para subsidiar o processo de qualificação das ações de monitoramento, e avaliação da gestão do SUS, no âmbito do Departamento de Monitoramento e Avaliação da gestão do SUS (DEMAGS), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> • Formular proposta de ações que contribuam para a implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, em especial do componente de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, utilizando informações estratégicas; • Subsidiar para a implementação da ferramenta eletrônica do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS para a sistematização dos Relatórios de Gestão , • Documentar e produzir relatórios referentes ao desenvolvimento de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão SUS (DEMAGS). 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.12.2010	09.06.2011	15.060,00	15.060,00	15.060,00	15.060,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estratégias para a implementação do desenvolvimento da Rede Interfederativa de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS – RIMA.			17.01.2011	4.518,00	
Documento técnico contendo informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios contemplados com recursos das Portarias 2344 e 3251/09 no Estado do Paraná, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS.			11.04.2011	3.012,00	
Documento técnico com relatos sobre o processo de implantação do SARGSUS no Estado do Paraná.			09.06.2011	7.530,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: EVELLYNE PORFÍRIA DOURADO SANTOS				CPF: 005.073.281-16	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000668.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e sistematizar informações sobre o processo de capacitação de conselheiros de saúde no estado do Amapá. • Sistematizar informações sobre o Termo de Compromisso de Gestão, Plano de Saúde, Relatório de Gestão sobre os componentes da Política ParticipaSUS no estado do Amapá. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	61.319,99	19.068,37	19.068,37	61.319,99
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório descritivo referente à implementação da Política ParticipaSUS no estado do Amapá, com foco nas ações planejadas nos planos municipais de saúde.			25.04.2011	19.068,37	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FÁTIMA CRISTINA CUNHA MAIA SILVA				CPF: 245.804.731-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100604.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias para o fortalecimento da gestão participativa, do controle social e de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Levantar e sistematizar dados dos municípios prioritários para realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde. • Analisar e sistematizar as proposições do relatório da 13ª Conferência Nacional de Saúde referente às populações em situação de vulnerabilidade. • Elaborar proposta de oficina de formação para lideranças quilombolas sobre o SUS. • Sistematizar informações e dados sobre as atividades do Comitê Técnico da 14ª Conferência Nacional de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31.05.2011	29.02.2012	49.066,00	28.660,00	28.660,00	28.660,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento sobre o levantamento de municípios prioritários visando à realização da etapa municipal da 14ª Conferência Nacional de Saúde;				12.264,00	
Documento síntese sobre as proposições do relatório da 13ª Conferência Nacional de Saúde referente às populações em situação de vulnerabilidade.				16.396,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FÁTIMA CRISTINA C. M. SILVA				CPF: 245.804.731-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001328.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica Participativa no Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o planejamento, desenvolvimento e relatoria de Seminários realizados pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21.09.2010	02.08.2011	61.320,00	45.990,00	45.990,00	61.320,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório descritivo do desenvolvimento de um sistema informatizado de cadastro para os profissionais do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), acessível pela internet. O sistema possibilitará o cadastramento dos integrantes do SNA nas esferas federal, estadual e municipal;			24.01.2011	10.198,00	
Relatório descritivo do desenvolvimento dos sistemas para inscrição dos participantes dos seguintes eventos: I Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (I Fenagep) e I Mostra Nacional de Experiências em Gestão Estratégica e Participativa no SUS (I Expogep);			13.04.2011	11.264,00	
Relatório descritivo com o perfil dos participantes e resultados estatísticos da avaliação da participação, com base nos itens das fichas preenchidas pelos participantes, da I Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (I Fenagep).			02.08.2011	24.528,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FERNANDO RODRIGUES CUNHA				CPF: 152.810.271-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101121.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica Participativa no Sistema Único de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.09.2011	27.08.2012	61.320,00	15.330,00	15.330,00	15.330,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório com a consolidação e análise estatística dos dados que constam do Cadastro dos Profissionais do Sistema Nacional de Auditoria (SNA). O Cadastro foi desenvolvido no FormSUS e totalizava, em julho de 2011, aproximadamente 1.700 registros.			28.10.2011	15.330,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FERNANDO RODRIGUES CUNHA				CPF: 152.810.271-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000458.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação de Ouvidorias contribuindo com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação técnica do processo de implantação da ParticipaSUS no estado da Paraíba; • Avaliação técnica da utilização das funcionalidades do sistema informatizado OuvidorSUS em Secretarias Estaduais de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.04.2010	21.03.2010	58.200,00	15.872,40	15.872,40	58.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo relatório de monitoramento das funcionalidades do sistema informatizado OuvidorSUS nível I no primeiro mês de produção das Secretarias Estaduais de Saúde de Sergipe, Paraíba, Mato Grosso do Sul.			21/03/2011	15872,4	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FLÁVIA SILVÉRIO DE SOUZA SOBRINHO				CPF: 889.795.201-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100401.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação de Ouvidorias contribuindo com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar dados das demandas acolhidas nas Ouvidorias do SUS, para subsidiar a gestão nas ações de combate à dengue. • Propor documento que servirá como instrumento para mensurar a satisfação do cidadão quanto aos serviços prestados pelo SUS. • Propor documento contendo panorama da implantação das Ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo Sispecto. • Avaliar experiências das Ouvidorias do SUS que atuam como instrumento de gestão. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20.04.2011	19.03.2012	58.200,00	34.920,00	34.920,00	34.920,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta de instrumento das Ouvidorias do SUS para mensurar a satisfação do cidadão quanto aos serviços prestados pelo SUS.	20.05.2011	15132
Documento contendo análise dos dados das demandas acolhidas nas Ouvidorias do SUS que podem subsidiar a gestão nas ações de combate à dengue.	08.08.2011	10476
Documento contendo panorama da implantação das ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo SISPACTO nas regiões Sul e Sudeste.	21.11.2011	9312
Consultor contratado		
Nome do consultor: FLÁVIA SILVÉRIO DE SOUZA SOBRINHO		CPF: 889.795.201-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001266.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar informações e dados referentes a atividades promovidas pelo estado de Alagoas sobre populações em situação de iniquidade. Organizar e sistematizar documentos e dados dos conselhos estaduais e municipais de saúde das capitais do Brasil, sobre a participação do movimento social da população negra. Analisar e sistematizar informações sobre a implementação do plano de ação de saúde do estado de Alagoas referente aos recursos destinados a Portaria GM/MS Nº 2588/2008. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	09.08.2011	42.960,00	21.480,00	21.480,00	42.960,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, através do Sistema informatizado OuvidorSUS, referentes à região norte.	05.05.2011	4.296,00			
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, através do Sistema informatizado OuvidorSUS, referentes à região nordeste.	09.08.2011	17.184,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: GENILDA LEÃO DA SILVA				CPF: 007.649.814-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101157.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Analisar e sistematizar informações acerca das atividades do Conselho Nacional de Saúde, referentes à 14ª Conferência Nacional de Saúde. Analisar e sistematizar as formulações relativas à Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS) na 7ª Conferência Estadual de Saúde de Alagoas. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.10.2011	13.02.2012	20.440,00	8.176,00	8.176,00	8.176,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento sistematizado sobre as atividades do Conselho Nacional de Saúde, no primeiro semestre de 2011, referentes à 14ª Conferência Nacional de Saúde.	04/11/2011	8.176,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: GENILDA LEÃO DA SILVA		CPF: 007.649.814-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001266.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implantação da Gestão da Informação no Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, nas 26 capitais (Regiões Metropolitanas) e DF, e a integração de ouvidorias estaduais e DF com a Ouvidoria-Geral do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e avaliar o processo de tratamento dos dados e das informações do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS. • Levantar referenciais teóricos para elaboração dos relatórios gerenciais do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS; • Analisar e avaliar os processos de trabalho que aí se desenvolvem. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	09.08.2011	42.960,00	27.495,00	27.495,00	42.960,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, através do Sistema informatizado OuvidorSUS, referentes à região centro-oeste.	04/03/2011	6.015,00			
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, através do Sistema informatizado OuvidorSUS, referentes à região norte.	05/05/2011	4.296,00			
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, através do Sistema informatizado OuvidorSUS, referentes à região nordeste.	09/08/2011	17.184,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: GUILHERME OTÁVIO FIGUEIREDO GRILI				CPF: 895.657.461-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101067.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de avaliação dos dados para a Gestão da Informação no Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, provenientes das 26 capitais (Regiões Metropolitanas) e DF, e a integração de ouvidorias estaduais e DF com a Ouvidoria-Geral do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o processo de disseminação de informações pela Ouvidoria Geral do SUS por meio do atendimento eletrônico. • Avaliar as manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS por meio do sistema informatizado OuvidorSUS; • Avaliar os processos de trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Geral do SUS através do levantamento de informações disseminadas e manifestações protocoladas no sistema OuvidorSUS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21.09.2011	20.08.2012	42.960,00	12.459,00	12.459,00	12.459,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo análise das informações disseminadas pela Ouvidoria Geral do SUS por meio do atendimento eletrônico, nos meses de janeiro a dezembro de 2010, para fortalecer o papel da Ouvidoria como instrumento de gestão.	14/10/2011	8.162,00
Documento contendo avaliação das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS, por meio do sistema informatizado OuvidorSUS, nos meses de janeiro a junho do ano de 2011, referentes às regiões norte e nordeste.	12/12/2011	4.297,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: GUILHERME OTÁVIO FIGUEIREDO GRILI		CPF: 895.657.461-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001944.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar a avaliação dos dados gerais de demandas recebidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, no que tange ao processo de descentralização das Ouvidorias do SUS e à resolubilidade das manifestações pelos órgãos competentes.					
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento de demandas pendentes por região; • Avaliar e propor melhorias ao processo de análise e tratamento de demandas; • Avaliar o impacto do processo de descentralização nas informações disseminadas e demandas recebidas pelo Doges; • Analisar dados gerais de informações disseminadas e demandas recebidas pelo Doges. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.12.2010	14.11.2011	39.841,00	39.841,00	39.841,00	39.841,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento contendo levantamento das demandas pendentes por destino, para proposição de novas estratégias para aumento do índice de resolubilidade das demandas oriundas das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste;	17/01/2001	9.561,00			
Documento contendo análise global do impacto do processo de descentralização nas manifestações recebidas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS;	01/04/2011	4.783,00			
Documento contendo análise global do impacto do processo de descentralização nos dados de informações disseminadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS;	04/07/2011	5.577,00			
Documento contendo relatório analítico das demandas registradas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS no ano de 2010;	12/09/2011	3.984,00			
Documento contendo relatório analítico das informações disseminadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS no ano de 2010, por canal de entrada.	14/11/2011	15.936,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: GUSTAVUS MAGNI TABOSA SALES				CPF: 635.310.623-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001937.001	
Objetivo da consultoria: Contratação de prestadora de serviços técnicos para subsidiar a execução de projetos de construção das propostas de publicações do PAINEL de Indicadores do SUS do Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão SUS- DEMAGS/SGEP/MS.	

➤ Elaboração, organização e estruturação de textos para as publicações dos Painéis de Indicadores do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.12.2010	13.06.2011	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Organização e atualização da arte e designer do Documento Final "Painel Temático Promoção da Saúde" Temático nº 6, nas versões Espanhol e Inglês;			14/01/2011	8.400,00	
Organização e atualização da arte e designer do Documento final do texto do "Painel de Indicadores do SUS" - Panorâmico - Atualização nº 7 na versão em Inglês; "Organização de atualização da arte designer do Documento final do texto do Painel de Indicadores do SUS – Panorâmico – Atualização nº 7 na versão traduzida para Espanhol"			01/04/2011	6.600,00	
Organização da publicação contendo temas do Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. "Organização e atualização da arte designer do Documento final do texto do Painel de Indicadores do SUS – Panorâmico – Atualização nº 7 na versão traduzida para Inglês.			13/06/2011	15.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: HELMA KÁTIA SENA DA SILVA				CPF: 875.183.257-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100679.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Levantar e sistematizar as deliberações das 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde, implementadas no Ministério da Saúde com foco na gestão participativa e políticas de promoção da equidade. • Sistematizar as informações sobre os delegados eleitos para as etapas estaduais e para a etapa nacional da 14ª Conferência Nacional de Saúde considerando representação e perfil. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13.06.2011	10.02.2012	32.220,00	8.592,00	8.592,00	8.592,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento sobre o levantamento e análise das deliberações das 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde, implementadas no Ministério da Saúde com foco na gestão participativa e políticas de promoção da equidade;			04/07/2011	8.592,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: IRAQUITAN OLIVEIRA DA SILVA				CPF: 400.751.504-25	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001936.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviço técnico para produção de propostas de divulgação dos trabalhos realizados pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) para a mídia impressa, internet, fotográfica, televisiva e radiodifusão.					
<ul style="list-style-type: none"> • Produzir textos informativos para a página da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa na internet; • Elaborar respostas para as demandas midiáticas dirigidas à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) 					

<ul style="list-style-type: none"> Elaborar proposta de orientação dos diretores e membros da SGEP no trato com a mídia. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13.12.2010	12.05.2011	22.309,09	22.309,09	22.309,09	22.309,09
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo os textos produzidos pela SGEP e publicados na página da Secretaria nos meses de novembro e dezembro de 2010;			13/01/2011	6.693,00	
Documento contendo os textos produzidos e publicados na página da Secretaria em janeiro 2010 e fevereiro de 2011;			07/03/2011	4.462,09	
Documento descritivo sobre o trabalho publicado no site da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) entre novembro e dezembro de 2010, e janeiro, fevereiro e março de 2011.			12/05/2011	11.154,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ CARLOS ROSA MOREIRA BATISTA				CPF: 903.764.391-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001647.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de monitoramento das ações de capacitação e educação permanente para o controle social na promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa. <ul style="list-style-type: none"> Levantamento e análise dos documentos elaborados pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa para operacionalização do ParticipanetSUS nos estados. Organizar reuniões e oficinas estaduais e regionais para implementação do ParticipanetSUS. Sistematizar as atividades, reuniões e oficinas realizadas em âmbito nacional, regional e estadual para consolidação do ParticipanetSUS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.11.2010	20.05.2011	19.920,65	19.920,65	19.920,65	19.920,65
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento descritivo e analítico sobre as ferramentas utilizadas na gestão participativa como uma estratégia para a equidade em saúde;			08/07/2011	5.976,65	
Documento descritivo e analítico sobre a Gestão Estratégica e Participativa no Sistema Único de Saúde;			19/09/2011	4.980,00	
Documento descritivo e analítico sobre os Convênios do Departamento de Apoio à Gestão Participativa.			12/12/2011	8.964,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ WELLINGTON ABREU LIMA FILHO				CPF: 773.004.163-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001645.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para orientar o processo de implantação da gestão da comunicação na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. <ul style="list-style-type: none"> Atualizações da página eletrônica da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, no Portal do Ministério da Saúde. Elaborar proposta de criação de peças gráficas para eventos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, do Ministério da Saúde. 					

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.11.2010	20.04.2011	22.309,09	22.309,09	22.309,09	22.309,09
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo atualizações da página eletrônica do último trimestre de 2010 da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, no portal do Ministério da Saúde;			17/01/2011	8.92,003	
Documento técnico descritivo e propositivo de peças gráficas para subsidiar os eventos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, do Ministério da Saúde.			20/04/2011	13.386,09	
Consultor contratado					
Nome do consultor: KARINA FONTES ZAMBRANA				CPF: 950.793.515-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101519.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de proposta de oficina de comunicação dirigida a jornalistas sobre o Controle Social e Sistema CEP/Conep, bem com uma análise da visibilidade do controle social e do Conselho Nacional de Saúde nos anos de 2009, 2010 e 2011 na mídia com apresentação de ações para melhor inserção do CNS nos meios de comunicação.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar proposta de oficina de comunicação dirigida a jornalistas sobre o Controle Social e Sistema CEP/Conep; • Realizar levantamento de documentos relacionados a visibilidade do controle social e do Conselho Nacional de Saúde nos anos de 2009, 2010 e 2011 na mídia; • Propor ações para melhor inserção do CNS nos meios de comunicação. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.11.2011	24.02.2012	16.360,00	9.816,00	9.816,00	9.816,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de oficina de comunicação dirigida a jornalistas sobre o Controle Social e Sistema CEP/CONEP			13.12.2011	9.816,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: KARLA PATRÍCIA VIEIRA DE LUCENA				CPF: 005.795.981-10	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001419.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar a realização da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o Relatório Final do Seminário Preparatório da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social; • Elaborar o Relatório Final da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.10.2010	14.03.2011	24.000,00	14.400,00	14.400,00	24.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico contendo o Relatório Final da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, no período de 01 a 05 de dezembro de 2010.	14/03/2011	14.400,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: KÁSSIA FERNANDES DE CARVALHO		CPF: 871.125.311-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101519.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para analisar as denúncias de irregularidades no SUS encaminhadas ao Conselho Nacional de Saúde no ano de 2011.					
<ul style="list-style-type: none"> Realizar um levantamento das denúncias de irregularidades no SUS no 1º semestre de 2011. Realizar um levantamento das denúncias de irregularidades no SUS no 2º semestre de 2011. Elaborar um relatório quantitativo e qualitativo das referidas denúncias. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.11.2011	24.02.2012	16.360,00	6.544,00	6.544,00	6.544,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo proposta de oficina de comunicação dirigida a jornalistas sobre o Controle Social e Sistema CEP/CONEP	13/12/2011	6.544,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: KÁSSIA FERNANDES DE CARVALHO				CPF: 871.125.311-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001345.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar informações e dados sobre as atividades do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Elaborar proposta de módulo de capacitação para profissionais de saúde sobre população em situação de rua. Organizar e sistematizar os dados referentes às ações em saúde voltadas para a população em situação de rua. Analisar e sistematizar informações sobre a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa pelo Estado do Rio Grande do Sul. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27.09.2010	01.08.2011	61.321,00	45.991,00	45.991,00	61.321,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento contendo proposta teórico-metodológica de módulo de capacitação para profissionais do SAMU sobre população em situação de rua;(Documento síntese sobre a I Oficina de Capacitação de Lideranças da População em Situação de Rua sobre o SUS)	15/02/2011	9.199,00			
Relatório das atividades desenvolvidas pela SGEF no ano de 2010 voltadas para a saúde da população em situação de rua;	13/05/2011	12.264,00			
Documento avaliativo sobre o processo de implementação da Política	01/08/2011	24.528,00			

Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no estado do Rio Grande do Sul.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: LETÍCIA TOLEDO DO AMARAL	CPF: 573.578.461-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101134.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar e analisar informações sobre as atividades do Conselho Nacional de Saúde durante o primeiro semestre de 2011. • Organizar e sistematizar os dados e informações referentes às atividades de mobilização da sociedade civil, priorizando-se grupos populacionais socialmente excluídos, para a participação ampliada na 14ª conferência Nacional de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30.09.2011	27.01.2012	20.960,00	8.384,00	8.384,00	8.384,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento sistematizado sobre as atividades do Conselho Nacional de Saúde, no primeiro semestre de 2011, referentes à 14ª Conferência Nacional de Saúde;				28/10/2011	8.384,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: LETÍCIA TOLEDO DO AMARAL				CPF: 573.578.461-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001187.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação relativa à implementação dos projetos vinculados à gestão estratégica e participativa do SUS, no âmbito da esfera federal de gestão e do Estado da Paraíba.					
<ol style="list-style-type: none"> a. Elaborar proposta para aperfeiçoar a geração da informação na SGEP e unidades da federação acompanhadas, garantindo clareza, objetividade e integralidade dos dados; b. Acompanhar o processo de implantação do SARGSUS por parte da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba e junto aos municípios; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20.08.2010	19.05.2011	59.999,45	35.214,00	35.214,00	59.999,45
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico com proposta de desenvolvimento de ferramenta informatizada que possibilite a sistematização do resultado do monitoramento da implantação de Ouvidorias estaduais e municipais;				17/01/2011	10.564,00
Documento Técnico com informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios da Paraíba contemplados com recursos da Portaria 2344 e 3251/09, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS;				01/03/2011	7.043,00
Documento técnico com relatos sobre o processo de implantação ao				19/05/2011	17.607,00

SARGSUS no Estado do Paraíba.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: LÍVIO OLIVEIRA ADELINO DE LIMA		CPF: 450.646.444-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101893.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo de análise e tratamento de demandas recebidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS com enfoque na resolutividade das manifestações enviadas para a sub-rede interna e externa da Ouvidoria-Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06.12.2011	08.02.2012	20.062,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não há previsão de entrega de produtos em 2011.			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: LUIZ CARLOS BRASILIENSE CANUTO				CPF: 153.611.013-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001926.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo de capacitação em análise e Gestão da Informação junto aos profissionais das Ouvidorias do SUS, que envolve: a coleta, a identificação, o processamento, o armazenamento e a disseminação de informações, com enfoque na produção de relatórios gerenciais.					
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os processos de trabalho da área de Gestão da Informação para a proposição da metodologia de capacitação. • Realizar a capacitação das Ouvidorias do SUS dos estados e municípios em Gestão da Informação. • Apoiar as Ouvidorias do SUS na consolidação dos processos de Gestão da Informação. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08.12.2010	04.11.2011	54.360,00	40.770,00	40.770,00	54.360,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório analítico das demandas recebidas pela Ouvidoria Geral do SUS no ano de 2010;			13/04/2011	8.154,00	
Documento contendo o monitoramento da implantação do Formulário Web como canal de entrada da Ouvidoria Geral do SUS;			19/08/2011	10.872,00	
Documento contendo levantamento do perfil do usuário da Ouvidoria Geral do SUS coletado no ano de 2010 e a análise comparativa desse perfil por região do Brasil, para avaliação da procura e a oferta dos serviços públicos de saúde.			04/11/2011	21.744,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MÁRCIO ANDRÉ PAYSAN DE JESUS				CPF: 832.867.301-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101868.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo de capacitação em análise e Gestão da Informação junto aos profissionais das Ouvidorias do SUS, que envolve: a coleta, a identificação, o processamento, o armazenamento e a disseminação de informações, com enfoque na produção de relatórios gerenciais.					

- Avaliar os processos de trabalho da área de Gestão da Informação para a proposição da metodologia de capacitação.
- Realizar a capacitação das Ouvidorias do SUS dos estados e municípios em Gestão da Informação.
- Apoiar as Ouvidorias do SUS na consolidação dos processos de Gestão da Informação.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07.12.2011	03.02.2012	14.286,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não há previsão de entrega de produtos em 2011			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MÁRCIO ANDRÉ PAYSAN DE JESUS				CPF: 832.867.301-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001271.001

Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar os processos de gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

1. Analisar e avaliar os mecanismos utilizados no monitoramento do repasse de recursos fundo a fundo e por meio de convênios pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS.
2. Propor instrumentos para o monitoramento de repasses financeiros da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.
3. Propor metodologia para a elaboração de relatórios de acompanhamento, análise e avaliação de desempenho na implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08.09.2010	05.08.2011	44.990,00	33.742,50	33.742,50	44.990,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo levantamento dos Termos de Compromissos da Gestão Municipal e Programação Anual de Saúde dos municípios que pactuaram a implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS – por meio da adesão às Portarias 2344 e 3251/2009, nos anos 2009/2010;			15/02/2011	6.748,50	
Documento contendo síntese e análise das demandas executadas, pelos 531 municípios que pactuaram a implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa - Portarias 2344 e 3251/2009 - por meio de transferência fundo a fundo;			30/05/2011	8.998,00	
Documento contendo avaliação do processo de implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa nas três esferas da gestão do SUS, referente aos componentes: Auditoria, Ouvidoria, Monitoramento & Avaliação da Gestão do SUS, Gestão Participativa e Controle Social.			05/08/2011	17.996,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCO ANDRÉ PIMENTEL JACOBINA				CPF: 621.765.011-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101010.001

Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar os processos de gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Analisar os mecanismos utilizados no monitoramento do repasse de recursos pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05.09.2011	05.07.2012	53.350,00	19.739,00	19.739,00	19.739,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento descritivo analítico sobre os instrumentos de cooperação financeira para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, nas regiões Norte e Sul;			30/09/2011	11.203,00	
Documento descritivo analítico sobre os instrumentos de cooperação financeira para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, nas regiões Sudeste e Centro Oeste;			19/12/2011	8.536,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCO ANDRÉ PIMENTEL JACOBINA				CPF: 621.765.011-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001269.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, na elaboração de Relatórios contendo dados, retratando série histórica evolutiva das auditorias realizadas.					
2- Atividades Que Deverão Ser Executadas Pelo Contratado					
Identificar fontes e bases de dados de auditoria, para a elaboração de Relatório, contendo informações sobre série histórica evolutiva das auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, durante o período de 2002 à 2010.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08.09.2010	01.08.2011	61.320,00	45.220,00	45.220,00	61.320,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório contendo levantamento de dados através do SISAUD-SUS (Sistema de Auditoria do SUS), para a elaboração de série histórica evolutiva das auditorias realizadas em todo o território brasileiro, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, detalhando as ações durante os anos de 2004 e 2005;			15/02/2011	9.198,00	
Relatório contendo levantamento de dados através do SISAUD-SUS (Sistema de Auditoria do SUS), para a elaboração de série histórica evolutiva das auditorias realizadas em todo o território brasileiro, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, detalhando as ações durante os anos de 2006 e 2007;			30/05/2011	11.694,00	
Relatório contendo levantamento de dados através do SISAUD-SUS (Sistema de Auditoria do SUS), para a elaboração de série histórica evolutiva das auditorias realizadas em todo o território brasileiro, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, detalhando as ações durante o ano de 2008 a 2010.			01/08/2011	24.528,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCO FERNANDO OTTOLINE DE OLIVEIRA				CPF: 144.748.591-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101008.001

Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar levantamentos e ações relativas às pesquisas realizadas pela Central de Pesquisa e Teleatendimento do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.

- Avaliar dados da pesquisa sobre Mamografias, Rede Cegonha e Saúde Mental realizada pela central de pesquisa e teleatendimento da Ouvidoria Geral do SUS;
- Propor documento para desenvolvimento de sistema informatizado de pesquisa;
- Relatar histórico de pesquisas realizadas pela Ouvidoria Geral do SUS;
- Avaliar experiências das Ouvidorias do SUS que atuam como instrumento de gestão.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01.09.2011	31.07.2012	61.320,00	22.075,20	22.075,20	22.075,20
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo Relatório Analítico dos resultados da Pesquisa sobre Mamografias, para avaliação do atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde;			30/09/2011	14.716,80	
Documento contendo Relatório com a proposta de necessidades para o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Pesquisa, que subsidiará a coleta dos dados e a elaboração dos relatórios de pesquisa;			05/12/2011	7.358,40	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCO FERNANDO OTTOLINE DE OLIVEIRA				CPF: 144.748.591-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101991.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de documentos técnicos que subsidiem os trabalhos da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH.

- Elaborar relatórios quantitativos e qualitativos dos pareceres sobre a abertura de novos cursos na área da saúde, especialidades psicologia, medicina e odontologia, emitidos pelo Conselho Nacional de Saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09.12.2011	10.05.2012	23.240,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não há previsão de entrega de produtos em 2011.			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA CAROLINA PEREIRA RODRIGUES				CPF: 180.676.988-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001934.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviços para subsidiar o processo de qualificação das ações de monitoramento, e avaliação da gestão do SUS, no âmbito do Departamento de Monitoramento e Avaliação da gestão do SUS (DEMGAS), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

- Formular proposta de ações que contribuam para a implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, em especial do componente de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, utilizando informações estratégicas;
- Subsidiar na sistematização de metodologias de monitoramento e avaliação para a implantação da Política de Gestão Estratégica e Participativa em articulação com o processo de adesão ao Pacto pela Saúde;
- Subsidiar para a implementação da ferramenta eletrônica do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS - SARGSUS, para a sistematização dos Relatórios de Gestão,

<ul style="list-style-type: none"> • Documentar e produzir relatórios referentes ao desenvolvimento de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS (DEMAGS); • Promover estudos sobre o processo de adesão ao Pacto pela Saúde, no estado de Santa Catarina, a partir dos Termos de Compromisso de Gestão, no que diz respeito às responsabilidades inerentes à Gestão Estratégica e Participativa, especialmente em relação ao Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.12.2010	13.06.2011	26.655,00	26.655,00	26.655,00	26.655,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo relatos sobre o processo de desenvolvimento do I Curso Básico de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS - Presencial;			14/01/2011	7.463,00	
Documento Técnico com informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios de Santa Catarina, contemplados com recursos da Portaria 2344 e 3251/09, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS;			05/04/2011	5.865,00	
Documento técnico com relato do processo de implementação da estratégia do Apoio Integrado à implementação da Política ParticipaSUS no âmbito da Secretaria da Gestão Estratégica e Participativa no ano de 2010.			13/06/2011	13.327,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA CRISTINA FERREIRA ABREU				CPF: 499.856.711-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001515.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar as ações relativas aos processos de educação permanente para conselheiros de saúde e lideranças sociais, propostos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de capitais, nos Planos de Saúde e/ou Programações Anuais de Saúde, apresentando as metas programadas e alcançadas no período de 2007 a 2009; • Levantar e analisar o alcance das metas pertinentes ao componente da Gestão Participativa previstas nos Planos de Saúde e/ou nas Programações Anuais de Saúde das gestões estaduais no período 2009/2010; • Levantar e analisar o alcance das metas pertinentes ao componente da Gestão Participativa previstas nos Planos de Saúde e/ou nas Programações Anuais de Saúde das capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes que receberam recursos da ParticipaSUS; • Sistematizar o processo de implantação e implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no estado de Minas Gerais, no período de 2007 a 2010, apresentando seus resultados mais relevantes. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04.11.2010	03.10.2011	54.360,00	20.113,20	20.113,20	32.616,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo o levantamento do alcance das metas pertinentes ao componente da Gestão Participativa previstas nos Planos de Saúde e/ou nas Programações Anuais de Saúde das gestões estaduais no período 2009/2010;			21/03/2011	9.241,20	
Documento contendo o levantamento do alcance das metas pertinentes			30/06/2011	10.872,00	

ao componente da Gestão Participativa previstas nos Planos de Saúde e/ou nas Programações Anuais de Saúde das capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes que receberam recursos da ParticipaSUS;		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA DA GLÓRIA CAMPOS DA SILVA	CPF: 028.659.552-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		
Observação: CANCELADO EM 16.09.2011		

Código do Contrato: BR/CNT/1100606.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamento do perfil dos delegados da 12ª e 13ª Conferências Nacional de Saúde. Fazer levantamentos de debates e deliberações sobre a saúde da mulher, violência sexual e doméstica nas 12ª e 13ª Conferências Nacional de Saúde 2010. Apoiar as ações do DAGEP na realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31.05.2011	30.11.2011	27.180,00	27.180,00	27.180,00	27.180,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo levantamento e análise comparativa da participação dos delegados nas 12ª e 13ª Conferências de Saúde, com recorte em sexo, segmento de representação do conselho e região do país;			27/06/2011	10.872,00	
Documento contendo as deliberações sobre os temas aborto, violência doméstica e sexual nas 12ª e 13ª Conferências de Saúde com análise comparativa à legislação vigente.			30/11/2011	16.308,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DA PAZ CINTRA				CPF: 052.967.221-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000669.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de gestão e práticas participativas.					
<ul style="list-style-type: none"> Realizar o mapeamento de produção literária sobre o tema Gestão Participativa a partir dos eixos da participação social, equidade e gestão participativa nas bases de pesquisa Scielo e Lilacs... Realizar tarefas de acompanhamento e produção das publicações da SGEP dirigidas à formação de conselheiros para a Saúde. Realizar tarefas de acompanhamento da produção visual do Departamento de Gestão Estratégica e Participativa. Realizar tarefas de acompanhamento da produção dos trabalhos sobre Saúde e Culturas selecionadas no II Prêmio de Culturas Ciganas. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	54.360,00	29.650,91	29.650,91	54.360,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo o levantamento das ações desenvolvidas no âmbito da gestão federal para a inclusão da população cigana nas políticas do SUS, no período de 2003 a 2010;			27/06/2011	11.860,33	
Documento contendo proposta de cartilha sobre a saúde da população cigana para ser utilizada na capacitação de conselheiros e lideranças			30/11/2011	17.790,58	

sociais.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA DA PAZ CINTRA	CPF: 052.967.221-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101524.001					
Objetivo da consultoria: Realizar pesquisa sobre o impacto negativo provocado pela violência doméstica e sexual na saúde da mulher, no período de 2005 a 2011 que servirá para subsidiar as ações da Comissão Intersetorial de Saúde Mulher do Conselho Nacional de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24.11.2011	24.02.2012	20.440,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não há previsão de entrega de produtos em 2011			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DAS VITÓRIAS ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA				CPF: 450.897.524-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000667.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de educação em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o desenvolvimento de capacitação de profissionais para a educação em saúde nos serviços. • Elaborar proposta de formação em educação em saúde para apoiadores. • Acompanhar os processos de implementação das ações de educação em saúde nos serviços de saúde, estados; • Elaborar a síntese dos relatórios dos seminários regionais de educação em saúde nos serviços 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26.05.2010	25.04.2011	58.199,99	21.269,45	21.269,45	58.199,99
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo sistematização e análise dos conteúdos e perfil dos participantes do Curso de Formação em Educação em Saúde realizado pela Funasa, no período de setembro a novembro de 2010;			07/02/2011	8.571,27	
Documento contendo mapeamento da produção acadêmica e bibliográfica sobre o tema da educação em saúde, para ser disponibilizados aos estados e municípios.			25/04/2011	12.698,18	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DE FÁTIMA MARQUES				CPF: 601.400.117-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100605.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde:					
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar Oficinas de Capacitação de Delegados para a 14ª Conferência Nacional de Saúde; • Levantar conteúdos sobre a temática de educação e saúde para subsidiar a 14ª Conferência Nacional de Saúde; • Analisar propostas oriundas de Conferência Estaduais para a 14ª Conferência Nacional de Saúde 					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31.05.2011	29.02.2012	43.660,00	26.194,00	26.194,00	26.194,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo as propostas da Oficina de Planejamento do MOPS para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.			27/06/2011	8.148,00	
Documento contendo o relatório e análise da videoconferência "Controle Social no Combate à Dengue" mobilizando conselhos estaduais e municipais de saúde.			01/09/2011	6.402,00	
Documento técnico contendo a análise crítica das deliberações das Conferências Estaduais da Região Sudeste, para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.			30/11/2011	11.644,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DE FÁTIMA MARQUES				CPF: 601.400.117-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000819.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para implantação da Gestão da Informação e do Conhecimento na Secretaria de Gestão Estratégica Participativa, orientando as atividades de caracterização, sistematização e difusão dos trabalhos técnicos elaborados em 2010.					
<ul style="list-style-type: none"> Organizar a produção técnica da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa apoiada pela cooperação técnica da OPAS no ano de 2010. Elaborar os Resumos Indicativos dos Trabalhos Técnicos de 2010. Propor Plano Operativo do I Seminário Nacional de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.06.2010	13.05.2011	61.000,00	33.128,00	33.128,00	61.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a sistematização dos Relatórios de Gestão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, de 2003 á 2006.			07/02/2011	13.251,00	
Documento contendo a sistematização dos Relatórios de Gestão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, de 2007 á 2010.			13/05/2011	19.877,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DE LOURDES SILVA				CPF: 162.368.586-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000614.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a gestão do conhecimento na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18.11.2010	14.10.2011	61.160,00	54.528,00	54.528,00	61.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo o relato de experiências da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS - na Região Sul por meio da estratégia do Apoio Integrado;	07/02/2011	7.498,00
Documento contendo o relato de experiência da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS - na Região Sudeste por meio da estratégia do Apoio Integrado;	04/04/2011	10.224,00
Documento contendo o relato de experiência da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS na Região Centro-Oeste por meio da estratégia do Apoio Integrado; (Documento técnico contendo a sistematização da publicação "Painel Indicadores do SUS nº 7 - Panorâmico - para ser apresentado aos países de língua inglesa)	13/06/2011	6.816,00
Documento contendo o relato de experiência da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS - na Região Nordeste por meio da estratégia do Apoio Integrado;	01/08/2011	12.950,00
Documento contendo o relato de experiência da implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS - na Região Norte por meio da estratégia do Apoio Integrado.	14/10/2011	17.040,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA DO CARMO GOMES KELL		CPF: 229.049.216-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100085.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar processos de Gestão Estratégica e Participativa:					
<ul style="list-style-type: none"> Levantar os registros de recepção, instalação e termo de doação dos equipamentos do Programa de Inclusão Digital, encaminhados pelos conselhos de saúde estaduais e municipais à Coordenação do Programa de Inclusão Digital, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Levantar nas atas dos Conselhos de Saúde enviadas à coordenação do Programa de Inclusão Digital do Ministério da Saúde, o registro da pauta de inclusão do Programa de Inclusão Digital no referido conselho. Sistematizar os dados de utilização dos equipamentos dos Conselhos Municipais de Saúde com base nos indicadores estabelecidos pelo Programa de Inclusão Digital. Elaborar documentos que contenham a análise da atuação dos Conselhos Municipais de Saúde tendo como referência as diretrizes do Programa de Inclusão Digital. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17.02.2011	10.11.2011	30.120,00	30.120,00	30.120,00	30.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo a análise dos Conselhos Municipais de Saúde do estado de Pernambuco em relação às diretrizes do Programa de Inclusão Digital.		11/03/2011	6.626,00		
Documento contendo a análise dos Conselhos Municipais de Saúde do estado de São Paulo em relação às diretrizes do Programa de Inclusão Digital.		23/05/2011	4.518,00		
Documento contendo a análise dos Conselhos Municipais de Saúde do estado de Rio Grande do Norte em relação às diretrizes do Programa de Inclusão Digital.		19/07/2011	5.723,00		
Documento contendo a análise dos Conselhos Municipais de Saúde do estado de Sergipe em relação às diretrizes do Programa de Inclusão Digital.		29/09/2011	4.217,00		
Documento contendo a análise dos Conselhos Municipais de Saúde do estado de Goiás em relação às diretrizes do Programa de Inclusão		10/11/2011	9.036,00		

Digital.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	CPF: 333.688.561-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1000560.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa no Estado do Acre e a construção e implementação de estratégias de Mobilização Social em Defesa do SUS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.05.2010	08.04.2011	61.310,00	27.862,73	27.862,73	61.310,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico descritivo de execução do Seminário Estadual de Gestão Estratégica e Participativa do Estado do Acre;			10/01/2011	10.000,00	
Documento técnico contendo sistematização dos resultados alcançados pela ParticipaSUS no Estado do Acre, com foco nas Portarias Ministeriais N° 3.060; N° 2.588; N° 2.344 e N° 3.258.			08/04/2011	17862,73	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA MAURÍLIA QUEIROGA				CPF: 328.476.106-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100648.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias para o fortalecimento da gestão participativa, do controle social e de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar as deliberações relativas à abordagem étnico-racial nos relatórios das 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde. Atualizar os dados e informações epidemiológicas do texto da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Organizar e analisar o relato sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nas gestões estaduais de saúde das 27 unidades da federação. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07.06.2011	06.12.2011	30.660,00	30.660,00	30.660,00	30.660,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo análise das propostas que abordam o recorte étnico/racial nos relatórios da 12ª e 13ª Conferências Nacional de Saúde;			04/07/2011	8.584,00	
Documento técnico contendo atualização dos dados populacionais e epidemiológicos referenciados no texto da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/Ministério da Saúde;			19/09/2011	6.746,00	
Documento técnico contendo levantamento sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos planos estaduais de saúde das 27 unidades da federação.			06/12/2011	15.330,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA MAURÍLIA QUEIROGA				CPF: 328.476.106-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001355.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Levantar e sistematizar as demandas da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Levantar e sistematizar as ações referentes as atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério da Saúde para a saúde das populações do campo e da floresta. Organizar, planejar e registrar as discussões sobre as propostas de educação permanente para profissionais de saúde com foco na Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta Organizar e sistematizar informações sobre as reuniões do Grupo da Terra. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29.09.2010	01.08.2011	62.881,00	47.160,75	47.160,75	62.881,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde no ano de 2010 para a saúde das populações do campo e da floresta;			10/02/2011	10.032,15	
Relatório técnico da oficina de educação permanente para profissionais de saúde com foco na Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta;			20/05/2011	11.976,20	
Documento contendo as demandas apresentadas pelas populações do campo e da floresta para o Grupo da Terra, no período de 2006 à 2010.			01/08/2011	25.152,40	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA VILMA BONIFÁCIO DE ALMEIDA				CPF: 252.157.604-10	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001263.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implantação de ouvidorias nas 26 capitais (Regiões Metropolitanas) e DF, e a integração de ouvidorias estaduais e DF com a ouvidoria geral do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> Diagnosticar a situação atual das Ouvidorias do SUS nos estados, capitais e municípios com mais de 110mil habitantes (entes constantes na meta do Programa Mais Saúde); Elaborar instrumentos de pesquisa para levantamento do 'estado da arte' das ouvidorias do SUS – nas secretarias de saúde dos estados e municípios, buscando atingir as 5.565 cidades; Elaborar relatórios que analisem o 'estado da arte' das ouvidorias do SUS; Organizar a Sala de Situação – Ministério da Saúde das ouvidorias do SUS no território nacional. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	09.08.2011	68.161,00	58.246,67	58.246,67	68.161,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo relatório sobre o 'estado da arte' das ouvidorias do SUS das secretarias de saúde dos Estados e suas respectivas capitais em 2010;			03/01/2011	6.513,20	
Documento contendo relatório sobre o 'estado da arte' das ouvidorias do SUS das secretarias de saúde dos 246 municípios com mais de 100 mil habitantes em 2010;			14/03/2011	7.638,20	
Documento contendo Relatório comparativo entre a situação das ouvidorias do SUS nos estados e capitais nos anos de 2009 e 2010;			16/05/2011	5.426,00	
Documento contendo Relatório comparativo entre a situação das			22/07/2011	21.744,00	

ouvidorias do SUS nos municípios com mais de 100 mil habitantes nos anos de 2009 e 2010.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARILENA CUNHA	CPF: 405.813.227-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101131.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implantação de ouvidorias nas 26 capitais (Regiões Metropolitanas) e DF, e a integração de ouvidorias estaduais e DF com a ouvidoria geral do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar as formas de escuta da população relacionadas ao SUS com base na Sala de Situação das Ouvidorias; • Elaboração de documento contendo levantamento sobre a existência de Ouvidoria nas 5.563 Secretarias Municipais de Saúde; • Elaboração de documento contendo avaliação da utilização dos relatórios gerenciais produzidos pela Ouvidoria Geral do SUS e o impacto no Programa Saúde da Mulher; • Elaborar modalidades de capacitações ministradas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30.09.2011	29.08.2012	54.360,00	13.590,00	13.590,00	13.590,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo diagnóstico das formas de escuta da população relacionadas ao SUS nos Estados da Região Norte e Nordeste do Brasil, com base na Sala de Situação das Ouvidorias no ano de 2010;				28/10/2011	13.590,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARILENA CUNHA				CPF: 405.813.227-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001186.001					
Objetivo da consultoria: <i>Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde.</i>					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar e analisar documentos que venham combater às iniquidades em saúde das comunidades em situação de vulnerabilidade. • Mapear e levantar informações sobre as entidades que defendem as comunidades quilombolas nos Conselhos de Saúde; • Apoiar o processo de formação e capacitação de lideranças quilombolas, objetivando a ampliação do fortalecimento das mesmas em saúde. • Analisar e avaliar as práticas educativas em saúde como forma de construção da cidadania. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24.08.2010	22.07.2011	68.161,00	58.246,67	58.246,67	68.161,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico sobre a distribuição das entidades que atuam e defendem as comunidades quilombolas nos Conselhos de Saúde;				03/01/2011	14.871,49
Documento técnico contendo revisão e atualização do texto da Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e Floresta (PNSIPCF) e da minuta de sua portaria;				14/03/2011	10.313,80
Documento contendo revisão e atualização do "Caderno sobre Saúde no				16/05/2011	11.711,31

Campo e na Floresta: construindo um SUS para todos” relacionado à Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e Floresta (PNSIPCF) para gestores, trabalhadores, conselheiros e populações do campo e da floresta;		
Relatório técnico sobre a implementação do plano operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	22/07/2011	21.350,07
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARTHA DE ALMEIDA PRADO MONTENEGRO	CPF: 099.931.988-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101145.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Revisar e sistematizar as ações relativas ao Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Sistematizar informações e dados sobre as atividades do Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Sistematizar informações e dados sobre as atividades do Programa Brasil Quilombola coordenado pela SEPPIR. Sistematizar informações e dados sobre as atividades envolvendo as Comunidades Quilombolas com foco na 14ª Conferência Nacional de Saúde. Sistematizar informações e dados sobre as atividades envolvendo as Comunidades de Terreiros e Religião de Matriz Africana com foco na 14ª Conferência Nacional de Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05.10.2011	04.04.2012	34.860,00	13.590,00	13.590,00	13.590,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo sistematização das ações de saúde da população negra desenvolvidas pelo Ministério da Saúde;			03/11/2011	11.503,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARTHA DE ALMEIDA PRADO MONTENEGRO				CPF: 099.931.988-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000454.001					
Objetivo da consultoria:					
<ul style="list-style-type: none"> 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.04.2010	21.03.2011	53.224,92	15.872,40	15.872,40	53.224,92
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a avaliação do perfil dos usuários, a partir da ferramenta “perfil do cidadão” que procuram as ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde que utilizam o nível I do sistema.			21/03/2011	15.872,40	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MICHELLE LEITE DA SILVA				CPF: 884.122.611-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101521.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para analisar as contribuições junto ao CNS da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, Adolescente e Jovem no Controle Social, bem como um estudo de caso sobre a dengue.					
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as contribuições junto ao CNS da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, Adolescente e Jovem no Controle Social; • Levantar informações sobre um caso de dengue e analisá-lo tendo como referência a construção de políticas públicas e a participação do CNS. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23.11.2011	24.02.2012	18.120,00	7.248,00	7.248,00	7.248,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo as contribuições junto ao CNS - Conselho Nacional de Saúde, da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, Adolescente e Jovem no Controle Social.			07/12/2011	7.248,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MONIQUE MAIA BATISTA				CPF: 011.824.411-65	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001954.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação nas ações de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, no âmbito do Departamento de Monitoramento e Avaliação da gestão do SUS (DEMAGS), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar relatório com informações estratégicas de acompanhamento do processo de monitoramento e avaliação nos estados, para a implantação da Política de Gestão Estratégica e Participativa; • Acompanhar e produzir relatórios referentes às informações da evolução do processo de monitoramento e avaliação nos municípios, a partir gestão de informação do Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS (DEMAGS); • Elaborar proposta de ações que contribuam para padronização da estrutura da base de dados das informações estratégicas acompanhadas pelo departamento de monitoramento e avaliação da gestão do SUS (DEMAGS), para a implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, em especial do componente de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.12.2010	07.06.2011	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com relatos sobre a situação dos municípios, que constam nas Portarias GM/MS nº 2344/09 e 3251/09, quanto às responsabilidades pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão, disponíveis no sistema de monitoramento do Pacto pela Saúde – SIMPACTO;			12/01/2011	6.720,00	
Relatório contendo informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios contemplados com recursos Portarias GM/MS nº 2344/09 e 3251/09, no Estado do Mato Grosso do Sul, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS;			18/03/2011	5.280,00	
Relatório contendo informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios contemplados com recursos da			07/06/2011	12.000,00	

Portaria 2344 e 3251/09, no Estado de Tocantins, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: NÁDIA MARIA DA SILVA MACHADO	CPF: 379.106.552-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1000456.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS e a construção e implementação de estratégias de Educação Popular e Saúde e Mobilização Social pelo Direito à Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Formular, organizar e sistematizar ações que contribuam para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa. • Levantar informações e construir estratégias de apoio à implementação e ao monitoramento das ações e dos processos de educação popular no Sistema Único de Saúde. • Propor e realizar reuniões e oficinas sobre Gestão Participativa e Educação Popular em Saúde junto às entidades, Fóruns e Redes de Movimentos Populares, parceiras da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; • Organizar e registrar as reuniões de trabalho do Comitê Nacional de Educação Popular na Saúde. • Levantar informações e construir estratégias de apoio à implementação e ao monitoramento das ações e dos processos de educação popular no Sistema Único de Saúde. • Formular metodologia que insira o tema da Educação Popular nas ações de formação e capacitação dos trabalhadores de saúde. • Levantar conteúdos para subsidiar a construção de estratégias de apoio aos processos de formação junto aos trabalhadores de saúde sobre o tema Gestão Participativa e Controle Social. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22.04.2010	21.03.2011	54.360,00	9.045,82	9.045,82	38.487,27
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Encontro Regional Sudeste de Educação Popular em Saúde.			10/01/2011	9.045,82	
Consultor contratado					
Nome do consultor: OSVALDO PERALTA BONETTI				CPF: 764.893.530-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Observação: CANCELADO EM 10.01.11

Código do Contrato: BR/CNT/1001264.001					
Objetivo da consultoria:					
Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo de análise e tratamento de demandas recebidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Padronização de dados de Ouvidoria em saúde para subsidiar a confecção de relatórios temáticos sobre o tema Assistência Farmacêutica; • Análise das manifestações que envolvem medicamentos, na ótica do profissional farmacêutico, para subsidiar a Política de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde; • Analisar as demandas oriundas das áreas técnicas do Ministério da Saúde • Propor reuniões de trabalho para discutir com os profissionais do Departamento Nacional de Ouvidoria do SUS os objetivos, estratégias e prioridades, para alcance dos resultados esperados do Marco Lógico do 4º TA / TC 44; R2 A2. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.09.2010	09.08.2011	54.360,00	34.790,40	7.610,40	27.180,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo a re-tipificação de 1.338 demandas cujo subassunto é Gestão e a classificação contemple as solicitações, reclamações, denúncias, informações, sugestões e elogios. Tem como objetivo a padronização dos dados de Ouvidoria para subsidiar a confecção de relatórios temáticos.	04/02/2011	7.610,40
Consultor contratado		
Nome do consultor: PATRÍCIA CHAGAS NEVES		CPF: 042.886.349-38
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Observação: CANCELADO EM 27.01.11

Código do Contrato: BR/CNT/1001930.001					
Objetivo da consultoria:					
•					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10.12.2010	09.06.2011	33.447,82	33.447,82	33.447,82	33.447,82
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo relatos sobre as características do Sistema de Monitoramento e Avaliação desenvolvido pela SES-RJ;		27/01/2011	9.365,00		
Documento técnico com informações estratégicas para o Monitoramento e Avaliação da Gestão, dos municípios do Rio de Janeiro contemplados com recursos da Portaria 2344 e 3251/09, considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS;		11/04/2011	7.359,82		
Documento técnico com os temas abordados nas reuniões das CIB e do CES do Rio de Janeiro no ano de 2009 e 2010 relevantes para as ações do Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, e respectivos encaminhamentos.		09/06/2011	16.723,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: PATRÍCIA POL COSTA				CPF: 004.842.667-99	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001938.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de qualificação das ações de monitoramento, e avaliação da gestão do SUS, no âmbito do Departamento de Monitoramento e Avaliação da gestão do SUS (DEMAGS), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar metodologias de monitoramento e avaliação para a implantação da Política de Gestão Estratégica e Participativa em articulação com o processo de adesão ao Pacto pela Saúde; Documentar e produzir relatórios referentes ao desenvolvimento de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS (DEMAGS); Formular proposta de ações que contribuam para a implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, em especial do componente de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, utilizando informações estratégicas; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.12.2010	13.06.2011	15.060,00	15.060,00	15.060,00	15.060,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico com relatos sobre o processo de aprovação do		17/01/2011	4.216,00		

Relatório Anual de Gestão do SUS no ano de 2009 nas regiões Norte e Nordeste;		
Documento técnico contendo síntese dos trabalhos vinculados ao Monitoramento e Avaliação apresentados na IEXPOGEP;	01/04/2011	3.314,00
Documento técnico com informações estratégicas sobre os Municípios que receberam o KIT-ParticipaSUS (componente Monitoramento e Avaliação), considerando a adesão ao Pacto pela Saúde, regionalização, financiamento, acesso às ferramentas de apoio à implantação dos componentes da política participaSUS.	13/06/2011	7.530,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: PRISCILLA CRISTINA RAMOS LIMA		CPF: 010.768.041-60
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1001974.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria para levantamento, sistematização, redação e revisão, a fim de publicação, dos documentos técnicos do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde no Brasil.					
<ul style="list-style-type: none"> • Coletar informações e sistematizar os documentos e registros referentes ao Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde no Brasil. • Redigir e revisar documento final referente ao Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde no Brasil. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13.12.2010	11.02.2011	17.433,00	17.433,00	17.433,00	17.433,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo relatório sistematizado do “Processo de Implantação e Monitoramento do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos de Saúde no Brasil.			11/02/2011	17.433,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: REGINA SUELI DE SOUSA				CPF: 118.430.391.68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001974.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação do sistema informatizado OuvidorSUS nas três esferas de governo, para contribuir com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Propor conteúdo para módulo do Curso de Ensino à Distância em Ouvidoria do SUS e Sistema OuvidorSUS; • Avaliação sobre os acessos ao Disque Saúde antes e depois da implantação do Sistema OuvidorSUS nível I nas Secretarias Estaduais de Saúde das regiões norte e nordeste; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13.12.2010	11.02.2011	49.080,00	13.385,44	13.385,44	49.080,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo o acesso ao Disque Saúde nos anos de 2009 e 2010 pela população dos Estados das regiões norte e nordeste antes e após a implantação do Sistema Informatizado OuvidorSUS nível I nas Secretarias Estaduais de Saúde.			11/03/2011	17.433,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RENATA CARVALHO LUSTOSA				CPF: 118.430.391.68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT;1100402.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação do sistema informatizado OuvidorSUS nas três esferas de governo, para contribuir com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Propor documento contendo panorama da implantação das Ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo Sispacto; • Avaliar experiências das Ouvidorias do SUS que atuam como instrumento de gestão; • Avaliar as demandas acolhidas nas Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde; • Propor ferramenta para auxiliar na compilação de dados cadastrais e situacionais da implantação de ouvidorias descentralizadas 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20.04.2011	19.03.2012	49.080,00	29.448,00	29.448,00	29.448,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo panorama da implantação das ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo SISPACTO nas regiões Norte e Centro-Oeste;			20/05/2011	12.760,00	
Documento contendo as experiências das Ouvidorias do SUS da região Nordeste que atuam como instrumento de gestão;			08/08/2011	8.834,00	
Documento contendo estudo das demandas acolhidas em 2010 nas Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde das regiões Nordeste e Sul nas ouvidorias que apontam as dificuldades de acesso da população aos serviços públicos de saúde;			21/11/2011	7.854,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RENATA CARVALHO LUSTOSA				CPF: 118.430.391.68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1000823.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde visando o fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa.					
<ul style="list-style-type: none"> • Levantar e consolidar as ações de saúde para a população quilombola previstas nas políticas de equidade em saúde, desenvolvidas pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa. • Realizar pesquisa, com representações quilombolas, em todos os estados em que existam comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo federal, averiguando se a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi implementada nessas comunidades. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.06.2010	13.05.2011	62.880,73	34.298,73	34.298,73	62.880,73
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo Termo de Referência e Relatório da I Oficina de Capacitação de Lideranças Quilombolas sobre o SUS;			10/01/2011	13.719,50	
Documento técnico contendo a descrição do processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, nas comunidades quilombolas.			13/05/2011	20.579,23	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS				CPF: 289.986.180-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100829.002					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> Levantar documentos sobre o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde. Organizar e sistematizar as ações de saúde relacionadas com o Programa Nacional de Direitos Humanos, programadas pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.07.2011	13.02.2012	47.160,75	31.440,50	31.440,50	31.440,50
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico referente às interfaces entre o Comitê Técnico de Saúde da população Negra e a Comissão Intersectorial de Saúde da População Negra do Conselho Nacional de Saúde;			05/08/2011	10.004,00	
Relatório técnico das ações constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, relacionadas ao Ministério da Saúde com recorte étnico/racial;			26/10/2011	8.860,50	
Relatório técnico das ações do Ministério da Saúde voltadas para formação dos profissionais de saúde, referente à promoção da equidade no SUS com ênfase nas populações negra, LGBT e do campo e da floresta, no período 2008/2011.			05/12/2011	12.576,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS				CPF: 289.986.180-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001546.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar a gestão planejada e estratégica da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEPM/MS.					
<ol style="list-style-type: none"> Realizar levantamento dos Programas e Ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa no Sistema de Informação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SISGEP; Elaborar relatórios sobre os recursos investidos no deslocamento de técnicos e apoiadores na implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, utilizando como critérios de análise os componentes da ParticipaSUS, com suas subações e tarefas do ano de 2008, 2009 e 2010; Elaborar estudo comparativo sobre os recursos destinados aos gestores e técnicos tendo em vista a implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, nos estados e municípios no período compreendido entre os anos de 2008 a 2010; Elaborar relatórios sobre os recursos investidos no apoio e na realização de eventos tendo em vista a implantação e implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa - PNGEP, utilizando como critérios de análise os componentes da ParticipaSUS, com suas subações e tarefas no período compreendido entre os anos de 2008 a 2010; 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12.11.2010	11.10.2011	44.990,00	36.892,00	36.892,00	44.990,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo análise comparativa dos recursos investidos no deslocamento de técnicos e apoiadores na implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, envolvendo			01/03/2011	5.398,00	

como critérios de análise os componentes desta política, com suas subações e tarefas do ano de 2009, como também seus objetivos e metas;		
Documento Técnico contendo análise comparativa dos recursos investidos no deslocamento de técnicos e apoiadores na implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, envolvendo como critérios de análise os componentes desta política, com suas subações e tarefas do ano de 2010, como também seus objetivos e metas;	06/06/2011	9.000,00
Documento Técnico contendo análise comparativa dos recursos investidos nos eventos apoiados e realizados pela SGEP nos Estados e Municípios brasileiros, na implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, envolvendo como critérios de análise os componentes desta política, com suas subações e tarefas realizadas durante o ano de 2008 e 2009;	01/08/2011	7.198,00
Documento Técnico contendo análise comparativa dos recursos investidos nos eventos apoiados e realizados pela SGEP nos Estados e Municípios brasileiros, na implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, envolvendo como critérios de análise os componentes desta política, com suas subações e tarefas realizadas durante o ano de 2010.	11/10/2011	15.296,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: SELMA OLIVEIRA DE MORAIS		CPF: 226.288.941-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100829.002					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para fortalecer a gestão planejada e estratégica das ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP/MS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudo comparativo das ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa priorizadas no Programa Mais Saúde no período de 2008-2010. • Elaborar relatório do Balanço Governamental 2003-2010 tendo em vista a transição de Governo no tocante às ações desenvolvidas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. • Elaborar relatórios para acompanhamento e avaliação das ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, visando o aprimoramento técnico das ações sob sua responsabilidade. • Elaborar relatório contendo os resultados da elaboração do Plano Plurianual 2012/2016 no que se refere à etapa qualitativa e quantitativa nos processos de planejamento e operacionalização das ações voltadas ao fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS. • Realizar levantamento dos Programas e Ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, nos Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento e do Ministério da Saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12.11.2010	11.10.2011	58.200,00	45.396,00	45.396,00	58.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Estudo comparativo descritivo das Ações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa priorizadas no Programa Mais Saúde no período de 2008 -2010;					10.476,00
Documento contendo as ações implementadas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, por meio dos seus Departamentos, no exercício de 2010;					11.640,00
Documento contendo os resultados da elaboração do Plano Plurianual 2012/2015 contemplando a etapa qualitativa e quantitativa nos processos de planejamento e operacionalização das ações voltadas ao fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS.					23.280,00
Consultor contratado					

Nome do consultor: SIMONE APARECIDA DA SILVA	CPF: 280.141.621-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1001512.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a Gestão Documental na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

- Realizar levantamento da situação arquivística na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP;
- Elaborar relatórios e instrumentos para análise e aplicação da gestão documental na CONEP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04.11.2010	03.10.2011	49.081,00	37.081,00	37.081,00	49.081,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório consolidado - de acordo com a legislação do Conselho Nacional de Arquivo CONARQ/Arquivo Nacional - dos documentos oriundos dos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP, no período de 1998 a 2009, e dos resultantes da avaliação de valor da documentação a serem transferidos para o Arquivo Central do Ministério da Saúde;	31/03/2011	10.000,00
Documento técnico contendo a proposta de um manual interno de procedimentos gerais de arquivo e protocolo a ser adotado pela equipe da Comissão de Ética de Pesquisa em Seres Humanos - CONEP;	30/06/2011	9.081,00
Relatório consolidado dos conteúdos dos processos sobre pesquisas que envolvem seres humanos, sob guarda na Comissão de Ética de Pesquisa em Seres Humanos - CONEP, finalizados no ano de 2010 a serem transferidos para o Arquivo Central do Ministério da Saúde.	06/10/2011	18.000,00

Consultor contratado

Nome do consultor: SULIANE BARROS LEAL **CPF:** 041.884.689-80

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Código do Contrato: BR/CNT/1000415.001

Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação do Sistema OuvidorSUS nas três esferas de governo, para contribuir com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.

- Propor conteúdo para módulo Gestor do Curso de Ensino à Distância em Ouvidoria do SUS e Sistema OuvidorSUS;
- Avaliar os acessos ao Disque Saúde antes e depois da implantação do Sistema OuvidorSUS nível I nas Secretarias Estaduais de Saúde das regiões sul, sudeste e centro-oeste;

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14.04.2010	11.02.2011	49.080,00	13.385,44	13.385,44	49.080,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
<i>Documento contendo o acesso ao Disque Saúde nos anos de 2009 e 2010 pela população dos Estados das regiões sul, centro- oeste e sudeste, antes e após a implantação do Sistema Informatizado OuvidorSUS nível I nas Secretarias Estaduais de Saúde.</i>	11/03/2011	13.385,44

Consultor contratado

Nome do consultor: TAINAH DUMONT TEIXEIRA **CPF:** 871.456.341-04

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Código do Contrato: BR/CNT/1100398.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de prestação de serviços técnicos para subsidiar a implantação/implementação do Sistema OuvidorSUS nas três esferas de governo, para contribuir com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do Sistema Único de Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as demandas acolhidas nas Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde; • Propor documento contendo panorama da implantação das Ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo Sispecto; • Avaliar experiências das Ouvidorias do SUS que atuam como instrumento de gestão. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20.04.2011	19.03.2012	49.080,00	29.448,00	29.448,00	29.448,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo estudo das demandas acolhidas em 2010 nas Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte nas ouvidorias que apontam as dificuldades de acesso da população aos serviços públicos de saúde;			20/05/2011	12.760,00	
Documento contendo o comparativo do teor das demandas acolhidas no Doges e nas Ouvidorias do SUS com três anos de implantação do Sistema informatizado OuvidorSUS;			01/08/2011	8.834,00	
Documento contendo panorama da implantação das ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo SISPACTO na região Nordeste;			14/11/2011	7.854,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: TAINAH DUMONT TEIXEIRA				CPF: 871.456.341-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001925.001					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação da Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS e a construção e implementação de estratégias de Educação Popular e Saúde e Mobilização Social pelo Direito à Saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar os debates realizados e apoiados pela SGEP relacionados ao tema da Educação Popular em Saúde. • Levantar informações e construir estratégias de apoio à implementação e ao monitoramento das ações e dos processos de educação popular no Sistema Único de Saúde. • Formular metodologia que insira o tema da Educação Popular nas ações de formação e capacitação dos trabalhadores de saúde. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08.12.2010	03.06.2011	31.440,00	20.436,00	20.436,00	31.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo levantamento bibliográfico e fundamentação teórica sobre práticas populares de cuidado;			14/03/2011	7.860,00	
Documento contendo proposta metodológica para inclusão da Educação Popular em Saúde nos processos de Educação Permanente para o Controle Social em Saúde.			03/06/2011	12.576,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: THERESA CRISTINA DE ALBUQUERQUE SIQUEIRA				CPF: 926.782.464-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100831.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde.					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar os debates realizados e apoiados pelo DAGEP/SGEP relacionados ao tema da Educação Popular em Saúde • Levantar informações e construir estratégias de apoio às ações e dos processos de educação popular no Sistema Único de Saúde. • Sistematizar as ações e debates da Educação Popular em Saúde na 14ª Conferência Nacional de Saúde 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.07.2011	13.12.2011	31.440,00	31.440,00	31.440,00	31.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a sistematização das reuniões do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, realizadas no ano de 2010;			05/08/2011	10.004,00	
Documento Técnico contendo o mapeamento das experiências estaduais relacionadas à educação popular em saúde e sua contribuição para a Política Nacional de Educação Popular em Saúde;			26/10/2011	8.860,00	
Documento Técnico contendo a análise das atividades da Educação Popular em Saúde realizadas na 14ª Conferência Nacional de Saúde.			13/12/2011	12.576,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: THERESA CRISTINA DE ALBUQUERQUE SIQUEIRA				CPF: 926.782.464-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1001975.001					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios e análise de dados de demandas e pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15.12.2010	14.11.2011	42.961,00	42.961,00	42.961,00	42.961,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo relatório gerencial sobre o tema Saúde da Mulher, para subsidiar o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde;			17/01/2011	10.310,00	
Documento contendo resultado do projeto piloto da pesquisa de perfil do cidadão, realizado no segundo semestre de 2009 pelos teleatendentes do serviço Disque Saúde;			01/04/2011	5.157,00	
Documento contendo relatório gerencial sobre o tema Vacinas, para subsidiar o Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde;			13/06/2011	6.014,00	
Documento contendo análise do perfil do cidadão coletado no ano de 2010, por canal de entrada;			22/08/2011	4.296,00	
Documento contendo relatório comparativo das demandas tipificadas no assunto Gestão nos anos de 2009 e 2010.			14/11/2011	17.184,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: VANEUZA NASCIMENTOS SANTOS ANDRADE				CPF: 006.792.346-16	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato:
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de material para subsidiar a participação do Ministério da Saúde no I

Congresso Afrodescendente das Américas e do Caribe: Saúde, Medicina Ancestral e Interculturalidade das Américas e do Caribe a ser realizado em Quito/Equador em outubro de 2011.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/12/2011	10/01/2012	10.000,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não foi prevista entrega de produtos em 2011			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: VIRGINIA LÚCIA NOGUEIRA FARIAS				CPF: 941.510.915-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101526.001

Objetivo da consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de documentos técnicos que permitam uma análise da situação da saúde no Brasil: levantar informações relacionadas à análise situacional da saúde no Brasil.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28.11.2011	24.02.2012	18.120,00	-	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Não foi prevista entrega de produtos em 2011			-	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: VIVIAN DINIZ GONDIM				CPF: 727.533.901-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

27 a 30

Não se aplicam a natureza da unidade.

Este é o Relatório da SGEP individual da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Brasília, 30 de março de 2012.



Luiz Odorico Monteiro de Andrade
Secretário
SGEP